



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 56 QUINTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 60ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE ABRIL DE 2016	
1.1 – ATA	9
1.1.1 – ABERTURA	9
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	9
1.1.2.2 – Oradores	
SENADOR LASIER MARTINS – Críticas à gestão da Presidente Dilma Rousseff e defesa da interrupção de seu mandato	9
1.1.2.3 – Republicação de Parecer	
Republicação do Parecer nº 451/2016, da Comissão Diretora, que oferece a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38/2014	12
1.1.2.4 – Requerimento	
Nº 314/2016, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, de prorrogação do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o assassinato de jovens negros no Brasil	12
1.1.2.5 – Oradores (continuação)	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Manifestação contra o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff; e outro assunto	12
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Defesa da tese de que o impeachment representa um golpe parlamentar perpetrado contra a Presidente Dilma Rousseff	17
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder - Críticas ao Governo de Sergipe por não construir o Hospital do Câncer no Estado; e outro assunto	19
SENADOR ROBERTO REQUIÃO - Reflexões sobre o conceito de democracia e defesa de novas eleições presidenciais com mandato imperativo	20
SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder - Comentários sobre o mérito que embasa o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff; e outros assuntos	26
SENADOR BLAIRO MAGGI - Defesa de uma mudança no modelo de governo caso o Vice-Presidente da República, Michel Temer, assuma a Presidência da República	29
SENADOR RONALDO CAIADO, como Líder - Defesa do impedimento da Presidente Dilma Rousseff	35
SENADOR HUMBERTO COSTA - Insatisfação com a designação do Senador Antonio Anastasia para a relatoria na comissão especial que aprecia o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff e apelo ao Senado Federal por imparcialidade no julgamento	40
SENADOR GLADSON CAMELI - Preocupação com os dados econômicos expostos pelo Governo Federal no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhado ao Congresso Nacional	41
SENADORA REGINA SOUSA - Desconstrução teórica da suposta constitucionalidade do processo de impeachment deflagrado contra a Presidente da República	42
1.1.3 – ORDEM DO DIA	
1.1.3.1 – Item 3	
Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência. Transcorrida a quinta sessão de discussão, em primeiro turno	49
1.1.3.2 – Item 5	
Projeto de Lei da Câmara nº 54/2015 (nº 2.478/2011, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CRA) (Prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 54/2015)	50
Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 54/2015 (Parecer nº 464/2016-CDIR). Substitutivo definitivamente adotado. À Câmara dos Deputados	53

1.1.3.3 – Item extrapauta

Parecer nº 462/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 24/2016 (nº 87/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar 54

1.1.3.4 – Item 6

Projeto de Lei da Câmara nº 87/2015 (nº 6.263/2009, na Câmara dos Deputados), que *revoga dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (revoga impedimentos à obtenção de novos créditos de investimento rural por aqueles que renegociem dívida)*. **Aprovado.** À sanção 56

1.1.3.5 – Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 156/2015 (nº 5.070/2013, na Câmara dos Deputados), que *torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências*. **Aprovado.** À sanção 59

1.1.3.6 – Item extrapauta

Requerimento nº 232/2016, do Senador Telmário Mota, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631/2015. **Apreciação adiada** 59

1.1.3.7 – Convocação de sessão

Convocação de sessão deliberativa extraordinária para amanhã, às 11 horas 60

1.1.3.8 – Cancelamento de sessão

Cancelamento da sessão não deliberativa prevista para sexta-feira próxima, às 9 horas 60

1.1.3.9 – Item extrapauta (continuação)

Parecer nº 462/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 24/2016 (nº 87/2016, na origem), da Câmara dos Deputados, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. **Aprovado** (votação nominal) 61

1.1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**1.1.4.1 – Oradores**

SENADOR REGUFFE - Preocupação com as noticiadas articulações políticas realizadas pelo Vice-Presidente da República na obtenção de apoio favorável ao impedimento da Presidente da República 62

SENADOR PAULO BAUER - Alegria pela conclusão dos trabalhos da Comissão Mista instalada para deliberar sobre a medida provisória adotada para o combate do mosquito *Aedes Aegypti*; e outro assunto 67

SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, como Líder - Felicidade pela aprovação, na CCJ, de PEC que promove a redistribuição da arrecadação da CIDE-Combustíveis entre os entes federados 73

SENADORA LÍDICE DA MATA - Relato da participação de S. Exª na reunião do Parlamento do Mercosul; e outros assuntos 75

SENADOR RAIMUNDO LIRA - Felicidade pela aprovação de financiamento para construção do Ramal Piancó na Paraíba; e outros assuntos 79

SENADOR HÉLIO JOSÉ - Anúncio da protocolização de pedido para instalação de CPI destinada a apurar fatos relativos à conduta da Anatel; e outros assuntos 82

SENADORA ROSE DE FREITAS - Preocupação com o agravamento da crise das finanças dos municípios diante da crise econômica atual e proposta de soluções 85

SENADOR TELMÁRIO MOTA - Registro do Dia do Empregado Doméstico, comemorado em 27 de abril, e destaque aos desafios para a consolidação dos direitos da categoria 89

SENADOR PAULO PAIM - Destaque ao início do ciclo de debates sobre a democracia na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e outros assuntos 90

1.1.5 – ENCERRAMENTO 94

1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS**1.2.1 – EXPEDIENTE****1.2.1.1 – Abertura de Prazo**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 120/2015 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 65/2016-CAS**) 95

1.2.1.2 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 244/2016, em resposta ao Requerimento nº 37/2016, do Senador Magno Malta, 96

1.2.1.3 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Celebração do Dia do Trabalhador, a ser comemorado em 1º de maio, e preocupação com os índices de desemprego no País 96

1.2.1.4 – Mensagens da Presidente da República

Nº 43/2016 (nº 165/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca 97

Nº 44/2016 (nº 166/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa	125
1.2.1.5 – Ofícios da Câmara dos Deputados	
Nº 17/2015, na origem, que comunica a sanção do Projeto de Lei do Senado nº 515/2015.....	166
Nº 18/2015, na origem, que comunica a sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 107/2002.....	167
1.2.1.6 – Pareceres	
Nº 451/2016, da Comissão Diretora, que oferece a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38/2014 (Republicação).....	168
Nº 462/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 24/2016.....	170
Nº 463/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 21/2016.....	177
Nºs 465 e 466/2016, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120/2015.....	198
1.2.1.7 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 179/2016, do Senador Raimundo Lira, que altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para vedar a instalação de empresas de guarda e transporte de valores em zonas estritamente residenciais.	214
Nº 180/2016, do Senador Eduardo Amorim, que institui o Dia Nacional do Jornalista	216
Nº 181/2016, do Senador Lasier Martins, que dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.	218
Nº 182/2016, do Senador Romário, que altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 13.146, de 6 de julho de 2015, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estabelecer mecanismos de inclusão das pessoas com deficiência.....	221
Nº 183/2016, do Senador Romário, que dispõe sobre a impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência	225
Nº 184/2016, do Senador Ricardo Franco, que vincula cinco por cento da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) sobre operações com bebidas alcóolicas, cigarros, charutos e cigarilhas ao financiamento da recuperação e tratamento de usuários de drogas ilícitas, álcool e tabaco.....	228
1.2.1.8 – Requerimentos	
Nº 313/2016, do Senador Lasier Martins, de oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 164/2016.....	231
Nº 314/2016, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115/2015, de prorrogação de seu prazo de duração.....	232
Nº 315/2016, do Senador Wilder Moraes, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 34/2016. Deferido	236
1.2.1.9 – Término de Prazo	
Término do prazo, ontem, com apresentação de duas emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 522/2013	237
1.2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
1.2.2.1 – Projeto de Lei da Câmara nº 54/2015	
Redação do vencido (Parecer nº 464/2016-CDIR).....	243
1.2.2.2 – Projeto de Lei da Câmara nº 87/2015	
Matéria aprovada.....	245
1.2.2.3 – Projeto de Lei da Câmara nº 156/2015	
Matéria aprovada.....	246
1.2.2.4 – Parecer nº 462/2016	
Lista de votação.....	248
2 – RESOLUÇÕES	
Nºs 16 a 20/2016	250
3 – ATAS	
3.1 – COMISSÃO DIRETORA	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 23 de março de 2016.....	254
3.2 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE	
Ata da 140ª Reunião, realizada em 6 de abril de 2016	255
4 – ATOS	
4.1 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL	
Nºs 1 e 3/2016	256
4.2 – ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nºs 7 e 8/2016	258

4.3 – ATO DO 1º SECRETÁRIO

Nº 3/2016..... 260

5 – DOCUMENTOS DIVERSOS**5.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Despacho a denúncia do Sr. Edinho Guedes..... 261

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO..... 263

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 266

8 – LIDERANÇAS..... 267

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 270

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 291

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 301

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 351

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS 375

14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 385

60ª Sessão, Deliberativa Ordinária , em 27 de Abril de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, das Sras Vanessa Grazziotin e Gleisi Hoffmann, dos Srs. Magno Malta, Garibaldi Alves Filho, da Srª Ana Amélia e dos Srs. Paulo Paim e Telmário Mota.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 22 horas e 10 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

60ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 27/04/2016 07:00:00 até 27/04/2016 22:15:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataides Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
				--

Emissão 27/04/2016 22:10:49

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	
PT	PA	Paulo Rocha	X	
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	
-	DF	Reguffe	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	
PMDB	RR	Romero Jucá	X	
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
-	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	
PP	GO	Wilder Morais	X	X
PTB	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 75 senadores.

ATA

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide item 1.2 do sumário)**

Temos aqui sobre a mesa a relação dos oradores inscritos. O primeiro orador do dia de hoje será o Senador Lasier Martins, que já se encontra em plenário, a quem convido para dirigir-se à tribuna.

Inscrevem-se para uma comunicação inadiável esta Senadora que lhes fala neste momento, Vanessa Grazziotin, e o Senador Lindbergh Farias; e, para falar no período de Liderança, pelo PSC, Senador Eduardo Amorim e, pelo Partido dos Trabalhadores, Senadora Gleisi Hoffmann.

Então, passo imediatamente a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente Vanessa Grazziotin.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes, causou preocupação uma notícia de hoje da *Folha de S.Paulo* em que o nome do advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira teria sido sondado a ocupar o comando do Ministério da Justiça de um possível governo Temer. Ora, sabemos que as ideias do advogado Mariz não estão em sintonia com o que o povo tem exigido nas ruas e com as mudanças requeridas pelas manifestações também das ruas. Vale lembrar que esse senhor, esse advogado subscreveu o manifesto dos advogados, há poucos meses, que criticava os atuais procedimentos nas delações premiadas, na Operação Lava Jato, declarando esse senhor, Mariz, que haveria, no momento, outras investigações importantes além dessa. Dando a impressão de que, se viesse a ser Ministro da Justiça, iria relegar a um segundo plano a Operação Lava Jato.

É notório que o povo brasileiro deseja a continuidade das investigações, no âmbito da Lava Jato, e repudiaria – como o povo repudia – qualquer nome que pudesse desviar esse foco do trabalho da Polícia Federal. Assim sendo, foi com satisfação que, horas depois de circular o jornal, a *Folha*, houve um sinal de que o Vice-Presidente da República já decidia, segundo a imprensa, não convidar o advogado Mariz para ocupar o comando do Ministério da Justiça. Foi então apenas uma ameaça ou um susto de que, se o indicado fosse aquele, o advogado Mariz, ao Ministério da Justiça, poderia ele congelar as atuais investigações da Lava Jato.

Dito isso, Srª Presidente, eu quero lembrar o que tem sido óbvio, porque tem passado, por esta tribuna, há várias e várias e várias semanas, discursos conflitantes sobre o impedimento da Presidente Dilma. Processo agora sob a análise de Comissão Especial do Senado. E esses repetidos enfoques, ora de ataques, ora de defesas, que não se esgotam – e pelo jeito ainda vão muito longe –, têm versado, na maioria das vezes, sobre os mesmos argumentos, principalmente o mais sensível, o mais reiterado nesses discursos: a polêmica das pedaladas.

Só que, Srs. Senadores, convenhamos, o motivo jurídico da instauração desse processo, as pedaladas não têm também impedido a ampliação do debate relativo a outros fundamentos, os fundamentos políticos e os fundamentos éticos. Afinal, *impeachment* é um processo jurídico e político, ou político e jurídico.

Sobre esse tema das pedaladas, eu particularmente, Srs. Senadores, não tenho dúvidas de que houve o crime de responsabilidade, com base no art. 85, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 1.079/50, art. 4º, incisos V e VI, visto que infringiram esses dispositivos da Lei Orçamentária.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada exatamente para propiciar a estabilidade da economia no País e qualificar a burocracia.

Lembro bem que, quando surgiu a Lei de Responsabilidade Fiscal, incontáveis editoriais de jornais saíram-na nos primeiros anos 2000, porque exatamente essa Lei viria disciplinar, viria conter os gastos dos governantes, do Presidente da República, dos governadores e prefeitos.

Portanto, foi uma Lei muito festejada, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e nesse nosso caso tão discutido, as pedaladas se constituíram, como se constituem, em infração à Lei. Os bancos federais foram forçados a cobrir despesas que não lhes competiam para permitir ao Tesouro que mantivesse dinheiro em caixa, dando a entender que a economia do Governo estaria bem, dissimulando um resultado primário falso, portanto.

Foi, como muito tem se dito, um estelionato eleitoral. E aí se constata duas infrações nas pedaladas: primeiro, o Governo usou os bancos federais para financiar o Tesouro; segundo, o fez para não ter que reduzir gastos em função da receita, assim a Presidente aumentou as despesas por decretos ilegais, não aprovados pelo Congresso Nacional, mantendo em segredo uma estratégia que serviu para ganhar a eleição. Foi, portanto, manipulação para dar ideia de que o resultado primário do setor público não era deficitário, mas positivo.

Em 2015, quando aconteceu o começo, a prática não cessou, mas ampliou-se, ou seja, a Presidente continuou a editar decretos sem a aprovação legislativa.

Também, como se acompanhou, o TCU (Tribunal de Contas da União) apontou que o Governo Dilma atrasou o repasse de dinheiro a bancos federais para o pagamento de subsídios e benefícios a programas sociais feitos por meio da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e do BNDES. Como os bancos efetivamente realizaram os pagamentos desses programas, o atraso nos repasses proporcionou uma folga no caixa do Governo, aí as pedaladas fiscais, que, segundo o TCU, “o procedimento representou um tipo de empréstimo dos bancos ao Governo, o que é proibido pela Lei, pela Lei de Responsabilidade Fiscal”.

O Tribunal apontou que foram represados R\$40 bilhões, em 2014, referentes ao seguro-desemprego, ao Programa Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e crédito agrícola.

Então, as pedaladas, além de irem contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, configuraram crime de responsabilidade contra a lei orçamentária, de acordo com o previsto no art. 10 da lei que define esse tipo de conduta vedada, a Lei nº 1.079/50.

Como está bem explícito, o crime fiscal de responsabilidade tem sido fundamentado no argumento jurídico, mas o *impeachment*, como se sabe, é também um processo político, e, nesse particular, Srs. Senadores, nos fundamentos políticos, há fundadas e sobradas razões de natureza ética e política em que podemos até fazer uma rápida revisão quando cresce esse debate há tanto tempo.

Por exemplo, o saque e a omissão na Petrobras. Pelo menos, R\$29 bilhões foram saqueados da estatal dos Governos do PT, além de crimes de responsabilidade lícita, entre os delitos contra a probidade na administração, a conduta de não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A Presidente da República foi omissa ou conivente, ou as duas coisas, em relação às irregularidades, envolvendo a Petrobras, chegando a manter no cargo os investigados por longo tempo.

A Presidente da República também, como se sabe, era Presidente do Conselho de Administração da Petrobras. Quando ocorreram os fatos sobre a investigação, como a compra da refinaria de Pasadena, por exemplo, nos Estados Unidos, a compra dessa refinaria talvez tenha sido o pior negócio do mundo – e feito pelo Brasil – em tempos modernos. Uma usina que valia em torno de US\$50 milhões foi adquirida pelo dinheiro brasileiro por mais de US\$1,2 bilhão. Só este negócio da refinaria de Pasadena já justificaria um processo de *impeachment*.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Lembrem-se de que houve também superfaturamento nos contratos, nas obras da Refinaria Abreu e Lima, na Usina de Belo Monte, entre outros.

Podemos ir além. A lista da corrupção e da má gestão é extensa: os desvios na Eletrobras; nos fundos de pensão dos Correios; nas obras da Copa do Mundo; no escândalo do BNDES, onde tanto procuramos, mas não conseguimos realizar uma CPI aqui no Senado porque não obtivemos as assinaturas suficientes para isso.

Em relação ao escândalo do BNDES, houve concessão do Governo a empréstimos camaradas, de juros muito camaradas para ditaduras, financiamentos arranjados pelo ex-Presidente Lula, financiamentos que serviram para pagar empreiteiras brasileiras, que, em troca, o contratavam para palestras de valores estratosféricos.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Lula se tornou, com o tempo, rico, também fazendo palestras, suspeitas palestras, milionárias palestras.

Outro item, que sempre é bom repisar, nestes dias em que esquenta o debate: o estelionato eleitoral.

Dilma faltou com a verdade na campanha eleitoral, fato admito, inclusive, por Lula. Para se reeleger, como vimos, a Presidente contraiu empréstimos irregulares e manipulou o Orçamento da União. Há mais: houve uma distribuição de 600 mil lotes de terras doados criminosamente a quem não podia, ou não tinha condições de ganhá-los, para a reforma agrária – dinheiro público para desapropriação de terra mal distribuída.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já estou me encaminhando para o final, Srª Presidente Gleisi Hoffmann.

O financiamento eleitoral. As campanhas da Presidente e do ex-Presidente Lula foram financiadas por dinheiro de propina, segundo várias delações expostas pela Operação Lava Jato. E o Tribunal Superior Eleitoral está analisando inclusive, como se sabe, embora lentamente, a cassação da chapa Dilma-Temer.

Empresários da OAS, Andrade Gutierrez, Odebrecht e outras empreiteiras admitiram ter pago propina a integrantes dos articuladores do Governo, fossem eles do PT ou de outros partidos da Base. Portanto, o caixa dois funcionou como nunca.

Vale lembrar também que dois tesoureiros do PT, além do mentor intelectual de Lula e articulador de seu governo, José Dirceu, foram presos por corrupção.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Líder do Planalto no Senado, Senador Delcídio, foi preso e delatou inúmeros crimes, o mau relacionamento do Governo, portanto. O marqueteiro de Lula e Dilma, João Santana, está preso. Enfim, a enumeração é muito extensa, só permite denotar o quanto houve de relações promíscuas da Presidente da República.

O desastre atingiu a economia, como sabem todos, e o Brasil está sofrendo com isso, gerando um PIB negativo, inflação e desemprego de dois dígitos, o que culminou no rebaixamento pelas agências de risco Standard & Poor's, Moody's e Fitch, que deixaram claro ao mundo que nossa economia se deteriorava e continua se deteriorando. Perdemos o grau de investimento.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Brasil já não atrai investimentos e está se tornando um país inconfiável para o mundo exterior.

Enfim, o rol de impropriedades, o rol de irregularidades do Governo atual é extenso. Passa pela má gestão e se alastra pela corrupção. Verdadeira calamidade para os rumos do Brasil. Já chegou, portanto, e já está passando do momento de este Governo se entregar. Pedi aqui, da tribuna, mais de uma vez, que a Presidente renunciasse, pois assim a pacificação do País se daria de forma mais célere e indolor. Mas sabemos que a renúncia necessita de grandeza. Pela via da renúncia, pensa-se na próxima geração, não apenas na próxima eleição.

Hoje, para analistas econômicos, se Dilma permanecer no Governo, a derrocada econômica vai se acentuar, inclusive no PIB deste ano, para 6%.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estou concluindo, Srª Presidente.

A derrocada econômica vai continuar se acentuando, chegando a 6% negativos este ano – um destrutivo PIB de 6% –, com o descontrole das contas públicas e mais paralisia de investimentos.

Soma-se a esse fato a falta de apoio parlamentar em razão do impasse político. Certamente não se conseguiriam aprovar medidas de sustentabilidade. Haverá mais aumento de taxas de juros, o que prejudica empresas e consumidores. Um desses analistas que têm se pronunciado pelos jornais, Sergio Vale, da MB As-sociados, vaticina que “sem Dilma haverá realismo, um duro realismo; mas com Dilma só haverá pessimismo”.

Assim, se a Presidente, diante desse rol de desastres, continuar apegada ao cargo, cabe ao Congresso dar voz às ruas.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Coube à Câmara dos Deputados falar pelo povo. E agora é chegado o momento de o Senado, que representa os Estados, dar seguimento ao processo de impedimento.

Chegou a hora de a Presidente deixar o palco onde não soube figurar bem, não somente pelos aspectos jurídicos do crime de responsabilidade fiscal, pelo conjunto da obra, os inúmeros fatores políticos e éticos, deixando uma população inteira refém de uma gestão temerária, de uma gestão deficitária, de uma gestão paralisante do Estado brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

(Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Gleisi Hoffmann.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradecemos o Senador Lasier Martins.

Há expediente sobre a mesa.

A Presidência comunica ao Plenário que determinou a republicação do **Parecer nº 451, de 2016**, da Comissão Diretora, que ofereceu a redação final do **Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2014**, para consolidar no texto da matéria a Emenda nº 1-CAS, aprovada pelo Plenário. **(Vide item 1.2.1.6 do sumário)**

A referida proposição foi aprovada pelo Plenário na sessão do dia 20 de abril último e, naquela oportunidade, despachada à Câmara dos Deputados. Entretanto, considerando que a referida emenda é meramente redacional, a Presidência determina o seu envio à sanção.

Ainda há expediente.

Requerimento apresentado pela Senadora Lídice da Mata e subscrito.

Requeremos a V. Ex^a, nos termos do art. 76, parágrafo único, combinado com o art. 152 do Regimento Interno do Senado, a prorrogação, por 45 dias, da duração da Comissão Parlamentar de Inquérito de Assassinato de Jovens, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por 11 membros titulares e 7 suplentes, para que conclua, neste prazo, as investigações referentes ao assassinato de jovens no Brasil. **(Requerimento nº 314/2016 - Vide item 1.2.1.8 do sumário)**

O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Com a palavra, para comunicação inadiável, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que não fico mais impactada por ouvir os pronunciamentos que ouço todos os dias aqui. Aliás, é exatamente o que a população brasileira ouve acerca do processo em curso no Congresso Nacional.

Refiro-me ao processo de *impeachment*, que nada mais é do que um golpe contra a Presidente Dilma, aqueles que prestarem muita atenção vão perceber.

Nós acabamos de ouvir aqui um pronunciamento que falou sobre a economia, sobre as dificuldades econômicas, sobre o grande processo de investigação por que passam muitas instituições públicas brasileiras hoje, sobretudo com a ação da Operação Lava Jato, e, por conta disso, o mandato da Presidenta Dilma tem se transformado em um mandato e uma gestão temerária e que ela deveria sair.

Senadora Gleisi, hoje iniciamos, efetivamente, os debates sobre o mérito na Comissão Especial do *Impeachment*, instalada no dia de ontem. Já deu pra perceber que nós estamos, aqui no Senado, debatendo um processo cujos temas são dois, e nada além dos dois, ou seja: alguns decretos de suplementação orçamentária assinados pela Presidente Dilma e as chamadas “pedaladas”, em relação ao único tema de 2015, que diz respeito ao crédito e ao Plano Safra.

Sr^a Presidente, em primeiro lugar, quero deixar muito claro que esses dois atos não são novidades instituídas no mandato da Presidenta Dilma. Antes dela, muito antes, vários outros Presidentes fizeram a mesma coisa. Fez isso o Presidente Lula e fez isso o Presidente Fernando Henrique. Eles não podem deixar de reconhecer esse fato, que é a mais absoluta de todas as verdades. E o que dizem? “Não, Fernando Henrique até fez”. O Líder do PSDB, em aparte ao Senador Jorge Viana, chegou a dizer que “pedalada” não é crime fiscal e que, pelo que ele se lembra, Fernando Henrique até poderia ter feito isso. Então, o que eles dizem? Que o crime está na quantidade dos atos promovidos pela Presidente Dilma em relação aos Presidentes anteriores. Veja o absurdo e o cúmulo da manipulação de informação e de dados.

Além disso, o que vem a ser suplementação orçamentária? Dizem que é crime porque não havia autorização legal. Havia autorização legal. É óbvio que havia. A Presidente podia, por decreto, abrir crédito suplementar contanto que não prejudicasse nem alterasse a meta fiscal.

Então, não há novidade nenhuma, muito menos crime nos atos realizados pela Presidente Dilma.

E por que hoje nós vivemos esse processo de *impeachment*? Porque eles, que perderam as eleições em 2014, querem assumir o poder a qualquer custo.

Ouvi aqui um pronunciamento sobre as dificuldades que o Brasil vive. Eu acho que é preciso falar no que querem transformar o Brasil num futuro muito próximo e sobre que programa de governo querem aplicar no Brasil. Precisamos começar a dialogar e explicar à população o que significa essa “Ponte para o Futuro”, que, aliás, é o “túnel do passado”. E os jornais já estão falando sobre isso todos os dias.

Em relação ao nosso orçamento anual, hoje nós temos verbas, recursos vinculados constitucionalmente. Isso significa dizer que o seu uso é obrigatório em determinados itens. A que o recurso está vinculado? À saúde e à educação, por exemplo. O Poder Público não pode gastar menos do que x% em saúde e educação.

A primeira proposta deles é para acabar com essa vinculação. É o que eles chamam de Orçamento Base Zero, OBZ, para, aí sim, cortar os recursos da saúde e da educação. É isso que está em jogo no País.

O que nós estamos fazendo aqui não é um processo de *impeachment* contra uma Presidente. Nós aqui estamos travando uma luta política, em que utilizam o instrumento do *impeachment* para tirar uma Presidente legitimamente eleita no País.

Já no ano de 2014, após as eleições, eles não aceitaram o diálogo. Disseram: “O candidato que perdeu telefonou à Presidente, cumprimentou-a, e aquilo era uma sinalização”. Ora, quanta hipocrisia! Em um dia telefona e, no outro dia, vai ao Tribunal Superior Eleitoral arguir a ilegalidade da eleição da Presidente Dilma, pedindo que seu mandato seja cassado.

O mais interessante, e para o que acho que a população brasileira deve estar atenta, é como esse golpe vem sendo construído, Senadora Gleisi, desde o ano de 2014. Em 2014 foi o PSDB que tentou impugnar a eleição da Presidente Dilma.

Em 2014, final de 2014 e início de 2015, o PSDB aqui orquestrou toda uma ação no sentido de que a Presidente tivesse dificuldade para aprovar no Parlamento brasileiro o que precisava ser aprovado. Não obtiveram intento. No ano passado, fizeram acordo com Eduardo Cunha para que, a seu bel prazer, instalasse uma comissão pelo *impeachment* e o processo se iniciasse. Foi preciso o Supremo Tribunal Federal agir e dizer que, para instalar um processo não valia o que Eduardo Cunha havia escrito, mas o que determina a lei, e fez muitas mudanças.

Pois bem, Eduardo Cunha, no dia em que ficou sabendo que o Partido dos Trabalhadores não o apoiaria no Conselho de Ética, imediatamente acatou o pedido de *impeachment* contra a Presidente Dilma. Mais do que isso, Eduardo Cunha passou a ser considerado o grande líder do grupo dos golpistas. Foi dito e escrito por vários deles que, se não fosse Eduardo Cunha, o processo de *impeachment* não caminharia. Mas quem é Eduardo Cunha? Esse, sim, é o réu. Todos os dias, recebemos notícias de ilegalidades, de atos de corrupção por ele praticados. E o dia de ontem foi muito simbólico. Uma pessoa envolvida no processo da Lava Jato disse que entregou, pessoalmente, US\$4 milhões nas mãos de Eduardo Cunha. É esse senhor que organiza, que dirigiu todo o processo que, no último dia 17, produziu o espetáculo que aconteceu no plenário da Câmara dos Deputados.

Chegando aqui, o que fazem? Escolhem um Presidente. E quero dizer que o Presidente, de fato, desde o momento em que teve seu nome indicado para a Presidência, imediatamente recuou de sua posição política, procurou a direção do seu Partido, o PMDB, e disse que, daqui para frente, seria Presidente da Comissão e que, portanto, teria que agir com total imparcialidade. Mas, infelizmente, para a relatoria, quem foi eleito no dia de ontem, Senadores? O Senador Antonio Anastasia, que nada mais é do que um membro do PSDB, o partido a que estou aqui a me referir, o partido que perdeu as eleições para a Presidente Dilma, o partido que tentou impugnar o mandato da Presidente Dilma e que, por não conseguir esse intento, apresentou o pedido de *impeachment*.

Repito: foi o PSDB que escreveu a peça de denúncia contra a Presidente Dilma, protocolada na Câmara dos Deputados. O advogado do PSDB, que é o coordenador jurídico daquele partido, está assinando.

E não apenas esse, mas outros fatos também. Isso é um desrespeito à população, é um desrespeito à democracia brasileira, porque escrevem a peça, apresentam a peça da denúncia e depois a relatam. É o mesmo que um juiz dirigir seu próprio julgamento. Que isenção eles têm para relatar o processo? Além disso, o processo não se conclui agora, no próximo dia 11 ou 12 de maio, data marcada para a votação em plenário. O processo vai perdurar por longo tempo. É esse o Relator? Não! Está errado, Senador Lindbergh. Não é esse o Relator.

Enfim, quero dizer que eu confio muito na capacidade do povo brasileiro que está lá do outro lado da rua...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que está lá tomando as ruas e tomando as praças, dessa gente que já está percebendo o que, de fato, vem acontecendo no Brasil.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu concedo, Senador, um aparte a V. Exª, com a benevolência da nossa Presidente.

Pois não.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Vanessa, V. Exª tem sido uma guerreira. Quero aqui trazer esse reconhecimento. Nós estamos fazendo parte dessa Comissão do *Impeachment* aqui no Senado. *Impeachment* que começou com desvio de finalidade desse chefe de quadrilha, que é Eduardo Cunha, correntista suíço. Vimos o festival de horrores daquela votação do *impeachment* no domingo. Eu quero ver pesquisa agora. Eu tenho visto muita gente desconfiada com esse momento da história, rejeitando Michel Temer. Temos visto as pesquisas: quando se coloca o nome do Temer, ele está lá embaixo, com uma rejeição enorme. Eu quero ver pesquisas novas – é interessante que as pesquisas deixaram de sair – sobre quem apoia, ou não, o *impeachment*.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que isso é importante. Agora, eu quero falar do desrespeito desse Vice-Presidente impostor, Michel Temer, com o Senado Federal, porque nós estamos aqui discutindo nessa Comissão do *Impeachment*, e ele está como se o Senado já tivesse decidido, montando o ministério, um ministério cuja fotografia do dia de hoje é uma fotografia terrível. Olhem os Ministros palacianos, grandes homens, Eliseu Padilha e Geddel Vieira Lima. É a essa turma que estão querendo entregar o poder! Aí eu começo a ver procuradores da Lava Jato em Curitiba preocupadíssimos: “Quem vai ser o novo Ministro da Justiça?” E há mais, porque falaram do Ministro da Justiça, mas Eduardo Cunha já indicou para a AGU Alexandre de Moraes, que era Secretário de Segurança em São Paulo e foi advogado particular dele. Alguém tem dúvida de que Eduardo Cunha vai querer interferir na nomeação do Diretor da Polícia Federal?

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agora, o mais grave, e V. Ex^a tocou muito bem, a sua fala é precisa: eles querem dar um golpe para retirar direito de trabalhadores. Não é por acaso que a Fiesp patrocinou tudo isso. Está lá em Uma Ponte para o Futuro. Não é conversa, podem ler aqui: terceirização, fim da política de valorização do salário mínimo, desvinculação do salário mínimo com benefício previdenciário. Podem escrever: essa turma vai fazer essa maldade. As declarações da equipe do Temer são a seguinte: “O Temer não vai aumentar imposto.” Vai cortar e cortar nesses benefícios, benefícios previdenciários dos mais pobres, porque 70% de quem recebe aposentadoria recebem um salário mínimo. Eles querem acabar com essa vinculação, o que inclui pessoas com deficiência também. Todos aqueles programas sociais. E o centro do programa deles qual é? É o que V. Ex^a chamou de OBZ – eu achei interessante –, orçamento base zero. Eles querem fazer isso, desvincular todas as receitas, saúde, educação, políticas sociais do Governo Federal, dos Governos estaduais e dos Governos municipais! Eu chamo a atenção da população brasileira para o impacto disso. Hoje, cada prefeito tem que investir 15% em saúde e 25% em educação. Imaginem, se se tirar essa obrigatoriedade, o colapso que vai existir na ponta! Então, na verdade, essa ponte para o futuro está rasgando o legado do Lula, o legado de Ulysses Guimarães, porque a grande coisa do Ulysses Guimarães foi o segundo capítulo da Constituição cidadã, que são os direitos sociais. Nós temos o nosso Estado social, educação e saúde universalizadas, mas ele colocou o quê? Fontes de financiamento. E eles estão querendo fazer isso, Senador Vanessa, com um objetivo central.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E eu encerro dizendo isto: é o deus superávit primário. Eles ficam incomodados, porque, em momentos como este que estamos vivendo, em que temos déficits, não sobra dinheiro para pagar juros para os rentistas brasileiros. Só se rola a dívida. Eles agora, com essa política, o que querem? Primeiro, o dinheiro para o superávit primário. O que sobrar você distribui para educação, saúde e políticas sociais. Por fim – e desculpem-me o tempo que estou tomando –, até o pedido de *impeachment* das pedaladas fiscais já tem essa carga ideológica, porque a lógica daquele pedido das pedaladas e dos decretos, que são a base para o *impeachment*, é nesse sentido, ou seja, do endeusamento do superávit primário, como se o Governo não pudesse fazer políticas anticíclicas. Se fosse fazer tudo aquilo que o TCU queria, nós estaríamos indo para uma situação que existe nos Estados Unidos, que é o *shutdown*. De dois em meses, se a arrecadação diminui, tem que se cortar tudo: programas sociais, despesas obrigatórias.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, eu chamo atenção para o fato de que até o pedido do *impeachment* tem essa carga ideológica, reacionária, fiscalista da Escola de Chicago. Vejo V. Ex^a falando e a Senadora Gleisi aí do lado, essas duas mulheres guerreiras, que representam tão bem esse espírito de resistência do povo brasileiro. Então, eu me sinto muito feliz de estar fazendo parte com vocês dessa batalha na Comissão. Não me dou por vencido ainda, porque, nessas duas semanas, ainda vai haver muita coisa. A repercussão internacional só aumenta. E mais do que isso, volto a dizer, há pesquisas. E acho que vai haver pesquisas mostrando a virada das ruas, da sociedade. Vamos lutar até o fim contra esse golpe infame que querem dar na democracia brasileira. Parabéns!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senador Lindbergh, e acrescentaria também...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu também agradeço a deferência e a citação. Muito obrigada. É recíproco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E acrescentaria, Senadora Gleisi, a Senadora Regina e a Senadora Fátima...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que aqui estão e que, da mesma forma, compõem a nossa bancada de mulheres guerreiras a defender não só o mandato de uma Presidente, aliás, a primeira mulher que tivemos na Presidência da República, mas a defender, em primeiro lugar e antes de tudo, a democracia. Esse é o ponto central, essa é a questão central.

Senador Lindbergh, em relação às pesquisas, apesar de não estarem sendo publicadas, o Ibope publicou uma recentemente que dizia que uma parcela importante da população não está satisfeita com o mandato da Presidente Dilma, mas uma parcela muito maior não quer que Michel Temer assuma o poder. Uma parcela muito maior. E mais de 60% da população defendem sabe o quê, Senador Lindbergh? Eleições gerais. Eleições, porque não querem que, no lugar da Presidente Dilma, entre alguém que a população começa a perceber que é o que de pior existe para o Brasil. É o pior programa que o Brasil poderia ter.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a população brasileira quer eleições. E o que eles dizem diante disso? Que isso sim que é o golpe. Esperem lá: eles é que estão querendo tirar, sem razão e sem crime, uma Presidente do poder. Eles é que estão querendo fazer isto: tirar uma Presidente que foi eleita, sem que tivesse cometido nenhum crime. Aí eles vêm dizer que eleição é golpe.

Senador Lindbergh Farias, tal como V. Exª, eu e o meu Partido continuaremos na luta até o último minuto, até o último minuto, mas, se eles insistirem em dar curso, em efetivar esse golpe que eles querem, não tenho dúvida nenhuma de que vamos à população, vamos nos socorrer com o povo brasileiro, porque não podemos permitir que a nossa democracia, tão duramente conquistada, seja rasgada do jeito que eles estão fazendo.

Querem trocar, querem efetivar o golpe? Então, vamos buscar o voto popular. Deixe o povo escolher o que quer. E não eles se apropriarem...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... ilegalmente da cadeira da Presidência da República.

Senadora Gleisi, neste meio minuto que me resta, eu queria encaminhar à Mesa um pronunciamento que faço em homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas do País. Hoje é o Dia da Empregada Doméstica, importante categoria que é constituída por mais de 90% de mulheres e que, no ano passado, somente no ano passado, conquistou a igualdade dos direitos em relação aos demais trabalhadores.

Então, fica a minha sincera homenagem a todas essas mulheres, em sua grande maioria, e a alguns homens, que são os trabalhadores domésticos no Brasil. Acho que, no ano passado, a conquista foi gigante e tão grande que, aqui mesmo nesta Casa, é classificada como uma das maiores conquistas depois da abolição da escravidão, porque, infelizmente, até ontem, ou seja, até o ano passado, as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, Senadora Regina, ainda não tinham todos os direitos que os outros trabalhadores têm em nosso País...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... mas esse tempo ficou para trás, e hoje podemos, de fato, cumprimentá-las e dizer que trabalhamos e devemos trabalhar para que os avanços sejam ainda muito maiores.

Muito obrigada, Senadora.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, precisamos celebrar o fato de não causar mais estranheza comemorar nacionalmente a data das empregadas domésticas no Brasil. Na nova ordem jurídica, a conquista do pleno emprego transformou-lhes em profissionais regulares, por definitivo. Hoje, direitos fundamentais do trabalho estão assegurados em lei, reservando a essas trabalhadoras lugar de igualdade com as demais ocupações no múltiplo e diversificado mercado de serviços.

Pelo menos desde 2015, com a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 224/2013, a regulamentação dos direitos das domésticas garantiu de vez “necessária estabilidade empregatícia. Mais detalhadamente, a Presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou o texto que regulamenta o serviço das domésticas em junho do mesmo ano, ancorando em lei, direitos trabalhistas a um milhão e trezentas mil empregadas domésticas com carteira assinada no Brasil.

A partir daí, por exemplo, fixaram-se horas e dias de serviço das trabalhadoras domésticas nos estabelecimentos e casas particulares. Mais que isso, qualquer anomalia no horário fixado no contrato deve ser automaticamente denunciada na Justiça do Trabalho, se não houver o acordo mútuo e a devolução da contrapartida pecuniária.

Vale recordar, Sr. Presidente, que o abuso que vigorava na exploração das horas de trabalho da categoria era, sem exagero, quase equivalente ao modelo escravagista. E isso acontecia sem que se resguardasse qualquer consciência patronal sobre a recompensa salarial devida às horas em excesso.

Retrospectivamente, a equiparação dos direitos das empregadas domésticas aos dos outros trabalhadores é o resultado de 40 anos de uma luta formal da categoria. Das mucamas às diaristas, o trabalho doméstico no Brasil não pode ser, indiscutivelmente, dissociado da questão racial. Sintoma disso é que, ainda hoje, 61% das empregadas domésticas são negras, assim como são negros 64% dos brasileiros economicamente ativos com menos de três anos de escolaridade.

Naturalmente, a herança vem da época da abolição da escravidão, quando os negros foram admitidos no mercado de trabalho sem educação ou qualificação. Às mulheres negras livres, coube o trabalho doméstico que se dava em condições muito semelhantes às do período anterior à abolição.

Não por acaso, a Presidenta da Federação Nacional de Empregadas Domésticas, Creuza Maria de Oliveira, faz um apropriado paralelo com o que se via até pouco tempo na seção de empregos domésticos dos jornais brasileiros. Tratava-se de um camuflado anúncio por um objeto de exploração na casa do empregador.

À época, nada parecia menos plausível do que uma justa reivindicação, para além das tarefas domésticas, pelo retorno diário ao lar, à família, ao curso da faculdade, como qualquer outro ser humano. E isso se dava a menos de 10 anos atrás!

Nesse contexto, os direitos trabalhistas das empregadas domésticas podem ser vistos como uma escala de conquistas que remonta ao século passado. Curiosamente, a lei que consolida a legislação trabalhista no Brasil data de 1942, ignorando por completo as empregadas domésticas, com a alegação de que elas não constituíam uma categoria profissional.

Mais precisamente, os empregados domésticos só foram reconhecidos como profissionais pela primeira vez 30 anos mais tarde, em 1972. A lei previa a assinatura da carteira de trabalho e férias de 20 dias, mas não tratava da jornada de trabalho, nem do direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao seguro-desemprego e a outros benefícios.

No entanto, em 1988, a Constituição Federal passou a garantir o pagamento do salário mínimo e da licença-maternidade de 120 dias. No entanto, novamente, desconsiderou o tema da jornada de trabalho e do FGTS, que só foi estendido à categoria em 2001, mas de forma facultativa, à escolha do patrão.

Por mais ruidosos, os argumentos contra a regulamentação do trabalho doméstico foram todos rebatidos com a realidade corrente. Aliás, ao longo do século vinte, toda vez que foi discutida a extensão dos direitos trabalhistas às empregadas a reação da sociedade não foi outra senão a alegação de que poderia ocasionar desemprego generalizado na categoria. A realidade tem demonstrado que tal reação não é outra coisa senão puro preconceito.

Para concluir, Sr. Presidente, quero enfatizar nossa satisfação com os efeitos colhidos pela aprovação da lei que regulamenta o trabalho doméstico, por se tratar de uma conquista que contribui para o amadurecimento da nossa cultura de respeito ao direito de igualdade profissional.

Assim, quero saudar todas e todos os profissionais do ramo, desejamos-lhes merecido sucesso nesta data tão simbólica para o País.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Parabenizo V. Exª pelo pronunciamento, o qual também subscrevo. Quero aqui também fazer uma homenagem às empregadas domésticas, que tiveram uma conquista muito importante com a lei que reconheceu seus direitos trabalhistas.

Agora com a palavra, como oradora inscrita, a Senadora Fátima Bezerra e, em seguida, como Líder, o Senador Eduardo Amorim.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Gleisi, Senadores, Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

Ocupo, mais uma vez, esta tribuna e cumpro esta tarefa com o senso de responsabilidade que deve pautar a conduta de uma Senadora da República, ainda mais num momento grave como este que estamos vivendo, em que nossas decisões terão impacto direto nos destinos do País e na vida das pessoas.

Antes de mais nada, quero reafirmar o que temos reiteradamente repetido: o movimento político que ora está em execução é uma trama golpista travestida de *impeachment*. Não que o impedimento de um Presidente, por si só, seja um golpe. É claro que essa possibilidade está prevista na Constituição Federal para casos extremos, até porque vivemos num regime presidencialista, que se assenta na ideia da estabilidade, no respeito à soberania popular manifesta pelo voto, no cumprimento dos mandatos e, portanto, na possibilidade de alternância do poder. Isso faz parte da democracia.

Srs. Senadores e Senadoras, o Estado brasileiro não foi organizado para vivenciar trocas de comando, a não ser em situações absolutamente excepcionais, como o cometimento por parte do gestor público do chamado, entre aspas, “crime de responsabilidade”, e isso já está claro, já está absolutamente claro que a Presidenta Dilma não cometeu. Está claro não é só para nós, do PT, não, Senadora Regina. Está claro para os partidos do campo popular, para os partidos do campo progressista, está claro para todos aqueles e aquelas que têm compromisso com a defesa da democracia, como os movimentos sociais, a intelectualidade, a maioria dos juristas, a imprensa ao redor do mundo e diversas lideranças internacionais importantes.

Portanto, cada debate sério que é feito aqui ou em qualquer lugar do Brasil contribui para aprofundar, para clarificar que estamos diante de um golpe parlamentar, na medida em que a Presidenta Dilma não cometeu crime de responsabilidade, aliás, golpe parlamentar semelhante ao que foi dado contra Jango na sessão do Congresso Nacional, realizada na madrugada do dia 2 de abril de 1964, quando o cargo de Presidente foi declarado vago, e João Goulart foi deposto.

Sei que é incômodo falar em golpe para alguns aqui deste Parlamento, até mesmo – reconheço – pela história de vinculação às lutas democráticas no passado, mas não há outro nome para uma articulação que tenha, como objetivo, depor uma Presidenta, legitimamente eleita, que não conseguiu governar até agora, porque os derrotados, os perdedores resolveram desconsiderar o resultado legítimo do pleito de 2014 e adotaram uma postura de boicote sistemático ao Governo para inviabilizá-lo – a chamada oposição, que apostou no quanto pior, melhor: pior para o Brasil e melhor para eles, do ponto de vista da obsessão que têm do poder pelo poder.

Portanto, ao que estamos assistindo agora é a tentativa da consumação de um golpe que vem sendo executado desde o dia seguinte à eleição, quando a oposição resolveu se comportar como se tivesse ganhado o pleito. Conseguiram, com esse comportamento irresponsável, agravar uma crise econômica, que já é bastante séria, até porque temos que levar em consideração os fatores do ponto de vista da conjuntura internacional que tiveram e têm reflexo aqui na conjuntura nacional.

Refiro-me à crise da economia, à crise do capitalismo, que começou desde 2008. Os reflexos dessa crise do capitalismo em âmbito mundial, todos sabemos, só vieram a ser estabelecidos fortemente aqui no Brasil, do ponto de vista de impactar negativamente a nossa economia, do ano passado para cá.

Como o argumento de que a Presidenta Dilma teria cometido o crime de responsabilidade, com base nas chamadas pedaladas fiscais e empréstimos junto ao Banco do Brasil, revelou-se uma fraude, uma farsa, um embuste, agora se mudam as justificativas para o golpe. Agora, falam, entre aspas, em “governabilidade”, em “crise econômica” e na palavra da moda: o tal “conjunto da obra”.

Nada disso, senhores e senhoras, tem sustentação. Se o critério para manter ou não um governante no posto para o qual foi eleito for de popularidade, paciência. Dezenas de prefeitos e prefeitas em todo o País, assim como governadores, teriam que ser afastados imediatamente, inclusive os de partidos que estão tramando o golpe.

Se a regra, por exemplo, fosse essa, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter sofrido *impeachment* em 2001 ou 2002, dada a enorme rejeição que o governo FHC enfrentava naquele momento. Aliás, essa rejeição ficou confirmada com o resultado da eleição de 2002, que levou o Presidente Lula à vitória.

Portanto, Senadora Gleisi, nessa conjuntura, podíamos citar aqui, como exemplo, o Governador Beto Richa, que enfrenta enormes dificuldades e outros governadores.

Quero, inclusive, acrescentar que entendo que não podemos descartar a possibilidade de, em eventuais movimentações políticas dos que fazem oposição, ou em protestos contra governantes, alguém defender a saída de um governante. Isso é legítimo; faz parte da disputa política, faz parte do jogo de pressão, faz parte da democracia. Agora, falo aqui da gravidade de um Parlamento ir às vias de fato para proceder a um processo de impedimento com base nestes argumentos: crise de impopularidade, dificuldade, rejeição, etc.

Gostaria de lembrar que, muitas vezes, situações eventuais de crises nas gestões são superadas, e os governantes realizam mandatos vitoriosos. Dou aqui o exemplo do próprio Presidente Lula, que o Brasil inteiro acompanhou. Ele passou por enormes dificuldades, inclusive perda de popularidade em 2003 e 2004, quando teve que tomar medidas muito duras, um ajuste fiscal duro para debelar a gravíssima situação da crise herdada do governo anterior, o governo FHC.

O que aconteceu? Lula recuperou. Nos anos seguintes, a recuperação foi tão forte, foi tão significativa que ele se reelegeu com razoável tranquilidade em 2006, terminando o seu segundo mandato com 82% de aprovação e sendo até hoje considerado o melhor Presidente da nossa História.

Outra falácia usada também é que o afastamento da Presidenta Dilma ajudaria a resolver a crise. E aqui quero colocar o seguinte: se uma Presidente eleita de forma legítima como o foi,...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... por mais de 54 milhões de brasileiros, está enfrentando dificuldades para superar essa crise, imagine – meu Deus! – um governo fruto de um golpe, que já nasce sob o signo da rejeição da maioria da população! É importante lembrar que, mesmo com a atual exposição midiática, o Vice-Presidente Michel Temer aparece, nas sondagens de opinião, com, no máximo, 3%.

Então, sejamos razoáveis. Na verdade, o consórcio Temer e Cunha é um consórcio duro de engolir. Jogar o futuro do Brasil nesse arranjo, no nosso ponto de vista, é ultrapassar todos os limites. Além de todas essas fragilidades, Srª Presidente, esses dois – tanto o Vice-Presidente quanto o Eduardo Cunha, Presidente da Câmara – gozam do agravante...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... de serem acusados, em casos de corrupção; um, citado em delações, e o outro já réu em processos no Supremo Tribunal Federal.

Para completar esse espetáculo de horrores, estão apresentando um programa com o nome pomposo de Uma Ponte para o Futuro, mas que é uma tosca e mal redigida reedição da velha proposta que o povo brasileiro vivenciou, de forma trágica, no período do ex-Presidente Fernando Henrique, e que foi derrotada, em 2002, com a eleição de Lula. Esse projeto, com esse nome pomposo de Uma Ponte para o Futuro, é o mesmo projeto dos anos 90, vendido agora com uma nova embalagem.

Portanto, Srª Presidente, eu quero concluir, falando aqui da nossa confiança de que a população brasileira é sábia e, mesmo debaixo desse bombardeio midiático, de caráter fascista, deixa cada vez mais claro, em todas as pesquisas, que está insatisfeita, sim, com os efeitos da crise e que anseia por mudanças. Mas, para desgosto e desalento dos golpistas, não deixa dúvidas quanto à sua opinião de que o *impeachment* não resolve a crise.

É bom lembrar aqui: em pesquisa recente, feita pelo Ibope, 8% apenas consideram um governo Michel Temer como um governo que poderia responder à situação do Brasil neste exato momento. Vinte e cinco por cento aprovam a Presidenta Dilma, e mais de 60% desejam exatamente novas eleições.

Por isso, Srª Presidente, a clareza e a firmeza do povo dão a exata medida do indicativo de legitimidade de um governo...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... resultante de um golpe. Que ninguém ouse duvidar da capacidade do povo de pensar! Muitas vezes ele pode até não reunir elementos científicos ou meios analíticos mais profundos para formar uma opinião, mas o que já viu e ouviu até agora é suficiente para desconfiar do que estão armando e, portanto, rejeitar o embuste que querem enfiar goela abaixo.

Termino, Senadora Gleisi, dizendo que o povo tem razão em não colocar fé nessa armação, nessa farsa. Ele sabe que essa conversa bonita e esse jogo representam um retrocesso para o nosso País, representam a volta para uma etapa da nossa História que foi superada. A população sente cheiro de retrocesso e de perda de direitos e não está disposta a pagar esse preço. Jogar o ônus...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... de uma suposta solução para a crise nas costas do povo trabalhador não dá. Volto a dizer, Senadora: a população não está disposta a pagar esse preço, que seria jogar o ônus de uma suposta solução para a crise nas costas do povo trabalhador. Isso não é permitido, não é razoável, não é aceitável, de maneira nenhuma.

Portanto, de novo “não”. Golpe, não. Democracia, sim.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu a parabeno, Senadora Fátima, pelo pronunciamento.

Agora, com a palavra, no horário de Liderança, o Senador Eduardo Amorim, pelo PSC.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quase falei PSB.

V. Exª está inscrito como orador. É o próximo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos os que nos acompanham pelas redes sociais, em meio a tantas crises, em meio ao andamento do processo de *impeachment* aqui, nesta Casa, o que me traz hoje a esta tribuna é outro tipo de golpe, um golpe que, infelizmente, também está acontecendo no meu Estado e que está levando inúmeros sergipanos à morte. Falo, Sr. Presidente, das obras do Hospital do Câncer do nosso Estado, em que o recurso federal já está, há mais de quatro anos, e um tijolo sequer foi colocado. Enquanto isso, o meu Estado tem por ano cerca de 10 mil casos novos de câncer, e essas pessoas não têm onde se tratar adequadamente, e estão indo para o Estado vizinho, para Alagoas.

Então, Srª Presidente, ocupo esta tribuna no dia de hoje, para, mais uma vez, denunciar o descaso da saúde pública, não só no País, mas sobretudo no meu Estado, o Estado de Sergipe. De maneira covarde, estão tratando com descaso a saúde dos sergipanos – sim, de maneira covarde! Sabemos que o câncer é uma das doenças que mais afetam o povo brasileiro – é verdade, são mais de 500 mil casos a cada ano, Senador Caiado.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, todos sabemos que, em boa parte do nosso País, não dispomos de infraestrutura física para o bom atendimento dos cidadãos. São poucos os hospitais e as unidades que atendem à população a contento e de maneira digna. Cientes disso, por termos tralhado diretamente com esses pacientes, entendemos a necessidade da construção do Hospital do Câncer em Sergipe, uma unidade hospitalar de grande porte, capaz de atender a todos os sergipanos, e não só aos sergipanos, aos irmãos baianos, aos irmãos alagoanos, aos pernambucanos, àqueles que nos procuram, e sempre foi assim.

O projeto prevê cerca de 30 leitos para internação infantil e de 120 leitos para internação de adultos, além de dez leitos de UTI para adultos – já nasce pequeno, porque o Governo de lá pensa pequeno – e dez leitos para crianças. Serão, ao todo, cinco andares, e, desses, três serão exclusivos para internação, dos quais dois pavimentos para adultos e um para crianças. Para aplicação da quimioterapia, os pacientes infantis contarão com 24 leitos, e os adultos, com 43, e um pavimento será exclusivo para crianças, com espaço lúdico e brinquedoteca.

Pois bem, Sr. Presidente, esse é o projeto do Governo do Estado para a construção do Hospital do Câncer. A unidade de saúde contará também com um setor de fisioterapia, com enfermarias de emergência, com consultórios, com tudo o que precisamos para tratar, digna e multidisciplinarmente, todos aqueles que passam por uma doença como essa.

Entretanto, colegas Senadores, Srª Presidente, o Governo de Sergipe, mesmo dispondo dos recursos necessários, não construiu o hospital. Inicialmente, a obra estava orçada em R\$80 milhões. Já foram gastos mais de R\$12 milhões nas obras de terraplanagem, que até hoje não serviram absolutamente para nada, verdadeiro abandono. E até agora nenhuma parede sequer foi erguida, como disse aqui, inicialmente.

Até o momento, através do nosso gabinete, já destinamos mais de R\$180 milhões. Para ser preciso, destinamos R\$334,128 mil para a construção do Hospital do Câncer de Sergipe. Ou seja, valor suficiente, Senador Perrella, não para construir um, mas dois grandes hospitais no nosso Estado.

Foram empenhados mais de R\$32,7 milhões inicialmente e – pasmem! –, R\$110 milhões foram perdidos por descaso com a saúde dos sergipanos. Inacreditavelmente, o atual Governo de Sergipe jogou pelo ralo mais de R\$100 milhões. Sim, jogou pelo ralo, abandonou, porque não fez a obra. Para que tenhamos uma ideia da gravidade disso, de acordo com dados do Instituto Nacional de Câncer, são quase 10 mil novos casos de câncer todos os anos que acometem inúmeras famílias sergipanas, homens e mulheres.

Trago, mais uma vez, a esta tribuna o *Jornal da Cidade*, do último final de semana, que traz na manchete de capa “Obras do Hospital do Câncer estão paradas”, e, na verdade, nem iniciadas foram. A matéria denuncia que a obra que estava prevista, para ser entregue até o final deste ano, está parada há muito tempo. “No local não há qualquer sinal de que a construção será retomada”, diz trecho da reportagem.

Além disso, a matéria diz que, após auditoria do Tribunal de Contas da União, no processo licitatório para construção do Hospital de Câncer, o órgão identificou estimativa de preços excessivos. Acreditem: mesmo antes de a obra ser iniciada, o Tribunal de Contas já identificou preços excessivos em relação ao mercado e informou o fato à Caixa Econômica, ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Estado da Infraestrutura para a correção durante a revisão do orçamento da obra.

Em matéria divulgada em seu *site*, o TCU informa ainda que, no processo licitatório para construção do Hospital do Câncer, identificou-se que o valor previsto no contrato de repasse, de aproximadamente R\$ 47 milhões, é inferior à estimativa do custo da obra de R\$ 83 milhões. Esse contrato prevê a transferência de R\$ 32,7 milhões de recursos federais e a contrapartida de R\$ 15 milhões por parte do Fundo Estadual de Saúde de Sergipe. Mas é importante destacar que o Governo de Sergipe dispõe dos recursos de nossas emendas, dinheiro federal, que serão liberados à medida que a obra for realmente iniciada.

Diante do exposto, solicitei, audiência com o Relator do processo, Ministro-Substituto do TCU Weder de Oliveira, primeiro, para mostrar a nossa disponibilidade para que esta obra finalmente saia do papel e torne realidade o sonho dos sergipanos. E considero imprescindível apresentar também o volume de recursos já destinados através de nosso gabinete. Recursos esses que seriam suficientes, como já disse aqui, para a construção não de um, mas de dois hospitais.

Lamentavelmente, o que estamos acompanhando é o espetáculo da politicagem, do descaso, pois propositalmente o Governo atrasou o início da obra do hospital, e do estelionato eleitoral em 24 de janeiro de 2014, quando o Governo do Estado realizou a assinatura da ordem de serviço para as obras de terraplanagem do terreno, colocou máquinas para fazer de conta que a obra sairia do papel, passando pelo desperdício do dinheiro público e finalizando com o descaso com a saúde de todos nós, sergipanos.

Enquanto isso, milhares de sergipanos perdem suas vidas por não terem onde se tratar. Esse, sim, é o perfil do atual Governo que há no nosso Estado. Isso é estelionato eleitoral. Isso também é golpe.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Finalizo, parabenizando todos os empregados domésticos por este dia. É verdade que ainda há muito a se conquistar para os trabalhadores domésticos, mas a luta continua. Haveremos de ter um País muito melhor, muito mais digno do que a realidade nos mostra atualmente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra, agora, como orador inscrito, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a tolerância comigo, Sr^a Presidente.

Sem a pretensão de uma aula sobre o assunto, para efeito preliminar à proposta que vou fazer, gostaria de relembrar, juntamente com as Sr^{as} e os Srs. Senadores, antigas lições sobre a ideia de democracia, essa forma de governo tão deficiente, mas que ainda se revela insubstituível.

Como somos, na definição de Aristóteles, *anthropos politikon*, isto é, animais gregários, societários, era natural que buscássemos, desde cedo, regras de convivência. Temos, assim, a ágora grega, em que os cidadãos, diretamente, sem intermediação ou representação delegada, decidiam os destinos da sociedade. E eram, Senador Maranhão, remunerados por disporem de seu tempo e afazeres para participarem da assembleia. Daí a origem, pelas mãos de Péricles, dos proventos dos Parlamentares hoje existentes no mundo inteiro.

É claro, com o tempo, pela impraticabilidade do exercício democrático direto, instituiu-se a representação delegada pelo voto. O povo escolhe quem legislará em seu nome. Mas, desde que estabelecida a democracia representativa, conviveu com críticas aos limites de seu exercício.

Por exemplo, Jean Jacques Rousseau, tido como o Pai da Democracia Moderna, na sua obra mais conhecida *O Contrato Social*, lançado em 1762, desdenha a tão decantada democracia representativa inglesa. Dizia ele: “O povo inglês acredita ser livre, mas se engana redondamente; só é livre durante a eleição dos membros do parlamento. Uma vez que estes são eleitos, o povo volta a ser escravo, não é mais nada.”

Para Rousseau, a soberania popular não pode ser representada, pela mesma razão de que ela não pode ser alienada. Nem representada, nem alienada. Essencialmente, a soberania consiste na vontade geral, e essa vontade geral jamais pode ser representada – dizia Rousseau. Logo – deduzia –, os Deputados não são e nem podem ser representantes do povo, porque eles não são mais que comissários do povo e, assim, não podem concluir nada definitivamente.

Com essa crítica radical à democracia representativa, afirmando que os Parlamentares não podem concluir nada definitivamente, Rousseau retoma a ideia da democracia direta e revive o conceito de mandato imperativo. Segundo Rousseau, a soberania popular implica uma concentração de poderes nas mãos do povo, a tomada de decisões através da democracia direta e a eleição de simples comissários exercendo o poder em nome do povo.

No entanto – e aí quem fala é Norberto Bobbio, em seu livro *O Futuro da Democracia* –, Rousseau também estava convencido de que uma verdadeira democracia jamais existiu, nem existirá, pois requer condições difíceis de serem reunidas. Por exemplo: exigiria um Estado muito pequeno, com poucos habitantes, no qual o povo facilmente reunir-se-ia, e cada cidadão poderia conhecer todos os demais. Exigiria uma grande simpli-

cidade de costumes, que impediria a multiplicação dos problemas e as discussões espinhosas. Por fim, exigiria uma grande igualdade de condições e fortuna entre os cidadãos. Rousseau, como cita Bobbio, concluía: se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente, mas um governo assim, perfeito, não é feito pelo e para os homens.

Com sua crítica radical à democracia representativa, decretando que os Parlamentares não podem concluir nada definitivamente, Rousseau retoma a ideia de democracia direta e revive o conceito do mandato imperativo. O que é, afinal, o mandato imperativo? Menciono dois juristas brasileiros que trataram do assunto.

Diz Darcy Azambuja:

O mandato imperativo obriga o eleito a seguir fielmente as instruções [...] que lhe dão os eleitores. Por meio da existência do mandato imperativo, o povo tem o poder de ditar o seu plano de governo, o qual deverá ser observado pelo governante, sob pena de o mesmo ser destituído do cargo.

Agora, o mestre Paulo Bonavides:

O mandato imperativo [...] sujeita os atos do mandatário à vontade do mandante; que transforma o eleito em simples depositário da confiança do eleitor [...].

Juridicamente, equivale a um acordo de vontade ou a um contrato entre o eleito e o eleitor e, politicamente, reconhece a supremacia permanente do corpo eleitoral.

Nas primeiras décadas deste século e na sequência da Segunda Guerra Mundial, o sindicalismo italiano, especialmente sua corrente anarquista, adotou o mecanismo do mandato imperativo para impedir que dirigentes se acomodassem ou traíssem os compromissos com as suas bases. Por votação direta, os trabalhadores ou confirmavam ou destituíam a direção sindical, uma espécie de referendo revogatório.

Quer dizer, a ideia do mandato imperativo está vinculada à ideia do *recall*, da revogação do mandato concedido, do cancelamento da representação, da retirada da delegação por quem deu: o povo.

Desse ponto de vista, a Presidente Dilma poderia ser afastada do cargo por não ter cumprido os compromissos que assumiu com o povo brasileiro em 2014, mas nunca, jamais por crimes de responsabilidade, que todos sabemos, inclusive a oposição, que ela não cometeu.

Na verdade, a oposição pouco se dá se a Presidente cumpriu ou não cumpriu o programa acordado com os eleitores, mesmo porque a oposição era contra aqueles compromissos e, no fundo de sua alma neoliberal, o que a Dilma faz os satisfaz. Mas, pior ainda, é o pretense governo que quer tomar a cadeira da Presidente Dilma. Se a Presidente poderia ter a sua delegação revogada, imaginem a tremenda ilegitimidade de um governo que nasce de um golpe, de um golpe parlamentar, cujos protagonistas saem por aí a encomendar programas aos bancos e às federações patronais, ao mercado. Além de um governo sem consenso e sem compromissos nacionais populares e democráticos, apartado, longe da soberania e da vontade popular. Definitivamente, não! Da mesma forma, para um governo assim nascido, nascido assim: não! O que legitimaria então um novo governo? Apenas, Senador Magno Malta, novas eleições; o povo é que deve decidir.

Novas eleições com instituição do mandato imperativo, isto é, com a submissão do eleito a referendo popular para cancelar ou não o seu mandato. Decorrido determinado tempo da eleição, um ano por exemplo, Senador Caiado, por requerimento, talvez, de dois terços do Congresso, ou por requerimento de 10% dos eleitores, o Presidente da República seria submetido a uma avaliação popular, soberanamente o povo decidiria a continuidade ou não de seu governo.

Caso o eleito não tivesse cumprido o que fora pactuado com o povo, durante o processo eleitoral, ele teria o seu mandato cancelado, e nós teríamos novas eleições.

Enfim, com o mandato imperativo, os governantes serão escolhidos para realizar determinado programa, que, não executado, custará o mandato deles. A decisão é sempre do povo. O povo escolhe; o povo destitui. O povo entroniza; o povo derruba.

Com a possibilidade de revogação do mandato presidencial, não correremos o risco, ou será menor o risco, de se prometerem certas coisas na campanha eleitoral e praticarem coisas completamente diferentes durante o Governo.

Se o candidato pretende governar, por exemplo, para o mercado financeiro, para os ricos e poderosos, se o candidato pretende lanhar o lombo do trabalhador, tirando-lhe o emprego, revogando direitos trabalhistas e previdenciários, o candidato terá de defender essas ideias e lutar para convencer os eleitores, que lhe darão o tempo para implantar esse programa liberal.

Não teremos, então, discursos inflamados contra o desemprego, ao mesmo tempo em que se defende a flexibilização da CLT e das leis previdenciárias, a terceirização, a mudança da política do salário mínimo, as restrições e mais.

Não teremos veementes protestos contra os juros altos, ao mesmo tempo em que se defende com unhas e dentes o mercado financeiro e têm-se os bancos como as vacas sagradas, intocáveis, do sistema.

Não teremos aquelas arengas incandescentes sobre os investimentos em saúde, educação, saneamento, segurança, infraestrutura, ao tempo em que desvinculam receitas, estabelecem tetos para os gastos públicos, cingem os bancos estatais com camisas de força, para garantir os numerários para pagamento da dívida pública.

Não mais trapanças! Não mais promessas enganosas e mirabolantes! Utopias, senhores, de forma alguma! Se somos sinceros e queremos, de fato, mudar as coisas, é o caminho.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Senador!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr^{as} e Srs. Senadores, afunilam-se, cada hora mais, os caminhos para a salvação do mandato da Presidente Dilma. Se minha posição contra o *impeachment* é uma posição, há muito, consolidada, inamovível, não tenho os olhos fechados, a ponto de desconhecer o que se desenha à frente.

Diante disso, apelo à Presidente não que desista, e sim que abra uma janela de esperança para o País, convocando novas eleições presidenciais para outubro deste ano. Consumado o golpe parlamentar, empresarial, midiático, poderemos ter, no comando da República, o mais deslavado, cruel e impiedoso Governo neoliberal. Não que o Governo da Presidente Dilma seja um primor, o suprasumo do progressismo, um paladino destemido das causas nacionais e populares!

Não. Realmente, não é. Mas o que se vislumbra nas frestas da conspiração é o retrocesso, é a marcha a ré rascante, violenta, no pouco que se avançou.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Concordo com Dom Mauro Morelli, Bispo Emérito da Diocese de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, quando afirma: “Em um longo processo de negociação e concessões foram distribuídas volumosas migalhas sem medidas estruturais promotoras da cidadania”. É a negação do Governo que se fez até agora.

Pois bem, com um previsível governo neoliberal, nem mais migalhas teremos.

Presidente Dilma, ainda é tempo de salvar o Brasil de uma desgraça maior.

Presidente Dilma, convoque, através de uma emenda constitucional novas eleições, para que o povo, e não um Parlamento desmoralizado pelas denúncias de corrupção e refém de financiadores de campanha, decida.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O povo decide, a soberania é popular. Nós somos comissários do povo, a representação popular é indelegável. E se vamos discutir um novo modelo de sociedade em contraposição ao Estado social, que essa decisão não seja feita nas antessalas dos bancos, nas federações de indústrias, mas que seja feita em uma discussão ampla, diante do eleitor, da sociedade e do povo brasileiro.

Dilma, eleições já!

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Caiado, com a condescendência da Mesa.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Ex^a discorreu sobre toda a história e mostrou, realmente, como tem sido a evolução das representações nos congressos, nas assembleias, instaladas no decorrer de todos esses anos.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Ex^a historiou muito bem. É importante que seja dito que nós nunca fomos refratários ao *recall*. Nunca existiu nenhuma resistência ao *recall*, até porque concordo plenamente com a necessidade de o candidato ter o compromisso de colocar em prática aquilo que falou. Concordo plenamente com V. Ex^a, Senador Requião. Só que no sistema proporcional de lista aberta, V. Ex^a sabe que é totalmente incompatível um *recall* ser implantado, mas no caso específico da Presidente da República, a que V. Ex^a faz referência, eu concordo plenamente que existe esse compromisso. E é diante desse compromisso que eu pergunto a V. Ex^a: se no decorrer desses anos todos, a população foi induzida a um ganho irreal, a um desemprego que extrapola 10 milhões de brasileiros, ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... a uma inflação ascendente, a uma situação de aumento da conta de luz, de diminuição do poder aquisitivo do cidadão, que compromissou a Presidente Dilma realmente tem entre aquilo que ela disse no palanque, na televisão, nos debates e o quadro real de hoje?

Então, eu acredito que com um *recall* seria até mais fácil retirarmos a Presidente Dilma neste momento. Não seria necessário o *impeachment*. Porém, a Constituição brasileira não prevê o *recall*, prevê exatamente o *impeachment*. Se nós formos mudar as regras da Constituição, eu me coloco inteiramente à disposição de V. Ex^a para debatermos o assunto, em que tenho interesse especial por já debatê-lo há longa data, desde a Câmara dos Deputados. Só para concluir, quero deixar claro que a Constituição brasileira prevê a condição de o Vice-Presidente assumir.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nós não temos a prerrogativa no Congresso, por emenda constitucional, de aumentar mandato de quem quer que seja nem de diminuir mandato. Mas nós estamos abertos ao debate, é lógico, sem infringir as normas constitucionais. Muito obrigado pelo aparte que V. Ex^a me concedeu.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Um bom aparte, Senador.

O caminho é esse. Eu não defendo a fidelidade da Presidente da República aos seus compromissos de campanha. Pelo contrário, eu acho que ela acabou governando com os princípios programáticos dos seus adversários eleitorais, e esse foi um erro brutal. Eu, desde o primeiro dia em que assumi o meu mandato no Senado, tenho feito críticas à política econômica do Governo. E talvez eu seja o único Senador que tem feito críticas persistentes, coerentes, estruturadas.

Mas o que eu vejo hoje é que companheiros que estavam no ministério, companheiros que eram Líderes do Governo,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... companheiros que apoiaram todos os erros em todos os momentos, repentinamente querem o *impeachment*, não pelo crime de responsabilidade, que realmente não existe no caso das tais “pedaladas”, que são um artifício contábil para resolver um problema orçamentário; mas querem por um conjunto de circunstâncias que tiraram da Presidente a popularidade, a guerra midiática, a oposição dos bancos e o desejo fundamental do poder, porque, na verdade, eles concordavam com isso até agora. Nós temos o Vice-Presidente da República e seis ministros, e de repente eu vejo os Vice-Líderes do Governo se declarando a favor de um *impeachment* sem pé nem cabeça.

Então, houve uma infidelidade ao mandato. Eu deixo isso claro e digo, com toda a clareza e sem subterfúgios, mas não acho legítimo que assuma um governo que está elaborando um projeto nas antessalas dos bancos,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... contratando economistas ligados ao capital financeiro e que pode mudar os rumos de um projeto nacional.

O povo brasileiro tem que se pronunciar a respeito disso. O PMDB deveria estar fazendo reuniões com as suas bases, com seus economistas, e discutindo amplamente um caminho para um Brasil soberano, para um projeto nacional. Mas não, o que eu vejo é uma negociação por cima. Negocia-se com banqueiros, com economistas ligados ao capital financeiro. E a única proposta que eu vi em todas as interpelações e manifestações, inclusive do nosso Presidente do Partido, Romero Jucá, foi combater o Estado Islâmico, o bolivarianismo e mais não sei o quê. Uma incoerência total e absoluta, jogando com prejuízos estabelecidos pela mídia no imaginário popular. Nós não...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... estamos sendo coerentes.

Então... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES. *Fazendo soar a campanha.*) – Um minuto, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Se o Brasil acha que o Governo não tem dado certo e está achando, pela imposição da mídia, pelo jogo do grande capital, pelos interesses geopolíticos sobre o nosso petróleo, vamos abrir uma discussão, e essa discussão tem que ser feita com a sociedade.

Que apresente, o meu PMDB, um projeto de governo, mas um projeto discutido com o Partido, com a sua base social, não com os economistas dos bancos, não com os interesses de empresários que querem lucros absurdos e que propõem uma única coisa: a defesa absoluta do capital. Nenhum imposto, Senador Otto, nenhum imposto eles querem. Eles querem corte no salário, na Previdência Social, corte na educação.

É a predação do trabalho em favor do capital e o fim de um projeto de Estado social. O que está acontecendo aqui acontece no mundo, acabou com a Grécia, com a Espanha, com a Itália. É uma guerra.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É a guerra de reavivamento do capital, diante do avanço do Estado social que surgiu no mundo depois da derrota do nazismo, principalmente na Europa.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Otto Alencar.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª me concede um aparte, se possível?

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Roberto Requião, queria parabenizar V. Exª pela lucidez do pronunciamento, como sempre, aliás, bem próprio para este momento. Eu concordo plenamente com V. Exª quando diz que, há 15 dias, o maior partido do Brasil, o PMDB, partido de V. Exª, tinha sete ministérios e participava ativamente do Governo. Mas em razão dos fatos que aconteceram recentemente, que eu entendo que já existiam há muito tempo dentro na estrutura do Governo, comandada pelo PMDB, uma grande articulação...

(Interrupção do som.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... e até uma conspiração para *(Fora do microfone.)* se chegar ao ponto em que se chegou hoje.

(Soa a campanha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu fui conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Conheço bem a Lei de Responsabilidade Fiscal. O que eu queria perguntar – ainda não deu para perguntar, mas vou perguntar – ao nobre Senador Antonio Anastasia, que é o Relator, é onde ele pontua, na Lei de Responsabilidade Fiscal, a graduação da pena para quem não cumpre os arts. 35 e 36 com cassação. Porque não existe nenhuma graduação na Lei de Responsabilidade Fiscal para a cassação. Não existe. Os arts. 35 e 36 dizem que não se pode utilizar recursos de bancos oficiais para programas da Administração centralizada, mas não gradua a pena. E nenhum prefeito ou governador no Brasil teve contas rejeitadas e foi cassado. Aqui perto, em Tocantins, o atual Governador Marcelo Miranda teve duas contas rejeitadas, com “pedalada”, com decreto de suplementação orçamentária, sem autorização da Câmara, uma série de irregularidades – e é do PMDB –, e continua governador, assim como tantos outros. Então, o que eu digo é que, consumado o *impeachment*, creio que vai se abrir jurisprudência para os Tribunais de Contas dos Municípios e dos Estados cassarem também prefeitos e governadores que abriram conta sem a autorização das Assembleias ou das Câmaras de Vereadores. E lembro aqui o ideólogo do Código Penal francês, Montesquieu, que diz que...

(Soa a campanha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... qualquer castigo que seja dado de forma absolutamente desnecessária, como é o caso da Presidente Dilma, é tirânico, é cruel, é opressivo. O que me chama a atenção e me preocupa é o dia seguinte, é o *day after*, o que vai acontecer depois com o governo que vai entrar já numa crise de confronto com a sociedade, com a Câmara e com o Senado. Na Câmara, a sessão foi fantasmagórica. O relatório foi aprovado sem nenhuma consistência, pachola, de brincadeira, com declarações de voto em favor “da minha tia”, “do meu primo”. Uma Deputada nominou seu esposo, Prefeito de Montes Claros, como homem correto, e, no outro dia, ele estava algemado.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Houve uma série de ações e declarações que devem ser desconsideradas. O dia 17 de abril deveria ser tirado do calendário da Câmara

dos Deputados, porque, quando um Presidente da Câmara dos Deputados é chamado 47 vezes de bandido, de déspota, de corrupto ou de gângster, e apenas ri, nós estamos com a Câmara Federal em uma situação que nunca esteve neste Brasil. E é uma Câmara Federal que teve grandes Presidentes, como existem lá outros Deputados que são corretos, direitos. Mas o fato de um Presidente de uma Câmara Federal ouvir de seus colegas, de seus pares, 47 vezes as palavras corrupto, gângster ou bandido – como Roberto Jefferson disse, “meu bandido preferido” –, e apenas rir me deixa constrangido.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Realmente, aquela sessão deveria ser anulada, porque foi um ato cênico, comandado, na sua grande maioria...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Pelo chefe...

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pelos Deputados que estavam ali. E, naquele dia, a virtude estava em minoria, meu prezado amigo e Senador que eu tanto admiro, Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, eu estou entusiasmado com o resultado desta discussão que eu acabo de abrir no Senado. Eu sempre acreditei no Senado da República como um Poder equilibrado e moderador. O aparte do Senador Caiado e o aparte que recebo agora do Senador Otto me sinalizam que esta discussão está, sem a menor sombra de dúvida, num bom caminho.

Se a Mesa me permitir, concedo um aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Requião, em primeiro lugar, não poderia deixar, estando eu aqui, de fazer um aparte a esse...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES. *Fazendo soar a campainha.*) – V. Exª se apoie no espírito de Suplicy e tenha a capacidade de síntese de Suplicy, para podermos adiantar.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que vou me espelhar mais na capacidade de síntese de V. Exª, Senador Magno Malta. Serei mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Se fosse na de Suplicy, V. Exª ficaria o dia inteiro com a palavra.

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas eu não poderia, ouvindo o Senador Requião, deixar de fazer um aparte, Senador. Em primeiro lugar, quero destacar aqui a permanente coerência de V. Exª, não importa que cargo público ocupe, se Governador do seu Estado do Paraná, se Senador da República, V. Exª tem uma ideologia e um pensamento. Portanto, quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª. Em segundo lugar, quero dizer que não foi uma, mas muitas vezes discuti com V. Exª quando ocupava a tribuna e fazia críticas a algumas medidas da Presidente, após a sua reeleição. E medidas de que, assim como V. Exª, eu também discordava.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A Sra Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – À época, dizia-se o seguinte: “Mas estão exigindo que façamos isso. Há uma exigência do mercado”. E o que aconteceu, Senador Requião? Ninguém, muito menos o mercado, deixou a Presidente governar. Para quê? Para criar os fatos que estamos vivenciando hoje. É a velha tese do quanto pior, melhor. Espero que ainda tenhamos condições de brecar isso que estão querendo fazer. Estão querendo cometer, como disse o Senador Otto, a maior injustiça: condenar alguém sem que esse alguém tivesse cometido um crime sequer. Mas, se levarem adiante, se insistirem, penso como V. Exª: vamos conversar com o povo nas ruas. Não podemos entregar, permitir que assuma a cadeira da Presidência quem nunca colocou o seu nome para apreciação popular. É verdade, o povo está meio insatisfeito com o Governo, mas o povo tem dito que não quer o Vice-Presidente Temer na cadeira da Presidente Dilma. Então, parabéns, Senador Requião. O Brasil precisa muito da atuação contundente de V. Exª. Muito obrigada!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E chegaremos, Senadora, à exposição plena das contradições. O mercado financiou a insurreição na mídia, nos jornais, nas televisões, nos panfletos; ofereceu, inclusive, aviões

no dia da votação na Câmara – conversas pessoais de líderes de federações empresariais –, mas o mercado, o verdadeiro mercado exige, por exemplo, o Banco Central independente.

Quero lembrar a este Plenário, para encerrar a minha participação nesta tarde, que o Presidente do PSDB, o famoso Fernando Henrique Cardoso, para poder governar à moda dele, demitiu cinco Presidentes do Banco Central. Será que agora, perto da possibilidade concreta do impeachment ilegal da Presidente Dilma...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... eles insistirão no plenário em Banco Central independente para tirar completamente a possibilidade de governabilidade de um próximo governo com o Temer em parceria com o PSDB? Vamos começar a viver contradições pesadíssimas, mas uma coisa é clara: o privilégio absoluto do capital financeiro contra o trabalho. É o mesmo que ocorre na Itália, na Grécia, na Espanha, em Portugal, que tem desgraçado o mundo e que se faz elevar a palavra de um líder importantíssimo neste momento, que é Jorge Mario Bergoglio, o nosso Papa Francisco, na reunião de Davos e em todos os seus pronunciamentos: não é possível que *mamon* prevaleça diante da ventura e da possibilidade de vida e felicidade dos povos. *Ma-mon*, em hebraico, não é nada mais nada menos do que a palavra dinheiro.

Obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, a Srª Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Agradeço, Senador Requião.

Com a palavra a representante, como o Senador Requião, do nosso Paraná, Senadora Gleisi Hoffmann; em seguida, o Senador Blairo Maggi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Quero aqui cumprimentar também o pronunciamento do Senador Roberto Requião, que foi muito preciso e elucidativo, e falar, hoje, sobre um tema que tem sido recorrente nos discursos dos Srs. Senadores.

Tem sido frequente nesta Casa e em muitos meios de comunicação a afirmação de que o País não pode mais esperar pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Fala-se em desempregados, em paralisia da atividade econômica e, usualmente, conclui-se que a sociedade brasileira aguarda ansiosa pelo afastamento da Presidenta Dilma como saída para todos os nossos problemas, principalmente o da economia.

A crise econômica é menor que a crise política. Não que não exista a crise econômica, porém é menor e ainda está muito mais relacionada com o cenário econômico internacional, principalmente no que diz respeito às *commodities*, e vítima, principalmente vítima, da crise política.

As soluções são claras, todavia não conseguiram ser implementadas pela posição política do Presidente da Câmara e mais a oposição, PSDB, Democratas, Solidariedade, PPS, que, desde a derrota, em 2014, criam barreiras para o Governo implementar o projeto, principalmente no quesito econômico.

As reservas cambiais de R\$372 bilhões intactas são o exemplo disso. Se não houvesse a crise política do modo rancoroso que é, partes poderiam ser usadas na aplicação das políticas econômicas prioritárias e teriam ajudado na redução da dívida bruta, por exemplo, e, por consequência, na redução da taxa de juros.

Outro exemplo são os investimentos diretos estrangeiros no setor produtivo, que continuam vindo ao País, mantendo o seu percentual histórico e demonstrando sinais de confiança internacional em nossa economia, mas que ainda esbarram nesse engodo político arquitetado pela oposição para se reerguer.

Todavia, nem crise econômica nem política são pautas legais do processo de *impeachment*. O mérito é a existência, ou não, de crime de responsabilidade. O Supremo Tribunal Federal julgou somente a forma, e a Câmara dos Deputados julgou de forma política, sem analisar o aspecto do mérito. Agora, o Senado será responsável pela apreciação do processo pelo mérito da questão, que se restringe, Sr. Senadores e Srªs Senadoras, em dois pontos – e esse será o meu mantra aqui em toda a discussão do *impeachment* que nós teremos no Congresso Nacional. O primeiro: atraso no pagamento ao Banco do Brasil dos subsídios aos juros praticados nos contratos do Plano Safra. Esse é o único atraso a pagamento de banco público que nós temos em 2015, único atraso. Ele está nessa peça representativa. Já os atrasos com bancos públicos em 2014, além de já terem sido pagos, não foram incluídos na peça, porque 2014 fazia parte do primeiro mandato da Presidente da República.

Os acusadores tentam justificar que o atraso no Banco do Brasil do pagamento dos subsídios ao banco do Brasil configuraria uma operação de crédito camuflada, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse caso, seria o mesmo que considerar o atraso no aluguel um empréstimo do dono do imóvel ao locatário, ou que o atraso na conta de luz ou na conta de água fosse uma operação de crédito. Isso é nada mais, nada menos que um inadimplemento contratual.

Além do mais, nesses contratos, não há um só ato praticado pela Senhora Presidente da República: não há decreto, não há autorização, não há determinação, não há assinatura do Plano Safra, até porque o Plano Safra é regido por uma lei de 1992, que estabelece competência para regulamentação, gestão e execução ao Conselho Monetário Nacional, ao Ministério da Fazenda, Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

Portanto, não há má conduta, não há ilícito nem dolo por parte da Presidenta da República. Por isso não há crime de responsabilidade. Qual é a conduta, qual é o crime que a Presidenta cometeu aqui?

Eu concedo um aparte ao Senador Donizeti.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Senadora Gleisi, obrigado pelo aparte. Parabenizo pela exposição. É preciso lembrar que o TCU recomenda que a equalização da taxa seja apurada num semestre e paga no outro semestre. Isso é óbvio. Quem lida, por exemplo, com a área agrícola sabe que quem toma o empréstimo é o produtor, o pecuarista e não o Governo. O Governo entra para equalizar aquela parte da taxa que ele cedeu a menos do que o mercado, a fim de fomentar a agricultura e a pecuária. Não é possível fazer equalização de taxas diariamente, porque o produtor colhe e vende o seu produto em dias diferentes, e são milhares de contratos, então vai acumulando. O TCU muito corretamente entendeu que, para ser eficiente e dar certo, é preciso apurar num semestre e pagar no outro, e foi isso que a União fez em relação ao Plano Safra de 2015. Já não era empréstimo e não há nenhum atraso. O que há é o pagamento de acordo com aquilo que foi acertado com os bancos nos contratos e recomendado pelo TCU.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço o esclarecimento, Senador Donizeti. Com certeza, o que há é uma forçação de barra muito grande para justificar a violência que estão fazendo com a Presidenta Dilma.

O outro ponto que traz aqui o processo é a edição de seis decretos de créditos suplementares ao orçamento da União também em 2015 por excesso de arrecadação e saldo de exercícios anteriores. Aí muitos dizem: “Como excesso de arrecadação, se a arrecadação baixou em 2015?” É que é excesso de arrecadação de rubrica específica. Vou dar um exemplo aqui: a arrecadação de taxas para concursos públicos nas universidades. Esse é um recurso do MEC, não é um recurso do caixa da União. Portanto, esse recurso é recolhido numa conta específica. Como foi recolhido a mais, ou seja, o MEC tinha previsto um determinado valor e recolheu-se a mais, tem que haver a suplementação, para que esse dinheiro possa entrar no orçamento, e o MEC possa, inclusive, gastar esse dinheiro para ampliar os concursos, visto que o número de inscrições foi maior. É sobre isso que estamos falando e também de exercícios anteriores, sobras de exercícios anteriores, superávits. É como se eu tivesse um dinheiro na minha conta poupança, que eu deixei no ano de 2015, e, para gastar agora, tenho que tirar da poupança e colocar na minha conta-corrente. Foi isso. Qual é o crime que há aqui? Eu desafio qualquer Senador, qualquer Senadora a me dizer que isso constitui crime de responsabilidade, inclusive à luz dos pareceres sistemáticos do Tribunal de Contas da União, que nunca entendeu dessa forma.

O que está em jogo para a população atrás de tudo isso? Primeiramente, ocorreu a formação de uma opinião gerada pelo descontentamento com o cenário político e econômico, aliado ao pessimismo da mídia de um contexto negativo sobre o País. Assim, surge a perspectiva pessimista de um governo Temer, que inverterá as pautas prioritárias elencadas pelo povo, em que deixaremos de ter um Estado ampliado e seremos um Estado mínimo, que só atende aos interesses do mercado especulativo, grandes empresas – hoje representadas pela Fiesp, Fiep e outras entidades patronais – e a elite deste País, como disse aqui tão bem o Senador Roberto Requião.

Em suma, o projeto de Uma Ponte para o Futuro, que chamamos de pinguela para o passado, pode ser resumido em alguns aspectos. Aliás, um deles muito comentado pelo Senador Paim, que vale o negociado e não o legislado. É o desmonte da legislação de proteção aos direitos trabalhistas da CLT. É isso que está em jogo. Também a redução desses direitos, porque uma delas é inclusive a desvinculação do salário mínimo da Previdência.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Como pode o salário mínimo ser aumentado para aquele que está na Previdência e que ganha o salário mínimo? É isso que causa problemas nas contas públicas. Então, nós vamos fazer o Robin Hood ao contrário, tirar dos pobres para dar condições de pagar juros para os ricos? É isso que nós queremos fazer? Pois saibam os senhores que nós vamos resistir muito se essa proposta vier para o Congresso. Nós não vamos admitir que se desvincule da Previdência Social o aumento real do salário mínimo. É isso que tem mantido a renda de grande parte da população pobre do nosso País.

Está aí também o fim das vinculações constitucionais da saúde e educação. Ah! O orçamento é muito engessado, porque já há dinheiro carimbado para a saúde e para a educação. Ainda bem que temos, porque são as duas áreas mais essenciais à vida das pessoas. Por que deveríamos abrir mão disso? Precisamos, sim,

garantir que a saúde e a educação continuem tendo recursos. Nós já sabemos que há dificuldades. Agora vamos desvincular, e o recurso vai para aonde? Para pagar os juros, para a redução da dívida? Então, nós tiramos daqueles que menos têm e mais precisam para dar para os que mais têm?

É a lei das terceirizações; enfim, nós vamos ter várias propostas aqui que não são propostas para melhorar a produtividade e a competitividade do nosso País. São propostas para melhorar a cumulatividade de riquezas do nosso País, porque o Brasil é um País desigual, extremamente desigual, onde as pessoas que ganham muito ganham muito e são 1%, 2% da população, e quase 90% são pessoas pobres, que não têm renda. Então, não venham com esse discurso de que nós vamos melhorar a capacidade produtiva do Brasil. Não! Nós vamos melhorar a acumulação de riquezas por parte de determinados setores.

É uma total inflexão da vontade da população e um dos princípios defendidos na peregrinação do trabalhador neste próximo 1º de maio. Aliás, o próximo 1º de maio, que será no domingo, vai ser um dia de resistência para a classe trabalhadora e para o povo pobre brasileiro. Aqui nós temos que lembrar o que disse o Papa Francisco: “Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos”. Isso é equilíbrio, isso é ter justiça, isso é poder dar a quem precisa o que merece.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª me permite um aparte? Quero, primeiro, cumprimentá-la, mais uma vez, pelo seu pronunciamento, que é muito rico em conteúdo. O de que nós precisamos neste momento, principalmente, é debater o conteúdo, e V. Exª faz isso de uma forma, ao mesmo tempo, muito profunda, fácil e compreensível. Eu quero, Senadora, apenas agregar ao que V. Exª diz, ou seja, ao que de fato está em curso no País – uma tentativa de tirar uma Presidente democraticamente eleita no País para que eles assumam o seu lugar e, assumindo o seu lugar, apliquem o seu projeto de Estado brasileiro. Como V. Exª diz – e não tirei isso da sua cabeça, tirei do papel que por eles foi escrito –, Uma Ponte para o Futuro, pinguela ou túnel para o passado, tanto faz, significa voltar a fazer no Brasil o que faziam há mais de uma década, há mais de uma década, quando Fernando Henrique era Presidente, quando os servidores públicos ficaram mais de oito anos sem reajuste, em que tentaram aprovar, na Câmara – e só não o fizeram porque nós não deixamos, resistimos dura e bravamente –, uma mudança na legislação trabalhista do Brasil através de um único artigo: o negociado se sobrepõe ao legislado. Isso significa rasgar completamente a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho. O que estava em todos os jornais hoje, Senadora? Com que o Vice-Presidente Michel Temer está se comprometendo com o Presidente da Fiesp? Fazer cortes radicais, porque o Presidente da Fiesp e os empresários não querem que criem um imposto, a CPMF, que é para o rico pagar, porque o pobre estaria livre dela, o assalariado estaria livre – não querem! O que eles querem, então, é cortar exatamente o do mais pobre. Acho que os pronunciamentos que V. Exª tem feito – assim como o Senador Lindbergh, o Senador Requião, que acabou de fazer, o Senador Otto – têm sido muito importantes para mostrar isto à população brasileira, que o que está em curso no Brasil não é a tentativa de penalizar uma Presidente pelo crime que cometeu, porque não cometeu crime nenhum – não cometeu crime nenhum! O que está em jogo...

(Soa a campanha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... é a busca do poder, da forma mais repugnante que pode existir, que é aquele golpe branco, aquele golpe que apenas rasga a Constituição, inventa um crime e condena a pessoa por esse crime que foi inventado. Parabéns, Senadora Gleisi, pela forma lúcida e clara com que V. Exª se pronuncia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada. Agradeço à Senadora Vanessa e integro ao meu pronunciamento o que V. Exª agora falou, parabenizando, também, por sua atuação, determinação e defesa do direito dos trabalhadores.

É, nesse contexto, que entendo o que muitos vêm dizendo, que o Brasil não pode esperar, que o País tem pressa, que a economia precisa voltar a crescer. É verdade, tanto que recente pesquisa do Ibope revela isso: a solução Temer é reprovada por 92% da população, o que ratifica a necessidade de resolvermos esse cenário. É o pior cenário entre os três pesquisados,...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... sendo que Michel Temer é três vezes inferior à expectativa de manutenção do Governo Dilma Rousseff. Dilma tem 24%, portanto, três vezes mais apoio da população do que Michel Temer. O Brasil quer menos Temer do que a Presidente Dilma. Esse projeto Temer tem um 1% de intenção de votos num cenário de novas eleições.

É isso que estamos fazendo, que o Brasil caminhe para esse rumo, para esse lado, contrariamente à opinião pública, como muitos aqui insistem em dizer que não, que o que se está fazendo aqui é o que a opinião pública quer. O que a opinião pública quer, 62%, são eleições neste País, não é o Temer de Presidente.

A pressa da oposição não é a mesma da população, a pesquisa deixa claro isso. Enquanto o povo tem pressa em resolver o problema nacional, composto pela crise política e econômica, a oposição pensa em resolver o problema pessoal,...

(Interrupção do som.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... pagar o compromisso com aqueles que financiaram esse processo, como a Fiesp, a CNA, a CNT, a elite paulista, principalmente, flexibilizando os direitos trabalhistas e reduzindo os programas sociais, e quitar o pacto político com alguns Parlamentares que apoiaram.

Outro dado matemático fresquinho que revela isto, de que a opinião pública não concorda com esse processo de *impeachment* – como muito bem disse a Senadora Vanessa, traveste-se de *impeachment*, mas é um golpe branco, porque rasga a Constituição –, é o da pesquisa Vox Populi, divulgada na segunda-feira, que aponta o aumento das intenções de voto do ex-Presidente Lula para 2018, chegando a 31%, bem à frente da ex-Senadora Marina Silva e do derrotado candidato, em 2014, o Senador Aécio Neves, e também do reacionário Bolsonaro e do ex-Ministro Ciro Gomes. É isto: podem...

(Interrupção do som.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... bater, podem falar...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... podem criticar, podem querer prender, mas a população entende o que o Lula fala e sabe o que está em jogo neste País. Ou seja, a percepção da população mudou, Srªs e Srs. Senadores.

Estou entendendo o que está ocorrendo no País: o pano de fundo confeccionado pela nossa oposição começa a cair, e as pessoas começam a entender a gravidade deste momento com o golpe que se quer dar. Lula, crescendo diariamente, significa que a população quer o projeto político que privilegie os mais pobres, os trabalhadores e que deixa o Judiciário trabalhar. O golpe dá sinais claros de que levará um golpe.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Senadora Gleisi.

Com a palavra, o ex-Governador do Mato Grosso, Senador da República, e que tem uma rocinha de soja no Mato Grosso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, Senador Magno Malta, só gostaria de saber a ordem dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – V. Exª é o próximo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sou o próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Fique tranquilo, tenha paz que vai chegar a sua hora.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente da sessão, Senador Magno Malta. Obrigado pela deferência, ao me chamar.

Eu gostaria de usar da tribuna agora, neste momento, depois de ouvir vários pronunciamentos que foram feitos pelos colegas que me antecederam, e de poder ter a oportunidade de falar exatamente no momento subsequente ao que eles terminaram as suas falas, para poder discordar, poder dizer as coisas do outro lado, o que nós, brasileiros; nós, trabalhadores; nós, empresários; nós, agricultores; aqueles que, efetivamente, pegam no pesado no dia a dia para fazer este País andar, gerar riquezas, honras, gerar oportunidades, esperamos de um Estado, algo em troca, e esse algo nunca chega de volta.

Ao ouvir meus colegas, vi que há reclamação de que parece que o projeto que está para nascer e que vai chegar quer tirar benefícios de A, de B, de C. Não se trata disso. O que eu defendo aqui, Senador Magno, meus colegas, é que o Brasil precisa olhar um pouco para dentro dele, do Governo, da estrutura governamental, reduzir os seus custos e se tornar eficiente para que esses recursos que hoje chegam aos cofres do Governo sejam necessários, suficientes e de sobra para fazer aquilo que não está sendo feito até agora. É essa a questão.

Não estamos aqui a discutir se sobrarão mais ou menos para um ou se vamos tirar de A, de B ou de C. Não! O que eu quero, o que eu desejo e o que esses que estão fora da política querem e desejam é que o Estado

seja eficiente; que o Estado seja cumpridor das suas obrigações e que entregue para as pessoas aquilo que elas esperam, na saúde, na educação, na segurança pública, no investimento.

O nosso País está tão atrapalhado, está tão perdido nesses últimos anos, que esta semana ouvimos uma notícia de que até o espaço aéreo brasileiro foi rebaixado por uma associação de pilotos mundo afora que considerou o nosso espaço aéreo como o espaço aéreo de um país que tem guerra, de um país que não tem pistas balizadas e que não tem pistas controladas para descerem aeronaves. Quer dizer, aonde nós estamos chegando, gente? Aonde nós estamos chegando? É um absurdo esse tipo de situação.

Isso só demonstra que o Estado brasileiro não está preocupado com o cidadão. Ele não está preocupado com você, meu caro Dário Berger, que está lá em Santa Catarina. A corporação do Governo está preocupada com ela mesma, está preocupada com o salário dela, com os benefícios dela, com aquilo que sobra para ela e para as suas famílias. Não está preocupada com o agricultor, não está preocupada nem com aqueles que recebem Bolsa Família.

Parece-me que o Estado brasileiro dá Bolsa Família para as pessoas não para ajudar, mas para acalmar, contentar. “Fiquem quietos, fiquem aí, não nos atrapalhem!” É esse Brasil que nós queremos discutir daqui para frente.

E, claro, concordo quando muitos sobem e fazem algumas observações quanto a um possível governo Temer que virá pela frente. Eu também já tive a oportunidade de dizer ao Presidente Temer – ou Vice-Presidente Temer hoje – que, se for para fazer um governo..., se ele for fazer um governo nos moldes do que está aqui, a chance de errar é de 100%, é de 100% a chance de errar, se seguir a mesma metodologia que está aqui.

Nós temos, então, a partir do *impeachment*, uma oportunidade de mudança. E essa mudança, se não acontecer agora, por algum motivo, terá que ser feita ou tentada lá em 2018. Mas a necessidade de mudança é muito maior, mas muito maior que só trocar um governo. É preciso trocar de atitude; é preciso mudar a atitude, a posição; é preciso fazer com que o Brasil funcione, e com que o Brasil funcione para os brasileiros, e não para as corporações que são donas do Brasil.

Essa é a verdade. O Brasil não é do cidadão. O Brasil é daqueles que mandam no Brasil e que seguram o Brasil.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Blairo, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a, congratular-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que V. Ex^a está fazendo. Eu sou favorável à abertura do processo de *impeachment*, meu voto será favorável à abertura do processo de *impeachment*. Agora, eu vejo com extrema preocupação as notícias que estão saindo nos jornais sobre a formação do governo Michel Temer. Vejo com muita preocupação isso. Na minha concepção, ele deveria se espelhar no ex-Presidente Itamar Franco: fazer um governo de transição, um governo que não fosse aparelhado, que não... Às vezes, os jornalistas... Eu li mais de um jornal, e nem sempre o que nós lemos é verdade. V. Ex^a sabe. Então, eu espero que os jornalistas – porque é mais de um – estejam desinformados. Isso muitas vezes ocorre. Agora, o que li no jornal é de arrepiar os cabelos: ele vai fatar o Governo por vários partidos, distribuir o Ministério tal para o partido tal, outro Ministério para o partido Y, e não sei o que num fatiamento totalmente contra a vontade das ruas. O que as ruas querem não é isso. Vai dar o Ministério da Saúde para o partido tal; pior, vai dar os bancos públicos, vai dar a Caixa Econômica para um partido e o Banco do Brasil para outro. Isso é uma brincadeira, é perder totalmente a conexão com o que as ruas estão pedindo hoje. O que ele deveria fazer é o oposto: reduzir o número de Ministérios, não fazer uma reduçõzinha pequena, não, mas reduzir para 12; reduzir o número de cargos comissionados. A França possui 4,8 mil; os Estados Unidos todo, 8 mil. O Brasil possui 23,941 mil. Vamos reduzir bruscamente esse número de cargos comissionados, vamos fazer uma reforma do Estado. Hoje o Estado está apropriado pelas máquinas dos partidos políticos. Parece que ele não serve ao contribuinte; parece que serve à construção e à perpetuação de máquinas políticas. Então, acho que tem que ser feito isso. Tem que ser feita uma mudança na forma de administração pública: facilitar as pessoas a empreenderem; fazer uma reforma tributária que reduza a carga tributária, para facilitar as pessoas a empreenderem, a gerarem emprego e renda. Reduzir a carga tributária incentiva as pessoas a de repente tirar um dinheiro do banco e a aplicá-lo, abrindo um empreendimento, gerando emprego, renda, movimentando a economia. Então, não consigo entender que a lógica é esta de contemplar... Parece que ele está montando um governo – pelo que lemos nos jornais, não há como dizer que é a verdade –, para contentar os partidos, e não pensando no cidadão, no contribuinte. Aí, não me interessa se é o PT, se é o PSDB, se é o PMDB ou que partido for. A lógica da administração pública não pode ser atender às máquinas dos partidos, não pode ser a de se haver o voto no Parlamento apenas; deveria ser a de se preocupar com a qualidade dos serviços públicos que são oferecidos à população. Este País precisa de uma reforma política, de uma reforma tributária, de uma reforma do Estado que introduza a meritocracia no serviço público, que introduza um sistema de metas e resultados, que devolva o Estado para o contribuin-

te. É isso que eu tinha a dizer. E quero parabenizar V. Exª pela oportunidade desse tema que está levantando e pela forma como o está colocando. Se ele entrar para fazer simplesmente o que está sendo feito, vai ser muito triste, muito triste, porque vai jogar fora uma boa chance que está recebendo. Ele está entrando sem precisar fazer acordo nenhum.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – E vai simplesmente entregar na mesma forma de administração pública, essa forma fisiológica do toma lá dá cá? Então, com isso não tenho como concordar. Quero parabenizar V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Reguffe, pelo seu aparte,...

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – ... pela sua participação, na mesma linha em que eu vinha dizendo. Só veio corroborar com aquilo que eu estava dizendo, quer dizer, não podemos pensar em repetir o modelo de governo que aí está. Como disse antes, já tive a oportunidade de falar isto ao Presidente Michel Temer, que ele precisa escolher pessoas capacitadas, pessoas que conheçam os setores em que vão trabalhar.

Não é tempo e oportunidade para experiências e para aprendizes. É tempo para quem sabe o que tem que ser feito e no momento em que tem que ser feito. Portanto, não podemos desperdiçar de forma nenhuma a oportunidade que o Michel Temer tem pela frente – eu diria que a oportunidade nem é dele. A oportunidade é nossa, do povo brasileiro – de uma mudança de postura no Governo.

Senadora Ana Amélia, ouço V. Exª com muito prazer.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu volto ao início do pronunciamento de V. Exª a respeito da aviação civil...

(Interrupção do som.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e da questão relacionada ao uso do espaço aéreo, Senador Blairo Maggi, para avaliar essa forma, essa abordagem da nossa deficiência logística em um dos setores mais estratégicos, que é a aviação civil. Nós não fizemos o dever de casa. Então, a nossa imagem lá fora está muito ruim nesse aspecto também. E o pior é a segurança dos passageiros. Ontem, em um voo de São Paulo para Porto Alegre, uma ave atingiu a turbina do avião, e, por sorte, não aconteceu um desastre maior. O piloto teve muita habilidade e perícia e voltou. A companhia aérea deu as informações necessárias. Mas isso revela apenas o descaso que tivemos com setores estratégicos, que é o custo. Aqui se está falando muito em fazer um Estado mínimo, deixar de ser um Estado grande. A questão não é mínimo, médio ou grande, Senador Blairo Maggi. A questão é de um Estado eficiente,...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Perfeitamente.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que sirva para o cidadão. Não é o tamanho do Estado que importa. O que importa é a eficiência desse Estado ao prestar um serviço de saúde, de segurança, de educação. É isso que conta. Se ele for grande e for eficiente, não tem importância. Se ele for pequeno e for eficiente, não tem importância. O tamanho é um detalhe. A questão é a eficiência e também o custo dessa eficiência. Queria também lembrar a V. Exª, que é do Mato Grosso, que foi ajudar o desenvolvimento daquela região: nós vamos discutir, amanhã, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que tenho a honra de presidir, Senador Blairo Maggi, uma questão levantada pelo Senador Dário Berger, com toda propriedade. Não é possível que a logística seja tão deficiente que os produtores de suínos e de aves lá em Santa Catarina, que são extremamente eficientes, dependam da importação de um milho, que é a ração para esses animais, lá do Mato Grosso. Lá o produtor vende a saca de milho por R\$22, R\$23. Sabe quanto o produtor de aves vai pagar lá em Santa Catarina? R\$53. Ou seja, onde está a nossa logística? Não há lógica nenhuma. E o que vai acontecer? A transferência das unidades produtivas de Santa Catarina para o Centro-Oeste.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Aí é bom. *(Risos.)*

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tudo bem, mas quem vai sofrer serão os trabalhadores. Senador, o senhor sorri, mas, de fato, o que vai acontecer? Essa mobilidade. Então, isso revela apenas a incapacidade dos governantes brasileiros de terem, há muito tempo, resolvido essa questão. E nós continuamos discutindo se vamos fazer Parceria Público-Privada, se vamos fazer concessão, se vamos fazer licitação, se vamos fazer... Não dá, Senador! O povo tem pressa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu ri porque é claro que é muito ruim para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina nessa área, mas é muito bom para o Mato Grosso, mas essa é a Federação que nós vivemos e precisamos, sim, melhorar a questão logística para que o transporte desses produtos não seja tão pesado como o é neste momento.

Eu ouço o meu colega de Mato Grosso, Senador José Medeiros, aproveitando para cumprimentar o nosso Deputado Adilton Sachetti, ex-Prefeito de Rondonópolis, meu amigo e compadre, que nos visita aqui neste momento.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Aproveito para cumprimentar também e dar as boas-vindas ao Deputado – já ia chamando de Senador – Adilton Sachetti, que é conhecido no Estado como estufa urna, porque quase não sobram votos para os outros candidatos lá, Senador Blairo Maggi. Quero parabenizá-lo por sua fala, uma fala lúcida neste momento histórico por que o Brasil passa e em que, às vezes, o debate é muito monotemático. V. Ex^a, obviamente, com sua experiência, traz também as dificuldades e os desafios que se impõem neste momento.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ao falar sobre o tema aviação civil, quero dar o exemplo aqui do aeroporto da nossa cidade, Rondonópolis, cidade dos três Senadores que passa por um momento difícil no setor de estrutura. Como parte de todo esse conjunto, o Governo Federal fez um grande plano de aviação regional, que acabou não chegando a bom termo. Lembro aqui que, há poucos meses, quase houve uma tragédia no aeroporto. Uma aeronave da Passaredo pousou 300m antes da pista, dentro da soja, batendo no alambrado do aeroporto. Foi um milagre divino não ter acontecido uma tragédia. V. Ex^a faz muito bem ao trazer esse tema, ao qual me filio para podermos cobrar e pedir também o reforço do Deputado Adilton Sachetti e de toda a nossa Bancada para que possamos mudar a situação da...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... aviação civil. *(Fora do microfone.)*

Mato Grosso, principalmente, carece muito desse meio de transporte, porque nossas distâncias são imensas. Para que tenha uma ideia quem está nos assistindo, em Mato Grosso cabem dez países como Portugal, três como a França, sete como a Inglaterra. É um Estado gigantesco que precisa muito da aviação para poder se desenvolver. Não há como... Nós temos uma malha rodoviária ainda muito carente e precisamos que a União nos dê os instrumentos necessários para que aquele Estado possa se desenvolver mais ainda. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Medeiros.

Com a complacência da Mesa, ouço o último Senador que me pediu um aparte, Senador Ataídes, do Tocantins.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Blairo, V. Ex^a fala sobre a perspectiva do futuro, sobre a perspectiva da gestão do próximo governo. Nós somos empresários, Senador Blairo. Quando temos que tomar alguma decisão nas nossas empresas, nós reunimos nossos diretores e, em questão, às vezes, de horas ou de dias, tomamos a decisão. Entretanto, Senador Blairo, a Presidente da República, o Presidente da República, antes de tomar qualquer decisão, tem que sentar com 513 Deputados Federais, mais 81 Senadores da República e diversos governadores. Eu vejo, Senador Blairo, que o problema do Brasil, como já é sabido, não é só a corrupção, e, sim, a má gestão. Esse desastre do PT, dos governos de Lula e de Dilma não é culpa tão somente dos dois. Eu tenho dito isto e repito: é culpa também deste Congresso Nacional, que bate sempre o carimbo e devolve. Portanto, esse novo governo tem dois desafios enormes pela frente, duas bombas-relógio que vão explodir: a dívida, interna e externa, e o desemprego no Brasil. Portanto, Senador Blairo, eu percebo que o Congresso Nacional (Câmara Federal e Senado Federal) tem que estar ao lado desse futuro governo que está aí para se instalar, do Michel Temer, que eu nem conheço; nunca falei com o Vice-Presidente Michel Temer. O estrago que o PT causou ao País e à nossa população não nos dá alternativa, senão, neste momento, unir forças; esquecer cores partidárias, esquecer interesses pessoais, que reinam dentro deste Parlamento, e agarrar as mãos para resolver os problemas do Brasil. Portanto, vejo o seguinte: se o Senado Federal, se a Câmara Federal não for complacente, não for companheira dessa gestão Temer, evidentemente que ela será mais um desastre. Portanto, repito: o futuro desse governo que está aí para se instalar depende da Câmara Federal e depende do Senado Federal; depende de cada Senador da República. É hora, então, de esquecermos os interesses pessoais e pensarmos no Brasil como um todo.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Há mais de 25 milhões de brasileiros desempregados e uma dívida insustentável. É assim que este Parlamento tem que pensar. E eu tenho certeza de que V. Ex^a, Senador Blairo, como empresário, sabe disso muito melhor, inclusive, do que este Senador que aqui lhe pede

este aparte. Nós temos que estar ao lado desse governo, independentemente do que ele propõe, para conservarmos o País. Muito obrigado, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Senador Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Blairo, primeiro, quero agradecer-lhe e também ao nosso Presidente – apenas dois minutos. Ouvi aqui o Senador José Medeiros falando a respeito da aviação, das condições da aviação em seu Estado, que é o Estado de V. Ex^a também, o Mato Grosso. E, agora, eu conversava com ele e perguntava: Senador José Medeiros, quantas empresas hoje prestam serviço ao seu Estado?

(Soa a campanha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Ele falou: TAM, Gol e Azul.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Avianca também.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E Avianca também. Lá no Acre – três horas de voo – nós temos um dos voos mais caros deste País. E hoje nós estamos dando graças a Deus que ainda há a TAM, porque a Azul já saiu, não temos Avianca, e a Gol já acena com a possibilidade de também retirar seus voos. Então, a situação da aviação hoje no Brasil é muito grave. Hoje, tivemos uma reunião, lá no gabinete do Senador Gladson, para tratar desse assunto com o pessoal da TAM. Segundo a TAM, nós temos um dos ICMSs mais caros do País. Por isso, essa desistência das empresas. Ora, em primeiro lugar, o Governador não flexibiliza, não ajuda; e as empresas só colocam os aviões para voar onde dá muito lucro. Nesse ponto, as autoridades brasileiras deveriam tomar providências, porque é o lado social?

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Se uma pessoa adoecer,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... se um cidadão comum hoje adoecer, lá em Rio Branco, se não tiver o mínimo de condições, vai morrer à míngua, porque não tem condição. Mas, Senador Blairo Maggi, a situação é muito grave; a situação não é grave, a situação é gravíssima, Presidente Magno Malta. Eu acompanhava hoje, pela imprensa do meu Estado, que a polícia desbaratou uma quadrilha que agia na Secretaria de Habitação. A quadrilha criou uma imobiliária, dentro da Secretaria, para negociar essas casas do Minha Casa, Minha Vida, que foram construídas para atender as pessoas carentes. Lá no Acre nós temos milhares de famílias carentes que foram atingidas pelas enchentes.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Já está passando do limite.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Existe a necessidade dessas pessoas de acessarem essas casas do Governo Federal. E, ontem, para nossa surpresa, ainda bem que desbaratou, porque prejudicou muita gente. E o pior é que o Governo não sabe de nada, não viu nada, o Secretário lá também não sabe de nada, e, na verdade, quem foi prejudicado foram as pessoas que mais necessitam. A culpa é da Presidente Dilma? Eu acho que não, ela deu recursos, construiu as casas, agora, o que nós queremos é rigor na apuração. Só para lhe passar, porque a situação parece que não tem mais jeito – a situação parece que não tem mais jeito. A situação é muito grave, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Magno, eu preciso de um minutinho só para concluir o meu raciocínio, porque o tempo vai zerar.

Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

Para finalizar, eu estava falando sobre política, sobre administração e sobre a crise do Brasil. A questão aqui não é a briga do trabalho com os empresários, do patrão contra o empregado; não é como a acusação que o PT nos faz, de querer terminar. É bem ao contrário, eu, como empregador, quero defender e defendo o meu funcionário, o meu colaborador. Tenho que dar a eles todos os meses, no final do mês, o salário sagrado dele e tenho que dar as condições necessárias para que ele possa trabalhar.

Portanto, não se trata aqui de dizer que quem quer mudar este Governo que aí está está contra o trabalhador. Pelo contrário, eu sou favorável ao trabalhador, quero manter o emprego e quero mantê-lo ganhando e sustentando a sua família. Porque não tem coisa pior no mundo do que um pai de família...

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – ... chegar em casa sem emprego e olhar para sua esposa, seus filhos e perguntar a si mesmo: “Como farei para sustentá-los daqui para a frente?”. Não deve haver coisa pior no mundo do que isso.

Eu encerro, então, Sr. Presidente, dessa forma. Eu tenho dois pedidos ainda de aparte, se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Concedido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Ouvirei com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Cristovam, primeiro.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, é surpreendente que o Governo do Partido dos Trabalhadores tenha criado 10 milhões de desempregados e dizer que defende o trabalhador. Na verdade, nós cometemos, o Brasil, equívocos muito grandes e um deles é continuar com o velho discurso do século XIX de que a estatização é que resolve os problemas do País.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A estatização não resolveu na hora de ser o setor produtivo controlado pelo Estado, como nos países do Leste Europeu, nem está resolvendo mesmo com a ideia de que o serviço público de saúde tem que ser estatal. Estatal não é sinônimo de público. Nós temos que trabalhar para o público, e aí é uma combinação do Estado com o setor privado, eu vou dizer, não só no capitalismo, em qualquer das próximas estruturas que nós tivermos, salvo alguma coisa nova que surja ao longo dos séculos. Nós temos que trabalhar para o público. E quando um empresário investe para produzir algo de que a sociedade precisa, para vender a um preço que a sociedade pode pagar, gerando emprego e pagando imposto, ele está trabalhando para o público. Inclusive ao ter lucro, está trabalhando para o público, porque é esse lucro que leva ao investimento.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O importante é criar emprego, produzir o que interessa, e não o que não interessa, e pagar imposto. Isso é que tem que se entender. Lamentavelmente, nós temos uma esquerda nostálgica, que trabalha à luz do século XIX ou meados do século XX e que não entendeu esses princípios. O princípio, por exemplo, de que a estabilidade monetária é fundamental para o trabalhador – ainda não acreditam nisso, ainda querem inflação – e de que a relação capital e trabalho pode ser positiva para o setor público, no sentido de todos, do conjunto. Precisamos sair dessa ideia de capital relacionado ao Estado ou ao setor privado e entender que é um capital de interesse público, e que esse capital de interesse público pode estar nas mãos do setor privado, se ele cumprir com as regras que a legislação determina.

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Por último, Senador Gladson Cameli.

O Sr. Gladson Cameli (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Senador Blairo Maggi, quero parabenizar V. Exª por levantar esta pauta aqui, nesta tarde de quarta-feira, e concordar com V. Exª em gênero, número e grau. Há pouco acompanhei o nosso colega, Senador Sérgio Petecão, falar sobre a situação que vive também o Estado do Acre, com o índice do desemprego lá em cima. No Estado do Acre, Sr. Presidente, nós estamos correndo o risco de ficar com apenas dois voos diários, e por quê? Porque o Governo do Estado cobra a maior porcentagem de ICMS possível das empresas aéreas. Hoje, o valor do ICMS no Acre é o mais caro de todo o País, enquanto vários Estados estão renegociando o ICMS.

(Soa a campanha.)

O Sr. Gladson Cameli (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Para quê? Para que as empresas não deixem de operar nos Estados, para que não parem de gerar empregos, para que deem oportunidade para todos terem o direito de ir e vir na hora em que puderem. Agora mesmo, o pessoal da TAM estava reunido comigo, com o Senador Petecão e nossa assessoria, tratando da dificuldade que existe para manter dois voos operando no Estado. Por isso quero, mais uma vez, aproveitando o aparte que V. Exª me concede,

fazer este apelo ao Governo estadual, para que se sente com as empresas aéreas. Nós estamos mal servidos de voos para o Estado do Acre. Nós tínhamos a Azul operando e havia dois voos da Gol, agora há apenas um, e dois voos da TAM, com o risco de serem interrompidos. Que impacto isso vai ter? Primeiro, o valor das passagens vai disparar mais ainda, pois não haverá opções de voo.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O Sr. Gladson Cameli (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Para concluir o raciocínio. Diante de toda a crise que estamos vivendo, política, econômica e financeira, não estou vendo força de vontade da classe política para tentar resolver a situação. Então, esse era o aparte. Quero parabenizá-lo por levantar assunto tão importante na tribuna, que envolve o nosso País, e dizer que estou totalmente preocupado com a situação que vivem o meu Estado e o País. Agora mesmo, o Senador Petecão comentou o absurdo do programa Minha Casa, Minha Vida, sobre o que estão fazendo, Sr. Presidente, quando há milhares de pessoas sem uma casa para morar, na fila há mais de dois anos, e não são chamadas para receber sua casa, o que é certo e de direito. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, muito obrigado.

Quero apenas corrigir uma palavra que falei errado. É: eu ousei.

Peço desculpas pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Senador Blairo.

Penso que o momento da Nação é tão sensível que o debate precisa ter curso. Isto aqui é o Senado da República. Enquanto eu estiver sentado aqui, não vou ficar regulando o tempo por dois minutos, três minutos. Eu acho que é preciso que o debate se dê, porque o Brasil está assistindo ao Senado da República.

A nossa situação é absolutamente grave. Não se pode demonizar o empresariado deste País, porque a honra de um homem é seu trabalho. Um homem sem trabalho é um homem sem honra. E quem gera emprego, gera honra. Quem possui empresas, gera trabalho, gera honra. O empresário é gerador de honra. E o homem que trabalha tem a sua honra garantida, porque um homem sem a possibilidade de colocar alimento na mesa para seus filhos... Hoje o Brasil tem 10 milhões de desempregados. São 300 desempregados por hora. E nós estamos caminhando para uma situação absolutamente caótica, em que os desempregados são exatamente os assalariados. E esses assalariados desempregados, por exemplo, que receberam o Minha Casa, Minha Vida, que pagam o mínimo de R\$100,00, R\$85,00 ou R\$110,00, pagam à Caixa. Até que dia a Caixa vai suportar a inadimplência desses desempregados e com o nome no SPC? Quando chegar à quarta ou à quinta prestação, eles vão perder até suas casinhas do Minha Casa, Minha Vida, porque banco não perdoa, ainda que seja banco do Governo. Olha para onde estamos caminhando.

O Senador Blairo, em sua fala, mencionou a situação do Temer. O Temer tem que dizer para a Nação que, se assumir, ele não será candidato à reeleição. Se ele assumir o Governo, se ela vier a ser afastada, porque o processo está se dando aqui, ele tem que dizer para a Nação que não é candidato à reeleição e que vai trabalhar para unir o País. Para unir o País. Todas as matizes, forças políticas e técnicos estão preparados, porque, se vier a assumir, não é para se sentar na cadeira e empossar apaniguados de partidos, para que nós caminhemos para um desastre maior do o que nós estamos vivendo.

Por isso, neste momento eu passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado e, em seguida, ao Senador Humberto Costa, para uma comunicação inadiável.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vários temas foram tratados aqui, mas indiscutivelmente o assunto do impedimento da Presidente da República e do afastamento da Presidente Dilma é aquele que, sem dúvida alguma, está hoje na cabeça de todos os brasileiros neste momento de tamanha inquietação e preocupação.

E aqui os que me antecederam também mostraram o quanto o Brasil está parado, o colapso hoje das empresas, as indústrias fechadas. O único setor que ainda tem o mínimo de liquidez é o setor da agropecuária, pela sua credibilidade no cenário internacional.

Ao mesmo tempo, é com preocupação que o Brasil e que todos os brasileiros assistem hoje a essa procrastinação de um processo que deveria ter um prazo mais curto, para que tivéssemos a instalação de um novo governo.

A partir daí, temos que poder esclarecer à sociedade brasileira vários pontos, com os quais a Base do Governo tenta confundi-los, ou seja, tenta desenhar, no momento dos crimes praticados pela Presidente Dilma, que são fatos menores, que são apenas pequenas movimentações financeiras, nada grave que realmente possa chegar ao afastamento da Presidente da República. Pelo contrário, as pessoas sabem muito bem que

realmente o que ocorreu foi o maior estelionato eleitoral que o País já assistiu. A Presidente da República, em 2014, sinalizou céu de brigadeiro: dizia a todos que não teríamos aumento da gasolina, da inflação, que não teríamos desemprego, que teríamos um ganho cada vez maior, que os programas sociais iriam cada vez se expandir mais, que a condição do cidadão seria uma curva crescente na qualidade de vida, ao mesmo tempo na renda. Tudo isso foi vendido ao cidadão. E o cidadão, ao receber essa mensagem da Presidente da República, respaldada pelo Presidente do Banco Central, pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento, vários foram os eleitores que me disseram: “Senador, por que vou votar contra a Presidente que está me oferecendo melhorar tudo que ainda está aí?”

Então, essa é uma grande realidade. A Presidente usou de uma prerrogativa que é ilegal, é ilícita. Ela realmente infringiu as regras da Lei Orçamentária, ela infringiu a Constituição brasileira, ela infringiu a Lei Orçamentária em todos os detalhes da publicação dos decretos, ela transformou os bancos públicos em bancos responsáveis por investir na política social do Governo, fazendo empréstimos junto a esses bancos. Essa é a realidade. Depois quer minimizar o problema e posar aqui no plenário como se nada estivesse acontecendo. Os dados que estamos trazendo não são dados da oposição, são dados que estão publicados pelo PNAD.

Hoje temos 10,7 milhões de desempregados. Temos 284 desempregados novos a cada hora. A cada hora! Quer dizer, é um Governo em que o aluno que fazia a sua atividade universitária, com base no Fies, teve a verba cortada. O Pronatec também. Na verba em ações de saúde, tivemos uma diminuição de R\$11 bilhões em relação ao ano passado. Hoje o brasileiro morre de H1N1, chikungunya, zika. Sr. Presidente, é algo inimaginável!

E, de repente, querem desenhar para o Brasil que tudo está às mil maravilhas. Os relatórios do TCU não mostram apenas o uso indevido, por parte da Presidente da República, do dinheiro dos bancos públicos, não. Mostram mais, há um relatório estarrecedor. O TCU mostra que há exatamente 578 mil beneficiários fantasmas do Incra. Isso é um potencial de prejuízo de R\$2,5 bilhões para o cofre da União. Vejam bem: 578 mil fantasmas. É algo inédito! Jamais assistimos a coisa parecida. Ou seja, essas pessoas estão colocadas à disposição de um Governo, recebendo bolsa do cidadão brasileiro que paga imposto, para fazer esse aparelhamento, que são essas ameaças que estão fazendo no Brasil todo, coagindo o cidadão de bem, coagindo as propriedades rurais, coagindo o trânsito no Brasil, porque obstruem também as rodovias.

Concedo a palavra e é um prazer enorme ouvir o nosso Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Caiado, esse seu pronunciamento é muito pertinente. A questão do orçamento público, a gênese do orçamento público foi na Inglaterra, no ano de 1215. O rei gastava demais e alguém tinha que dar um freio em seus gastos. E ali nasceu a carta magna inglesa, com um orçamento público. A partir dali, para fazer qualquer gasto, o rei teria que pedir autorização prévia ao Parlamento inglês – que tinha que autorizar. No Brasil, 800 anos depois, a Presidência da República editou decretos de créditos suplementares sem a autorização prévia do Parlamento, voltando a uma coisa medieval. Os três Poderes existem para isso. O nome do Poder é Executivo, ele tem que executar, não pode o poder Executivo fazer gastos sem autorização do Poder Legislativo. Quando alguém... Vejo muitas pessoas hoje falarem em democracia, em Estado democrático de direito. Na democracia e no Estado democrático de direito, quando alguém ganha uma eleição e tem mais votos, esse alguém assume e governa. Só que esse alguém não tem o direito de fazer o que quiser no governo, ele não tem uma carta em branco para fazer o que quiser. Ele tem que seguir a legislação vigente do País, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo a Lei Orçamentária Anual. O governo não pode gastar mais do que arrecada. Quando um governo gasta mais do que arrecada, quem paga esse preço é o contribuinte num ponto futuro, com aumento de impostos. Então, o Governo desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal, desrespeitou a Lei Orçamentária Anual, e isso precisa ter uma punição, sim. Isso não pode ficar... Isso é algo sério, é algo grave, isso não é uma brincadeira. Eu, no fim do ano passado, votei aqui contra o PLN 5, que alterou a meta fiscal do Governo. Por quê? Porque um governo não pode gastar mais do que arrecada. E o Governo, como V. Ex^a colocou, editou decretos de créditos suplementares sem autorização do Parlamento e também desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que para mim é inaceitável.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu quero não só agradecer; incluir no meu pronunciamento, já que o Senador Reguffe traz aqui exatamente aquilo que diz o art. 4º da LOA de 2015. Quando às vezes aqui algum Senador pergunta qual é o crime que a Presidente praticou, está aqui. O art. 4º da LOA de 2015 veda a abertura de créditos suplementares em desacordo com a meta de resultado primário para 2015. A Presidente editou, entre 27 de julho e 20 de agosto, seis decretos de abertura de crédito, em desacordo com a meta fiscal vigente. Esse é um ponto claro.

Ela agride e infringe também a Lei nº 1.079, de 1950, que é a Lei do Impeachment:

São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

.....
4 - infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.

Ou seja, está aqui claro. Aquilo que o Senador coloca mostra que a Presidente da República quer se colocar acima da lei. Ela quer simplesmente posar como se fosse inimputável, com a alegação de que teve voto. Então, ela teve voto na urna, aí a legislação não existe.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

A partir dali, ela pode fazer o que desejar, utilizar a máquina pública em benefício próprio, para ganhar uma eleição, e não quer ter a tutela da legislação e da Constituição vigente.

Com o maior prazer, passo a palavra a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Caiado, primeiro muito obrigada pelo aparte concedido. Hoje, apesar de eu ter uma profunda discordância com o pronunciamento de V. Exª na Comissão, percebo que V. Exª procura discutir o fato em si. Eu acho que isso já é um avanço, Senador Caiado, porque nós não podemos discutir que o Brasil tem muito desemprego, porque é crise econômica, porque os Estados Unidos também estão em crise. Não é disso que trata o processo. O processo da Presidente Dilma foi movido e chegou a esta Casa com dois motivos e duas razões: a questão que chamam das tais pedaladas do Plano Safra; e os decretos de suplementação orçamentária. Então, é isso que nós temos que debater. E tenha certeza V. Exª, eu conheço bastante a Presidente Dilma, ela não é, nunca foi nem quis estar acima da lei. Agora, ninguém pode passar por cima da lei para tirar um mandato legitimamente conquistado. Porque se nós estamos discutindo aqui crime, Senador Caiado, uma imputação de crime a alguém, no caso, a Presidente Dilma, o Senado tem a obrigação de provar que o crime existiu. Porque, do contrário, se não ficar provado que o crime existiu, a Presidente, sim, estará sofrendo uma arbitrariedade – estará sofrendo uma arbitrariedade. E eu, Senador Caiado, quanto mais leio, mais eu me convenço de que há um grande pacto político para tirá-la do poder. Veja a peça. Nós vamos discuti-la muito, amanhã estarão os autores da peça aqui. Aliás, o PSDB é o autor da peça. O PSDB é o autor da peça de *impeachment* contra a Presidente Dilma. Eles estarão aqui amanhã. No caso do Plano Safra, está escrito lá, eu tive a oportunidade de ler na Comissão que, mesmo eles sabendo que não há participação da Presidente Dilma, ela teria sido omissa, porque se reuniu muito com o chefe do Tesouro Nacional e, nessas reuniões, ela conversava com ele e pedia a ele que fizesse. Está escrito isso lá, está escrito, Senador. Então, acho que vamos ter muitas oportunidades. V. Exª não pense que a Presidente Dilma está imune. Nenhum de nós é imune, mas o que não podemos aceitar é injustiça, é golpe, é alguém ser punido por um crime que não cometeu. Mas digo que V. Exª está discutindo o centro da questão, e isso é muito importante que todos discutamos. Obrigada, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço.

Eu gostaria só que V. Exª pudesse, então, explicar a todos os brasileiros aquilo que está na lei, que impede a Presidente da República de fazê-lo, e que ela utilizou – daquilo que toda a população brasileira tem conhecimento hoje –, que é um dado do Banco Central, do Governo de V. Exª. É um dado produzido pelo Governo de V. Exª. O dado está aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Aqui tem toda a utilização indevida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela LOA.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa tabela é de 2014.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ela não pode utilizar isso aqui...

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Diz que ela não pode fazer operação de crédito. Essa tabela é de 2014. O que ela não pode fazer, Senador Caiado, é operação de crédito.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não, estou falando de 2015.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não há operação de crédito. Não há empréstimo da Caixa para o Governo Federal. Não houve, em 2014, muito menos em 2015; o que existiu foi um contrato de serviço, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Talvez o gráfico não esteja muito nítido. Aqui fala exatamente no primeiro Governo Dilma, no segundo Governo Dilma. Aqui é 2011, aqui é 2014, aqui é 2015. Então, até aqui é 2014, para fazer a eleição da Presidente. Aqui é 2015.

Agora, V. Ex^a discute um assunto que, modéstia à parte, conheço bem. Nós temos as portarias que determinam como é que deve ser...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, nós temos uma regra a que o Presidente da República tem de se submeter. Quando se faz uma equalização das taxas significa o quê? Que o Banco do Brasil faz a captação de um dinheiro com taxa de juros de mercado, empresta a um juro menor e, com isso, você tem, no Orçamento da União, dinheiro para poder cobrir, porque o Banco do Brasil não pode fazê-lo, pois isso não é função de banco público.

O que acontece? Tive o cuidado, então, com a minha assessoria toda, de levantar aquilo que é exatamente o que a Presidente Dilma vem utilizando em 2015. Tive o cuidado de levantar por mês, para não ter dúvidas. A portaria diz que a equalização será devida no primeiro dia após a equalização. O período de equalização é semestral, sendo que a equalização devida será apurada com base no período 1º de julho e 31 de dezembro. Perfeito?

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Aqui está exatamente o gráfico do Plano Safra, para desmistificar essa tese. Está aqui: em 1º de junho, a Presidente da República estava devendo R\$13,6 bilhões ao Banco do Brasil. Isso está aqui, comprovado. Esse é oficial. Então, isso é pedalada. O Banco do Brasil não tem que arcar com a política da Presidente da República. É proibido na Constituição brasileira que a Presidente da República utilize bancos oficiais dos quais ela é a controladora. Então está aqui: em julho, ela não pagou a de 2015...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quando chegou dezembro, ela exatamente pagou R\$9 bilhões e ficou devendo R\$3,6 bilhões, atravessando o ano devendo ao Banco do Brasil. Essa é uma realidade. Além dos decretos que nós discutiremos em outra oportunidade, isso aqui é para desmistificar a tese de que o Governo não usou indevidamente o Banco do Brasil para fazer aquilo que é do Orçamento da União. Nós temos lá uma rubrica no Orçamento da União que é a equalização de taxa de juros. Ela não poderia ter deixado o Banco do Brasil nessa situação.

Agora, o mais grave é que as pessoas querem retirar da Presidente da República a responsabilidade e trazer a responsabilidade para o Banco do Brasil, para a Caixa Econômica, para o BNDES e o FAT. Nós não podemos admitir isso. Transferir a responsabilidade da Presidente para que os...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... obrigados a fazer a responsabilidade de terem feito.

Para concluir, Sr. Presidente.

Ora, assim, realmente, a Presidente da República não teria como se colocar como Presidente, até porque ela é Chefe do Executivo, é Chefe de Governo, Chefe de Estado e quem responde por todo o seu Governo.

Sr. Presidente, é fundamental, ao concluir, já que meu tempo está se esgotando – e em outros momentos nós continuaremos esse debate, que tem sido extremamente positivo no plenário para que possamos elucidar – dizer que nenhum cidadão aqui está acima da lei e, muito menos, vai tentar desmanchar aquilo que nós construímos que é a Constituição Brasileira. Assim, espero voltar aqui à tribuna o mais rápido possível para que venhamos a discutir também esse surto, esse quadro febril que acometeu a Base do Governo nessa reta final agora ao querer...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A Presidência da República está com seus dias contados, ou seja, no dia 12, ela estará entregando o Governo. E, a partir de agora, veio um surto de campanhas eleitorais antecipadas. Então, esse é outro assunto que aguardará o momento oportuno para que possamos aqui discutir esse tema.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu solicito do Presidente, nosso colega Magno Malta, que nos conceda pelo menos mais dois ou três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Já concedi. Pode começar a falar.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Maravilha! Obrigado, Presidente. Senador Caiado, V. Exª traz, com muita transparência e com muita didática, esclarecimentos sobre esses dois crimes: a abertura de créditos suplementares e também os empréstimos contraídos junto a estatal. Eu entendo a posição...

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... dos governistas, dos petistas. Eles têm que usar realmente o *jus sperniandi* e dizer que não cometeu crime a Presidente Dilma, mas contra os fatos – V. Exª colocou isso claramente – não há argumento. Quanto a esses créditos suplementares, é muito claro: a Presidente só poderia emitir esses decretos de créditos suplementares se tivesse cumprido a meta de superávit primário em 2015. Ela prometera a este Congresso Nacional que ia haver um superávit primário de R\$566,3 bilhões, mas, na verdade, o final do ano chegou com um déficit primário de R\$111,2... E a Presidente Dilma sabia, porque, nos primeiros meses de 2015, como em janeiro de 2015, já houve um déficit primário de vinte e tantos bilhões de reais.

(Interrupção do som.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em fevereiro, houve um superávit; em março, houve um pequeno superávit; e depois só déficit primário. Ela sabia. E aí a lei é muito clara: o inciso V do art. 167 da Constituição Federal diz que é vedada a abertura de créditos suplementares. E eu volto a dizer: qualquer pessoa que ouvir ou ler o que diz o art. 167, inciso V, como também a Lei de Crimes de Responsabilidade, a Lei nº 1.079, de 1950, que V. Exª colocou, e a Lei nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, verá que é muito claro. Agora, quanto às pedaladas, quanto ao dinheiro que foi contraído de estatal, V. Exª também colocou com muita clareza. O Governo que controla...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Este Presidente Magno sempre é muito complacente conosco, mas hoje ele está um tanto quanto empedernido, acredito eu.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Não cortei sua palavra. V. Exª está falando. Foi a máquina que cortou, mas eu devolvi.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Exª não está empedernido hoje, não?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Nunca estive.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Maravilha. Então, com relação a esses empréstimos junto à estatal, isso é gravíssimo, isso não poderia ter ocorrido. Em relação a essa taxa de equalização do plano agrícola, V. Exª também colocou muito bem. Só não entende quem não quer entender. O Governo, em 2014, conforme V. Exª disse, devia R\$10 bilhões e, em 2015, devia R\$13,6 bilhões. Isso é empréstimo. Por quê? O Governo, conforme V. Exª colocou muito bem, toma um dinheiro emprestado a um juro de X...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... e empresta ao agricultor – não sou contra de jeito nenhum – com equalização, ou seja, com uma taxa de juro de X menos Y. Aí há juros que o Governo Federal tem que bancar. E o Governo Federal sabia desses juros e não pagou. E quem paga juro é quem toma empréstimo; o resultado de um empréstimo é juro. Enfim, Senador Caiado, não adianta o PT vir com esse argumento de que a Presidente Dilma não cometera crime de responsabilidade, ferindo a Lei Orçamentária. Não adianta. O povo não vai acreditar neles. Aqui, hoje, eu acredito que já temos 52 votos para a admissibilidade do processo de cassação.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, não adianta. Agora, nós temos, Senador Caiado, como V. Exª sempre bem tem feito, que rebater esse discurso, porque essas mentiras contadas frequentemente são perigosas. Então, eu parabeno V. Exª pelo belo discurso. E, a partir da semana seguinte, eu não vou

descer dessa tribuna para mostrar para o povo brasileiro os crimes deste Governo. E o pior ainda: 25 milhões de brasileiros estão desempregados. Essa metodologia do IBGE é enganosa. Há 25 milhões de brasileiros desempregados e uma dívida hoje acima de R\$4 trilhões. O PT quebrou o País. Está na hora de tirar, extirpar esse mal do povo brasileiro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e, ao mesmo tempo, agradeço, nobre Presidente, pelo tempo que me concedeu a mais. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, a Comissão que analisa o processo de *impeachment* aqui no Senado Federal começou seus trabalhos, no meu ponto de vista, de uma forma ruim. É lamentável que um processo que se iniciou de uma maneira torta e viciada na Câmara dos Deputados continue ajuntando, no seu percurso, novas máculas que vão terminar por fulminar, do ponto de vista jurídico, toda a sua validade.

Em que pese toda a chamada à razão que fizemos, o Plenário da Comissão resolveu referendar o nome do Senador Antonio Anastasia, do PSDB, como Relator do processo de golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. O PSDB, derrotado em quatro eleições presidenciais consecutivas pelo PT; o PSDB, que, desde outubro de 2014, vem tentando, insistentemente, derrubar Dilma do cargo a que chegou por meio do voto; o PSDB, que tem como Presidente Nacional o candidato derrotado de 2014, Aécio Neves; o PSDB, que pretende chegar ao Palácio do Planalto não pelas urnas, mas por meio de um golpe; o PSDB, que é signatário do pedido de *impeachment*; o PSDB é o Partido que vai ser o responsável pelo relatório sobre o afastamento de Dilma da Presidência da República. Vejam bem: o Partido denunciante é o mesmo Partido que dará um parecer sobre a denúncia. Ele acusa e ele mesmo fará juízo de valor sobre a acusada. No meu ponto de vista, isso é um escândalo, é um erro que rasga todos os princípios básicos do direito. Não houve qualquer pudor ou o mínimo de zelo pela isenção e pela imparcialidade nesse caso.

Registro aqui que não há qualquer veto pessoal ao nome do Senador Anastasia, cujo saber jurídico é amplamente divulgado. O que há é a inconveniência de termos o ex-Vice-Governador de Aécio Neves conduzindo um relatório do qual seu ex-chefe e seu Partido são partes diretamente interessadas.

Ora, parece óbvio para qualquer um que quem acusa não pode julgar. Então, como é que Dilma pode ser denunciada pelo PSDB e o mesmo PSDB assumir a posição de dizer se ela é culpada ou não por aquilo por que o próprio Partido a denuncia? Já de hoje, não temos qualquer dúvida sobre o voto do Relator: ele será favorável à admissibilidade da denúncia, com consequente afastamento da Presidenta da República do cargo ao qual ela chegou por meio do voto da maioria dos brasileiros, se o Plenário desta Casa aceitar o relatório que ele vai fazer. O voto do Senador Anastasia, na Comissão do *Impeachment*, será o mesmo que ele deu nas eleições de 2014: contra Dilma e em favor de Aécio Neves. É mais um grave vício, entre tantos os que tiram a total legitimidade desse processo, uma aberração jurídica desde que foi recepcionado pelo desavergonhado Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Aliás, quero registrar aqui um trecho da entrevista que a *Folha de S. Paulo* trouxe com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, Presidente de Honra do PSDB, em que ele diz que a Presidenta Dilma é uma mulher honesta e que, abre aspas, “não é criminosa”, fecha aspas. E o que é que é que estamos fazendo neste momento no Senado Federal? Decidindo se vamos processar a Presidenta da República por crime de responsabilidade, quando um dos maiores líderes da oposição reconhece que ela é honesta e não cometeu crime. Eu reitero: estamos diante de um desatino constitucional, um atentado contra a ordem democrática, um golpe parlamentar que envolve a Chefe de Estado em um processo por um crime que ela não cometeu, simplesmente porque o crime não existe.

É uma lástima que o Senado Federal comece a trabalhar nesse caso repetindo os erros grosseiros havidos na Casa vizinha, sem levar em conta que aqui somos um tribunal, em que cada Senador será um magistrado e deve agir de maneira condizente com essas funções que assume.

Então, quero aqui apelar a todos os membros deste Senado que não repitam o espetáculo grotesco a que o Brasil assistiu, bestializado durante a votação da Câmara dos Deputados. Não nos reduzamos em desqualificação e incompetência como naquela sessão dantesca, em que a técnica e o bom direito foram trucidados para dar espaço a um circo de horrores que envergonhou o País e assombrou o mundo.

O Senado precisa assumir o seu papel constitucional de processar e julgar a Presidenta da República com a serenidade, a imparcialidade e o equilíbrio exigidos dos magistrados. As paixões políticas não podem se sobrepor a esses princípios e, tampouco, a aplicação da técnica e do bom direito. Por essas razões, eu não poderia deixar de expressar aqui o meu repúdio pela forma como esse processo escabroso de impedimento

começa a tramitar neste Senado e denunciar mais esse atentado à Constituição e aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

Já disse aqui e repito que estaremos consignando todas essas questões para que, em um momento oportuno, possamos avaliar se acionaremos o Supremo Tribunal Federal para que se posicione sobre todos os atropelos e desrespeitos à legislação havidos.

Estamos diante de um grave momento da nossa história, em que um golpe constitucional em curso quer apagar do poder uma Presidenta da República legitimamente eleita. Não vamos permitir que seja parida por este Senado uma meta-atrocidade, uma atrocidade dentro da atrocidade que, por si só, já representa esse processo.

Por fim, quero aqui registrar a minha indignação e o meu protesto pela atitude do Sr. Vice-Presidente da República, que, desrespeitando este Senado, que apenas iniciou o debate sobre o processo do impedimento, já está por aí afora a dar entrevistas, a nomear Ministros, a demitir Ministros, como já fez com o da Justiça que tinha nomeado no dia de ontem, demonstrando total desrespeito a esta Casa, como se aqui fôssemos uma Casa homologatória do desejo dele ou que fôssemos não nos debruçar sobre os fatos, mas sobre a decisão escabrosa tomada pela maioria dos integrantes da Câmara dos Deputados.

Por isso, nós não daremos trégua aos atropelos e aos desrespeitos para beneficiar aqueles que querem calcinar a lei para a satisfação de seus caprichos. Estaremos vigilantes para garantir a ordem constitucional e assegurar que, no final desse processo torpe, vença a democracia.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Cameli.

Em seguida, o Senador Medeiros.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Senador Paulo Bauer. Quero apenas consultar V. Exª sobre quando serei chamado, já que estou esperando e passaram três oradores e V. Exª anunciou mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – V. Exª estará no próximo lote.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu estarei em qual ordem, Sr. Presidente?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu não queria ser do próximo lote. Eu queria ser na ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Está na ordem. Infelizmente, a ordem coloca V. Exª no lote seguinte.

V. Exª será o primeiro do próximo lote. O próximo orador inscrito seria o nosso querido do PT, mas como nós temos que cumprir a ordem e intercalar um Líder, uma comunicação inadiável e um orador. Então, V. Exª vai entrar no lugar da Senadora Rose, para uma comunicação inadiável, depois do Senador Paulo Bauer.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, meu Presidente eterno.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado por tanta gentileza.

Eu quero registrar a presença nas galerias de vereadores de todo o Brasil que estão realizando uma marcha de vereadores. Estão aqui, em Brasília, e vão entregar ao Presidente do Senado uma carta contendo as reivindicações dos edis do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Gladson, só um minuto.

Quero saudar os vereadores, até porque fui vereador, e reputo a minha atuação nesta Casa pela experiência que tive na Câmara de Vereadores, em Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, e sou daqueles que acham que todo homem público, antes de disputar qualquer eleição, deveria disputar a eleição de vereador primeiro para saber o que é uma eleição.

Sejam bem-vindos a esta Casa. É um orgulho tê-los conosco aqui.

Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, é uma honra estar aqui, nesta tribuna, com V. Exª presidindo, cumprimento todos os vereadores do País que se encontram aqui, na galeria do Senado Federal. Tenho dito aonde passo que vocês que estão em contato direto com a população merecem todo o respeito do Legislativo federal e do povo brasileiro. Quero também cumprimentar a todos que nos assistem pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tive a honra de ser indicado pelo meu Partido, o Partido Progressista, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO).

Ainda não tem data para ser instalada, porque nem todos os partidos fizeram suas indicações. No Senado, falta o Bloco de Oposição e, na Câmara, apenas dois partidos apresentaram os integrantes.

Isso me deixa muito preocupado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque um tema tão importante como o Orçamento da União, Senadora Ana Amélia, está até agora relegado a segundo plano, devido às outras circunstâncias políticas vividas em nosso País. Temos de tomar muito cuidado para não deixar de lado assuntos importantes,

Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos a maior crise econômica das últimas décadas, marcada por taxas astronômicas de desemprego e ainda pela queda, ladeira abaixo, do PIB. Analisando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, o PLN 2, de 2016, Senador Wilder, enviado ao Congresso pelo Executivo dez dias atrás, pasmem, a meta de resultado primário para a União, ou seja, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, é zero. Zero!

E se não bastasse anunciar que não haverá economia, o Governo ainda manda uma proposta que prevê a redução da meta de resultado primário em até R\$65 bilhões. Trocando em miúdos, depois de descontar as receitas e despesas com juros, o Governo já prevê que vai gastar mais do que arrecadar. E aí eu pergunto, Senador Davi Alcolumbre: para que temos uma das maiores cargas tributárias entre os países em desenvolvimento? Ou há aí um indício claro de incompetência na administração dos recursos públicos?

Sr. Presidente, há tempos eu insisto, o nosso País virou terra pantanosa, onde a segurança nas relações comerciais, no mercado financeiro, no dia a dia do brasileiro oscila conforme o cenário político e as especulações acerca do futuro do Governo Dilma. Esta é a primeira vez, desde o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor há 16 anos, que o Executivo encaminha um Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias com possível déficit primário. E os outros números da proposta não são nada animadores – diria eu, até preocupantes.

O fantasma de jogar a conta para o trabalhador pagar está lá na proposta do Governo. No Anexo de Metas Fiscais está prevista a cobrança da CPMF para buscar arrecadar R\$33 bilhões. Como o PIB de 2015 não apresentou crescimento real, inclusive registrou queda de 3,8%, o salário mínimo para 2017 deve receber apenas o reajuste do INPC de 2016, estimado em 7,5%. De R\$880 iria para R\$946.

Enfim, a peça orçamentária desenha um cenário nada animador, que, além de onerar Estados e Municípios, pesa para o cidadão, que perde na prestação dos serviços públicos. É menos dinheiro para ser investido em saúde, educação, infraestrutura. Senhoras e senhores, todos perdem neste cenário. Quem quer viver num país de arrocho, de pobreza? O brasileiro não merece isso.

Quero chamar a atenção dos meus pares, mais uma vez, para o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, que deve começar a tramitar em breve. É nossa responsabilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, Magno Malta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Senadora Regina com a palavra. Em seguida, o Senador Paulo Bauer. Não é o Paulo Baier, porque esse joga muito, camisa 10 do Atlético Paranaense e do Palmeiras.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente.

Enquanto a Senadora Regina Sousa assume a tribuna, Senador Magno Malta, que preside esta sessão, eu também queria saudar os vereadores, especialmente na pessoa do Presidente da UVB, o gaúcho Gilson Conzatti, que tem liderado esse movimento em todos os anos, revelando a sua necessidade.

Este é um ano de eleições municipais, com uma nova legislação, com mudanças bastante sensíveis na legislação eleitoral. A campanha será de apenas 45 dias. Então, saúdo os vereadores do Brasil que estão aí, especialmente os do Rio Grande do Sul, meu Estado, cujo líder da UVB é do Rio Grande do Sul, como também o líder da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), o gaúcho Paulo Ziulkoski.

Em homenagem a todos os vereadores brasileiros, eu aqui expresso também o meu apoio e a minha satisfação como Senadora municipalista.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado a senhora, Senadora.

Senadora Regina com a palavra.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu queria cumprimentar aqui os vereadores e vereadoras presentes. Bem-vindos a esta Casa.

Eu não podia fugir ao tema que está em pauta, porque falarmos de outras pautas fica até difícil: a questão do *impeachment*, que acabou de ser instalado neste Congresso. Eu percebo aqui e fora como a palavra golpe

incomoda, talvez porque foi denunciando como golpe que a imprensa internacional, os organismos internacionais começaram a verificar, a prestar atenção e a estudar o que estava acontecendo.

Hoje eu venho para falar de golpe com as palavras do lado que defende o que chamam de *impeachment*. Como não chamar de golpe algo que está sendo gestado desde 15 de abril do ano passado? Instalou-se um *bunker* na casa do Deputado Heráclito Fortes para estudar como fazer o *impeachment* da Presidenta. Ela mal tinha tomado posse. Isso está em uma reportagem do *Estadão*. Ninguém deu muita atenção, mas não sou eu que estou dizendo.

Instalou-se um *bunker* na casa do Deputado Heráclito Fortes, em 15 de abril do ano passado. Chamou-se de jantar laboratório do *impeachment*. Era o jantar laboratório do *impeachment*. Havia um comando, juntou-se um comando de oito pessoas, que eles chamavam G8, que tinha reunião semanal. E havia o plenário de oitenta pessoas mais ou menos, que fazia reuniões quinzenais.

Tinham aula de estratégia de como fazer o *impeachment*, dada por um ilustre ex-Ministro, Nelson Jobim. Falaram, inclusive, que ele deixou muito claras as três vertentes. Infelizmente, a reportagem não fala das vertentes, mas eu imagino que sejam imprensa, Judiciário e Congresso as três vertentes para a construção do *impeachment*.

Chegam a dizer, entre aspas, na reportagem, que ele foi fundamental, “suas exposições nos permitiram ver com clareza como os fatos se dariam”. Quer dizer, iam criar os fatos para construir o golpe.

Outros convidados também como palestrantes apareceram por lá, como o ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga e o Senador José Serra algumas vezes. O Vice-Presidente da República também era frequentador desse lugar.

O que ia fazer lá um Vice-Presidente da República se não conspirar?

E essa palavra conspiração não sou eu que estou dizendo. Quando cita quem é o G8, ele diz que era ele, Heráclito, Jarbas Vasconcelos, José Carlos Aleluia, Raul Jungmann, Marcus Pestana, Tadeu Alencar, Rubens Bueno e Mendonça Filho. E aí está entre aspas “o cérebro do *impeachment*”, não, “o cérebro da conspiração”. Ele usa a palavra conspiração, não sou eu que estou dizendo. Então, quem conspira conspira para dar um golpe.

Outros convidados, Deputados, apareceram de vez em quando, Roberto Freire, Bruna Furlan, Jutahy Júnior, Antônio Imbassahy, Bruno Araújo...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ... que eu acho que é aquele que deu o voto 342. Uma tolerância aí, Sr. Presidente.

Felipe Maia, aquele que deu o voto 342, inclusive está sendo cassado lá no Estado dele.

Então, a gente não pode dizer diferente. Estão aqui as palavras entre aspas. Eu peço que essa reportagem seja incorporada a minha fala, nos Anais.

Ele diz aqui uma frase: “Dezoito convidados”, que foi a primeira reunião, “ouviram o ex-Ministro Nelson Jobim pela primeira vez, no primeiro mês da articulação”. “Nós precisávamos ter uma noção técnica de um processo de *impeachment*, e ele foi perfeito”.

Em outro lugar ele diz que se formou ali o estado-maior informal do *impeachment*, reuniões onde se preparava o cardápio que iria...

(Interrupção do som.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ... o cardápio que iria ser servido ao Governo da questão do *impeachment*.

Então, senhores, agora fica mais claro por que o pavor, por que o incômodo com a palavra golpe. É que esse fato, o Deputado Heráclito só falou, parece-me, no dia da votação, numa conversa informal com os repórteres do *Estadão*, o que gerou essa reportagem sobre a qual eu estou falando um pouco.

Há outra passagem importante sobre o Nelson Jobim. “Suas exposições nos permitiram ver com clareza como os fatos se dariam sob suas diferentes perspectivas”.

Então, senhores, crime, tudo bem. Os dois lados exibem gráficos e mais gráficos, opiniões e mais opiniões. Se têm opiniões abalizadas dizendo que o *impeachment* é legal, que houve crime, há também opiniões muito importantes de pessoas e de estudiosos que dizem que não houve crime de responsabilidade.

Portanto, é preciso clarear essa questão acerca do que está acontecendo. E que as pessoas tenham clareza do que estão votando.

Tenho uma observação a fazer. Eu achava que o pessoal que estava indo para a rua ia comemorar muito aquela votação. E não comemoraram. Estranho. Acho que estão começando a se dar conta do que fizeram, por-

que estavam indo para a rua achando que estavam combatendo a corrupção, só que a Dilma não está sendo acusada de corrupção. De corrupção está sendo acusado o Vice-Presidente, que quer assumir o poder na marra.

(Soa a campainha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria finalizar, Sr. Presidente, falando um pouco do que estão fazendo com a Presidenta Dilma, com uma mulher. E há um componente machista, sexista: uma Presidenta submetida a humilhações. Uma juíza de primeira instância proíbe a Presidenta de falar em rede nacional. Outra cogita proibi-la de viajar para a Assembleia da ONU. Senador vai, no dia seguinte, dar satisfações ao Tio Sam sobre o dia da votação. Ministro do STF praticamente dizendo o que ela deveria falar. Imagine, uma Presidente da República tendo que ouvir o que ela deve falar aonde ela vai. Deputados foram para a ONU para vigiar o que a Presidenta tinha a dizer. Foram barrados no baile, felizmente. Precisam até devolver o dinheiro que gastaram às custas da Câmara. E proibir uma Presidenta de nomear seus Ministros, por quê? Por caráter com certeza não é. Alguns que fizeram parte desse Governo até ontem não têm caráter melhor que o do Lula. E agora o Presidente da Câmara já decretou a vacância. O Presidente da Câmara decretou a vacância do cargo de Presidenta! O cargo de Presidente da República está vago, assim como um Senador fez no Senado, porque ele disse que não reconhece mais este Governo, que nada mais recebe, que nada mais vota enquanto este Governo não cair.

Então, para você sentir. E tenho certeza de que há o componente machista nessa história! Se fosse um homem na Presidência da República, duvido que alguma dessas coisas tivesse acontecido.

Muito obrigada. Era isso eu tinha a dizer.

Peço que incorpore a reportagem ao meu discurso.

Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA REGINA SOUSA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

–“G-8 do Impeachment teve Reuniões Durante um Ano”, Estadão

G-8 do impeachment teve reuniões durante um ano

LUIZ MAKLOUF CARVALHO / BRASÍLIA - O ESTADO DE S.PAULO

16 Abril 2016 | 19h 00 - Atualizado: 16 Abril 2016 | 19h 50

O deputado federal Heráclito Fortes (PSB-PI) oferece jantares a grupo restrito de parlamentares da oposição, com direito a palestra do ex-ministro Nelson Jobim sobre impedimento

Durante um ano, entre abril do ano passado e este abril, dito o mais cruel dos meses, o deputado federal Heráclito Fortes (PSB-PI) reuniu, em sua casa do Lago Sul, à média de dois jantares por mês, um grupo de parlamentares da oposição, experientes e/ou influentes, para discutir a crise político-econômica e, principalmente, o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Relacionadas

- [TV ESTADÃO: como chegamos até aqui?](#)
- [Se Dilma cair, PT e governo defenderão eleições](#)
- ['Conquistar votos é uma guerra', diz Lula](#)



Anfitrião. O deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) discursa na tribuna do congresso

O convidado mais ilustre, por três ocasiões, foi o ex-ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim. Sua contribuição, tão discreta quanto

fundamental, foi aprofundar a compreensão técnico-jurídica das possibilidades do impeachment – e sua formação política em diversos cenários.

Outro convidado, na área econômica, por duas vezes, foi o economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso. O senador e economista José Serra (PSDB-SP), compareceu com frequência.

“Agora eu já posso contar”, disse Heráclito Fortes ao **Estado** no burburinho do café anexo ao plenário da Câmara dos Deputados. Muitas vezes deputado – desde 1982, pela Arena, e depois pelo PMDB, onde, deputado constituinte, ganhou a confiança de Ulysses Guimarães –, uma vez prefeito de Teresina e outra senador, Heráclito não conseguiu se reeleger em 2011. Administrou a paulada – que atribuiu parcialmente ao governo petista – e voltou, em 2014, como o mais improvável socialista que se possa imaginar.

Não viu muita gente de confiança para jogar conversa fora, como nos velhos tempos. Angustiado com isso, fez um primeiro ‘jantar-laboratório’ na casa do Lago Sul. Era 15 de abril do ano passado. De lá para cá, convidou, quase quinzenalmente, opositores que sabem mamar em onça, como ele próprio, ou que ainda estão aprendendo, mas já dão aula, entre eles Benito Gama (PTB-BA), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Raul Jungmann (PPS-PE), Rodrigo Maia (DEM-RJ), senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Pauderney Avelino (DEM-AM), Mendonça Filho (DEM-PE), Júlio Lopes (PP-RJ), Danilo Forte (PSB-CE), Carlos Marun (PMDB-MS), Fernando Bezerra Coelho Filho (PSB-PE), Tadeu Alencar (PSB-PE). Na estimativa de Heráclito, 80 parlamentares participaram desses encontros.

Dezoito convidados ouviram o ex-ministro Nelson Jobim, pela primeira vez, no primeiro mês da articulação. “Nós precisávamos ter uma noção técnica de um processo de impeachment. E ele foi perfeito. Mostrou os três lados da moeda”, lembrou o deputado piauiense.

G de geriátricos. Além dos jantares – informais, para a média de 20 convidados, entre os fixos e os variáveis –, havia um almoço, quase semanal, com um grupo mais restrito: Heráclito Fortes, Jarbas Vasconcelos, José Carlos Aleluia, Raul Jungmann, Marcos Pestana (PSDB-MG), Tadeu Alencar, Rubens Bueno (PPS-PR) e Mendonça Filho. Era o “cérebro da conspiração” – para usar uma imagem que os mais velhos, os quatro primeiros, conhecem bem. Entre eles próprios, com a intimidade que as amizades permitem, batizaram-se de “G-8”. O G, no caso, significando “geriátrico” – uma homenagem aos setentões, ou quase. Heráclito, por exemplo, ainda tem 65.

Reuniam-se no restaurante argentino 348 – e rachavam a conta. “Não houve tema importante da crise política que não passasse por esse grupo, o do almoço e o dos jantares”, disse o deputado Raul Jungmann. “Foi um estado-maior informal do impeachment, reuniões onde se preparava o cardápio do que iria ser servido”.

Sorriso amarelo. No animado e barulhento café da Câmara, Heráclito é cumprimentado a cada cinco minutos. Um dos que chegam, com um tablet na mão, é o deputado petista Ságuas Moraes (MT). “Você esqueceu no plenário – e eu vim devolver”, disse. Heráclito agradeceu, e brincou: “Nós queremos dar ao PT, no novo governo, o Ministério da Ação de Graças. O problema é que vocês não aceitam nada de graça”.

Moraes sorriu amarelo – e bateu em retirada, antes que viesse a próxima. Ele mesmo nunca foi convidado para os jantares. Mas outros deputados petistas sim – como Arlindo Chinaglia, Henrique Fontana e Alexandre Molon (quando ainda no PT). “Sentimos que eles não tinham interlocução com o Planalto, porque a Dilma não recebia ninguém. E o Mercadante, quando falava com um, era só pra dar carão”. Mesmo com alguns de seus deputados participando de uma ou outra das reuniões, ninguém do governo chamou ninguém da oposição para conversar. Durante um ano.

Os encontros foram importantes, avalia Heráclito, “porque arrumava a cabeça, e cada um saía com orientação do que falar”. Mais um gole de água, e complementou: “A pior coisa do mundo é um plenário desarrumado de cabeça. Nós éramos minoritários, não tínhamos condições nenhuma de criar crise para o governo, mas tínhamos de marcar posição, e foi isso que nós fizemos”. Ele lembrou de outros convidados: Roberto Freire (PPS-SP), Bruna Furlan (PSDB-SP), Jutahy Junior (PSDB-BA), Antônio Imbassahy (PSDB-BA), Bruno Araújo (PSDB-PE), Felipe Maia (DEM-RN).

Na sexta passada, quando o acesso dos jornalistas ao plenário ficou muito restrito, o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) fez a gentileza de comparecer a um outro café da Câmara, o que fica no Salão Verde (por conta do carpete desbotado). Tem água e café de graça para qualquer um que queira. Num dia comum, as dez máquinas produzem 600 litros de café, gentilmente servidos, no balcão, por cinco garçons. Lopes é a própria elegância – e traz, na lapela do terno bem cortado, a fita verde-amarela que tem simbolizado a oposição.

“O Heráclito montou um núcleo de inteligência, com pessoas que têm um comprometimento maior, uma reflexão mais aprofundada”, disse, modestamente excluindo-se. “Lá, nos jantares, a gente discutia dentro de uma contextualização real dos fatos, sem a necessidade de estar adjetivando tudo.” Como ninguém é de ferro, Heráclito era generoso nos comes e bebes que mandava servir. “Posso garantir que não há comida melhor em Brasília, uma culinária nordestina perfeita, sempre regada dos melhores vinhos de uma adega extraordinária”.

Lopes ilustrou os motivos de Heráclito para criar o ‘núcleo de inteligência’ com uma história já algo conhecida, mas sempre saborosa: o dia em que o ministro da Articulação Política, o deputado petista Pepe Vargas, foi à Câmara dos Deputados e não reconheceu justo Heráclito Fortes, que muito antes de seu homônimo grego já sabia que não se pode percorrer duas vezes o mesmo rio, ainda mais naquele estuário. “É como ir a Disneylândia e não reconhecer o Mickey. Ir a Roma e não reconhecer o Papa. Já dizia tudo sobre como esse governo trata a política”, disse o parlamentar do Rio de Janeiro.

Oráculo. Lopes também ficou bem impressionado com as contribuições de Nelson Jobim: “Suas exposições nos permitiram ver com clareza como os fatos se dariam, sob suas diferentes perspectivas”.

Danilo Forte, do PSB do Ceará – que chama o núcleo de “ágora”, a praça grega das assembleias populares – troca em miúdos a contribuição do ex-ministro Nelson Jobim: “Ele nos deu conforto nos momentos em que decisões do Supremo nos desanimaram. Disse que era necessário criar um ambiente político dentro do Congresso, para poder viabilizar uma votação do impeachment, e que também era necessário apresentar um projeto de alternância de poder”.

Carlos Marun, do PMDB do Mato Grosso do Sul, está no primeiro mandato. Defensor vigoroso do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já fala grosso como linha de frente da oposição mais empedernida. Foi convidado para uma dúzia dos jantares de Heráclito. “Esse grupo foi fundamental”, disse. “Ajudou a ampliar o número de deputados pró-impeachment e, principalmente, aparou as arestas entre estratégias momentaneamente discordantes.”

Estrela esmagada. Pauderney Avelino, outro entusiasta do impeachment, é o líder dos Democratas. Na sala de imprensa de seu gabinete, um designer gráfico martela, no computador, uma estrela vermelha, o símbolo do PT. O artista experimenta várias formas de marteladas. A ideia é que a estrela esteja totalmente esmigalhada, e a imagem pronta para a capa do boletim diário, na hipótese de o impeachment passar. Avelino vai aos jantares desde o começo. “O Heráclito é o meu socialista predileto”, diz. “O grupo que ele montou foi muito importante no momento em que estávamos num turbilhão, e sem uma direção certa. Foi lá que o impeachment foi tomando corpo”.

“O grupo do Heráclito teve muita conversa, e pouquíssimo vazamento”, disse o ex-governador de Pernambuco e deputado de terceiro mandato Mendonça Filho, outro de seus participantes frequentes, inclusive no G-8. “Não era uma agenda de conspiração, mas uma agenda de construção do Brasil”, afirmou. “Discutiu o impeachment durante 12 meses, e foi uma bússola, sem a qual teríamos errado mais”. Das comidas memoráveis, Mendoncinha, como também é conhecido, citou a farofa, a carne de sol e o bacalhau. “Se fôssemos pagar a conta de vinho, não ia dar”, brincou.

“O Heráclito, com esse grupo, foi muito mais do que um supridor”, comentou o bom humor do deputado federal Benito Gama (PTB-BA), outro integrante do grupo, desde os primórdios. “A crise brasileira foi pauta de todos os encontros – e por aí é que achamos a solução que se avizinha, melhor para o País”.

Convidado especial. No plenário, na sexta de manhã, Gama se divertia com a piada da hora (ou do minuto): as três maiores peregrinações do mundo são a de Fátima, a de Aparecida e a do Palácio Jaburu. Este é, por enquanto, o bunker do vice-presidente Michel Temer.

Na semana que passou, o grupo de Heráclito o recepcionou duas vezes. A primeira, muito restrita, foi na terça, com 14 parlamentares presentes na casa do senador Jarbas Vasconcelos. Temer ouviu um relato e uma avaliação de como estavam as coisas. Gostou – sem arroubos.

A segunda, na quinta-feira, foi na casa da filha de Heráclito, no Lago Sul – uma espécie de reunião ampliada do núcleo de inteligência, com cerca de 80 presentes. O vice-presidente manteve a contenção. “Não queremos criar um clima de já ganhou”, disse Raul Jungmann, que lá esteve.

No café dos deputados, pela terceira ou quarta água, Heráclito Fortes disse, na quinta-feira, que apostava 99,9% que o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff seria aprovado na Câmara.

“Só um fato imponderável poderá modificar esse quadro”, afirmou. Sobre o drama político e pessoal que a presidente está vivendo, foi implacável: “Todo esse drama foi criado pelo partido dela. Nós da oposição não tivemos capacidade e competência para criar uma crise. Ela é produto da arrogância, da prepotência e da incompetência do governo. Jogaram um cesto de pedras para cima e não estão conseguindo sair de baixo”.

(Durante o discurso da Srª. Regina Sousa, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – São 17h26.

Eu queria saber de V. Exª se teremos Ordem do Dia, porque estamos aqui angustiados. Eu tenho uma série de atividades. Então, eu gostaria de ser informada, e imagino que todos os colegas Senadores, também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu até agradeço, Senadora Ana Amélia. Sei que, junto com outros colegas, a senhora é uma das mais assíduas aqui no plenário. Eu também me incluo. Mas estamos vivendo este momento em que muitas atribuições na Casa estão impondo a muitos colegas que fiquem, às vezes, o dia inteiro numa comissão. Não custa nada. Quero agradecer às vereadoras e aos vereadores que estão aqui. E isso não é visível para quem está fora em relação ao Senado.

A nossa decisão – do Presidente Renan, minha e da Mesa – é de seguir votando, todos os dias, as matérias, mesmo com um processo de *impeachment* instalado aqui no plenário do Senado.

Agora mesmo eu estou acertando com o nosso Diretor, que alguns entendem que é quase Senador, o Bandeira, mas nós estamos aqui.

Agora havia uma autoridade para apreciarmos, mas, com o quórum baixo, eu não vou fazer isso, sob pena de correr o risco de, apesar de ser maioria simples, pôr numa situação difícil colegas que estão trabalhando, mas que não podem vir ao plenário.

Então, nós vamos ver as matérias e fazer a Ordem do Dia imediatamente, com matérias que possam ser apreciadas pelo plenário, por acordo, para que se possa voltar à lista de oradores em seguida. Mas eu agradeço a manifestação de V. Exª, Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ministro Garibaldi, meus cumprimentos.

ORDEM DO DIA

Eu consulto os Líderes na Casa – está aqui o Senador Caiado, está aqui a Senadora Ana Amélia, o Senador Cristovam...

Nós temos quatro matérias que penso que têm importância, inclusive duas delas têm interesse direto da Senadora Ana Amélia, também da Senadora Lúcia Vânia.

Nós começaríamos, então, apreciando, para contar prazo, uma pauta das mulheres, uma pauta feminina na Casa, o Item 3 da pauta, Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.

O parecer, sob nº 912, de 2014, da CCJ, tendo como Relator Paulo Paim, é favorável, com a emenda:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2012

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.

Parecer sob nº 912, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

Quinta e última sessão de discussão da proposta e da emenda em primeiro turno.

A Senadora Simone Tebet havia se manifestado no outro dia também.

Eu abri a Ordem do Dia contando prazo para a Proposta de Emenda à Constituição nº 43, que acrescenta entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência. Eu sei que isso conta com o apoio de todos nós, mas ressalto aqui a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Marta, as minhas colegas companheiras do PT, a Vanessa, a Senadora Ana Amélia, e é a última sessão. Com isso, podemos votar essa PEC na hora em que tivermos um quórum adequado.

Ficam vencidos os prazos regimentais para que essa matéria venha a ser apreciada.

O Item 5 da pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 54, que dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola.

É importante ressaltar que a Relatora é a Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senadora Ana Amélia, a quem eu peço um pouco de atenção. Ela está ali, numa conversa com o colega Ataídes.

Senadora Ana Amélia, o Item 5 da pauta trata do Projeto de Lei da Câmara nº 54, que dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola. V. Exª, como Presidente da Comissão e Relatora da matéria – por isso chamo a atenção –, deu parecer favorável, de nº 712, de 2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, oferecendo um substitutivo:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2015 (nº 2.478/2011, na Casa de origem), que dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola.

Parecer favorável, sob nº 712, de 2015, da CRA, Relatora: Senadora Ana Amélia, com a Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Para a discussão do projeto, passo a palavra para a colega, Senadora Ana Amélia.

Penso que é uma matéria pacífica, e já veio com o parecer dela mesma. Podemos colocá-la imediatamente em apreciação no plenário.

Com a palavra, para discutir, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora. Sem revisão da oradora.) – Esse projeto foi bastante examinado. É de autoria do Deputado Alceu Moreira.

Em síntese, Presidente Jorge Viana, as operações enquadradas são aquelas a que se refere o art. 15, “os mutuários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf”, o art. 29, “os devedores dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste – FNO, FNE e FCO” e o art. 30, “demais devedores dos fundos constitucionais que não se enquadram em outros dispositivos da Lei 11.775/2008”.

O PL nº 6.263, de 2009, deu origem ao PLC em análise. Foi apresentado na vigência da alteração da Lei nº 11.775, de 2008, promovida pela Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, que exigia a liquidação integral da dívida renegociada como condição para que o produtor rural renegociasse sua dívida relativa a certas operações de investimento. Na prática, sob essa condição, o produtor ficaria impedido de contratar nova operação de crédito.

Naquele contexto, com a pretendida revogação, no entanto, haveria nova oportunidade para que os agricultores familiares, no caso, contratassem novas operações de investimentos no âmbito do crédito rural.

Ocorre que a Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, alterou os três dispositivos objetos de alteração do presente PLC para determinar que ficaria impedido de nova contratação de empréstimo o mutuário até que amortizasse integralmente as prestações, parcelas do principal acrescidas de juros, previstas para o ano seguinte ao da realização da renegociação. Em outras palavras, desde 2011, a exigência recai apenas no cumprimento do pagamento da primeira parcela do refinanciamento para a contratação de novo empréstimo de crédito rural.

Nesse contexto, com a aprovação do PLC nº 87/2015, desapareceria qualquer restrição à tomada de novos empréstimos, mesmo que o mutuário não tenha implementado o pagamento da primeira parcela como a lei exigia.

A medida é meritória e não traz implicação fiscal direta. Está aí o detalhe, Sr. Presidente, a medida não traz implicação fiscal direta, uma vez que não ocorreria aumento de despesa pública. Sendo avaliada, caso a caso, a situação do tomador do crédito, entendemos ser oportuna a sua aprovação. A medida teve o apoio amplo da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Esse é o nosso substitutivo apresentado aqui. Então, agradeço, Sr. Presidente. Na verdade, o Relator *ad hoc* foi o Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Ana Amélia, agradeço a V. Exª.

Senador Blairo Maggi, já tenho outro item, do qual V. Exª é o Relator. Do outro, o Senador José Medeiros. Eu até informo: o item do qual V. Exª é Relator, Senador Blairo Maggi, que eu vou chamar e conceder a palavra a V. Exª, é o item 6, Projeto de Lei da Câmara, que revoga os dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. Ele revoga impedimentos à obtenção de novos créditos de investimento rural por aqueles que renegociam dívida.

Mas esse é o próximo item. Darei a palavra a V. Exª. Por enquanto, estamos apreciando o item 5, Projeto de Lei da Câmara nº 54, que dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola, que tem como Relatora

a Senadora Ana Amélia, que acaba apenas de reafirmar o posicionamento dela, que veio junto com o relatório. Eu o poria em votação e, em seguida, iria para o próximo item.

Há também o do Senador José Medeiros, que trata do uso de faróis durante o dia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero acrescentar aqui, Senador, o voto que foi apresentado.

O que nós apresentamos como substitutivo é o art. 1º à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que passa a vigorar acrescida do seguinte artigo: “Art 10-A O Poder Público implementará ações de política agrícola em todo o Território nacional, seguindo estratégias...” *(Pausa.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora Ana Amélia, V. Exª está lendo o relatório do outro projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É tanta coisa que...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – V. Exª está lendo o meu relatório! *(Risos.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente, é o seu relatório. É o 54.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É o Projeto de Lei nº 54 da Câmara. O item a que V. Exª se refere é o próximo, que vou pôr em apreciação imediatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que a assessoria quer que eu faça também o relatório que cabe ao Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos deixar o do Senador Blairo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Do meu, deixa que eu cuido!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso é usurpação de poder!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É o ativismo da nossa Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estamos examinando o 54, que trata das parcelas do pagamento do crédito rural. Simplesmente isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – No momento em que apreciamos o Projeto de Lei nº 54, de 2015, quero destacar a importância da matéria, que trata do planejamento de política agrícola nacional.

Entendo ser meritória a matéria, visto que o planejamento da política agrícola nacional promoverá uma melhor alocação de recursos públicos e privados, aumentando a sua eficiência.

Igualmente importante e pertinente é a emenda apresentada pela Senadora Ana Amélia, que promove inovação na legislação para manter a coerência e a coesão à matéria, a Lei nº 8.171, de 1971, conhecida como Lei Agrícola.

Assim, Sr. Presidente, sou favorável ao PLC 54, de 2015, na forma do substitutivo apresentado pela Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Eu não sei a Senadora Ana Amélia quer ainda fazer alguma manifestação, porque é Relatora, para que eu ponha em votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia, exatamente porque atende ao Centro-Oeste, atende ao Nordeste e a todos os fundos constitucionais.

Então, eu penso que a matéria foi pacificada, há compreensão e apoio dos Srs. Parlamentares para esta matéria, neste substitutivo, que nós apresentamos exatamente para aperfeiçoar a produção.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para discutir, a Senadora Simone Tebet; em seguida, parece-me, o Senador Caiado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Já que o Senador Waldemir Moka, que é não só da Comissão, mas também o grande defensor do agronegócio do meu Estado, não se faz presente, eu não posso deixar de parabenizar o autor e a Relatora, Senadora Ana Amélia.

Acho que esse projeto é de fundamental importância. E fico muito feliz que se tenha estabelecido um prazo razoável, de um ano, para que o Poder Executivo possa implementar essa política pública voltada realmente para criar um planejamento para esse setor, que, sem dúvida nenhuma, é o grande setor que alavanca o desenvolvimento de qualquer país, de qualquer nação. Especialmente porque esse plano, conforme estou vendo aqui pelo projeto, tem que ter ações essenciais naquilo que é mais caro para o setor do agronegócio, que é no sentido de se ter realmente planejamento no que se refere ao crédito rural, à comercialização desses produtos, à questão do seguro-rural, ao zoneamento agrícola, à defesa sanitária animal e vegetal, ao apoio as cooperativas – que é muito importante, principalmente para o meu Estado de Mato Grosso do Sul –, além do fomento à agroindústria, a assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária.

Portanto, eu quero parabenizar o autor, parabenizar a nossa Relatora, não só em nome do Senador Waldemir Moka, mas em meu nome, em nome do Estado de Mato Grosso do Sul e do Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto é originário da Câmara dos Deputados, é de autoria do Deputado Alceu Moreira. E a nobre Relatora, Senadora Ana Amélia, que preside com muita competência a Comissão de Agricultura e lá tem apoio unânime, teve a incumbência de relatar o projeto, no qual incluiu pontos importantes.

Tudo o que o produtor rural sonha é poder ter um planejamento em longo prazo. É exatamente esse o objetivo que a Senadora Ana Amélia deixa bem claro, para definir regras, planejamento de uma safra, de crédito, do seguro, do estoque regulador, enfim, de várias situações de que a agropecuária brasileira depende tanto para poder ser ainda mais competitiva no cenário internacional.

Eu quero aqui não só cumprimentá-la, mas também V. Ex^a, por ter colocado na pauta um projeto tão relevante quanto esse. Nossos cumprimentos a nossa Relatora, Senadora Ana Amélia. O setor rural agradece enormemente essa possibilidade real de termos, a partir de agora, um plano plurianual capaz de poder definir metas para o setor.

A posição do Democratas é favorável, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Encerrada a discussão.

Votação da Emenda nº 1 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que tem preferência regimental. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o substitutivo apresentado pela Senadora Ana Amélia.

Fica prejudicado o projeto.

Se não houver... E aí peço a atenção dos Líderes, já que tivemos a manifestação de vários. Esta matéria iria...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, faço questão até de ler toda a composição do substitutivo, para ficar bem claro.

Eu quero agradecer muito à Senadora Lúcia Vânia novamente, ao Senador Ronaldo Caiado, ao próprio Senador Blairo Maggi e à Senadora Simone Tebet, que falou pelo querido amigo Waldemir Moka, que só está ausente pela perda da mãe, ocorrida ontem, pela manhã.

Art. 10-A O Poder Público implementará ações de política agrícola [foi o mencionado pelo Senador Caiado], em todo o Território nacional, segundo estratégias, objetivos e metas definidos em planejamento prévio a ser elaborado, aprovado e divulgado, abrangendo períodos não inferiores a dois anos. Parágrafo único. O planejamento de que trata este artigo abrangerá, no mínimo, as ações governamentais voltadas ao crédito rural, à comercialização de produtos agropecuários, ao seguro-rural, à redução do risco inerente à atividade agropecuária, ao zoneamento agrícola, à defesa sanitária animal e vegetal, às cooperativas, às agroindústrias, à assistência técnica, à extensão rural e à pesquisa agropecuária.

Art. 2º O primeiro planejamento a ser elaborado com base no art. 10-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, deverá ser aprovado e divulgado em até um ano após a data de publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fiz esta leitura para dar todo o texto que nós preparamos para clarear bem os nossos colegas Senadores. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu peço, inclusive, que V. Ex^a fique, porque esta matéria, de alguma maneira, regimentalmente, ainda teria que ser encaminhada para a Comissão Diretora, onde eu trabalho como Vice-Presidente, mas, se houver acordo – eu vou pôr em apreciação –, nós podemos apreciar a matéria imediatamente, e ela seguir para a Câmara.

Depois do Senador Crivella, eu vou fazer essa proposta ao Plenário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, apenas para pedir a V. Ex^a. Há sobre a mesa o Requerimento nº 232, que fala sobre levar o projeto do estatuto dos animais para a Comissão de Economia; e um requerimento nosso, pedindo que V. Ex^a indefira isso, porque a matéria não tem nada a ver com a Comissão de Economia. Isso acaba atrapalhando a tramitação. Se V. Ex^a puder colocar em votação, eu ficaria muito agradecido.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu gostaria só, voltando ao tema, Senador, de solicitar o entendimento das Lideranças para dar esse apressamento que V. Ex^a recomendou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estou sugerindo, porque entendo que uma matéria dessa importância nós podemos concluir aqui nesta sessão, se não houver nenhuma objeção dos Líderes.

Senador Otto Alencar.

Depois, vou pôr em apreciação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me permita registrar hoje, no dia 27 de abril, o aniversário da cidade de Utinga, na minha região, na Chapada Diamantina. Quero mandar um abraço ao Prefeito, Alberto Muniz, aos Vereadores e a toda a população.

É um Município muito importante, onde nasce um dos principais rios afluentes do Rio Paraguai, que abastece a cidade de Salvador. É uma região belíssima, onde temos uma convivência muito grande. É também a região onde nasci, com muito orgulho, de um povo bom, hospitaleiro.

Então, parabéns, Utinga, pelos seus 63 anos de emancipação política!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Nós vamos concluir a apreciação desta matéria.

Foi aprovado o substitutivo que a Senadora Ana Amélia traz, que diz respeito ao planejamento agrícola, que autoriza o Governo a fazer um melhor planejamento.

Se não houver objeção do Plenário, passaremos, imediatamente, ao turno suplementar. Eu gostaria só da manifestação dos Líderes, se há concordância.

Senador e Líder Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, eu estou sem voz, mas, pelo PMDB, concordo e apoio a Senadora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – O PRB encaminha “sim”.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – O PR encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, temos a manifestação favorável. Como autor da ideia de apreciar, auxiliando aqui o trabalho da Relatora, coloco em apreciação. **(Parecer nº 464/2016- CDIR - Redação do Vencido para o turno suplementar - Vide item 1.2.2.1 do sumário)**

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do substitutivo, em turno suplementar. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão sem emendas.

O substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A eficiência do Bandeira e da equipe aqui é extraordinária. Sugeri isso, e imediatamente eles prepararam o processamento da matéria. Eu, então, tomo a decisão de que, com base no posicionamento do Plenário, a matéria volte, aprovada, para a Câmara dos Deputados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Com isso, contribuímos para aquilo que V. Ex^a, ao abrir esta sessão, disse: a despeito dos problemas que temos e da Comissão Especial, continuamos tendo que fazer uma pauta produtiva, e foi o que acabamos de fazer agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a.

Eu queria solicitar o posicionamento dos Líderes. Ainda há pouco, abrindo a Ordem do Dia, observei que temos uma autoridade para votar, mas o quórum estava muito baixo.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria a atenção dos colegas.

Senador Ronaldo Caiado, Senador Magno Malta, Senador Líder Eunício Oliveira, Senador José Pimentel, ainda há pouco, tínhamos um quórum muito baixo. Agora, temos 62 Senadores registrados no painel. Eu ha-

via falado que, talvez, não apreciássemos autoridades, mas temos um quórum elevado. Eu estava pedindo a colaboração dos Líderes para apreciarmos.

Aviso aos Senadores e às Senadoras que estão aqui, nas dependências da Casa, que teremos uma votação nominal imediatamente após a apreciação de mais dois itens da pauta. Podemos fazer assim?

Então, vou abrir a votação nominal, se não houver objeção.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Faremos aqui a votação nominal e, depois, apreciaremos os três itens.

Parecer nº 462, de 2016. Comissão de Constituição e Justiça.

Relatora: Senadora Ana Amélia –. Senadora Ana Amélia no seu ativismo.

Mensagem nº 24, de 2016, 87/2016, na origem, pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Dr. Olympio Pereira da Silva Júnior:

PARECER Nº 462, DE 2016

da CCJ, Relatora: Senadora Ana Amélia, sobre a Mensagem nº 24, de 2016 (nº 87/2016, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado a indicação do Dr. PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Olympio Pereira da Silva Junior.*

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 291, inciso I, letra “e” do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

O painel está aberto. É maioria simples. Portanto, comunico às Senadoras e aos Senadores que estão nas dependências da Casa que estamos em um processo de votação nominal, e o painel está aberto.

Mais uma vez, peço aos assessores e assessoras que, por gentileza, comuniquem aos Senadores e às Senadoras que estamos em processo de votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aloysio, V. Exª Precisa registrar o voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Voto com muita honra, Sr. Presidente. Trata-se de uma indicação muito meritória da Srª Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E V. Exª inclusive tem que dar presença e votar; estava na Casa, mas não tinha dado presença.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Rose de Freitas com a palavra.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Obrigada.

Sr. Presidente, os postos aqui, há vários dias não estão funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Petecão, vote.

Desculpa, Senadora. Senadora Rose de Freitas com a palavra.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Só para dizer que esta fila aqui não funciona para votação, há vários dias, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vou pedir imediatamente.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – A Senadora Lúcia Vânia não consegue; eu, o Magno Malta, Ricardo, ninguém consegue.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço. Vou pedir imediatamente que a equipe técnica possa ver qual o problema na segunda bancada, no processo de votação, por gentileza. Senador Lobão votando.

Mais uma vez eu peço aos Senadores e Senadoras que estão nas dependências da Casa que venham até o plenário. Estamos em regime de votação nominal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Lembro a V. Exª o requerimento, Presidente, para a gente botar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais uma vez, peço aos Senadores...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...Senador Dário, Senador Lasier, estamos com votação nominal, Senador Aécio Neves. Senadora Rose, V. Exª dê seu voto. É importante os colegas votarem. Senador Dário.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, temos que ficar pulando de cadeira em cadeira. Essas bancadas não estão funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já pedi providência, atendendo, inclusive, agradecendo a V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Vou pular novamente, mas, na próxima vez... Já são duas semanas que estão assim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas é só confirmar, Senadora, por gentileza.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Vou fazer, Presidente, mas V. Exª poderia, diligentemente, pedir para consertar as bancadas?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já pedi hoje.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pedi imediatamente, Senadora, peço desculpas, é uma falha técnica.

Senador Humberto Costa, estava aguardando V. Exª.

Queria consultar os colegas do plenário, queria consultar os Líderes, queria uma atenção dos Líderes.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tenho mais duas matérias que são absolutamente consensuais, pelo menos naquilo que imaginamos. Se tiver concordância dos Líderes, eu deixo o painel aberto, passo a palavra para o Relator, Senador Blairo Maggi, para que ele possa apresentar a próxima matéria e assim nós esperaríamos a chegada dos colegas que estão nas dependências da Casa, sem prejuízo de termos colegas que fiquem sem votar, por uma questão de mais cinco ou dez minutos.

Podemos fazer assim? Se houver concordância, deixaríamos a votação em aberto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – PSDB de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu apreciaria o item seguinte, cujo Relator é o Senador Blairo Maggi, em que parece haver consenso. É um projeto de lei da Câmara. Daria a palavra para ele e nós faríamos apreciação dessa matéria, tão logo a instrução da outra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, se o Líder Humberto Costa, ao seu lado, estiver de acordo, eu também estou. O PSDB está de acordo também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tem acordo. Estava aqui com o Bandeira. Vamos deixar em aberto o painel um pouco mais, para não causar nenhum prejuízo aos colegas que estão aqui, porque estamos com o quórum de 62.

O Item 6 da pauta é o Projeto de Lei da Câmara...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço atenção dos colegas.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos apreciar o Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2015, que revoga os dispositivos da Lei 11.775, de 11 de setembro de 2008, revoga impedimentos à obtenção de novos créditos de investimento rural por aqueles que renegociem dívida.

Parecer favorável do Senador Blairo Maggi, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2015 (nº 6.263/2009, na Casa de origem), que *revoga dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (revoga impedimentos à obtenção de novos créditos de investimento rural por aqueles que renegociem dívida)*.

Parecer favorável, sob nº 933, de 2015, da CRA, Relator ad hoc: Senador Blairo Maggi.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único.

Passo a palavra para o Senador Blairo Maggi, Relator da matéria.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Jorge Viana.

Esse PLS nº 87, que vem da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, revoga dispositivo da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. Em síntese, o PLS nº 87, de 2015, revoga essa Lei nº 11.775, de 2011, que trata de medida de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operação de crédito rural e de crédito fundiário.

As operações enquadradas são aquelas a que se refere o art. 15 – mutuários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – e o art. 29 – devedores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (o FNO, o FNE e o FCO) – e o art. 30 – demais devedores dos fundos constitucionais que não se enquadram em outros dispositivos da Lei nº 11.775.

O PLS 6.236, de 2009, que deu origem ao PLC em análise, foi apresentado na vigência da alteração da Lei nº 11.775, de 2008, promovida pela Lei nº 11.992, de 13 de abril de 2009, que exigia a liquidação integral da dívida renegociada como condição para que o produtor rural renegociasse a sua dívida relativa a certas operações de investimento.

Na prática, sob essa condição, o produtor ficaria impedido de contratar nova operação de crédito naquele contexto com a pretendida revogação. No entanto, haveria uma nova oportunidade para que os agricultores contratassem novas operações e investimentos no âmbito do crédito rural. Ocorre que a Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, alterou os três dispositivos objeto de alteração do PLC para determinar que ficaria impedido de nova contratação de empréstimo o mutuário até que amortizasse integralmente as prestações, parcelas, do principal, acrescido dos juros previstos para o ano seguinte ao da realização da renegociação. Nesse contexto, com a aprovação do PLS nº 87, de 2015, desapareceria qualquer restrição à tomada de novos empréstimos desde que esse mutuário não tenha impedimento ou o pagamento da primeira parcela.

Como a medida é meritória e não traz implicações fiscais diretas, uma vez que não ocorreria aumento de despesas públicas, sendo avaliada caso a caso a situação do tomador do crédito, entendemos ser oportuna a sua aprovação.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 87, de 2015.

Sr. Presidente, em resumo, é bem simples o que esse projeto propõe. Se o mutuário desses créditos de FCO e do Pronaf tivesse uma renegociação feita durante o tempo em que ele era devedor, ele estaria impedido de fazer novas operações, uma vez renegociado, e se ele tiver espaço fiscal, tiver espaço de crédito nos bancos para fazê-lo. Então, a lei vem alterar exatamente isso, permitindo que, uma vez renegociada com o banco, uma vez que ele tenha condições de aumentar o seu crédito, ele poderá buscar um novo financiamento sem ter que esperar a liquidação total desse financiamento.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Permite-me um aparte, Senador Blairo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não, Senadora Simone.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – A Senadora Simone está pedindo um aparte. Só um pouquinho.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não. Com a palavra, o Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria que os Colegas entendessem que são manifestações do Relator, o Senador Blairo. O projeto é pacífico. Ele deu o parecer agora durante a discussão. Vamos ouvir, para discutir, o Senador Pimentel e depois a Senadora Simone Tebet. Obviamente, qualquer dúvida, o relator esclarecerá.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Nosso Relator, Senador Blairo Maggi, Sr. Presidente, eu quero começar registrando que essa matéria é de suma importância para que nós possamos voltar a liberar o crédito para aqueles que regularizam a sua situação junto aos fundos constitucionais e beneficia diretamente três regiões do Brasil: a Região Norte, a Região Nordeste e a Região Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, eu quero registrar que, na Medida Provisória nº 707, que teve como Presidente o Senador do nosso Pernambuco, nós tivemos o cuidado, nobre Relator, de trazer uma série de regras para viabilizar uma série de medidas impeditivas na área de atuação da Sudene. É verdade que aquela matéria não beneficia as duas outras Regiões. Por isso, nós vamos aprovar o projeto de lei e vamos precisar adequar aquelas matérias que forem diferentes na Medida Provisória nº 707.

Essa medida provisória, já aprovada na Comissão Mista e que está no plenário da Câmara dos Deputados, anistia todas as dívidas de até R\$10 mil com o Fundo Constitucional, e isso vem em face dos custos operacionais. Ela também autoriza rebates progressivos até R\$500 mil no valor da contratação e define uma série de regras novas.

Por isso, nós vamos votar, mas com essa cautela, para que na medida provisória se façam os ajustes necessários.

Parabéns, Blairo, pelo parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Simone Tebet; em seguida, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Para encaminhar.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Apenas para parabenizar o nosso Relator, Senador Blairo Maggi, e dizer que ele, mais do que ninguém nesta Casa, sabe da importância do agronegócio.

Nessa época de economia em recessão por dois anos consecutivos, já vamos para o terceiro ano – o PIB provavelmente vai fechar em -3,8% –, nós sabemos que o que está salvando a economia no Brasil é o agronegócio. Então, nada mais justo, Senador Pimentel, V. Exª tem toda razão, que esta Casa se debruçar realmente nos projetos que alavancam esse setor, que, embora primário e tão mal remunerado, porque as *commodities*, comparadas aos produtos industrializados, valem muito pouco, é realmente quem está sustentando e, na realidade, sempre sustentou este País.

Normalmente, o agronegócio corresponde a um quarto do PIB brasileiro. Salvou a balança comercial em 2014, quando teve um superávit de mais de R\$80 bilhões; está salvando a balança comercial não só ano passado, mas também este ano.

Mais importante que isso, é importante registrar, neste País de dimensões continentais, começar a desmistificar a ideia de que este é um País de latifundiários. Na realidade, dos imóveis rurais do Brasil, e eu acredito que são mais de 5 milhões deles, a maioria absoluta, eu ousou dizer que mais ou menos de 70% a 80% desses imóveis são imóveis rurais que pertencem ao agricultor familiar, ao pequeno agricultor, a comunidades nativas, terras indígenas, quilombolas. E essas pessoas precisam normalmente de créditos e não conseguem quitar os seus créditos antes de fazer novos financiamentos. Então, vem esse projeto em boa hora, ou seja, não há necessidade de o agricultor familiar, de o homem do campo quitar os seus créditos junto aos bancos, principalmente dos fundos constitucionais, para contrair novos empréstimos, desde que, como tomador, tenha realmente condições de fazê-lo.

Eu acho que o Senado, nesta tarde, está dando uma demonstração, à parte a crise...

(Soa a campanha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... e as discussões políticas que estamos fazendo nesta Casa, de que temos condições de dar respostas imediatas à população. Hoje mesmo votamos dois processos da mais alta relevância para o agronegócio brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Lúcia Vânia, em seguida... Com a palavra V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no momento em que apreciamos o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2015, quero manifestar a importância dessa matéria, que estimula a produção do agronegócio em um contexto de retração da atividade econômica.

O projeto revoga alguns dispositivos da Lei nº 11.775, de 2008, que trata de medidas de estímulo à liquidação e à regularização de dívidas originárias de operação de crédito rural e de crédito fundiário.

As operações enquadradas referem-se aos mutuários do Pronaf, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Como colocou muito bem aqui a Senadora Simone Tebet, ele se destina aos pequenos produ-

tores devedores de fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e demais devedores de fundos que não se enquadram em outros dispositivos da Lei nº 11.775, de 2008.

O projeto revoga qualquer restrição à tomada de novos empréstimos pelos produtores rurais, mesmo que não tenha sido realizado o pagamento da primeira parcela de outros empréstimos contratados.

A matéria é meritória por retirar um entrave à expansão da produção do agronegócio no Brasil, setor que sobressai no contexto de enfraquecimento da nossa economia.

É importante ressaltar que a matéria em análise não implica impacto fiscal para a União, deixando para as instituições financeiras a responsabilidade de avaliar caso a caso a situação dos tomadores de empréstimo.

Assim, Sr. Presidente, quero declarar o meu apoio, cumprimentando o Senador Blairo Maggi, que, sem dúvida nenhuma, é um grande representante dessa área, que tem sido aqui um Parlamentar aplicado, um Parlamentar voltado para os interesses do País, mas, de forma muito especial, à Região Centro-Oeste.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a votação desse projeto caracteriza duas coisas importantes: primeiro, que o Senado, embora vivendo esse momento do *impeachment*, está demonstrando a grande diferença do que foi feito na Câmara. A Câmara, no momento em que estava votando o *impeachment*, Sr. Presidente, não votava absolutamente nada. Nós estamos aqui votando um projeto importante para o setor produtivo.

Eu queria só aproveitar e fazer uma pergunta ao Relator, Senador Blairo Maggi: se aquelas pessoas que negociam uma dívida e que não negociam pelo juro total, negociam pelo valor nominal, estão adimplentes para contrair um novo empréstimo.

Sr. Presidente, queria que o Relator... Cadê o Relator, Sr. Presidente? Eu acho que o Relator pegou o meu vírus, Senador Caiado. Está vendo como o Relator sumiu agora, o Blairo? Eu estou atrás dele e ele não está. Eu acho que ele pegou o vírus de sumir naquele dia e agora ninguém o encontra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Caiado e V. Ex^a criaram jurisprudência na Casa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É, o Senador Caiado tanto criticou.

Então, eu queria que o Senador Relator Blairo nos informasse esse detalhe, que é importante. Hoje, se você contrai uma dívida e vai fazer uma composição dessa dívida, se não a fizer pelo montante total dos juros, total, você não terá mais, depois, condições de contrair um novo empréstimo. Então, eu precisava saber do Relator esse detalhe. Contudo, é um projeto muito bom, é um projeto que não prende...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Blairo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Blairo, eu queria lhe fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como Relator, o Senador Telmário está pedindo só uma explicação de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Telmário primeiro, só para repetir...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Na escuta, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, Senador, primeiro eu quero parabenizá-lo por esse projeto, que é um projeto muito bom. Mas há um detalhe: por exemplo, se você tem um empréstimo numa instituição financeira e vai fazer uma composição de dívida e não a fizer pelo total, fizer pelo valor nominal, você depois não pode contrair nenhum tipo mais de empréstimo. Essa proposta contempla essas pessoas?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Perfeitamente, o projeto vem nessa direção, porque, uma vez que o mutuário esteja em débito, ele tem que procurar uma recomposição da dívida. A lei anterior dizia o seguinte: caso você renegocie a sua dívida, você não tem direito a novo crédito. Então, essa lei, o PLC 87, vem na direção de dizer o seguinte: você pode renegociar e, desde que você tenha crédito para garantir o que está pedindo, você tem direito a um novo crédito. Isso é para o Pronaf e para os pequenos produtores e tomadores de crédito, enfim, dentro dessa regra. O.k.?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Com certeza, esse projeto vem, realmente, ao encontro dessa grande necessidade, porque isso estava criando um grande obstáculo, principalmente, ao setor produtivo. Quero parabenizar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos pôr em apreciação, então, a matéria; e, em seguida, o projeto do Senador José Medeiros.

Votação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção. **(Vide item 1.2.2.2 do sumário)**

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Nós vamos fazer a apreciação do Item 7, que tem como Relator o Senador José Medeiros.

Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2015, que torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei Da Câmara nº 156, de 2015, (nº 5.070/2013, na Casa de origem), que *torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 100, de 2016, da CCJ, Relator: Senador José Medeiros.

Esse é um projeto que será relatado pelo Senador José Medeiros, que já se encontra na tribuna. Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Iniciamos agora a discussão do projeto.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei muito breve, até para dar celeridade aos trabalhos.

Quero inicialmente, Sr. Presidente, parabenizar o Deputado Rubens Bueno por essa proposição. Trata-se de um projeto meritório de importância ímpar para a segurança do trânsito. Sr. Presidente, o trânsito brasileiro é um dos que mais matam no mundo. Aliás, mata mais do que muitas guerras que estão acontecendo: são quase 50 mil pessoas que morrem todos os anos, boa parte delas por colisão frontal.

Às vezes, a falta de visibilidade contribui também para que essas colisões aconteçam: a cor do carro se confunde com a cor do asfalto. Essa proposição, Sr. Presidente, que já foi tentada em outros momentos da vida brasileira, agora vem em forma de projeto de lei. Peço aos nobres pares que possamos aprovar, porque, além de não ter custo, ele vem contribuir para que muitas vidas possam ser poupadas.

É só isso, Sr. Presidente, dizer da importância desse projeto para a segurança do trânsito nas rodovias deste País e mesmo dentro da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Encerrada a discussão.

Apreciação da matéria.

As Sras e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção. **(Vide item 1.2.2.3 do sumário)**

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O último item é um pedido do Senador Crivella. Atendo a solicitação do Líder, Senador Crivella.

Requerimento nº 232, de 2016, do Senador Telmário Mota, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos, que institui o Estatuto dos Animais:

Em votação os requerimentos.

A proposta é pela rejeição.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – As Sras e os Srs. Senadores...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, Sr. Presidente. Vamos discutir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ. *Fora do microfone.*) – Rejeição.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Faço um requerimento para esse projeto passar pela CAE e para que a gente possa discutir. O requerimento é nesse sentido. É importante o debate desse projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Mas a CAE não tem nada a ver com o Estatuto dos Animais.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Tem, porque ele mexe no processo econômico. Vou já lhe dizer. Por exemplo, o projeto, do jeito que está aí, impede até animais guias de pessoas portadoras de deficiência. Os animais usados pela Polícia Federal, não vai mais haver animais para procurar cocaína, porque não se poderá mais usá-los. Então, o projeto vai mexer, sim, com o aspecto econômico.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Senador Telmário, com todo o respeito a V. Exª, o projeto não tem absolutamente nada com relação a isso, fala apenas de crueldade contra os animais. Pode puxar carroça, pode fazer o que for. O que não pode ter é crueldade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria só...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ele mexe com o sistema econômico. Por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Anunciei que faríamos uma pauta consensual, mas estou vendo que há ainda espaço para algum entendimento sobre o requerimento. Vou retirá-lo de pauta.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vamos fazer o encaminhamento dos Líderes, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Peça o encaminhamento dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas é que eu tinha assumido que seria matéria consensual. Só peço... Nós vamos apreciar o requerimento em outra oportunidade, pode ser até amanhã ou na terça, só para ter um tempo de se buscar o entendimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, já que é pela aquiescência de V. Exª, há o Projeto de Lei da Câmara nº 121, que não tem nenhum problema. O autor desse projeto é um ex-Deputado do Partido dos Trabalhadores, do seu Partido, Ronaldo Zulke. Confere ao Município de Teutônia, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Canto Coral. É uma designação como todas as outras, é uma matéria, imagino, sem nenhuma objeção dos colegas Parlamentares. É o Projeto de Lei da Câmara nº 121. Está na pauta ou na agenda de votações. É o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2013. O autor, como eu disse, é o ex-Deputado Ronaldo Zulke, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós temos muitas centenas de projetos nesse sentido. Assumo o compromisso de vermos um momento oportuno para a apreciação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a V. Exª, em homenagem aos vereadores do Município de Teutônia, que vieram solicitar essa deliberação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Benedito de Lira, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está sobre a mesa, desde o dia 31 de março de 2016, o Requerimento nº 243, que trata do desapensamento do PL 102, de 2007, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Tramita em conjunto com o 180/2013 e o 537/2013, por se tratar de matéria diversa das demais proposições.

Requeiro a V. Exª que seja posto em votação antes de terminar a Ordem do Dia, para que a gente possa concluir o parecer. Sou o Relator dessa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu peço a atenção dos Líderes.

Eu assumo o compromisso de amanhã apreciarmos esse requerimento de V. Exª. Também vou consultar o Líder do Governo no Congresso e outros colegas, mas, amanhã mesmo, eu assumo o compromisso de pôr na sessão.

Eu queria propor uma modificação do horário da sessão de amanhã e da sessão de sexta-feira, a pedidos, porque temos a Comissão do *Impeachment* e me foi solicitado. A Presidência comunica, a pedidos, que a sessão plenária de amanhã será antecipada para às 11h, com a Ordem do Dia às 12h. Eu mesmo estarei aqui. Na sexta-feira, não teremos sessão, porque teremos oitivas na Comissão do *Impeachment*, e a transmissão do Senado será da Comissão que faz a apreciação do pedido de *impeachment* da Senhora Presidenta da República. Este é o encaminhamento que a Mesa Diretora faz: amanhã, a sessão será às 11h, com Ordem do Dia ao meio-dia; e, na sexta-feira, não teremos sessão plenária.

Com isso, fica encerrada a Ordem do Dia.

Passo a Presidência ao Senador Garibaldi Alves e convido para fazer uso da tribuna o Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obviamente, antes, vou anunciar o resultado – o orador será o Senador Otto Alencar – do painel, abrindo o painel, claro, antes de encerrar a Ordem do Dia.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente.

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.2.4 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Votaram SIM 62 Srs. Senadores; e NÃO, 01 Senador.

Houve 01 abstenção.

Fica, portanto, aprovada a indicação do Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Dr. Olympio Pereira da Silva Junior.

Encerrada a discussão... *(Pausa.)*

Já foram feitas as discussões.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidenta da República.

Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Reguffe.

O Senador Otto Alencar será o próximo orador.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Na segunda-feira, já temos o horário da sessão? Como será a segunda-feira? V. Ex^a falou da quinta-feira e da sexta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por enquanto, o horário é normal, às 14h, na segunda-feira.

Senador Otto Alencar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Otto Alencar está abrindo mão da inscrição.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há o Senador Paulo Bauer, que me havia pedido, que é também o primeiro Líder. Eu pergunto se o Senador Reguffe é orador inscrito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Lúcia Vânia e Senador Reguffe. Senador Reguffe, como orador inscrito; Senador Paulo Bauer e o Senador José Medeiros também. Vamos ouvir o Senador Reguffe. A Senadora Lúcia Vânia também está como oradora inscrita.

Passo a Presidência ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir um tempinho a V. Ex^a, nobre Senador Reguffe, para que eu possa, por meio do uso da palavra pela ordem, fazer uma reclamação rápida, se V. Ex^a me permitir.

Sr. Presidente, com a permissão de S. Ex^a o Senador Reguffe, eu gostaria de trazer ao conhecimento desta Casa e deste País como as pessoas são tratadas no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Alagoas. Está aqui, Presidente, a fotografia de um cidadão com mais de 70 anos de idade ao descer a escada rolante. Por quê? Porque o embarque, em Alagoas, ao longo de mais de dois anos, é feito manualmente, ou seja, chovendo ou fazendo sol, o passageiro, cadeirante ou normal, de idade ou jovem, terá que fazer o percurso da área de embarque para a aeronave a pé, uma vez que os *fingers* daquele aeroporto, Sr. Presidente, há mais de dois anos, estão todos quebrados.

Nós fizemos aqui uma reclamação para a Infraero para consertá-lo a fim de que, pelo menos, as pessoas com deficiência pudessem embarcar nas aeronaves através dos *fingers*, nobre Presidente Garibaldi Alves. Ouvido de mercador. Ninguém toma nenhuma providência.

O pior é que o cidadão de mais de 70 anos se acidentou, teve um corte na cabeça, perdendo sangue, e não havia um posto médico para atendimento de urgência naquele aeroporto. Isso é um descaso, é uma falta de responsabilidade de quem dirige aquele aeroporto ou da Infraero. Pois bem. O cidadão passou lá mais de 20 minutos sangrando até que chegasse uma ambulância do Samu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Na semana passada, um cidadão desmaiou e também não teve socorro.

Sr. Presidente, eu faço essa reclamação e faço um apelo à Infraero, aqui, em Brasília, para adotar providências: primeiro, que façam com que os instrumentos de embarque e desembarque daquele aeroporto possam ser consertados; segundo, que, pelo menos, deixem lá uma enfermeira de plantão para atendimento de emergência, para evitar essa coisa que nós estamos vendo aqui.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exª e, com especialidade, eu agradeço o nobre Senador Reguffe pela sua gentileza de me ceder este espaço.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Benedito de Lira, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, eu quero, primeiro, dizer que meu voto é favorável à abertura do processo de *impeachment*. Dito isso, eu quero dizer que é absolutamente revoltante ler, nos jornais e nos sites de notícia, as informações sobre a montagem do governo Michel Temer.

O que a população nas ruas quer é que se discuta uma melhoria da qualidade dos serviços públicos que ela recebe; ela não quer ver o toma lá dá cá que está sendo colocado, em que já está se montando uma base e distribuindo pedaços do Estado para os partidos políticos. O Estado brasileiro hoje é dominado pelas máquinas dos partidos políticos, pelos grupos de interesses e pelas corporações. Nós precisamos devolver o Estado ao contribuinte.

E aí eu leio nos jornais, Sr. Presidente, que o Vice-Presidente está negociando as pastas com os partidos – vai dar o Ministério da Saúde para o partido A, vai dar o Ministério das Cidades para o partido B – e, pior, está oferecendo a direção dos bancos públicos para os comandos dos partidos políticos, ou seja, vai oferecer o Banco do Brasil para um partido e a Caixa Econômica para outro partido. Isso não é correto, não é sério e vai na contramão do que as ruas estão pedindo, do que as ruas estão dizendo. O que as ruas querem é uma nova forma de Administração Pública, um novo modelo de Administração Pública, mas nada disso parece que está sendo discutido. Então, vejo isso com muita preocupação. O que o Vice-Presidente Michel Temer tinha que fazer é copiar o exemplo do ex-Presidente Itamar Franco e se preocupar em fazer um governo para a história, mas não fiação o governo pelas máquinas dos partidos. Não é isso que a sociedade, o contribuinte brasileiro deseja, com toda a sinceridade. Então, vai ser um governo para os agentes políticos, para as máquinas dos partidos políticos.

Meu voto é favorável à abertura do processo de *impeachment*. Volto a dizer o que já disse neste plenário: um governante, quando é eleito, deve governar, mas isso não lhe dá o direito de fazer o que quiser, isso não dá uma carta em branco para esse governante. Ele tem que respeitar a legislação vigente do País e, dentro dessa legislação, a Lei de Responsabilidade Fiscal – um governo não pode gastar mais do que arrecada – e a Lei Orçamentária Anual, o que, inclusive, está na Constituição Federal como crime de responsabilidade. Um governo não pode editar decreto de créditos suplementares sem autorização legislativa. Então, o meu voto vai ser favorável à abertura do processo de *impeachment*, mas eu não tenho como concordar, não aceito e acho revoltante que a forma como o novo governo esteja sendo montado seja na base de, simplesmente, agradar as máquinas e as cúpulas dos partidos. Não é isso que o contribuinte deste País deseja.

Nós precisamos ter uma nova agenda neste País, ter uma reforma do Estado, que devolva o Estado para o contribuinte, que introduza meritocracia no serviço público, que introduza um sistema de metas e resultados.

No Brasil, há 31 ministérios e 23.941 cargos comissionados, de acordo com uma resposta formal do Ministério do Planejamento a um requerimento de informações que eu fiz como Parlamentar. A França possui 4.800 cargos comissionados.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Reguffe, um aparte quando puder, por favor.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Já vou lhe conceder.

Os Estados Unidos possuem 8.000 cargos comissionados; o Brasil possui 23.941 cargos comissionados.

Ele tinha que se preocupar em fazer um governo pensando na história. É disso que este País precisa, não agradar simplesmente as cúpulas dos partidos políticos. O Estado não pode ser um fim nele mesmo; o Estado é para devolver serviços públicos de qualidade ao contribuinte, apesar de alguns se esquecerem disso.

Ouçõ o Senador Blairo Maggi, com o maior prazer.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Reguffe, eu cumprimento V. Exª pelo pronunciamento e pela hora correta deste pronunciamento. A preocupação que V. Exª traz é uma preocupação que também eu trago no meu sentimento. E é uma grande preocupação, porque o governo que vem se instalar é um governo que tem que fazer a diferença, tem que mostrar a diferença, tem que mostrar para o que está chegando, no momento de uma crise violenta, como nós estamos tendo neste momento. Eu não sou muito velho, mas eu não conheço nada parecido na história da economia brasileira – para trás, também não conheço nada parecido – com a derrocada tão grande na economia como estamos tendo neste momento, nesta oportunidade. Então, a chegada do Michel Temer como Presidente da República – obviamente, se passar o processo de *impeachment*, o afastamento etc e tal – terá que ser um momento ímpar na história do País. Ele

terá que se colocar acima dos partidos, acima dos interesses pessoais, das corporações e fazer um governo, como V. Ex^a está colocando, para o País, para a história do País, para mudar o País. E eu estive com ele por três vezes nesta semana, acompanhando outros grupos. Nós do meu Bloco parlamentar, o Bloco Moderação, nós fomos lá. Hoje, eu fui com a Frente Parlamentar da Agricultura, com a CNA. Em todos os momentos em que ele está se pronunciando, ainda contidamente, ainda respeitando e esperando o momento correto de poder falar as coisas, porque ele não é Presidente... Ele não conspira, ele não está fazendo golpe, ele está esperando o Senado Federal falar, decidir, para que depois ele tome as decisões, mas também ele não pode esperar até o dia 11, dia 12 e aí nós, aqui, no Senado, afastamos a Presidente, e ele vai dizer assim: "O.k., Brasil, agora vocês me esperem mais 15 ou 20 dias, pois eu vou ter que conversar e ver as coisas com as pessoas". Não, ele tem que seguir. Então, nas conversas que estão tendo, ele está sendo muito claro na direção que V. Ex^a está colocando. Ele deseja fazer um governo para o País e não um Governo para os amigos e não um Governo para os partidos. Os partidos são necessários, são importantes para dar a governabilidade, mas, neste momento, V. Ex^a está coberto de razão. Eu disse que esse é um sentimento que eu trago do meu peito, uma preocupação que eu trago na minha cabeça. Nós não podemos perder a oportunidade que estamos tendo, neste momento, de fazer uma virada na história do País, de não deixar este País andar mais para baixo, perdendo mais milhões e milhões de empregos que, todos os meses, todos os dias, nós estamos perdendo. V. Ex^a faz um discurso numa hora importante, num momento importante, para alertar o hoje Vice-Presidente da República, Michel Temer – a partir do dia 12 ou 13, possivelmente Presidente da República –, de que não cometa o mesmo erro que os outros governantes cometeram até agora. Então, parabéns a V. Ex^a. O discurso está afinado com a hora em que o País pede a mudança da história. Parabéns.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Blairo. Eu lhe digo que espero exatamente que isso ocorra, espero que os jornalistas que escreveram tenham pego informações equivocadas, porque, muitas vezes isso acontece, sabemos que acontece, mas, como foi mais de um... Ler, nos jornais, que está oferecendo Caixa Econômica para um partido político e a direção do Banco do Brasil para outro, isso, para mim, é algo muito grave, porque não penso que é dessa forma que o contribuinte brasileiro gostaria de ver sendo escolhidos os gestores desses bancos.

Acho que ele tem a chance de fazer um Ministério enxuto, buscar pessoas técnicas, qualificadas, discutir um projeto de País, não ficar nessa discussão pequena de projeto de poder. Acho que o momento pede uma visão de estadista, de uma coisa para o futuro, e não dessa barganha política, do toma lá, dá cá, de agradar simplesmente as cúpulas dos partidos. E, se ele seguir o que estou lendo nos jornais, vai ser muito triste e muito grave, porque ele vai simplesmente entregar, neste momento, em vez de pensar no futuro do País, às barganhas dos partidos um governo que poderia ser para a história, até porque está assumindo sem dever nada a ninguém. Então, ele tem uma chance rara.

Ouçó o Senador José Medeiros e depois a Senadora Simone.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Reguffe, V. Ex^a sempre com muita propriedade e preocupado com os grandes temas nacionais, traz um discurso grande e com preocupações reais. Concordando com os dois – o Senador Blairo Maggi explanou na mesma linha –, nós estamos vivendo um momento histórico e importantíssimo da vida nacional, momento em que o Presidente que vai entrar precisará trocar o pneu com o carro andando. Então, a montagem do governo eu defendo que ele já esteja planejando. E, se estiver, faz muito bem, porque se há uma coisa que o Brasil está precisando é de planejamento. Não se pode fazer as coisas de última hora, no improviso. Agora, concordo também com V. Ex^a, o Presidente tem a oportunidade de montar o governo que muitos Presidentes não tiveram, porque realmente não deve nada a ninguém, não tem compromisso com ninguém que não seja com a história deste País e com o sucesso que todos os brasileiros estão esperando que esse governo tenha. O Presidente Michel Temer tem a oportunidade da vida, e o Brasil espera muito que ele tenha sucesso, porque, neste momento, está sob a égide de um Governo que não chega ao fundo do poço nunca, porque cava o tempo inteiro, é o Governo que faz força para ir para o abismo. E o Brasil espera. O Brasil que digo é aquele que não pretende o caos, que não defende projetos umbilicais. Esse Brasil espera que o governo do Presidente Michel Temer sinalize uma saída, uma luz no fim do túnel, um horizonte melhor para este Brasil, cuja economia está derretendo neste momento. Muito obrigado.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senador José Medeiros, agradeço o seu aparte.

Na minha concepção, ele deveria estar preocupado agora com as reformas que ele vai apresentar à população brasileira. Este País precisa de uma reforma do Estado, precisa de uma reforma tributária que reduza e simplifique o nosso modelo tributário. Temos uma carga tributária superior a 36% do Produto Interno Bruto, a maior entre os países do mundo emergente, a maior dos BRICS, maior do que a da Rússia, maior do que a da Índia, maior que a da China, maior do que a da África do Sul. Não é possível que todos esses países consigam

dar conta de suas responsabilidades com uma carga tributária menor do que a brasileira e o Brasil ter uma carga tributária de 36% do Produto Interno Bruto e ainda precise discutir aumento de impostos. Não consigo compreender e aceitar isso.

Temos que discutir também uma reforma política. Esse é o momento de ele chegar e dizer: "Não serei candidato nas próximas eleições e vamos discutir uma reforma do sistema político." Ele poderia entrar para a história defendendo uma reforma do Estado, uma reforma tributária e uma reforma política. Agora, se ele ficar simplesmente querendo agradar às cúpulas dos partidos políticos e distribuir cargos de uma forma fisiológica entre os partidos políticos será um governo mais do mesmo, um governo que não avançará no que a sociedade quer nas ruas. Eu não dou 30 dias para a população estar nas ruas pedindo a saída desse governo.

Senadora Simone e depois Senador Cristovam.

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – Senador Reguffe, antes de mais nada, quero dizer que é muito bom apartear os colegas nesta Casa, primeiro porque, ao vê-los na tribuna, temos muito o que aprender com suas experiências. A alegria é maior, o sentimento de felicidade é maior quando fazemos um aparte a uma pessoa em quem nós acreditamos. V. Exª sabe da minha admiração e apreço. Acho V. Exª um dos novos quadros políticos de valores não só do Distrito Federal mas nacional, do Brasil. Antes tivéssemos pelo menos um Reguffe em cada Estado deste País, acima de tudo, independente da muita ou média experiência que tenha pela juventude, mas principalmente pela índole de V. Exª e pelo idealismo. É isso que vejo no Reguffe que vai à tribuna, no Reguffe que está nas comissões, no Reguffe que discursa, no Reguffe que apresenta projeto. Todos nós, acredito, comungamos do pensamento e da preocupação de V. Exª, mas acredito que muito dessa angústia se deve ao momento em que vivemos e à situação excepcional. Como foi dito aqui, nós nunca tivemos esse momento. Por mais que tenhamos tido *impeachment* no passado, ele foi muito rápido. Hoje nós temos o *impeachment* que foi trazido para esta Casa por determinação e autorização da Câmara dos Deputados, que teve uma fase acrescida – gostei muito da fala do Senador Cristovam Buarque hoje na Comissão Especial – que, a princípio, é inócua. Não sei por que colocaram mais uma etapa nesse processo de *impeachment*. Dez dias de paralisia total, paralisia social, paralisia econômica, paralisia política, onde nós só podemos, única e exclusivamente, fazer exatamente o que a Câmara dos Deputados fez: admitir aqui ou não o processo de *impeachment*, ou seja, o juízo de admissibilidade, não em cima da denúncia que foi apresentada, mas apenas da denúncia que foi recebida pelo Presidente Eduardo Cunha.

(Soa a campanha.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – E, naquele recebimento, dos quatro itens, ele apenas recebeu dois, o das pedaladas e o dos créditos suplementares. Excluiu o grande motivo da crise econômica, institucional e política deste País, que foi e que é infelizmente a questão da improbidade administrativa, não só deste Governo, mas da classe política, de modo geral, quando excluiu a questão da Pasadena, dos R\$700 milhões, dos possíveis desvios de R\$7 bilhões da Petrobras, dinheiro nosso, do povo brasileiro. Ao excluir e trazer para esta Casa fatiado esse possível crime de responsabilidade, ainda causou mais uma dúvida: poderíamos ou não voltar e entender dos créditos e das pedaladas, trabalhar no exercício de 2013 e 2014? Por conta disso, eu vejo que esta Casa também tem uma responsabilidade para o futuro, que, espero, seja daqui a 50 anos, não quero estar viva e nenhum de nós vivos para ver um novo *impeachment*. Espero que não haja, se houver, nos próximos 50 anos. Talvez nós tenhamos que realmente regulamentar de forma muito mais clara o processo de *impeachment*, porque nós estamos num vácuo. Estou dizendo tudo isso – peço a paciência do Presidente Garibaldi, nós não somos tantos hoje aqui –, porque, quando V. Exª traz essa angústia, que também é nossa, eu acredito que também seja a angústia do Vice-Presidente da República. Veja a situação dele, nesse vácuo...

(Soa a campanha.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – ... onde estamos na Comissão Especial, tratando de uma questão de juízo de admissibilidade onde cada um de nós já tem um posicionamento firmado, bastava simplesmente votar, estamos simplesmente deixando o rito correr nos dez dias. Fico imaginando a posição do Vice-Presidente da República, que não pode apresentar um plano social, porque caracteriza que seria já falar de governo e, portanto, golpe. Ele não pode conversar com as pessoas, conversar com partidos, ou, se também não o fizer, vão falar que ele está sendo omissivo, que, se ele realmente pegar a Presidência da República, daqui a dez dias, ele não terá uma estrutura mínima para começar a tocar este País. Então, é um momento delicado. Eu não quero prejudicá-lo, mas julgarei, sim, o Vice-Presidente, o futuro Presidente da República, independente de ser do meu Partido, se ele optar por esse caminho do fisiologismo, do presidencialismo de coalizão, que não significa necessariamente, e não é ruim se for, administrar com partidos visando o bem comum. Mas, se visar trazer partidos e dar cargos simplesmente para segurar esses partidos, também não terá o meu apoio.

(Soa a campanha.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – Mas, *in dubio pro reo*, vou aqui dar um voto de confiança ao Vice-Presidente da República, que, numa situação delicada como a de hoje, está, dentro do possível, tentando formar, quem sabe, um futuro governo. Esse governo vai ter, sim, de contar com todas as matizes ideológicas e com o apoio de todos os partidos. E, só para finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade de V. Exª, Senador Reguffe, no caso, por exemplo, do PSDB, ele que está fazendo questão de chamar o PSDB pelo quadro de alguns Senadores aqui presentes, não porque o PSDB esteja impondo isso para fazer parte de um futuro, quem sabe, governo. Eu prefiro aguardar. Acho que V. Exª tem toda a razão de ocupar a tribuna até num momento de alerta, quem sabe, ao futuro Presidente. Mas estamos todos nós extremamente incomodados, ansiosos, porque o Brasil está paralisado e é responsabilidade desta Casa agir com a máxima urgência, embora com responsabilidade, no que se refere ao futuro deste País. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senadora Simone, primeiro, quero agradecer as palavras muito carinhosas de V. Exª. Eu fico muito reconhecido por elas. Depois quero dizer que o Vice-Presidente, Michel Temer...

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... deveria escutar, no Partido dele, a Senadora Simone Tebet, porque, se ele escutasse pessoas como V. Exª, talvez o rumo não estaria sendo o que nós estamos lendo nos jornais.

V. Exª é uma Senadora extremamente preparada, uma pessoa correta. E eu tenho certeza de que, se ele ouvisse mais pessoas da índole de V. Exª, talvez as coisas não estivessem como estamos lendo nos jornais e talvez a montagem não fosse essa que estamos lendo aí.

Quero também aproveitar e dizer que eu torço que dê certo, eu quero que este País dê certo. Eu entrei na política por um ideal. A minha caminhada não foi simples. Eu levei três eleições para conseguir ter um mandato de Deputado Distrital. Eu perdi a primeira, perdi a segunda, só ganhei a terceira. Tento votar, tanto quanto quando eu era Deputado Distrital, como Deputado Federal, como aqui, no Senado Federal, sempre pautado...

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... no que é melhor para o cidadão, para o contribuinte.

Eu não analiso de onde vem um projeto, eu leio o projeto e analiso o mérito desse projeto. Se ele é bom para a população, meu voto é "sim"; se não é bom para a população, meu voto é "não". E eu acho que, com isso, eu represento bem quem votou em mim, e voto por essas pessoas aqui.

Agora considero que o Vice-Presidente, Michel Temer, pode estar perdendo uma chance raríssima, que é, em vez de oferecer à população uma nova forma de Administração Pública, voltar a esse jeito de administrar em que governabilidade virou sinônimo do mais puro fisiologismo, em que é só um troca-troca. E se as pessoas derem voto para ele no Parlamento, é isso que vale, não interessa a qualificação da pessoa, não interessa a índole da pessoa, não interessa que projeto aquele gestor vai oferecer à população brasileira, ao contribuinte brasileiro pelos impostos que este paga.

Senador Cristovam.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Reguffe, eu pedi para falar apenas para dizer como é bom ver pessoas independentes. Está tão difícil isso. Nesse Fla-Flu que se criou, nessa disputa de seitas, de dogmas, as pessoas nem falam mais línguas em comum, o português já não é mais uma língua da política. A política é a língua dos PTs, PSDBs, de cada partido, e ninguém consegue ter um idioma comum. As pessoas já não tentam convencer ninguém. No máximo, tentam converter, como se fosse de uma religião para outra. É muito bom ver alguém com a sua independência e sem transigir com nada, dando a sua opinião. O senhor falou que o Vice-Presidente, Temer, deveria ouvir a Senadora Tebet. Eu acho que ele deveria ouvir o senhor também, porque nem partido está tendo, e isso, para mim, é um grande ativo seu hoje, poder falar como...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...independente de sigla, de partido e de interesses pessoais, que a gente sabe que o senhor não tem, a não ser servir direitinho ao seu mandato. Fico feliz de estar escutando esse seu discurso hoje. Estão faltando aqui discursos com essa independência.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Cristovam, uma pessoa por quem todos sabem que eu tenho um carinho muito especial e uma pessoa que orgulha o Distrito Federal, nesta Casa, e orgulha o País. É importante ter políticos que discutam ideias e não que briguem por interesses, o que eu acho que está meio em falta hoje na política brasileira.

Independente da forma como a pessoa pensa, até porque divergir é normal, as pessoas deveriam estar na política mais para defender ideias, como V. Ex^a, e não ir atrás de defender interesses, às vezes virando apenas meros corretores...

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... às vezes, virando meros corretores de grupos empresariais e de interesses perante o Estado.

Presidente Garibaldi, só para encerrar, eu fiz um requerimento também ao Tribunal Superior Eleitoral, solicitando prioridade no julgamento da ação de impugnação de mandato eletivo que está lá no Tribunal, com relação à chapa Dilma-Temer.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Para os que defendem novas eleições, eu acho que esse é o caminho constitucional.

Eu já defendi a tese de que o Tribunal julgue, até porque o Tribunal tem que dar uma resposta para a população brasileira. Houve ilicitude ou não houve ilicitude no processo eleitoral? Cabe ao Tribunal dizer. E eu não posso acreditar que haja outros assuntos mais importantes para o Tribunal julgar do que esse.

Por isso, fiz o requerimento solicitando prioridade nesse julgamento, até porque, se for julgado após 31 de dezembro, as eleições passarão a ser indiretas, talvez o sonho de alguns, mas não é o melhor para a população brasileira.

Agora, isso é uma coisa e o processo de *impeachment* é outra coisa.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Uma coisa não exclui a outra. São duas coisas distintas. O Tribunal vai julgar lá e aqui corre o processo de *impeachment*. No processo de *impeachment*, o meu voto é favorável à abertura do processo, pelos motivos que eu já expus. Considero os fatos gravíssimos e o meu voto aqui neste plenário será favorável à abertura do processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É uma notícia importante.

Como esta é a Casa da Federação, o Senado Federal, a matéria é relevante, porque há uma discussão e um debate envolvendo o Supremo Tribunal Federal e os Estados na relação com a União, relativamente ao acordo da dívida em que os Estados comprometem - e V. Ex^a conhece a matéria -, no meu caso, do Rio Grande do Sul, 13% da sua receita corrente líquida com o que têm que pagar para a União mensalmente. Isso tem inviabilizado-os financeiramente.

Alguns Estados entraram com liminares no Supremo Tribunal Federal e...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... nesta tarde, o Supremo Tribunal Federal resolveu conceder 60 dias para que os Estados busquem um acordo com o Governo Federal, a fim de solucionar o impasse em torno do pagamento de suas dívidas com a União.

Se não houver solução, a Suprema Corte voltará a analisar o cálculo que definirá o montante a ser pago, com juros simples ou juros compostos.

Nesse prazo serão mantidas - este é o dado importante - as decisões liminares provisórias que permitem aos Estados pagar suas dívidas conforme defendem, em prestações menores se quiserem, sem sofrer nenhum tipo de sanção por parte da União, como o bloqueio de repasses das verbas.

Até agora foram 11 unidades da Federação que já obtiveram as liminares favoráveis, no caso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, que, é bom que se diga, foi o primeiro Estado a encaminhar essa provocação ao Supremo, Alagoas, São Paulo... Outros Estados entraram e também estão sendo analisados.

Com essa decisão, a questão pode ser dirimida em 60 dias, ao tempo e ao prazo para que os Estados com a União negociem essa nova fórmula de cálculo de aplicação dos juros, se simples ou compostos. E os compostos são extremamente onerosos – diria até impagáveis – para os Estados, que estão hoje sofrendo com uma situação financeira lamentável, sendo que alguns Estados, como o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, não podem pagar a folha de pessoal. Então, é uma situação absolutamente crítica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Ana Amélia por essa comunicação de grande importância.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir a V. Exª que pudesse mandar registrar na Ata o meu voto “sim” nas votações nominais que ocorreram no plenário, já que eu estava em reunião nos ministérios.

Gostaria que pudessem registrar, enfim, para que não houvesse falta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, finalmente posso usar da tribuna, mesmo tendo me inscrito na última segunda-feira para fazê-lo. Mesmo constando como o sexto orador na sessão de hoje, pela ordem cronológica, precisei aguardar exatamente cinco horas para poder usar da tribuna.

A regra e o critério adotados pela Mesa, não por V. Exª, Senador Garibaldi Alves, mas pelos presidentes que se sucedem na presidência dos trabalhos, de ceder e conceder a palavra aos líderes e para comunicações inadiáveis, faz com que, quem se empenha e se matricula para usar da palavra mais cedo, acabe sendo penalizado por conta das várias intervenções, todas, sem dúvida nenhuma, importantes, feitas por vários Senadores e Senadoras.

Quero aqui, apesar do horário e de já estarmos nos aproximando do final da sessão, fazer um registro inicial de satisfação pela conclusão hoje, como Presidente, da comissão que se instalou para a análise da MP nº 712, que tratou de uma providência, de um procedimento necessário para o combate do mosquito *Aedes Aegypti*, que causa, no Brasil, grandes problemas e que, na área da saúde pública, na área do nosso controle sanitário, tem causado grandes problemas de saúde e de intranquilidade para a sociedade, inclusive fazendo com que o número de crianças recém-nascidas com microcefalia seja cada vez maior.

É preciso destacar que os trabalhos da Comissão se desenrolaram com muita celeridade. Tivemos mais de 20 palestrantes apresentando informações nas audiências públicas que realizamos. Foram quatro audiências públicas. E tivemos um trabalho excepcional, muito bem realizado pelo Deputado Newton Cardoso Jr., do PMDB de Minas Gerais, que foi o Relator da matéria.

Na manhã de hoje, nós concluímos os trabalhos e encaminhamos aquela medida provisória, agora na forma de projeto de lei, para a Câmara dos Deputados, onde certamente será objeto de análise e de votação, para depois ser apreciada pelo Senado.

É importante mencionar que a medida provisória, recebeu, aqui no Congresso Nacional, um total de 108 emendas, todas elas muito importantes, apresentadas por Senadores e Deputados tanto da situação como da oposição. E é bom dizer e registrar que a medida provisória editada pelo Governo tinha apenas e tão somente o propósito de viabilizar o ingresso e o acesso dos agentes de saúde, das autoridades sanitárias naquelas propriedades que estivessem lacradas, inacessíveis ou fechadas pelos seus proprietários.

Pela medida provisória se garantiu o direito à propriedade e toda a condição jurídica para que a vigilância sanitária e as autoridades de saúde pudessem agir tanto no âmbito municipal quanto na área estadual ou até federal. Mas as 108 emendas apresentadas pelos Parlamentares permitiram que o Relator ampliasse em muito aquele texto da medida provisória.

Eu diria, como já falei na própria Comissão, que o Congresso Nacional fez um trabalho de grande valor, de excelência, fazendo com que uma medida provisória de três artigos se transformasse quase que numa regra, numa condição política de ação governamental e pública para o combate do vetor que promove e que permite a proliferação do zika vírus, do chikungunya e da dengue.

Nós sabemos que o Poder Executivo do País se encontra inerte. Ele se encontra absolutamente parado. Por isso nós, do Congresso Nacional, tanto da Câmara quanto do Senado, acabamos por realizar tarefas que caberiam originalmente ao Executivo.

Felizmente, Deputados e Senadores têm grande contribuição a oferecer. Por isso o projeto de lei de conversão que hoje foi aprovado finalmente dá ao Governo Federal e aos governos estaduais e municipais condições de agir com mais eficiência, com mais propriedade e rapidez no combate a esse mal, a essa dificuldade que o Brasil enfrenta, fruto do descuido, do desleixo e da falta de competência e de responsabilidade do Governo Federal nos últimos anos, por não ter atuado, não ter agido, não ter liderado um processo de combate a esse mal que infelizmente o Brasil enfrenta, e que não é só brasileiro. Já é de vários países do mundo.

De outro lado, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu ouvi hoje atentamente vários pronunciamentos feitos aqui da tribuna a respeito do processo de *impeachment*, que se encontra em análise na Comissão Especial nomeada aqui no Senado, na última segunda-feira. Eu quero felicitar os Senadores que foram eleitos para presidir a Comissão, o Senador Raimundo Lira e também o Senador Anastasia, do PSDB de Minas Gerais, como Relator.

Tenho certeza de que farão um trabalho de grande importância, um trabalho com muita responsabilidade e com muito espírito público.

É preciso registrar, deixar aqui consignado que, de fato, nós estamos analisando um processo que, uma vez autorizado pela Câmara dos Deputados, precisa merecer não só o andamento, mas também o julgamento.

Nós já vimos processos de *impeachment* acontecerem em vários lugares do mundo. Para quem não se lembra, já houve um *impeachment* nos Estados Unidos, que resultou no encerramento do mandato do Presidente Richard Nixon. Já houve *impeachment* nos Estados Unidos para julgar atitudes que foram praticadas pelo Presidente Bill Clinton. Lá nos Estados Unidos, o Senado Federal inocentou o Presidente. Já houve *impeachment*, aqui no Brasil, com a saída de um Presidente da República do seu cargo. Já houve *impeachment* no Paraguai. Há poucas semanas, houve um *impeachment* na África do Sul. O Presidente daquele País era acusado de usar recursos públicos para fazer melhorias numa propriedade privada, numa propriedade que lhe pertencia. Na África do Sul, a Câmara dos Deputados não autorizou o prosseguimento do processo. No Brasil, dezenas de processos de *impeachment* foram impetrados contra vários Presidentes da República, desde o PSDB ao PMDB e ao PT, ao longo dos últimos anos.

Hoje, nós temos um processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma que foi apresentado, diga-se de passagem, por juristas brasileiros e não por partido político nenhum. É preciso desmentir a Senadora Regina, que aqui se manifestou na tarde de hoje, dizendo que o processo de *impeachment* foi organizado, estruturado pelo PSDB. Não foi. O processo de *impeachment* foi apresentado por juristas, inclusive por juristas como Hélio Bicudo, que foi um dos fundadores do PT no Brasil.

Esse processo que a Câmara enviou para o Senado agora precisa ser analisado. A primeira votação, que deverá ser na próxima semana, vai determinar se a Presidente continua no cargo ou se será afastada e, ao mesmo tempo, autorizará o próprio Senado, através da Comissão nomeada, a fazer todo o procedimento de audiências e de análise do processo. Finalmente, haverá o julgamento pelo próprio plenário.

É preciso dizer – e V. Ex^{as} certamente haverão de concordar – que tanto poderemos ter um resultado pelo término do mandato da Presidente quanto poderemos ter um resultado diferente, que permita a ela retomar ou reassumir o seu cargo.

Vários exemplos disso, Senador Paulo Rocha, existem pelo mundo, na história. Estou fazendo essa observação e essa manifestação para dizer aqui, com todo o respeito aos que pensam diferente, que não me alinho e não concordo com a tese que vejo ser mencionada por Senadores, principalmente pela imprensa, de que deveríamos ter eleições, este ano ainda, para substituir a Presidente e o Vice.

Não vejo esta como sendo a saída adequada dentro de um regime democrático, um regime que nós temos de instituições fortes e, principalmente, de legalidade. Não há a menor possibilidade de pensarmos assim. Temos é que seguir o ritual, temos que seguir a Constituição, temos que seguir as regras já estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal. Aí, sim, faremos algo em favor da democracia, em favor da lei, em favor da Constituição brasileira.

Eu tenho certeza de que nós haveremos de debater muitas vezes esse tema. Vamos discutir o que é correto e o que não é; se aqueles atos praticados pela Presidente, chamados de crime de responsabilidade, devem determinar o encerramento do seu mandato ou não.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Em seguida.

Agora, dizer que, por conta do processo de *impeachment* e da crise que ele gera, nós temos que fazer eleições, não respeitando a hierarquia já consagrada pelas eleições que vivenciamos no ano passado, é algo que não merece a minha concordância.

E vejam V. Ex^{as}: não votei na chapa Dilma Rousseff e Michel Temer, não sou do PMDB, não estou autorizado a falar em nome de alguém. Falo, Senador Garibaldi Alves, apenas e tão somente sobre o aspecto constitucional e legal.

Aliás, devo lhes dizer que não será com a minha assinatura, nem com o meu voto que eu vou contar a minha história política, dizendo que, em um determinado momento, a partir de uma denúncia, nós mudamos uma Constituição para fazermos uma votação, sem que alguém merecesse o julgamento por atos que praticou. Não se pode revogar a democracia em nome de uma superação de dificuldades momentâneas e de crises políticas.

Ouçó, com muito prazer V. Ex^a, Senador Paulo Rocha.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Paulo Bauer, eu queria acrescentar em seu pronunciamento a questão do debate do *impeachment* e o julgamento da nossa Presidenta. Claro que o Senado é uma Casa política, mas, além disso, é uma Casa que representa a nossa Federação e, portanto, o Estado brasileiro. Eu estou chegando ao Senado Federal. Este é o meu primeiro mandato. Estou aqui há um ano e meio e me preocupa muito, às vezes, o nível de debate e da polarização política que se estabelece aqui. Penso que o nível da nossa responsabilidade nesse momento é julgar um mandato tão importante, como é o da Presidente da República, conquistado no processo democrático. Acho que isso exige de nós serenidade, capacidade de enfrentar a polarização política que está nas ruas e um mínimo de tolerância política que nos permita analisar a delicadeza que está a nos exigir esse julgamento. Eu concebo que não são apenas as questões jurídicas que estão agora envolvidas, mas também o julgamento político, que já está estabelecido no processo. Por isso, precisamos ter um nível de autoridade política e, ao mesmo tempo, estamos sendo transformados em um fórum de julgamento. Portanto, também somos juízes. E há de se perguntar, primeiro, para poder cassar o mandato de uma Presidenta, qual o crime que ela cometeu – ainda pouco você elogiou a escolha dos dirigentes –, para criar as condições da ampla defesa da Presidenta, do seu Governo, para poderem se justificar. O *impeachment* é um processo legal, previsto na Constituição, tem justificativa para estar na Constituição, mas tem que se cometer um crime de responsabilidade; crimes outros que estão previstos no processo de *impeachment*. Portanto, eu queria me somar à ideia de que a nossa responsabilidade, como Senadores da República, para julgar, não pode ficar entranhada, ou envolvida, ou influenciada pela forma como foi processado esse *impeachment* na Câmara Federal. Aquilo ali – o julgamento, os votos – que se estabeleceu naquele domingo mostra que a Câmara Federal não estava preparada para enfrentar esse nível de julgamento, esse processo. Os nossos Deputados, infelizmente, demonstraram que estavam aquém desse processo. O próprio início – o próprio Presidente admitir a ideia – veio de um processo muito emocional, de vingança. Vocês falam sempre, até para poder justificar, do autor Hélio Bicudo, fundador do PT, mas o Hélio Bicudo tem também uma dose muito forte emocional, porque ele saiu ferido do PT. Então, ele se alia a isso com uma dose emocional muito grande – não política – para processar o que ocorreu. Então, eu acho que, aqui, nós deveremos ter a tranquilidade, a tolerância, a generosidade de nos colocarmos aqui para poder julgar um mandato tão importante. Eu digo isso, Senador Paulo Bauer, em função do processo que está influenciando o estágio da democracia que nós construímos no nosso País. A democracia é muito cara para nós; para nós, aqueles que têm valor estratégico para uma sociedade. A democracia é muito cara para nós. Para mim, por exemplo, é muito cara. Vim de um Estado e de uma família pobre. Eu era um jovem operário e enfrentei a ditadura, enfrentei a luta pela terra. Vi quantos companheiros caíram na bala do latifúndio.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – E foi o processo democrático que me fez virar um dirigente sindical. Depois, virei Deputado Federal e, agora, sou Senador da República, graças à democracia. Então, a democracia é muito cara. Não dá para a gente brincar com os mandatos, seja de quem for: de Vereador, de Deputado, de Senador, de Prefeito e, principalmente, da Presidenta da República, que conquistou este mandato em uma disputa muito acirrada, estabelecida, inclusive, pelo seu próprio Partido. Estou chamando a atenção para o fato de que esse julgamento tem que ser um processo sereno, tranquilo.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Um julgamento que não seja entranhado por essa disputa que já se estabeleceu na polarização da sociedade, mas, ao mesmo tempo, que tenha a serenidade e a tolerância política para poder preservar a democracia; e preservar a democracia é fazer o julgamento justo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço a V. Ex^a.

Não tenho dúvida de que o julgamento será justo, porque ele será com base em fatos reais, será feito observando-se as regras estabelecidas, será feito à luz do que a Constituição estabelece e, mais do que isso, acima de tudo, será feito com a lucidez política que têm os Senadores que exercem o mandato nesta Casa.

Quando falo de lucidez política, preciso me referir não apenas aos fatos que estão presentes no processo e apontados como crime de responsabilidade fiscal. Nós sabemos que o Brasil e os brasileiros estão decepcionados com o Governo Dilma. Nós sabemos que o Brasil e os brasileiros esperavam um Governo melhor do PT. E, certamente, todos esses fatores que hoje decepcionam e que deixam frustrados os brasileiros que tinham alguma expectativa positiva em relação ao Governo Federal contribuem para que Senadores e também os Deputados, quando lhes coube tomar decisão, queiram e analisem todo o processo de *impeachment* com muito mais responsabilidade. Por quê? Porque não se trata apenas de um processo. Trata-se de um cargo, o maior do País, o mais importante do País, que precisa, obviamente, merecer toda a nossa consideração política.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Já ouço V. Ex^a.

Por isso mesmo, quero aqui reafirmar: o processo de julgamento, no meu ponto de vista, tem que seguir com toda a seriedade, com toda a responsabilidade, mas não pode ser substituído nem por eleições que se façam agora, nem pela renúncia de quem quer que seja, porque, das duas uma: ou nós aprendemos a conviver com o que temos de democracia, de instituições sólidas e, principalmente, de regras jurídicas muito claras, fortalecendo a democracia e as instituições, ou procuramos atalhos e outros caminhos para evitar que se faça esse fortalecimento.

Ouçó V. Ex^a, Senador Jorge Viana, com muito prazer.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Garibaldi, nós estamos aqui, e eu sei que V. Ex^a ajudará também, dando um pouquinho de tempo para o orador, nosso colega, por quem tenho muita estima, Paulo Bauer. Eu agradeço o aparte, mas, ouvindo V. Ex^a, que tenta estabelecer aqui um debate na sua visão, com seriedade, sobre esse tema tão caro à democracia e ao País, eu queria me pegar a alguns pontos que ficam sem explicação. Um grupo de Senadores está debatendo uma alternativa a esse enfrentamento que o País está vivendo hoje. Um grupo que fazia parte do Governo – refiro-me ao Presidente Michel Temer, ao PMDB, ao Eduardo Cunha – resolveu agora assumir o Governo. Não há consenso na tipificação do crime de responsabilidade da Presidenta.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ou seja, para nós, está em curso um golpe que, da Câmara, veio por uma ação de vingança do Sr. Eduardo Cunha, que teve a legitimidade daquela sessão vergonhosa que manchou definitivamente o Parlamento brasileiro, que foi aquela sessão da vergonha, naquele domingo, ao vivo, para o Brasil e para o mundo. E, aqui, no Senado, Senador Paulo Bauer, com todo o respeito, eu acho que foi cometido o maior erro pelo Presidente do PSDB, Aécio Neves, pela Bancada do PSDB, quando resolveu brigar pela relatoria. Ora, o relatório do PSDB é voto conhecido, é favorável ao *impeachment* – não poderia ser diferente. Nada contra o Senador Anastasia, meu colega, por quem tenho a maior estima, mas eu acho que o PSDB deu um tiro no pé.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vai ficar parecendo que, na Câmara, foi vingança e, aqui, foi ressentimento dos que perderam a eleição. Mas eu vou mais adiante. V. Ex^a falou: “É um julgamento; o Senado vai fazer um julgamento.” Eu também espero, mas o Vice-Presidente, Michel Temer, não está respeitando o Senado. Ele está montando um governo, quando o Senado nem iniciou a apreciação, e o Senado é o tribunal de julgamento do pedido de *impeachment*. Vejam que contradição! Como é que nós vamos explicar para a população que o Vice-Presidente, Michel Temer, convidou, anteontem, o Sr. Mariz para ser Ministro da Justiça e hoje o demitiu? O Sr. Mariz deu uma entrevista, ele não gostou e já mandou demiti-lo. Ele está nomeando, demitindo, sem que o Senado tenha feito o julgamento do *impeachment* da Presidenta Dilma. Essa é uma grande contradição, é um desrespeito com o Senado Federal.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Presidente Michel Temer está fazendo do Senado um tribunal de faz de conta, porque é tribunal de coisa nenhuma! Se o governo está sendo montado, já tem

Chefe da Casa Civil, já tem Ministro da Fazenda, mas se ainda não houve o *impeachment*, se não foi julgado, isso é um desrespeito com cada um que compõe aquela Comissão. Eu acho um equívoco. Na época do Collor, na época do Vice-Presidente Itamar, ele ficou no canto dele. Quando o Senado declarou vaga a Presidência, ele montou o governo dele, foi ajudado e fez a transição até a próxima eleição. Agora, aqui, não. Eu digo a V. Exª: tem gente, na nossa sociedade, que até gosta de traição, mas tem horror ao traidor. Todos os governos que passaram por esta República, depois da redemocratização, todos, todos tiveram no PMDB um Partido chave para poder ter a sustentação do governo. Foi isso o que fez, porque o PSDB não governava este País sem ter o PFL e sem ter também uma parte do PMDB. Nós também não governávamos, tivemos muita dificuldade. Só que o PMDB, que era o Partido que dava a sustentação dos Governos, para o bem ou para o mal, agora resolveu, sendo parte de um Governo, assumir a Presidência sem voto. Que crise podemos ter em um eventual Governo Temer? Começa com a crise de legitimidade. E, aí concludo, porque sei que V. Exª também já está há algum tempo na tribuna, mas eu só queria dizer: não tenham medo da proposta da eleição direta não. O Michel Temer chamou ontem de golpe o debate sobre, materializando-se o golpe, chamar à eleição, o povo decidir. Eu acho que aí sim está se explicitando um jogo de carta marcada, com imprensa, setores da imprensa, setores do Judiciário e um esquema montado na Câmara e no Senado para tirar uma Presidenta contra a qual não tem nem denúncia da Lava Jato, não tem nenhum crime tipificado de atentado à Constituição, para pôr um governo ilegítimo. Agora, por que esse medo da eleição direta? Nós vamos até o fim tentando trabalhar com os Senadores que é necessário um julgamento justo. Mas, agora, já temos um governo sendo montado, sem que o Senado tenha decidido. E assusta-me ver agora o Presidente do PMDB, Romero Jucá, dizer que discutir eleição direta é golpe, e o Sr. Michel Temer, ontem, dizendo que é golpe. Voto, soberania do voto do povo não é golpe, nem contra ele, nem contra ninguém. Aliás, em uma democracia de verdade, a única saída é pelo voto. E tomara... Estão aí alguns colegas Senadores – e assino embaixo – encaminhando uma carta para a Presidenta Dilma pedindo a ela, que foi a eleita, que tome uma manifestação pela pacificação do País e pela soberania do voto, e até perguntar ou mesmo mandar para o Senado: “sim, aceito reduzir meu mandato diante desta crise, desde que o povo, na soberania do voto, decida quem vai para o meu lugar para terminar este mandato que aceito até encurtar”. Essa é a equação que está posta, e o Michel Temer está chamando de golpe passar para a soberania do eleitor e do voto. Acho que esse Governo que não começou, que não teve julgado ainda o *impeachment* no Senado, começa muito mal quando antecipa o discurso, senta na cadeira antes da hora, nomeia e demite ministros sem ter tido nem a chancela da ilegitimidade de uma eleição dada pelo Senado e pela Câmara, porque esse pessoal vai ter que entrar pelas portas dos fundos do Palácio do Planalto, se entrar, porque, pela rampa, só sobem os eleitos. Obrigado.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ouvi com atenção a manifestação de V. Exª e quero, aqui, apenas retomar um raciocínio que fiz no princípio da abordagem deste tema, quando mencionei os processos de impeachment, acontecido no Brasil, nos Estados Unidos, no Paraguai, na África do Sul, em todos os países democráticos onde o sistema é de governo presidencialista. Portanto, se o *impeachment* é um mecanismo constitucional e legal que deve e pode ser utilizado nos casos que a Constituição prevê, é óbvio que nós devemos levá-lo até o fim.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Se levamos o processo até o fim, nós identificamos o que temos na política de procedimentos que merecem reprovação – e na Administração Pública igualmente – e nós também identificamos como o País se fortalece democraticamente, graças à decisão tomada pelo Senado, seja ela qual for.

Agora, é preciso mencionar o seguinte: se o Presidente Temer, o Vice-Presidente Temer está hoje conversando com pessoas é natural que ele o faça. Diferente do que fez Itamar? Provavelmente seja diferente, mas não pode merecer reparos, afinal de contas, o processo está caminhando e não seria de todo aceitável que o Vice-Presidente alegasse desconhecimento ou ficasse recluso à sua residência sem atender ninguém.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Também é preciso registrar que a imprensa faz uma divulgação até muito interessada sobre essas especulações de convites, de nomeações ou de pessoas que poderiam ser ministros em um eventual governo de transição ou em um novo governo. Evidentemente, muitos daqueles que são citados foram contatados, mas não foram convidados, sequer mereceram o convite ou a manifestação do Vice-Presidente. Eu mesmo ouvi depoimento de pessoas citadas na imprensa que negaram a existência desses convites, se assim podemos chamá-los.

Nós precisamos – volto a defender – dar prosseguimento ao processo, analisando com profundidade, com atenção e com espírito público todos os fatos ocorridos. Eu não me preocupo se houve um crime de responsabilidade pequeno ou grande, se foi praticado por esta ou aquela razão. O fato é um só: houve? Aconteceu? Tem que ser punido, tem que merecer julgamento. Não se pode simplesmente inocentar pela consideração do tamanho ou do momento que se praticou o fato que constitucionalmente merece reprovação. Nós, acima de tudo, temos que garantir o cumprimento e a observação do que dispõe a Constituição Federal.

Portanto, volto a dizer, se tivermos que fazer eleições para resolver o problema da crise, então, temos que fazer eleição em todos os Estados, ou teríamos que ter feito eleições em todos os Estados onde governadores perderam mandato, teríamos que ter feito eleições em todos os Municípios onde prefeitos perderam mandato por várias razões, por decisão da Câmara, por decisão da Justiça Eleitoral e o vice-prefeito e o vice-governador tiveram que assumir. Então, não faria sentido, naqueles Municípios onde isso já aconteceu, cumprimos a lei e, no caso da Presidência da República, não se cumpre a lei, se muda a lei. Não consigo entender esse tipo de encaminhamento que alguns colegas Senadores e até algumas lideranças do País tentam difundir neste momento.

Portanto, eu tenho certeza de que nós todos vamos dar seguimento a esse assunto, vamos, com serenidade, encaminhá-lo e, acima de tudo, vamos dar ao país um resultado que vai fortalecer a democracia, vai valorizar a política, vai fazer com que esta Casa seja ainda mais respeitada e detentora de maior credibilidade. Devo apenas fazer uma observação. A quem mencionar que o PSDB, o meu Partido, o Senador Aécio Neves, tem alguma mágoa, algum ressentimento, por conta do resultado das últimas eleições, quero lhes afirmar que isso não existe. Acima de tudo, o PSDB tem três características: a primeira é que é competente no exercício do Governo, seja estadual, municipal ou federal. A segunda é que nós somos democratas. Já perdemos três eleições para Presidente da República e ninguém fala delas, só fala da última. Nós tivemos três derrotas sucessivas para a Presidência da República e ninguém nos chamou de um Partido...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ...que lamenta os resultados ou quer revanche política. A terceira coisa que eu posso dizer é que o PSDB, acima de tudo, é Brasil, pensa no país e quer ajudar o país.

Agradeço a V. Ex^{as}, principalmente ao Presidente, pela benevolência. Certamente voltaremos à tribuna para abordar este e outros temas em outra oportunidade.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Bauer, o Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a. Ana Amélia.)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Bauer, a Sr^a. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Bauer, o Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente! Presidente!

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Só para justificar a minha ausência nas votações anteriores. Eu estava em uma tarefa fora, não pude participar. Quero justificar os meus votos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, eu acato, e vai constar em ata que V. Ex^a estava. Então, o seu voto é acompanhando o partido, e o meu também, porque eu estava na Conferência dos Direitos Humanos. Cheguei há pouco tempo de volta à Casa. Que conste em ata também que o meu voto será acompanhando o voto partidário.

Pela ordem, a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço licença ao Senador Wellington para registrar que estão aqui há muito tempo à espera deste registro os vereadores que vieram visitar a Casa, que vieram para o Encontro Nacional de Vereadores. Eu gostaria de registrar, portanto, a presença do Vereador Adaildo Dantas, da Paraíba, do Vereador Adriano Melo, da Bahia, do Vereador Sivaldo Amorim, também baiano, e mais o Vereador Jurandir, também da Paraíba. Vieram ver os seus Senadores, conhecer o plenário da Casa. Quero dizer que eles são bem-vindos. Que eles voltem sempre para acompanhar o trabalho dos seus representantes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Presidência endossa o seu pronunciamento. Sejam todos bem-vindos!

Senador Wellington Fagundes para o seu pronunciamento, pelos 20 minutos regimentais, e a tolerância da Presidência, se for necessário.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, gostaria também, inicialmente, de justificar a minha ausência na votação de agora há pouco, visto que estava exatamente em uma audiência na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), onde estávamos discutindo a questão da continuidade das obras da duplicação da BR-163, no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que conste em ata que os Senadores Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Paulo Paim, por motivos semelhantes, não puderam registrar os seus votos naquela oportunidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chamo especial atenção ao público que nos acompanha neste momento pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pela Agência Senado, assim como pelas redes sociais, para o assunto que pretendo tratar aqui.

Quando tomei posse no cargo de Senador, apresentei uma proposta de emenda à Constituição que recebeu o número 1, de 2015, a primeira PEC apresentada neste mandato, movido, naturalmente, por um sentimento revigorado no período eleitoral. Com seis mandatos consecutivos como Deputado Federal, dos quais duas vezes eleito o mais votado do meu Estado, sempre carreguei comigo as bandeiras do municipalismo, e com muito orgulho.

Nesta eleição ao Senado, não foi diferente. Reafirmei minhas convicções e me comprometi com os eleitores, sobretudo com os prefeitos e vereadores, a trabalhar pelas reformas. A principal delas é a reforma do pacto federativo.

Aliás, quero homenagear também os vereadores que estão aqui no plenário, lá do Estado natural do meu pai, da Bahia, de onde o meu pai era natural, da Bahia, e também todos os vereadores do Brasil que aqui estão neste encontro. Aliás, sempre tenho dito, que o vereador é aquele que está na ponta, aquele que está lá próximo do cidadão, aquele que atende todas as demandas do cidadão, até as questões sociais, até o problema de um parto. Às vezes está lá o cidadão batendo à porta de madrugada na casa do vereador.

Portanto, esse encontro nacional a que os vereadores vêm também para cobrar o pacto federativo, pacto federativo esse que foi prometido por todos os candidatos a Presidente da República e também pelos Parlamentares que estiveram nos palanques, os governadores, todos dizendo que uma das metas deste País era exatamente buscar o pacto federativo, ou seja, a melhor redistribuição do bolo tributário do Brasil, de tudo aquilo que se arrecada no Brasil. Hoje, infelizmente, ainda temos uma concentração muito grande na mão do Governo Federal e dos governos dos Estados. Menos de 18% de tudo que se arrecada no Brasil vai diretamente para os Municípios. Por isso é que reafirmo aqui a minha convicção e quero aqui, mais uma vez, me comprometer com os eleitores, sobretudo com os prefeitos e vereadores.

E assim fiz. Nos primeiros dias, apresentei essa emenda à Constituição, destinada a promover um novo rateio da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a importação e comercialização de combustíveis – a Cide-Combustíveis – entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Senador Hélio, Senador Garibaldi – que também estava lá nos ajudando na Comissão de Constituição e Justiça para aprovar essa PEC –, hoje tivemos a aprovação dessa PEC na Comissão de Constituição e Justiça. Quero aqui agradecer de forma especial o Senador Antonio Anastasia, a quem coube a relatoria da matéria, pelo seu brilhante parecer; também ao Senador Acir Gurgacz, designado na reunião da CCJ de hoje como Relator *ad hoc*. Também quero agradecer o Senador José Maranhão, Presidente da CCJ, e, mais uma vez, o Senador Garibaldi Alves, que enaltecera com palavras a importância do projeto ora aprovado.

Desde já, gostaria de pedir a este Plenário também a aprovação dessa PEC quando aqui chegar – e espero que nos próximos dias, porque ela é terminativa e virá diretamente para o plenário aqui do Senado.

Atualmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Federal destina 29% da arrecadação da Cide-Combustíveis aos Estados e ao Distrito Federal.

Desse total, 25% apenas são repassados aos Municípios. Vale ressaltar que o critério de redistribuição considera o contingente populacional e a posição ocupada pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em razão disso, algumas cidades acabam recebendo mais recursos que outras. Ou seja, pelas regras em vigor, de cada R\$100 arrecadados com a Cide-Combustíveis, a União fica com R\$71 e repassa R\$21,75 aos Estados e ao Distrito Federal. Agora vejam que disparidade: aos Municípios são repassados apenas, de cada R\$100, R\$7,25.

Ora, colegas Senadores e Senadoras, a questão é onde vive o cidadão senão no Município? Afinal, como bem ressaltou o Senador José Maranhão na sessão de hoje, na CCJ, que aprovou a PEC da minha Autoria, Estado e União são apenas e tão somente constituição de direito, instituições abstratas, que muitas vezes geram governos distantes e até insensíveis às demandas e necessidades do cidadão, principalmente do cidadão comum, que está lá no bairro, que está lá na zona rural, que está distante, às vezes, até, da própria sede no Município. É o caso do Município de Rondolândia, que está tão distante, a mais de 1.000km da capital. O cidadão tem que atravessar o Estado de Rondônia para chegar à sede do seu Município e estar próximo ao Prefeito.

As cidades não. As cidades compõem o mundo real, são o espaço onde se vive e se trabalha, onde se constrói. Por isso, Sr. Presidente, trabalho para criar formas e mecanismos para atender especialmente à organização e às prerrogativas das cidades. Nesse sentido, é fundamental a descentralização da Administração Pública e especialmente a destinação dos recursos para o financiamento das atividades que vão ao encontro desses anseios e dessas necessidades dos cidadãos.

Mas como todos sabemos, o que aconteceu ao longo do tempo? Exatamente isso que estamos aqui vendo hoje: passou-se a responsabilidade e não a contrapartida adequada. Resultado: os Municípios estão extremamente sobrecarregados.

Na educação, os gastos se elevaram extraordinariamente. Cabe aos Municípios proporcionar creches, pré-escolas e ensino fundamental, mas a União, por exemplo, repassa apenas R\$0,30 por dia para custear a merenda escolar, insuficientes para cobrir os custos, que ficam em torno de R\$2,30, enquanto o Município recebe apenas e tão somente R\$0,30.

O transporte escolar é outro exemplo de distorção. Em Mato Grosso, o Governo transfere apenas R\$1,9 por quilômetro rodado, mas o litro de combustível está em torno de R\$3,50.

A saúde pública também está municipalizada por meio do SUS. Os atendimentos básicos, que incluem a gestão dos postos de saúde, e o Programa Saúde da Família estão a cargo dos Municípios.

A própria segurança pública, diante da escalada da violência, também vem recaindo sobre os ombros de muitos prefeitos, principalmente nas cidades maiores que têm de ajudar o Estado, que tem a responsabilidade de cuidar da segurança, mas, às vezes, não consegue sozinho proteger as pessoas, as famílias.

Sem contar o financiamento para os programas sociais, que são os mais variados. E o cidadão cobra de quem? Cobra do prefeito, cobra do vereador, do juiz. Enfim, cobra de quem está mais próximo. Eles procuram sempre a autoridade mais próxima. E é ali, na cidade, que estão as queixas, porque aquele que paga o imposto quer a prestação de serviços, e serviços de qualidade. É um direito do cidadão. Ninguém quer morar numa cidade cheia de buracos, sem infraestrutura.

Não bastasse essa situação que aponta para um real desequilíbrio das contas públicas e sobretudo da insatisfação popular, temos ainda uma crise prolongada, resultado da recessão econômica. E o efeito é dominó, em cadeia: se reduzem as atividades econômicas, matematicamente ocorre a redução da arrecadação de produtos federais que compõem o fundo – o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios.

Para se ter uma ideia, os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para as cidades de Mato Grosso, de janeiro a março deste ano, apresentaram queda real de 16,41% comparado com os repasses do mesmo período de 2015. Em valores monetários, isso significa algo em torno de R\$30 milhões a menos para a execução dos mais diversos serviços públicos pelos Municípios do Estado de Mato Grosso. É um dinheiro considerável, especialmente porque as demandas permanecem – aliás, as demandas aumentam a cada dia.

As demandas vão aumentando, não só essas demandas que são de responsabilidade do Município, mas, claro, toda demanda acaba ocorrendo lá na ponta, especialmente para os prefeitos, para aqueles que estão mais próximos do cidadão. Aliás, as demandas que a cada dia chegam, principalmente pela atuação do Ministério Público, nas suas liminares, exigem que o prefeito, às vezes com um orçamento tão curto, tenha que atender a um transporte aéreo, todo tipo de atendimento ao cidadão, de acordo com a legislação e com a nossa Constituição brasileira. E o cidadão, com justiça, quer os serviços: quer a saúde, quer a educação, quer o atendimento social, o atendimento que lhe é de direito na Constituição brasileira.

Tenho conversado muito com o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, o Prefeito Neurilan Fraga. E tenho ouvido dele que os gestores estão no limite, tomando medidas de controle absoluto nos seus gastos, com redução de horário de expediente, corte de horas extras e gratificações, redução de diárias, desligamento de contratos, diminuição de gastos com realização de festas, entre outras providências.

Inclusive o Prefeito Neurilan estava aqui hoje, esteve hoje e ontem nesse encontro aqui de todos os vereadores brasileiros, exatamente para representar também a angústia de todos os prefeitos do meu Estado de Mato Grosso, um Estado de 900 mil quilômetros quadrados, com uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes.

Mesmo blindada pelo bom desempenho dos produtores rurais, único setor da economia que apresentou crescimento em 2015, a economia de Mato Grosso já apresenta sinais muito evidentes de que começa a sentir os efeitos nocivos da profunda recessão econômica que o País enfrenta.

Para ilustrar, o último Índice de Gestão Fiscal elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostrou quase uma completa exaustão das finanças municipais. Quase 4 mil Municípios apresentaram sinais efetivos de piora fiscal, dos aproximadamente 5 mil Municípios brasileiros. Esse levantamento consolidado apontou quase 800 prefeituras com gastos com pessoal acima do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os Prefeitos não têm mais a quem recorrer.

O Senador José Maranhão, hoje na nossa reunião da Comissão de Constituição e Justiça, sob sua presidência, também testemunhou a situação de penúria em que vivem as cidades do Nordeste brasileiro. Prefeituras, por exemplo, receberam máquinas para ajudar na conservação de estradas vicinais, mas não podem fazer nada, porque falta dinheiro para comprar combustível. Isso gera um desgaste enorme para o administrador, para o prefeito, para o vereador.

Por isso, Sr. Presidente, estamos trabalhando pelo Pacto Federativo. Temos esse compromisso firmado na última eleição, eu e todos que foram pedir votos ao eleitor. Essa PEC, como integrante da pauta municipalista, visa exatamente a ajudar a corrigir essas distorções que verificamos hoje. Portanto, para tornar mais equilibrada a divisão dos recursos da Cide-Combustíveis, a PEC prevê a destinação de um terço da arrecadação para a União, um terço para os Estados e Distrito Federal e outro terço para os Municípios. Ou seja, 33% para cada ente federado. A União fica com 33%, os Governos estaduais com 33%, e os Municípios com 33%. É uma distribuição igualitária.

Já defendi, principalmente como Deputado Federal, que nós pudéssemos fazer uma reforma tributária verdadeira neste País, com a diminuição dessa carga tributária tão grande, se possível até implantando um imposto único, por meio do qual tudo que se arrecadar a cada dia vai direto para a União, a parte do Estado para o Estado, e a parte dos Municípios para os Municípios, diminuindo essa burocracia infernal e essa carga tributária. Só o que o pequeno empresário e o empresário têm de gastar para cumprir os compromissos fiscais já levou, praticamente, o seu lucro.

Portanto, além da reforma tributária, queremos começar, com essa PEC, a mexer na redistribuição da Cide. É claro que vamos buscar também as outras reformas necessárias, como a reforma trabalhista, a reforma política, enfim, as reformas que todos nós prometemos. Infelizmente, não ter feito essas reformas causa um desgaste muito grande para toda a classe política que está vivendo esse momento, de crise política e econômica. Como tenho dito e repetido, sem dúvida nenhuma, a crise política acaba prejudicando e avançando muito mais a nossa crise econômica.

Certamente, Sr. Presidente, aquela patrulha mecanizada que está parada no interior do Nordeste, no interior de todos os Estados brasileiros, sem combustível, em breve, com a aprovação dessa medida, estará funcionando e atendendo ao cidadão. Assim como as pontes que estão destruídas, que o prefeito não consegue manter, as estradas vicinais, extremamente importantes para arrancar a nossa produção, para levar a riqueza para as cidades, para gerar emprego. Sem dúvida nenhuma, os Municípios precisam dessa tão propalada e tão falada reforma do Pacto Federativo no País.

Espero que com essa PEC aqui aprovada nós possamos começar a melhor distribuição dos recursos públicos arrecadados no País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes, que falou como Líder.

Agora é a Senadora Lúcia Vânia.

Fui informado de que a Senadora Lúcia Vânia estava no cafezinho, esperando que eu a chamasse. (Pausa.)

O.k.

Senadora Lúcia Vânia.

O Senador Telmário não se encontra.

Por permuta, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Raimundo Lira, que preside a Comissão do *Impeachment*, eu queria primeiro, Senador Paim, registrar uma grande conquista nossa, que envolve V. Ex^a.

Hoje é o Dia do Empregado Doméstico. Nós temos a satisfação de ter relatado essa PEC aqui no Senado. Finalmente, desde a Constituição de 1988, quando conseguimos inserir na Constituição do Brasil direitos traba-

lhistas tão importantes, mas não tivemos a condição de garantir esses direitos aos trabalhadores domésticos, um ano atrás, o Congresso Nacional finalmente corrigiu essa injustiça.

Também, Sr. Presidente, quero usar desta tribuna para dizer que cheguei ontem à meia-noite da reunião do Parlasul, o Parlamento do Mercosul, da qual participei como membro que sou daquele Parlamento, juntamente com o Senador Requião, com o Senador Antonio Carlos Valadares e com uma delegação de Deputados Federais do Brasil, algo em torno de oito Deputados presentes àquele encontro.

Foi um encontro muito produtivo, aberto, no primeiro dia, com uma sessão de homenagem aos 25 anos do Mercosul. No dia seguinte, houve debate e aprovação de diversas matérias e recomendações importantes.

E eu tive a possibilidade, caro Senador Paim – e essa questão diz respeito a V. Ex^a também –, de participar da Comissão de Segurança e de Políticas, que tem relação com a segurança pública em nossos países, nos países do Mercosul. Saiu de lá uma recomendação já anterior para que houvesse um encontro entre os Ministros de Defesa dos países integrantes do Mercosul e também para que fosse feito um estudo comparativo das constituições federais a respeito desse tema, também dos países integrantes do Mercosul.

O objetivo da reunião dos ministros seria que eles pudessem apresentar o seu plano nacional de segurança para o Parlamento do Mercosul. E eu tive a oportunidade de acrescentar a essa discussão que nós também púdessemos fazer um levantamento das iniciativas que os diversos Parlamentos dos países integrantes do Mercosul tiveram sobre a temática de segurança nacional, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, violência em geral.

E eu citei dois exemplos do Senado Federal. Quando nós realizamos a CPI de combate ao tráfico de pessoas, tivemos uma série de recomendações, inclusive com projetos de lei aprovados, no Senado e na Câmara já, a respeito desse assunto – e houve também, na Câmara, outra CPI com essa mesma temática. E, agora, tivemos a experiência da realização da CPI de apuração da violência contra os jovens na Câmara dos Deputados e da nossa CPI também contra a violência contra os jovens, no Senado Federal, cujo encerramento hoje foi adiado.

Nessa dimensão, temos a possibilidade de contribuir com esse debate e discutir a situação de violência que se abate contra a juventude da América Latina inteira. Poucos são os países da América Latina em que não há um quadro de violência contra jovens. Por exemplo, o território dos países que compõem a América do Sul. E, por isso mesmo, eu acho que a experiência do Brasil e outras experiências legislativas podem nos levar, após um debate a respeito delas, a indicar políticas públicas que possam ser viáveis para a atuação na prevenção e no combate à violência em todos esses países.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu queria também aqui registrar meu posicionamento, Senador Raimundo Lira, a respeito desse importante debate que o Senado, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira fazem neste momento, que é a discussão do processo de impedimento da Presidente ou da Presidenta Dilma Rousseff, como queiram.

Eu considero, Senador, que a discussão – e eu ouvi hoje atentamente o debate na Comissão – começa saindo da Câmara, que foi uma discussão muito marcada pela paixão e, às vezes, pelo descontrole emocional, e entra no Senado como outro processo, um processo de amadurecimento que faz com que o Senado deva se dirigir a essa questão com o tamanho que tem, com a responsabilidade que tem de gerar saídas para a grande crise que o País enfrenta.

Alguns dizem: “Não aceitamos a discussão de golpe”. Ora, quando se discute se o *impeachment* tem razão de existir, se discute a sua origem jurídica. E alguns dizem: “Mas o processo de *impeachment* não é um processo jurídico apenas. Ele tem que ser jurídico e político”. É claro que ele tem que ser jurídico e político, mas tem que se basear, por mais político que seja, em um fundamento jurídico, porque, senão, estaremos atacando a Constituição Federal. E, quando dizemos que ele tem o seu lado político, é porque, se a Presidente estivesse com aprovação muitíssimo alta, dificilmente, com pedaladas duplas, triplas ou não, teríamos iniciado um processo de impedimento da Presidente na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal. Isso existe pela existência, além da crise econômica, de uma crise política já em andamento.

No presidencialismo que o País adotou na sua Constituição, não existe a figura do *recall*, embora eu seja uma adepta dessa proposta. Acho que nós devemos, no contexto dessa crise, também discutir a reforma política, indispensável para o Brasil aprofundar a sua democracia. A democracia não é algo estático que, definida a Constituição de 1988, não se deva buscar aprofundar. Pelo contrário, a democracia exige um processo de movimentação, de mobilização, de aprofundamento permanente, de radicalização da sua democracia – digamos assim – e de compromisso para fazer avançar o processo democrático no País. É nesse sentido, portanto, que o *impeachment* não pode ser visto como, em um sistema parlamentarista, um voto de desconfiança ou como a derrubada do gabinete por uma maioria conquistada no Parlamento. Eu sou adepta desse sistema do parlamentarismo, mas reconheço o limite do presidencialismo adotado no Brasil, que só permite uma mudança no caso de uma situação de crise política. E o presidencialismo é um sistema gerador de crises políticas, destruidor de lideranças por essência. No entanto, foi o que o Brasil escolheu. Nós passamos por um plebiscito, inclusive

– parlamentarista, presidencialismo, monarquia –, e perdemos. Eu perdi. V. Ex^a, provavelmente, não, porque o PT... Ah, V. Ex^a também era parlamentarista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parlamentarista assumido.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fizemos uma construção, inclusive, com a medida provisória, com o espírito do parlamentarismo. E o povo diz: “Não. É presidencialismo”.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. Mas Lula e Brizola eram contrários ao parlamentarismo.

Muito bem. No entanto, perdida essa batalha, o que nos resta para o enfrentamento da crise política e jurídica é justamente o *impeachment*. O *impeachment*, no entanto, tem regras definidas. Ele não pode ser um *impeachment* que se dá por a aprovação da Presidente não estar boa. Ele tem uma exigência constitucional de que é necessário que haja um crime de responsabilidade para que, caracterizado esse crime de responsabilidade, seja aberto o processo de investigação pelo Parlamento, através da admissibilidade desse processo de impedimento da Presidente da República.

A Câmara levou esse processo não no aprofundamento da discussão de que se havia razões pelas quais o *impeachment* devesse ser adotado por haver caracterização de um crime de responsabilidade. A Câmara iniciou esse processo, e o Brasil foi testemunha, por uma decisão de vingança política do Presidente daquela Casa. Isolado politicamente no País, ele tem um processo levado ao Conselho de Ética e, após uma decisão do Partido da Presidente de não apoiá-lo no Conselho de Ética, anuncia para o País que ele ia colocar o *impeachment* da Presidente, que ele podia cair, mas que ela teria que cair antes. Esse é o processo originário do *impeachment* na Câmara dos Deputados, que levou, inclusive, um dos acusadores, um daqueles que ofertaram a denúncia contra a Presidente da República, o Sr. Miguel Reale, a dizer publicamente que se tratava de uma chantagem.

E, com base nisso, com o processo também levado a um debate grande sobre a formação da Comissão de impedimento da Casa, que teve que ser levado ao Supremo, para que o Supremo anulasse a Comissão e colocasse outra comissão, para que essa Comissão pudesse ser feita com um sentido geral de respeitabilidade e não apenas de pessoas indicadas pelo próprio Presidente da Casa, constituiu-se um processo de *impeachment* que ocorre em um clima de euforia geral, a euforia pró e contra, estimulada em uma ideia de que, feito o *impeachment*, no dia seguinte, o Brasil viveria um novo momento. Alguns Líderes, bastante identificados com a liderança do Presidente da Casa, não escondiam a sua motivação vingativa, mas outras Lideranças e outros partidos sustentavam a discussão do *impeachment* com base na possibilidade de envolvimento da Presidente em movimentos de corrupção, com base na possibilidade de que a saída da Presidente significasse a superação da crise econômica ou coisas tais.

No entanto, não é isso que diz o processo do *impeachment*. O processo do *impeachment* trata de dois assuntos. E, sobre esses dois assuntos, o esforço que é feito pelo Relator é claramente desconstruído. Primeiro, no que diz respeito a pedaladas, isso é feito pelas próprias ações do Congresso Nacional. A própria ação do Congresso Nacional, que mudou através do PLN 5, muda a meta de uma conta que sequer foi julgada ainda, foi aprovada na Comissão de Orçamento.

E chega o processo finalmente, após aquele movimento em que alguns disseram: “Não, o Deputado, ao falar sobre família, está certo, porque está falando do futuro do País, e ele enxerga isso na sua família”. Eu não estou me referindo a isso, mas a um processo de euforia espetacularizada, glamourizada, como se estivessem ali salvando a Nação, constituindo, portanto, um discurso mentiroso, falacioso, para uma situação em que o País vai se encontrando no aprofundamento da sua crise.

O Senador Capiberibe tem dito sempre que o caminho do *impeachment* é a escolha pelo confronto, não é a escolha por uma saída negociada, pelo apaziguamento dos ânimos nacionais. Essa é a saída do confronto, é a saída de formar no País duas torcidas que se confrontam e buscam cada vez mais o estímulo ao ódio, à agressão e não ao reencontro da união do País, para pensarmos juntos uma saída para o povo.

É nessa condição que creio que o Vice-Presidente da República se atropelou. Eu sempre admirei o Vice-Presidente Temer como constitucionalista. Eu me lembro de que o Vice-Presidente do Presidente Lula, o empresário José... José Alencar – esqueci, muito obrigada aos vereadores, os universitários me ajudaram – fazia críticas ao Governo do Presidente Lula muitas vezes. Além de lealdade, ele, demonstrando mais ainda a sua lealdade, porque é leal aqueles que apontam os erros com lealdade, dizia que o juro estava alto demais. Ele dizia que o Presidente não podia continuar uma política econômica mantendo esses juros altos, pois esses juros altos eram contra a produção brasileira, sufocavam a produção nacional. Então, ele tinha uma posição política a colocar. Não me lembro, Senador Paim, de ter visto uma única crítica do Vice-Presidente Temer à política econômica do Governo, uma única crítica a políticas estruturantes do Governo que pudessem, portanto, fazer com que ele tivesse um papel de ajuda à Presidente da República. A única crítica que vi do Vice-Presidente foi

aquele dizendo que ele estava tendo um papel decorativo. Ora, o papel de Vice está descrito na Constituição. Se ele é decorativo, ele aceitou esse papel ao ser candidato a Vice-Presidente. Então, a única crítica que vi foi ele dizendo que não podia ter um papel decorativo, que ele precisava ter outro papel. E, logo depois, ele aceitou o convite da Presidente para ser articulador político do Governo e distribuiu cargos para cima e para baixo para poder conquistar apoios do Governo. E, depois, o PMDB sai do Governo numa convenção de três minutos. O PMDB é um Partido que participou da luta democrática do povo brasileiro e que está nesta coligação do Governo de Lula e do PT desde o início e sai em três minutos, sem dizer a que veio, sem fazer uma só crítica, sem assumir nenhuma autocritica pelo período em que participou desse projeto de governo.

Para piorar, quando faz isso, não compreende o seu papel de possível apaziguador e construtor da união nacional. Por isso, perde a condição de se apresentar agora como alguém ou como uma instituição capaz de construir o consenso da Nação brasileira. E é este o drama que enfrentamos: o *impeachment* não deu condições para que pudéssemos sair nem da crise econômica, nem da crise política brasileira.

O próximo governo, constituído, portanto, com pouca legitimidade... E não é que não tenha legitimidade porque não teve o voto ou porque foi um Deputado de pouco voto. Isso pouco importa. Não constitui a legitimidade, porque não construiu legitimamente a condição de ser o interlocutor da Nação, de ser o polo aglutinador das expectativas de alguém que podia, sim, num processo em que ele não rompesse as pontes com o próprio Governo e com a própria Presidente, dizer que poderia ser a alternativa para o Brasil. Não é hoje a alternativa para o Brasil, porque se desconstruiu e se desconstituiu dessa possibilidade.

Nem o *impeachment* é a alternativa, nem o Vice-Presidente Temer. E fico impressionada que já se discuta, de forma natural, a destituição de pessoas do Governo ou de fora do Governo, no mesmo método que antes se dizia condenar. Critiquei os governos de Lula e de Dilma e disse que os governos de Lula e de Dilma perderam a oportunidade de fazer avançar a política, no Brasil, com novos métodos de governar. No entanto, Temer não é uma alternativa, até porque já está demonstrando os velhos métodos de governo, de uma negociação que não é uma negociação às claras, com a sociedade participando e debatendo.

É, por isso, Senador Paulo Paim, que subscrevo, como V. Ex^a, a PEC que propõe as eleições já. Não estamos propondo as eleições já com a preocupação formal, rígida, de que ela atenda a todas as necessidades constitucionais. Estamos propondo como uma tábua de salvação, em que o povo brasileiro possa se reencontrar com a legitimidade do voto, possa se reencontrar com saídas que constituam governantes legitimamente constituídos pelo voto direto e popular que tenham força para apresentar projetos de saída para a crise econômica e para a crise política.

Projeto para a crise econômica não vai sair dos gabinetes dos grandes economistas em acordo com a Fiesp, que, aliás, representa apenas uma parte da indústria nacional já obsoleta e voltada para defender os interesses só do centro-sul do País. Essa tem sido a prática dessa instituição.

A crise econômica não vai encontrar resposta se não houver uma grande concertação com os trabalhadores brasileiros, com os segmentos médios da sociedade e também com os empresários. Mas o caminho já dado agora, no arriar das malas, tem sido o de ser a solução da Fiesp e dos grandes empresários nacionais, ou seja, a solução dos que têm dinheiro no Brasil, a solução do mercado no Brasil e não a solução daqueles que vivem as consequências mais danosas da crise econômica em nosso País.

Por isso, caro Presidente, não acredito na potencialidade. Isso não quer dizer que o governo não vá ter o apoio dos grandes meios de comunicação, vai ter; que não vá ter o apoio dos grandes empresários nacionais, pode ter, porque ele justamente representa um acordo entre estes, o acordo entre a elite brasileira, o acordo da crise e a busca de uma saída patrocinada pela elite nacional, uma parte da elite já articulada com o capital internacional. Mas isso não representa uma saída para o povo brasileiro, para os segmentos médios da população. Uma parte dela tem uma experiência ingênua do que esse governo possa representar, mas, logo depois, logo adiante, vai se desiludir com isso.

Sr. Presidente, quero finalizar dizendo, mais uma vez: eleições já! Esse é o único caminho que pode permitir que o povo brasileiro possa indicar a saída da crise. Que o povo decida, que o povo decida que caminho nós temos condições de encontrar.

O PMDB, que foi o Partido das Diretas, que abraçou a campanha das Diretas, não pode ser um partido que só chega ao governo quando tem Vice-Presidência da República. O PMDB poderá disputar as eleições, poderá ter candidato à eleição, como todos os outros partidos fizeram o esforço, no processo democrático, de constituir lideranças nacionais, com muito esforço, com muita dificuldade.

Partidos pequenos se constituíram e apresentaram candidaturas à Presidente, com pouco tempo de televisão na outra eleição, partidos que, como o meu, fizeram um sacrifício enorme para apresentar Eduardo Campos à Presidência da República e apresentar uma nova proposta de governo para o País.

O PMDB precisa responder este desafio: ter um candidato à Presidência da República. É um dos maiores partidos da Nação brasileira, tem participação em todos os Estados. Não é possível que não tenha condições de disputar livremente uma eleição e chegar ao poder pelo voto do povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esta foi a Senadora Lídice da Mata.

Por permuta, agora o Senador Raimundo Lira. O Senador Raimundo Lira permutou com o Senador Hélio José.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros e minhas caras ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, inicialmente quero agradecer ao meu amigo, Senador Hélio José, por ceder generosamente este espaço para que eu possa me dirigir principalmente ao Nordeste brasileiro.

Quero aqui, recebendo uma missão especial do meu amigo e do meu Líder, Senador Eunício Oliveira, que está aqui, na Mesa Diretora do Senado, com problemas temporários na garganta e na voz, que me pediu para, em seu nome, homenagear todos os vereadores do Ceará, neste momento em que eles estão aqui participando da Marcha dos Vereadores do Brasil.

Quero também, Senador Eunício, homenagear todos os vereadores do meu Estado da Paraíba, citando os nomes de amigos vereadores de Cajazeiras: o Vereador Marcos Barros, o Vereador Kleber Lima, o Vereador Alysson Lira e o Vereador Alysson Américo. E os vereadores da cidade de São Bento: Adaildo Dantas e Jurandi Salvio, que estão aqui, na tribuna. Fazendo de uma forma geral, além de homenagear os vereadores do Ceará e da Paraíba, homenageio os vereadores do Estado da Bahia, aqui representados pelos Vereadores Sivaldo Amorim e Adriano Melo.

Quero também dizer que hoje é o aniversário da cidade de Serra Branca, no Cariri paraibano, aquela que é chamada carinhosamente de a Rainha do Cariri e que hoje está aniversariando. Portanto, transmito os meus mais sinceros cumprimentos e parabéns ao povo de Serra Branca, a Rainha do Cariri.

Quero também lembrar aqui e registrar, nos *Anais do Senado Federal*, que, no próximo dia 29, sexta-feira, São Bento completa 57 anos. Para aqueles que não conhecem e apenas usam os produtos fabricados em São Bento, essa cidade é a maior exportadora de redes do Brasil, Sr. Presidente e Senadora Rose de Freitas, inclusive exporta para o todo o Brasil e para vários outros países. É uma cidade onde praticamente não há desemprego, porque essa indústria praticamente envolve toda a população da cidade de São Bento.

Por falar em São Bento, quero aqui ressaltar que o Ramal Piancó, pleiteado e sonhado, na Paraíba, por mais de 50 anos, já é uma realidade. Esse ramal foi incorporado na obra da transposição do Rio São Francisco, que hoje já conta com aproximadamente 87% de suas obras.

O financiamento para as obras do Ramal Piancó já foi aprovado pelo Banco Mundial. Será um canal de 30 quilômetros, no Rio Piancó, que vai desaguar no maior sistema de barragens da Paraíba, o sistema Coremas/Mãe d'Água, que foi projetado na época e inaugurado em 1945, com capacidade de 1,358 bilhão de metros cúbicos, e vai resolver toda o problema de água no Vale do Piancó e na região central do sertão da Paraíba, inclusive a grande cidade de Patos, em função de ter uma adutora construída pelo Senador José Maranhão, quando era Governador do Estado, chamado de mestre de obras, que construiu a adutora que leva água para a cidade de Patos, uma cidade com mais de 120 mil habitantes.

Paraibanos, sertanejos, o Ramal Piancó é uma realidade. Nós temos hoje, na Paraíba, um problema emergencial, que é a crise hídrica na cidade de Campina Grande, uma cidade que tem aproximadamente 450 mil habitantes, e em mais 17 cidades abastecidas pela Barragem Epitácio Pessoa, com capacidade para 550 milhões de metros cúbicos, inaugurada, em 1959, pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Ela está praticamente com menos de 10% pelo fato de as chuvas este ano não terem caído em suas cabeceiras. Portanto, o abastecimento de Campina Grande é emergencial. Não sabemos se há condições de esperar a transposição do Rio São Francisco. Ela será possivelmente uma das primeiras regiões a serem beneficiadas por essa transposição.

Conversei com o atual Ministro da Integração Nacional, Sr. Josélio, há dez dias. Ele tem me informado, quase que diariamente, que a equipe técnica do Ministério da Integração Nacional está trabalhando, em tempo integral, para encontrar a solução, o plano B de abastecimento de Campina Grande, porque não é uma solução que exige rapidez, é uma solução que exige emergência. É absolutamente impossível atender, mesmo precariamente, uma cidade com 450 mil habitantes com carros-pipas, tem de ser via abastecimento direto, com adutoras. É, portanto, uma solução emergencial. Nós estamos cobrando essa solução todos os dias.

Eram essas as breves comunicações que eu tinha a fazer.

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Senadora Rose de Freitas, é sempre um prazer ouvir V. Ex^a.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Eu queria apenas aproveitar a oportunidade, já que V. Exª se referiu à questão de água, abastecimento e tudo mais, para dizer que há um equívoco enorme no Brasil em relação às preocupações que deveriam estar presentes nos atos, nas recomendações, até mesmo nas campanhas públicas sobre o abastecimento de água. V. Exª sabe a crise por que passou, por exemplo, o Estado de São Paulo. V. Exª acompanhou. No meu Estado também, não com a gravidade do outro Estado. E eu vi notícias, inclusive, de que o governador teria desarmado aquela campanha de prevenção, fazendo racionamento bem representativo da questão do abastecimento de água. Já que V. Exª tocou, eu queria fazer uma reflexão em conjunto com V. Exª, que já foi Governador, uma pessoa com sabedoria. É que nós não podemos mais viver cada momento como se fosse igual ao anterior. Antes de toda aquela seca, nós tínhamos água. Depois passamos a não ter água e vivemos aquele racionamento. Depois disseram: “Está tudo estabelecido, é o fim do racionamento”. Isso não é uma verdade para o Brasil como um todo, porque de onde se tira tudo nada fica. Portanto, eu, com a mesma preocupação, vi essas análises que foram feitas sobre essa mudança de comportamento de algumas regiões em relação às chuvas que vieram e repuseram um certo nível, voltaram a ficar próximas ao nível em que estavam. E estamos vendo agora que não temos o índice pluviométrico bastante para considerar que o abastecimento de água no País é o ideal. Lá no nosso Estado, por exemplo, em razão daquela barragem, do rompimento da barragem de Mariana e das consequências que vieram, nós também estamos passando por grande dificuldade. Então, seria importante que este Congresso se debruçasse sobre esse assunto, procurando todos os elementos possíveis para subsidiar até mesmo as decisões tomadas pelo Governo Federal e pelas regiões que foram atingidas por esse desabastecimento. Era o que eu queria falar, dizendo que no dia em que V. Exª tomar a iniciativa de refletir sobre a situação como um todo eu gostaria de fazer parte do seu trabalho.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Excelência...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas. Como V. Exª abordou muito bem, a questão hídrica se transformou numa questão nacional. Então, temos que ter um comportamento totalmente diferente, voltado para um planejamento de longo prazo e permanente, porque cada vez os recursos hídricos, em função dos fenômenos naturais, em função do aumento da população e da demanda, seja da agricultura, do setor industrial, da agropecuária... Então essa demanda tem aumentado, e o Brasil não teve a preocupação de fazer um planejamento de longo prazo, um planejamento que nos dê tranquilidade para o futuro e para as próximas gerações. Tanto é que aquilo que não foi feito no passado, nós estamos agora sofrendo as consequências do que não foi feito. E, se nós não fizermos agora, as futuras gerações sofrerão os mesmos sustos, as mesmas dificuldades que o povo brasileiro, de várias regiões, está sentindo novamente.

Naquilo que nós podemos fazer... Falamos muito da transposição do Rio São Francisco, mas o Rio São Francisco vem morrendo paulatinamente, ano a ano, em função da ação predatória do homem.

Nós apresentamos e conseguimos aprovar na Comissão Especial chamada Agenda Brasil um projeto de lei que cria condições permanentes para a revitalização do Rio São Francisco. Como é esse sistema? As empresas que usam a água como energia, para produzir energia, que são empresas rentáveis, como a Chesf, vão passar a pagar um percentual sobre o faturamento bruto, criando um fundo para que, independente do Tesouro Nacional, de emenda ao Orçamento ou de decisão do Governo, exista um fundo para a revitalização de forma permanente do Rio São Francisco, para que não tenhamos o desprazer de, daqui a 20, 25 anos, os nossos filhos tenham no Nordeste a transposição e não tenham água por falta de uma providência em relação à revitalização do Rio São Francisco.

Nós copiamos o modelo do que é feito no Mississipi, nos Estados Unidos, que, desde 1910 até hoje, segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, enfim, todos os dias desde 1910, existe um trabalho permanente de revitalização do Rio Mississipi.

Então, é uma resposta que o homem dá para compensar o uso daquele manancial. É essa cultura que nós temos que adquirir, mas de forma objetiva, não só teórica. De forma objetiva, planejada.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Sr. Presidente, Sr. Senador.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Darei um aparte ao meu amigo Hélio José, mas antes, só concluindo esse raciocínio, para o senhor ter uma ideia de como essa questão é tão pouco trabalhada, nós tivemos, por exemplo, uma barragem na Paraíba, inaugurada em 1942, com 250 milhões de metros cúbicos. A próxima foi em 1945. Foi o sistema Coremas-Mãe D'Água, com 1 bilhão e 358 milhões de metros cúbicos. Somente 20 anos depois é que tivemos a inauguração da Barragem de Orós, no Rio Jaguaribe. E, quase 20 anos depois, a inauguração da Barragem Armando Ribeiro, chamada Barragem de Açu, com capacidade para 2 bilhões e 400 milhões de metros cúbicos, no Rio Grande do Norte.

Esse Ramal Piancó vai beneficiar a Barragem de Açu, porque vai ser feito um canal de 30 quilômetros, perenizando o Rio Piancó, que vai abastecer o Sistema Coremas-Mãe D'Água, da Paraíba. O excesso da água

vai correr no Rio Piranhas, que passa exatamente ao lado da cidade de São Bento, perenizando o Rio Açu e abastecendo essa barragem do Rio Grande do Norte.

Quase 20 anos depois, foi inaugurado o Castanhão, obra construída pelo Governador Tasso Jereissati, nosso companheiro Senador, e inaugurada pelo Senador Beni Veras, o seu sucessor na condição de Vice-Governador.

Então, veja que há um espaço, Senador Hélio José, muito grande entre uma obra e outra. E nós vivemos sempre nesse sobressalto. Acredito agora, como disse a Senadora Rose de Freitas, pelo fato de haver crise hídrica num Estado como São Paulo, na Região Sudeste, que esse problema que aconteceu poderá ser o início da solução da crise hídrica no Brasil, porque afetou a região mais rica, mais populosa, em que não se pensava nunca que pudesse existir esse tipo de crise. Isso era uma coisa, um privilégio do Nordeste brasileiro, e hoje já é uma questão que afeta grande parte do País.

Com prazer passo a palavra a V. Ex^a, Senador Hélio José, meu amigo estimado.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Meu querido Presidente, Senador Paulo Paim, meu querido orador, Senador Raimundo Lira, é com muita alegria e satisfação que lhe faço um aparte, pela relevância e pela importância do tema que V. Ex^a está abordando. Sem dúvida, a crise ocorrida no Estado de São Paulo foi uma escola para o Brasil, a crise no Sudeste, vamos dizer assim. É uma das maiores estiagens dos últimos cem anos que mostrou um desarranjo de planejamento que há no País, e que precisa ser consertado, relacionado com o aproveitamento dos recursos hídricos em geral, tanto o aproveitamento com as medidas terciárias dele, como a alimentação de água para as cidades, balneário, etc. e tal, quanto a questão principal, que é a geração de energia e o aproveitamento do próprio leito. Então, o que acontece? É necessário repensar o sistema como um todo. A questão do São Francisco, todos nós sabemos que, por mau uso e mau planejamento, o Rio São Francisco está morrendo, e que não pode morrer. O Rio da Integração Nacional, que é tão fundamental nesse processo que meus colegas engenheiros lá do Ministério da Integração e meus colegas engenheiros dos outros ministérios afins, como Meio Ambiente, etc. e tal, da minha categoria, que são os analistas de infraestrutura que estão trabalhando na transposição do São Francisco... Precisamos nos sentar e fazer um planejamento adequado para essa revitalização do rio. Eu mesmo tenho um projeto de lei que apresentei nesta Casa, que trata de barragem de acumulação, que é exatamente para melhor aproveitar, no período de cheias e no período de chuvas, aquele acúmulo que pudermos fazer para evitar que essa crise nos mate. São Paulo...

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – ... e o Sudeste, com as medidas de racionalização, com as medidas de economia de água, com uma série de medidas feitas, eles nos ensinaram uma série de questões. É como eu estava conversando esses dias com o Governador Alckmin, com o secretário de recursos hídricos dele. Foram medidas implantadas que evitaram a tragédia total. Então, nós temos muitas medidas a fazer agora, neste momento de repensar, de replanejar com relação a aproveitamento hídrico, com relação ao aproveitamento energético desses recursos e com relação à distribuição do bem principal, que é a água, que é vida para cada pessoa. V. Ex^a ressalta a importância para a Paraíba, a importância para Alagoas, para a Bahia, para os Estados do Nordeste dessa questão do São Francisco. E para nós, porque todos nós aqui estamos o dia inteiro defendendo o quê? Vida, qualidade de vida, uma situação melhor para todo mundo. Então, planejar de forma adequada e discutir de forma adequada com os técnicos responsáveis essa questão que V. Ex^a coloca aqui são de uma relevância capital. Aproveitar essa experiência que o Sudeste teve, com a crise por que passou, o que quase fez o Brasil entrar em colapso, também é importante. Eu até acertei com o Governador Alckmin que a gente vai fazer na CI, a Comissão de Infraestrutura, uma audiência pública – ele esteve aqui há mais ou menos um mês e meio conversando conosco – para discutir como esse cabedal de medidas que foram tomadas para resolver essa crise pode nos ajudar em termos de Brasil, para evitarmos novos colapsos como esse. Então, quero concluir dizendo que V. Ex^a toca num assunto de altíssima importância para o nosso País, de altíssima importância para o Nordeste. Para mim, que sou engenheiro, que defendo a infraestrutura, é de altíssima importância. E para mim, que sou trabalhista e defendo a geração de empregos e de oportunidades, também, porque quando se investe em infraestrutura geram-se empregos e oportunidades de inclusão social. Parabeno V. Ex^a, dizendo que quero colaborar, quero estar junto nessas preocupações que V. Ex^a tem para recuperar esse setor. Sou parceiro. Tudo o que os 750 analistas de infraestrutura, que é a minha categoria, nos 15 ministérios da infraestrutura nacional puderem fazer para ajudar, colaborar, pode contar conosco. Estamos juntos nessa luta. Muito obrigado, Senador.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Muito obrigado, meu amigo, Senador Hélio José.

Quero, ao encerrar minhas palavras, pedir a V. Ex^a para incorporar os apartes da Senadora Rose de Freitas e do Senador Hélio José ao meu pronunciamento.

Vou me despedir transmitindo um abraço ao povo de Serra Branca, Rainha do Cariri, que hoje aniversária, e ao povo de São Bento, que aniversaria na próxima sexta-feira, dia 29.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora temos um impasse aqui entre um orador inscrito... Ou a Senadora Rose ou o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Para mim as mulheres sempre têm a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a minha tendência também.

Senadora Rose de Freitas, então V. Ex^a, com a gentileza do Senador Hélio José, está convidada a assumir a tribuna.

Vocês decidem. Para mim é indiferente.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Hoje gostaria de ceder. Não vou dizer o mesmo, que os homens têm preferência, mas vou concordar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero cumprimentar o Senador Hélio José, que gentilmente havia cedido à senhora.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora retribuiu a gentileza e o convidou para a tribuna. E o Presidente se submete à vontade da Senadora Rose de Freitas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^a Senadora Rose de Freitas, Sr. Senador Raimundo Lira, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado e pela Rádio Senado, estamos, às 20h46min, aqui no Senado Federal, trabalhando efetivamente.

Quero agradecer à Senadora Rose de Freitas por ter me passado a palavra neste momento para fazer um breve pronunciamento. Depois, faço questão de me sentar no plenário para ouvir o pronunciamento dessa Senadora que tanto tem contribuído para o nosso País, com quem eu tive o prazer de trabalhar, sob a batuta da sua coordenação, na Comissão Mista de Orçamento e pude perceber o quanto a Senadora Rose tem contribuído para o País.

Senador Paulo Paim, o que me traz aqui hoje é exatamente para fazer o registro da CPI da Anatel, que acabei de protocolar aqui na Mesa. Provavelmente, amanhã, segunda ou terça-feira, o Senador Renan Calheiros vai ler aqui, no plenário.

O que me fez protocolar e coletar assinaturas para a CPI da Anatel são exatamente as medidas esdrúxulas que acabamos de assistir com relação à questão de querer limitar os contratos de banda larga. Todos nós sabemos também de um outro problema grave que a Anatel tem nos causado, que é um celular praticamente inoperante. A dez quilômetros da nossa cidade, já não conseguimos mais falar, porque há um sobreamento quase que total das empresas de telefonia móvel. Nos nossos próprios bairros temos uma dificuldade grande para falar.

Então, há uma série de problemas que a Anatel tem nos causado.

O impacto da Portaria Anatel sobre as políticas públicas, inclusive sobre vários Ministérios, como o da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outros, não será bom. Por isso, eles tiveram que recuar.

Essa medida inviabilizará inúmeras políticas públicas, inclusive baseadas no acesso à internet, o que mostra total desconexão daquele órgão, a Anatel, com tudo o que foi atingido de avanço social até o momento.

A possibilidade de as operadoras contarem ou reduzirem a velocidade da internet fixa de um cliente quando a franquia chega ao fim vai contra o Marco Civil da Internet, aprovado exatamente neste ano, aqui, no Congresso Nacional.

E nos assustou, nobre Senadora Rose, depois de toda essa confusão, saber que o diretor-geral da Anatel estava em restaurante chique do Distrito Federal, comemorando, junto com a diretoria da Oi, com a diretoria da Net, essa confusão que causou a nós, ao pobre povo brasileiro, já tão penalizado com as questões dos sistemas tanto de internet quanto de telefonia móvel em nosso País.

Então, como Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, não poderíamos ficar quietos e nem calados perante tamanha irresponsabilidade.

Por isso, conversando com os Líderes do meu Partido, com os membros do nosso Partido, resolvemos pegar as assinaturas para apresentar o pedido de abertura da CPI da Anatel. Vamos apurar todas as questões relativas a essa trapalhada da internet de banda larga fixa e também a problemática do sinal da telefonia móvel no Brasil.

A nova regra teria o intuito não declarado de combater o crescimento exponencial de acesso e a redução no número de usuários dos serviços de TV a cabo. A medida forçará milhões de usuários a aderirem a franquias mais caras, em um momento de grave desemprego, de arrocho salarial, de inflação, em que todas as situações

são desfavoráveis, nobre Senador Paulo Paim, ao consumidor, que nós tanto defendemos aqui para ter melhor qualidade de vida. Isso não tinha sentido.

Quero agradecer aos nossos nobres Senadores e Senadoras que, de pronto, assinaram a CPI. Foram 45 assinaturas, mas poderia ter sido muito mais. Porém, como queríamos agilidade no sistema, pegamos todas as assinaturas hoje à tarde e já as protocolamos. Já foram devidamente conferidas todas as assinaturas, e a CPI já está pronta para ser lida em plenário.

Algumas operadoras anunciaram que passarão, a partir de 2017, a cortar o acesso dos usuários que atinjam o limite de sua franquia de dados e oferecerão pacotes com franquias diferenciadas.

Observe-se que, anos atrás, no momento da maior crise imobiliária dos Estados Unidos, a reação do governo daquele país foi justamente inversa, de incentivar a abertura da internet, e não a limitação, pois a abertura claramente favorece a criação de novas saídas, a inovação, o empreendedorismo. Foi instalado *wi-fi* gratuito nos orelhões de algumas cidades, como Nova York, por exemplo.

Uma medida como a autorizada pela Anatel vai contra o Brasil e contra os cidadãos brasileiros. Daí, nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, eu protocolei essa CPI.

Os usuários de internet banda larga fixa foram surpreendidos, como falei, recentemente, com o anúncio de que haveria uma mudança substancial da sistemática de oferta do serviço: o fim da internet ilimitada, com o apoio e o aval da Anatel e o aplauso das empresas de telefonia fixa.

E o pior, nobre Senador Paulo Paim, nobre Senadora Rose de Freitas, sem discutir conosco aqui, do Congresso; sem discutir nem dentro do próprio Governo, o qual a Anatel representa. Tanto é que peguei assinatura para a CPI do Líder do Governo também e de Senadores do PT, do PMDB, do PSB, do PP; de todos os partidos desta Casa, eu peguei assinatura para a CPI, porque não foi discutido em lugar nenhum. Foi uma coisa tirada não sei de onde pelo Presidente da Anatel. E quem paga o pato? Exatamente o coitado do consumidor brasileiro. Por isso é que, doa a quem doer, nós vamos fazer essa CPI e vamos apurar o que levou a tal atitude, tão intempestiva e tão rápida, do Sr. Diretor-Geral da Anatel.

A OAB, o Procon, institutos de defesa do consumidor e várias outras entidades se manifestaram contrários e apontaram ilegalidades nesse casamento de interesses da Anatel com as empresas. O Ministro das Comunicações, que é uma pessoa sensata, o nosso nobre Deputado André Figueiredo, foi um dos que condenaram e mandou suspender o ato da Anatel. Mas, como a Anatel tem mandato devidamente aprovado e discutido aqui, no Senado Federal, nós achamos por bem – nós que autorizamos cada diretor da Anatel a assumir seus postos de conselheiros – abrir essa CPI.

De acordo com o novo modelo anunciado, os planos seriam oferecidos com um limite de dados, e as operadoras poderiam reduzir a velocidade ou mesmo cortar o acesso à internet quando o usuário atingisse o limite. Seriam comercializados pacotes adicionais de dados, o que certamente elevaria substancialmente o preço do serviço.

Ante a reação indignada das pessoas, que sequer conseguem manter em suas conexões uma parte pequena da velocidade contratada, a Anatel apresentou inicialmente a singela justificativa de que o consumidor estava mal-acostumado. Absurdo! Consumidor mal-acostumado! O consumidor quer que seu direito seja cumprido, seu contrato, e ele está mal-acostumado? Então, não tem condições de o Diretor-Geral da Anatel ter esse tipo de posição.

Para a sociedade, essa postura do órgão responsável pela regulação do setor evidencia, de um lado, o seu distanciamento em relação aos consumidores e, de outro, a sua proximidade com as empresas. A reação da sociedade foi o motivo alegado pelo conselheiro da Anatel, Sr. Otavio Luiz Rodrigues, que manifestou um voto preliminar pela suspensão de todas as medidas que venham a limitar a internet na telefonia fixa. Ele também manifestou que a Anatel vive um grave momento de desconfiança social. Isso é verdade. Um exemplo bem elucidativo veio recentemente da Paraíba, nobre Senador Paulo Paim, nobre Senadora Rose.

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, da qual sou Vice-Presidente, recebeu o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba fez realizar para apurar a responsabilidade por danos causados ao consumidor na prestação inadequada de serviços de telefonia móvel oferecidos pelas operadoras existentes que atuam no Estado da Paraíba. Um dos capítulos mais significativos desse excelente trabalho, realizado pelos nobres colegas Deputados Estaduais da Paraíba, diz respeito justamente à Anatel. Vejamos só os títulos dos tópicos do relatório, nobre Senador Paulo Paim: Anatel negligente na fiscalização – esse é um dos títulos; Anatel permitindo a prescrição bilionária de multas – esse é outro título; Anatel permitindo que ocorra a sanção tácita dos planos das operadoras – outro título; Anatel editando normas contrárias à legislação consumerista e prolatando decisões favoráveis às operadoras – outro título; e Anatel maquiando dados indicadores de qualidade.

Então, é inadmissível que um órgão público, criado para fazer a regulamentação e a fiscalização em um sistema tão importante como o sistema de telefonia e como o sistema de internet, tenha esse tipo de comportamento. Há sérias distorções no funcionamento do setor que precisam ser apuradas.

Nobre Senadora Rose de Freitas, V. Exª quer um aparte?

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Na verdade, as políticas nesse setor de comunicações, V. Exª sabe, são uma caixa de surpresas. São regras alteradas constantemente, mas nada justifica, de maneira nenhuma, que nós tenhamos mobilizado tantos recursos, tantas leis, organizado tantos amparos dentro das legislações e também, efetivamente, as políticas construídas em torno do setor de comunicação, um instrumento que hoje se tornou vital para a população brasileira, que é a utilização da internet, dos nossos meios de comunicação, através dos celulares, e tenhamos hoje esta discussão que estamos tendo aqui: V. Exª, reclamando, com justa razão, a ineficiência dos serviços que tentamos usar nas horas mais necessárias dentro das próprias cidades que moramos e nos nossos locais de trabalho.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exato.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Então, só tenho que parabenizar V. Exª pelas colocações que estão feitas e pela iniciativa tomada, que assinei, inclusive, colocando o meu apoio explícito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Verdade.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Mas acho que nós também temos que cobrar, exigir do Governo um debate muito sério sobre isso. O Governo não pode conceder, não pode recuar naquilo que é um avanço. Por exemplo, no País inteiro, as formas de atender à população estão exatamente na modernização dos meios de comunicação, dos serviços de comunicação. Como se justifica, depois de oferecer todo esse serviço, conseguir toda uma legislação explícita para isso, fazer reuniões e programas, dar incentivos e tudo o mais no início desse processo todo e, depois, dizer que não é mais assim?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não tem sentido.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Impor ao País, que ainda está desenvolvendo nessa área, as limitações que querem fazer. Inaceitável! E, para isso, não vai ser só o que V. Exª está propondo, mas outras iniciativas, inclusive de lei, para que possamos impedir esses abusos que estamos vendo. Parabenizo V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero agradecer à nobre Senadora Rose de Freitas. Quero incorporar, inclusive, pessoal da Taquigrafia, esse aparte ao meu discurso, relativo a esse assunto. Esperamos para breve. Eu sei que, aqui, há número limitado de CPIs, mas já conversei com o Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa.

Ele me garantiu que vai dar prioridade para discutirmos esse assunto, por causa da emergência do assunto.

Quero ver se conseguimos, no mais breve período de tempo, a instalação dessa CPI, a convocação da Anatel, para começar a fazer o esclarecimento, e abriremos essa caixa-preta, nobre Senadora Rose de Freitas, porque não dá para continuar dessa forma. E os nossos consumidores do Espírito Santo, de Brasília, de Goiás, de Roraima – está aqui o nosso Telmário –, pagando o pato por uma situação da qual não são culpados.

A telefonia e a Internet são serviços vitais para a população, igual a água e a luz. Crianças e jovens se divertem e se informam; jovens e adultos estudam, informam-se e participam de um mundo social por meio da Internet; idosos se integram e ganham novas perspectivas de vida social; escolas e institutos de pesquisa requerem mais e mais a velocidade dessa questão; o crescimento do tráfego de dados é exponencial. Tudo isso mostra a importância que ganhou a internet em nossas vidas. Se a internet se interrompe, param os serviços públicos, para o Senado e a Câmara; ficam sem atendimento milhões de brasileiros, que estão, nesse momento, procurando atendimento na Previdência Social, nos hospitais e nos demais pontos de serviços públicos.

O Presidente da Anatel, em uma de suas declarações infelizes, chegou a dizer que as empresas iriam acabar com a internet ilimitada, porque os jovens estão jogando muito *on-line* e vendo séries de televisão. Isso é um absurdo! Todo mundo tem direito a ter seu lazer. Nada mais enganoso.

O crescimento vertiginoso da internet se refere a um mundo de aplicações e usos que todos nós fazemos por seu meio. A infovia mundial é essencial hoje à vida social em todo o Planeta – não é só em Roraima, nem só em Brasília, nem só no Espírito Santo e nem só no nosso querido Rio Grande do Sul.

No caso brasileiro, há uma série de fatores que contribuem para a deficiência do serviço. Já vimos que a Anatel não cumpre o seu papel, mas precisaremos saber melhor o que leva a isso.

Mas há problemas sérios no campo dos investimentos políticos, públicos e privados. O Brasil investe muito pouco na rede de fibra ótica. O Governo Federal chegou a anunciar um importante investimento na criação de uma rede de fibra ótica que tiraria o País dos últimos lugares do mundo na oferta de serviços da internet. A Telebras seria a grande agente dessa operação. Pouco foi feito nessa linha, lamentavelmente.

As empresas privadas também têm investido muito pouco. O investimento está aquém das necessidades de seus clientes. Em vez de melhorar os serviços, elas ampliam a carteira de clientes e fazem aproximar-se

perigosamente o colapso do sistema, assim como fizeram e ainda fazem as empresas do plano de saúde. Uma vergonha! Uma cultura empresarial que é sancionada pelas agências reguladoras. Isso é inadmissível!

O Brasil precisa investir em infraestrutura, nobre Senador Paulo Paim, em todos os ramos, mas precisa urgentemente investir em fibra ótica e nas espinhas dorsais da internet: educação, cultura, ciência e tecnologia. Todos precisam de banda larga e internet de qualidade, nobre Senador Telmário Mota. A velocidade e o grande tráfego de dados é o que requerem todos os consumidores, e é um direito da modernidade que precisa ser garantido. As propostas de limitar os acessos e os usos são absurdas e atrasadas.

Estou concluindo, nobre Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão.

A internet no Brasil é cara. Isso todos nós sabemos. A carga tributária sobre esse serviço chega aproximadamente a 50%, nobre Senadora Rose de Freitas. Municípios, Estados e União querem tirar o máximo que podem e que não podem via impostos e taxas. As empresas aproveitam o caos, cobram tarifas caras e ofertam serviços de baixa qualidade.

Parece haver um pacto de mediocridade entre Governo e empresas, e, nessa CPI, apuraremos essa situação.

Por isso, a população está insatisfeita com a qualidade dos serviços prestados, assim como está insatisfeita com as informações que recebe dos Governos e das empresas. Queremos abrir essa caixa preta. Por isso, estou propondo a criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito junto com 45 Senadores desta Casa, já devidamente protocolada aqui no Senado Federal, para que possamos esclarecer os fatos, averiguar o que está acontecendo e oferecer a todos os interessados o devido espaço institucional para que possa elucidar os problemas.

Queremos, com essa CPI, que a Anatel possa se defender e mostrar que a sociedade está enganada a seu respeito. Queremos saber por que os investimentos não são realizados e o que a Telebras pode fazer para mudar esse quadro. Queremos saber dos Deputados, dos Senadores, dos vários Estados que realizaram suas CPIs o que está acontecendo no interior do País. Queremos dar espaço para as empresas prestarem contas.

Creio, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, nobres Srs e Srs. Senadoras e Senadores aqui presentes, que essa CPI é uma das mais importantes iniciativas que podemos ter para atender a um clamor da sociedade por informações e por ações que provocam uma mudança de quadro do serviço da telefonia e da internet no Brasil. Estou pedindo a meus pares, portanto, que já assinaram essa CPI, que possamos, junto com o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, o mais breve possível instalar esse importante instrumento de apuração, que é a nossa ferramenta de trabalho, para ajudar a nossa população, para ajudar o nosso povo, principalmente o menos favorecido, a ter uma vida um pouco melhor.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero agradecer novamente a todos os 45 Senadores que foram signatários dessa CPI comigo e dizer que juntos vamos procurar apurar tudo o que está acontecendo e colaborar com o Governo, com o Brasil, com as empresas e, principalmente, com a nossa população, para que nós tenhamos uma melhor utilização dos recursos de internet.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. e Srs. Senadoras aqui presentes, muito obrigado aos senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, por estarem nos acompanhando a esta hora da noite.

Um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, pela sua iniciativa.

De pronto, convidamos a nobre Senadora Rose de Freitas para usar a tribuna.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, boa noite a todos que nos ouvem!

Antes de mais nada, quero parabenizar o pronunciamento do Senador Hélio José, dizendo que reflete a preocupação de toda esta Casa, e, sobretudo, a iniciativa que teve de criar um instrumento de debate que possa redirecionar corretamente as atitudes que estão se mostrando para a sociedade como absolutamente inadmissíveis, no sentido de que não venham nos suprimir nenhum dos programas que possam, ao contrário, em vez de trazer o desenvolvimento, trazer o subdesenvolvimento.

Ontem, fiz aqui, Sr. Presidente, um pronunciamento chamando a atenção sobre a importância da definição dos contratos de refinanciamento da dívida dos Estados e Municípios com a União. Hoje, gostaria de chamar a atenção para o agravamento das dificuldades que citei ontem e que hoje quero ressaltar dos Municípios que têm enfrentando, em função do atual quadro da crise econômica, as maiores dificuldades.

A recessão que nós enfrentamos causa, entre outras consequências, uma forte queda de arrecadação, registrada em todos os jornais e sentida em todas as situações, em todas instituições, em todos os governos. Essa forte arrecadação tributária coloca em risco a manutenção – aliás, coloca em risco e já tem consequên-

cias – dos repasses das verbas do Governo Federal aos Estados e Municípios. Acontece que, como sabemos, muitos Municípios dependem fortemente dessas transferências obrigatórias ou voluntárias para arcar com as responsabilidades determinadas pela Constituição.

Há quem ache – e já se levantou essa bandeira aqui sobre a criação de Municípios – que isso tudo fosse uma forma de arrebatar, de sangrar o Governo por ter que cumprir algumas obrigações com os Municípios e com os Estados. Ora, a Constituição que escrevemos cita os deveres que a União tem, mas instituiu-se, modernamente, passar aos Estados suas obrigações. Quando o bolo da arrecadação fica concentrado no Governo, esquece-se dos deveres constitucionais que a União tem com Estados e Municípios: cuidar da saúde, da educação, da segurança pública.

Então, hoje, posso dizer que arcar com essas responsabilidades determinadas pela Constituição têm sido praticamente impossível e mesmo ressaltar as transferências e responsabilidades que aqui se tem. Hoje há dificuldade para cumprir atribuições municipais com orçamento enxuto e aumento inclusive das nossas demandas, o que é natural para uma população que cresce a cada dia, fora a questão do desvio de recursos e má gestão, gestões viciadas na própria corrupção.

Não falamos em pouco dinheiro quando citei isso, Senador. Nós falamos que nesses exemplos recaem todas as consequências dela em cima das administrações públicas. Não tem quem auxilie ninguém nessa hora, porque se não são cumpridos os deveres constitucionais, muito menos há alguém que possa fiscalizar aplicação do recurso público.

Houve, por exemplo...

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Quero citar, nesse quadro, se V. Exª permitir concluir esse raciocínio...

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Claro. Pode ir, Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... o aumento real do salário mínimo e aumento do piso do magistério, mas as receitas não sobem na mesma proporção das despesas. Portanto, a contrapartida oferecida é sempre insuficiente para cobrir os gastos que nós estamos citando aqui.

O Governo Federal estimulou, Senador, gestores municipais para elaboração de projetos para obras, contratação de serviços, mas não teve a capacidade de execução desses cronogramas que foram aceitos, desses projetos que foram apreciados e aprovados.

Além disso, nós sabemos muito bem as consequências da política de desoneração de impostos adotada nos últimos anos, com renúncias de IPI, imposto de renda e outras desonerações sobre as quais já debatemos, que tiveram forte impacto, Senador, na arrecadação nacional e na disponibilidade de recursos aos Municípios. Eu quero citar para o Senhor os dados que a Confederação Nacional dos Municípios nos deu sobre essa desoneração, que teria provocado a renúncia para a União de cerca de R\$500 bilhões entre 2009 e 2014 e perda de mais de R\$100 bilhões para os Municípios. Quero ressaltar também que me chamou muito a atenção a soma dos efeitos dessa política desde 2003 até a previsão de 2016. O impacto seria de R\$22,2 bilhões nas despesas de pessoal dos Municípios brasileiros.

Eu concedo a palavra a V. Exª.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Nobre Senadora Rose de Freitas, nobre Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, é de altíssima relevância o que a nossa Senadora Rose de Freitas aqui coloca. Eu pude acompanhar a nossa nobre Senadora como Presidente da Comissão Mista do Orçamento, eu sendo membro da Comissão, o esforço que a nossa Senadora fez no sentido de ajudar todos os Municípios brasileiros e os Estados a superarem, porque, no fundo, quem paga o pato dessas desonerações é exatamente quem está na ponta – são os Municípios, são os Estados, que ficam com dificuldades para manter as suas contas. Então, nobre Senadora Rose de Freitas, quero dizer a V. Exª, que toca neste assunto, que é um assunto importantíssimo para qualquer governante, porque os governos passam, mas o Estado fica. Então, a gente precisa discutir uma forma adequada...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – E o Município também.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – E o município também. É por isso que nós, que apoiamos o municipalismo, nós, que apoiamos os Estados, precisamos discutir um pacto federativo que realmente traga a condição de termos um País mais planejamento, um Estado mais planejado, um Município mais planejamento, com a tranquilidade de saber que nós temos um plano de metas que será executado. V. Exª participou e me ajudou, inclusive, a votar, por unanimidade, no PPA, toda a discussão sobre a questão das energias alternativas. Todo mundo sabe que a questão da energia solar é uma cadeia de grande geração de emprego e de produção fundamental para o nosso país. Quando colocamos no PPA que o Governo teria de, nos próximos quatro anos, ter como meta pegar o mesmo valor gasto em Belo Monte, exatamente R\$ 40 bilhões, e fazer investimento para que a nossa dona de casa, para que o nosso empresário, para que o nosso micro e pequeno produtor pudessem ter essa energia que Deus nos deu, barata e sagrada, em que tudo pode ser aproveitado, lamentavelmen-

te, foi vetado do nosso PPA esse item sobre a questão das energias alternativas, que aprovamos na CMO por unanimidade, com Parlamentares de todos os partidos. Então, é esse tipo de coisa que atrapalha quem está lá na ponta – a nossa dona de casa, o nosso empresário, que poderiam ter pego um recurso de R\$ 40 bilhões, montante investido em Belo Monte, que gerará apenas 4,5GW de energia firme, sendo que Belo Monte tem a possibilidade de até 12GW, ou seja 12 mil megawatts, mas a média é de apenas 4,5GW. E nós, com esse mesmo recurso, poderíamos pegar o Brasil inteiro. Por exemplo, um Estado como o Piauí, que tem cidade onde foi feito o Minha Casa, Minha Vida – Luzilândia, por exemplo, com 300 unidades –, que não podia ligar essa vila lá do Minha Casa, Minha Vida porque se não a cidade de Luzilândia ficava às escuras, porque a energia não permite que a gente possa fazer isso. Vamos pegar aqui Roraima, do meu amigo, meu companheiro, Senador Telmário Mota, onde a energia é como se fosse aquela vela bem fraquinha que fica o tempo inteiro acendendo e apagando porque o sistema a ser interligado – é a última capital que falta fazer a interligação via união no sistema Tucuruí-Macapá-Manaus – ainda não foi feito, por causa de algumas questões de meio ambiente. Foi, inclusive, um projeto cuja avaliação no Ministério de Minas e Energia eu fiz como profissional e aprovamos. Está tudo pronto para executar. Não se sabe nem quando vai ficar pronto, talvez daqui a dois, três, quatro anos – eu espero –, com boa vontade do Governo. Então, nobre Senadora Rose de Freitas, para concluir, V. Exª traz um tema de altíssima relevância para esta Casa. Precisamos ter, realmente, a tranquilidade para planejar, para que o Município, para que o Estado e para que a União possam melhor utilizar seus recursos. Para isso, nós precisamos ter a tranquilidade de definir que, quando acontece uma desoneração, quando acontece alguma renúncia, não pode ser quem paga o pato primeiro o mais fraco, primeiro quem está na ponta. É a mesma questão que me levou a fazer a CPI da Anatel, porque a gente tem que evitar esse tipo de questão de sempre ter o raciocínio de que quem tem que pagar o pato, nobre Senador Paulo Paim, é exatamente o aposentado, é exatamente o nosso trabalhador, que é o único que com certeza paga imposto, porque tem que fazer declaração de Imposto de Renda, colocar lá o trocado que ganhou e mostrar quanto foi recolhido. E, muitas vezes, não consegue restituição nenhuma, enquanto vários outros estão sonhando. Então, parabéns a V. Exª. Estou junto com a tese de V. Exª. O que eu puder ajudar nesse pacto federativo, nessa construção de uma metodologia adequada para que o Brasil possa usar melhor seus recursos, não tenha dúvida de que estarei sendo solidário com V. Exª, nobre Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª o aparte. Tenho certeza da sua militância sobre as causas municipalistas importantes para o Brasil. V. Exª está falando de um programa que faz parte de uma iniciativa do ex-Ministro Eduardo Braga e que sequer em prática foi colocado.

Eu estava abordando esse tema porque quero fazer algumas considerações importantes sobre isso. Na verdade, V. Exª tem toda a razão quando diz que as consequências atingem lá na ponta – eu diria mais, nem só a unidade municipalista, mas a vida do cidadão como um todo.

O Brasil vive intempéries e controvertidas posições que, no final, não melhoram em nada a vida do brasileiro. Nós fizemos um País de faz de conta para tudo. Nós temos que levar em conta nessas considerações que eu estava fazendo até pensar em somar ao atraso dos repasses o agravamento da dificuldade da consecução das metas importantes que cada um planejou, em especial as metas estabelecidas em políticas públicas, que atribuem funções estratégicas aos Municípios, como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação. Que país evolui sem ter um plano com as diretrizes traçadas e seguidas rigidamente se não for pela educação? É difícil alguém querer ser desenvolvido se não tiver um comprometimento mínimo das finanças públicas para suportar o plano de educação, que tem que ser atendido nos Estados e Municípios.

Há um duplo efeito para as prefeituras. O atraso dos repasses obriga a necessidade de reduzir despesas e de cortar investimentos todos os dias.

Para os cidadãos, dos quais não podemos nos esquecer, cortes nos orçamentos municipais significam interrupção de serviços básicos e essenciais, como transporte público, programas sociais, ações de saúde pública – que todos estão vendo que falta no País inteiro – e educação.

Aqui eu gostaria de destacar que a educação é justamente a área de atuação governamental que mais consome recursos municipais. É só fazer a conta. Os Municípios são justamente os entes federados que mais investem diretamente na educação. Segundo, inclusive, os dados que nós temos em mãos, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a União é responsável por 18% dos gastos em educação; os Estados são responsáveis por 40%; e os Municípios respondem por 42% desses investimentos.

Podemos prever, portanto, Sr. Presidente, que um abalo nas finanças municipais tem impactos significativos na execução das políticas educacionais e que atrasos maiores ainda nos repasses provoquem paralisação de reforma de escola, redução de número de professores disponíveis, especialmente os que trabalham na educação infantil e no ensino fundamental.

Por determinação constitucional, Sr. Presidente, a manutenção desse quadro é de competência dos Municípios. Portanto, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, as dificuldades que os Municípios enfrentam confirmam uma vez mais algo que todos sabemos há muito tempo: o Pacto Federativo brasileiro precisa de profundos ajustes.

Como Parlamentar municipalista convicta que sou – sempre lutei por esta causa –, eu quero ressaltar que aqui nesta Casa há muitos municipalistas também que entendem ser urgentes as reformas que deem oxigênio às cidades brasileiras. São urgentes reformas que garantam às prefeituras as condições necessárias para que elas possam efetivamente custear e executar as tarefas que lhes são atribuídas.

A eterna dependência da União, tantas vezes mencionada pela União, que leva inclusive a cercear o sentido da luta da autonomia dos Municípios, é a prova de que o Estado não beneficia, não contribui para o desenvolvimento municipal. Ao contrário, num momento de aperto, estamos restringindo aquilo que a Constituição garante como direito.

Tomemos, por exemplo, o meu Estado, o Espírito Santo. De acordo com a última edição do Anuário de Finanças dos Municípios Capixabas, 69 das 78 cidades do meu Estado têm mais de 70% de suas receitas originadas por repasse da União e do Estado. A maior parte desses repasses depende do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Há casos em que a dependência fiscal é gravíssima. Treze cidades do meu Estado têm mais de 90% da receita vinculada à transferência de outros entes federados. Entre essas cidades estão os Municípios de Vargem Alta, Afonso Cláudio, Ibatiba, Santa Maria de Jetibá, Rio Bananal e, mais ao norte do Estado, Boa Esperança e Montanha.

Apenas três cidades do meu Estado arrecadam de forma autônoma mais de 50% dos seus recursos. São três cidades litorâneas localizadas ao sul do Estado, beneficiadas pelo petróleo: Presidente Kennedy, Marataízes e Itapemirim. O que explica a relativa autonomia fiscal desses Municípios? É que todos eles têm, Sr. Presidente, arrecadação em decorrência das participações especiais de *royalties* do petróleo. São, por assim dizer, as exceções que comprovam a regra. E a regra que se impõe implacavelmente a todos os pequenos Municípios do Brasil é a lei da penúria fiscal, o ditame da escassez de recursos, o código de ferro da dependência federativa.

De 2013 a 2014, a arrecadação proveniente do ICMS no Espírito Santo reduziu-se em cerca de R\$83 milhões. O ICMS compõe, junto com o Fundo de Participação dos Municípios, a maior parte dos repasses dirigidos à área de educação nas cidades. Voltamos, inclusive, a reforçar que, durante uma crise econômica como a que estamos enfrentando agora, a queda na arrecadação penaliza desproporcionalmente os Municípios, penaliza, inclusive e tão somente, especialmente os menores, os mais dependentes, e prejudica de modo ainda mais desproporcional a prestação de serviços na educação.

Em Municípios que eu quero citar aqui, como Rio Novo do Sul, por exemplo, uma pequena cidade capixaba que tem cerca de 17 mil habitantes, temos um índice de 8% de analfabetos. Se compararmos os dados de 2014 com os de 2013, a redução dos recursos destinados à educação em Rio Novo do Sul foi da ordem de 19%.

(Soa a campanha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) atribuiu a Rio Novo do Sul a nota 4,5; a meta colocada pelo MEC é de 4,9. Trata-se, portanto, de uma cidade que precisa urgentemente evoluir; que necessita por demais melhorar rapidamente esses indicadores.

Quantos rios novos do sul, Sr. Presidente, há Brasil afora? Esses dados que indiquei, que compõem o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, apontam que 4.328 prefeituras, ou seja, mais de 83% das prefeituras brasileiras, geraram em 2013 menos de 20% de suas receitas. O restante, como eu já citei, veio de transferências e repasses.

Nesse cenário, quantos anos, décadas, vamos perder se não conseguirmos levar educação às milhares de cidades pequenas no interior deste País. Temos de avançar. Não há jeito, temos que fazer reformas, temos que corrigir as falhas do Pacto Federativo, encarar com a devida seriedade o problema da distribuição de responsabilidades e de recursos entre os entes federados.

Temos pela frente um ano de crise, de retração do PIB, de déficit. Se o País não tomar as devidas providências, se não nos anteciparmos, a educação municipal será submetida a tornados, dilúvios, furacões e drásticas perdas. Precisamos não só demonstrar nossa solidariedade e nosso apoio a mobilizações empreendidas pelas associações estaduais de municípios – pela Frente Nacional de Prefeitos, pela Confederação Nacional de Municípios – mas também fazer a nossa parte aqui dentro do Parlamento, dentro deste Senado.

Precisamos dar celeridade à transformação de proposições que são fundamentais para a superação da crise das finanças municipais. Não posso deixar de destacar, nesse sentido, o PLS 465, de 2005, que submeti à apreciação desta Casa, para instituir o Fundo Nacional de Pequenos Municípios (FNPM). Nossa intenção, Sr.

Presidente, é facilitar a elaboração e o financiamento de projetos de interesse econômico e social em Municípios que tenham menos de 50 mil habitantes. Isso significa uma parcela de quase 75% dos Municípios do Brasil.

De acordo com a Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, mais de 80% dos Municípios brasileiros contam com menos de 50 mil habitantes. Portanto, para concluir todo o raciocínio que aqui expus, estariam aptos a se beneficiar com os recursos do tal Fundo Nacional de Pequenos Municípios. Essa e outras matérias que visam a equilibrar o Pacto Federativo em benefício dos Municípios são, mais do que nunca, Sr. Presidente, imprescindíveis para que possamos voltar a progredir em áreas estratégicas, como é o caso da educação infantil e do ensino fundamental. Essas fases formam a base do processo educacional e do desenvolvimento do País.

Para encerrar, Sr. Presidente, reforço que é preciso regulamentar com plenitude, com clareza, com determinação, a repartição de responsabilidades e o regime colaborativo entre os entes federados. Encargos e receitas devem ser distribuídos de maneira a refletir as prioridades dos Municípios. O País necessita de soluções estruturais, de soluções eficazes, de soluções permanentes.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que não podemos perder outros 20 anos em meio a todas essas indefinições que abrangem, sobretudo, áreas sociais estratégicas como a da educação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. A essa hora da noite só posso agradecer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Rose de Freitas. Meus cumprimentos pelo seu brilhantismo, como sempre, à tribuna.

O Senador Telmário vai falar agora. Não vou torturá-la de ter de ouvir-me mais uma vez. Ele vai ficar para mim aqui. V. Ex^a é sempre uma diplomata, uma *lady*.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senadores, Senadoras, telespectadores da *TV Senado*, ouvintes da *Rádio Senado*, hoje, sem nenhuma dúvida, com esse processo de *impeachment* conduzido aqui, um debate bastante exaustivo, ao mesmo tempo, o Senado não está parado.

Hoje aprovou uma lei importante no sentido de dar àquelas pessoas que fazem uma composição de dívida junto aos bancos, que normalmente não tinham depois oportunidade de um novo crédito, essa lei veio naturalmente abrir essas portas.

Sr. Presidente, hoje, dia 27 de abril, é o Dia do Empregado Doméstico. Hoje é um dia especial na vida de muitos aqui presentes e na minha vida em especial. Em abril de 2013, foi aprovada a PEC das Domésticas, que estendeu a todas os empregados domésticos, babás, cozinheiras, caseiros, motoristas, cuidadores, jardineiros, com os quais me congratulo, direitos já garantidos pela Constituição Federal aos demais trabalhadores.

Mas hoje, Sr. Presidente, não é um dia apenas de comemorações, muitas questões trabalhistas ainda precisam ser enfrentadas. Historicamente, o trabalhador doméstico contribui para a construção da sociedade brasileira. Tenho quase certeza de que a maioria dos Senadores e Senadoras aqui presentes deixaram em suas casas uma empregada doméstica lavando, passando, cozinhando e cuidando dos seus filhos.

Essas trabalhadoras invisíveis desde os tempos da escravidão fazem o trabalho duro e essencial para o nosso bem-estar, mas sempre foram tratadas como subcategoria de *status* inferior. Prova disso, Sr. Presente, é que apenas em 1972 aprovou-se a primeira lei que tratou dos direitos dos empregados domésticos, que, ainda assim, não lhes garantiu todos os direitos trabalhistas. Até mesmo na Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, somente 9 dos 34 direitos garantidos aos demais trabalhadores foram conferidos aos domésticos. Dessa falta de regulamentação resultavam abusos, despreteção social, extensas jornadas a baixos salários e informalidade.

A aprovação da PEC foi impulsionada pela ratificação pelo Brasil da Convenção nº 189 da OIT. Além disso, teve forte atuação no movimento de mulheres e de negros, isso porque o trabalho doméstico é tema que envolve gênero, raça e desigualdade de renda. A face dessa realidade é que o trabalho doméstico caracteriza-se por ser majoritariamente desempenhado por mulheres com baixa escolaridade, negras e pobres. Constitui-se ainda na principal porta de entrada para o mercado de trabalho para muitas mulheres das camadas mais pobres.

Hoje o Brasil conta com 7,2 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 6,7 milhões são mulheres, ou seja 93% do total, o que faz do Brasil o maior País em número de domésticas do mundo!

Em 2014, Sr. Presidente, 14% das brasileiras ocupadas estavam no trabalho doméstico – o que equivalia a 5,9 milhões de mulheres.

Entre as mulheres negras, 18% estavam ocupadas no trabalho doméstico, ao passo que somente 10% das brancas estavam nessa ocupação.

A PEC, ao expandir os direitos dos trabalhadores domésticos, buscou reconhecer, valorizar e alterar a precária inserção do trabalho doméstico na sociedade brasileira. A partir de então, foram garantidos a esses trabalhadores proteção ao salário, jornada de oito horas, horas extras, adicional noturno, cuidados com segu-

rança do trabalho, seguro contra acidente, FGTS obrigatório, indenização por demissão sem justa causa, seguro-desemprego e salário-família, direitos que os demais trabalhadores há tempos já usufruíam.

Mesmo após a aprovação da PEC, Sr. Presidente, algumas características do trabalho doméstico não se alteraram significativamente, como é o caso da formalidade. Em 2014, apenas 30% das empregadas domésticas tinham carteira assinada. Isso significa que a maior parte da categoria está desprotegida, sem acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade, entre outros.

Em 2015, Sr. Presidente, o rendimento médio da população brasileira foi de R\$1.913, enquanto o dos domésticos foi de R\$759 – menos da metade do salário médio e, inclusive, abaixo do salário mínimo. Esses valores mostram a exploração e a precariedade que ainda persistem no âmbito do trabalho doméstico.

Sr. Presidente, é inacreditável para o século XXI, mas a aprovação da PEC enfrentou resistência de setores da sociedade, sobretudo de empregadores. Argumentavam que as famílias não conseguiriam suportar o custo de contratar um empregado doméstico, o que levaria a demissões. Informações do IBGE mostram que, de fato, houve aumento das demissões logo após a aprovação da PEC, provavelmente impulsionado pelas incertezas, já que permaneciam pendentes de regulamentação diversos direitos.

Essa regulamentação somente ocorreu em 2015, com a Lei Complementar nº 150, de 2015. Atualmente, a taxa de desocupação entre trabalhadores domésticos encontra-se em níveis próximos ao de antes da aprovação da PEC. O custo da formalização do trabalhador doméstico não teve grande alteração, pois, apesar da criação de novas contribuições patronais, reduziu-se a contribuição do empregador ao INSS.

O número de trabalhadoras domésticas vem diminuindo ao longo do tempo. Esse movimento é natural, principalmente em períodos de crescimento econômico do País, pois surgem oportunidades de emprego em outros setores. No entanto, Sr. Presidente, em momentos de crise, espera-se que o número de domésticas volte a aumentar. Por isso, é importante que sejam respeitados os novos direitos dessas trabalhadoras para que elas não retornem à condição de exploração e precariedade.

Uma questão que chamou atenção foi a elevação no número de diaristas. Em 2014, em torno de 30% das trabalhadoras domésticas eram diaristas, percentual que era a metade há 20 anos. O aumento das diaristas requer atenção, pois a desproteção entre elas é ainda maior que a verificada entre empregadas domésticas mensalistas. A elevação do contingente de trabalhadoras nessa condição anularia possíveis ganhos da PEC das Domésticas.

Passados três anos da aprovação da PEC das Domésticas, percebe-se que há ainda um longo caminho para a consolidação dos direitos dos trabalhadores domésticos e para a alteração da realidade das domésticas.

Sr. Presidente, esta Casa ainda tem muito trabalho pela frente, e eu não medirei esforços nesse sentido, nessa luta.

O respeito a seus direitos é fundamental na tentativa de superar os resquícios de uma relação escravocrata, de uma profissão marginalizada e estigmatizada. Embora tenha havido avanços, há muito o que deve ser feito para que essa ocupação deixe de ser a única opção de trabalho para essas mulheres e passe a ser uma escolha.

Finalizando, Sr. Presidente, eu gostaria de homenagear a minha querida mãe, que, como empregada doméstica, me ensinou os caminhos da cidadania, do respeito, da dignidade e dos bons costumes, tanto sociais como religiosos. Portanto, Sr. Presidente, eu venho aqui, nesse dia, cheio de emoções, lutar pelo direito daquela que foi minha mãe, daquela que foi a profissão da minha mãe, que dignificou a minha família e oportunizou a todos nós.

A todas as empregadas domésticas e a todos os empregados domésticos do Brasil, o meu respeito, o meu carinho e todo meu apoio em busca de uma melhor qualidade de vida e de trabalho e de um trabalho com muita dignidade.

Era o que eu tinha para falar, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário Mota, meus cumprimentos por lembrar a luta das empregadas domésticas, tão importantes esses homens e essas mulheres que fazem o trabalho doméstico, atendendo nossos familiares, enfim, nossa gente.

Senador Telmário vai ficar aqui para que eu fale um pouco. Eu pretendo falar todos os dias daqui para frente.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nosso próximo orador é o Senador Paulo Paim. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário Mota, nós aprovamos, na Comissão de Direitos Humanos, o que chamamos de um ciclo de

debates sobre a democracia. Realizamos a primeira reunião hoje, pela manhã, em que aprofundamos o debate sobre a democracia brasileira com juristas e também com líderes dos movimentos sociais.

Sr. Presidente, para mim, a democracia é a mãe de todas as causas. Quando você ataca a democracia, você está atacando os principais direitos da cidadania.

Eu escrevi um livro, Sr. Presidente, entre tantos que escrevi, em que eu já dizia que o martelo, a pedra e o fogo foram instrumentos usados no longo das nossas vidas na construção da cidadania. Lá eu digo que o martelo é presente em todas as culturas, assumindo nos povos antigos que se dedicaram à metalurgia – e, casualmente, depois, eu me tornei metalúrgico – importante símbolo do domínio da ferramenta sobre o metal. Nos tempos modernos, o martelo tornou-se o símbolo do operariado urbano. O martelo tem, sim, uma simbologia com a democracia, o direito do voto, a liberdade, a justiça, a igualdade, a fraternidade, a solidariedade, o Estado democrático de direito, a Constituição cidadã de 1988, de que eu participei, uma das Cartas mais avançadas de todos os tempos no Brasil.

Sr. Presidente Telmário Mota, temos que estar atentos e vigilantes para que, com tudo isso que eu falo sobre a democracia, a nossa Constituição não seja respeitada, atacada, rasgada.

O Dicionário Aurélio traz a palavra democracia com os seguintes significados: governo do povo; soberania popular; doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder.

Quem tem medo do voto? Quem tem medo da democracia? Não é preciso repetir aqui, Sr. Presidente, que a Constituição cidadã garante que todo poder emana do povo e que a ele seja assegurado.

Lembro, Sr. Presidente, que há outra descrição que diz que democracia é: sistema em que cada cidadão participa do governo; democratismo; a influência do povo no governo de um Estado; a política ou a doutrina democrática; o povo e as classes populares.

Homens vêm, há séculos, tratando desse tema, expondo os seus entendimentos e suas reflexões, porque ninguém inventou no mundo um sistema melhor que a democracia. Os mais conhecidos são os de Atenas. Para Platão, a democracia é uma constituição agradável, anárquica e variada, distribuidora de igualdade indiferentemente a iguais e a desiguais. Aristóteles dizia que a democracia surgiu quando, devido ao fato de que todos são iguais em certo sentido, acreditou-se que todos fossem absolutamente iguais, sim, entre si.

O conceito de democracia tem sido construído por milênios e, por isso, deveria ser acalentado, acariciado, embalado e não maculado, e não atingido. Nossa democracia tão jovem está, sim, Sr. Presidente, sendo atacada mais uma vez na história deste País.

Desde a democracia direta dos atenienses, passando pela democracia representativa contemporânea, até a democracia participativa que, cada vez mais, tem tomado espaço no debate público, seu significado permanece o mesmo. Democracia é o símbolo do governo do povo.

Modernamente, Sr. Presidente, podemos dizer que há outras definições e comentários, como os de Abraham Lincoln, Nelson Mandela, José Saramago. Uma das mais respeitadas é a do pensador político e ex-Senador italiano Norberto Bobbio. Ele diz: “A democracia é, no essencial, um método de governo, um conjunto de regras de procedimento para a formação das decisões coletivas, no qual está prevista e facilitada a ampla participação dos interessados”, ou seja, o povo.

Nenhuma nação ou país aprende democracia tão somente com estudos, mas na prática. É claro que são fundamentais o princípio, a base teórica, a educação, mas a prática de respeitar a democracia. A democracia só tem sentido se for posta em prática, e isso predispõe povo esclarecido, que, muitas vezes, é chamado a ser cada vez mais combativo para defendê-la do quê? Os ataques à democracia.

Sr. Presidente, nós Parlamentares, políticos, trabalhadores, empresários, cidadãos, mulheres e homens ativistas sociais temos e vemos a obrigação de defender a democracia.

Aqui voltamos a Norberto Bobbio que disse: “O respeito às normas e às instituições da democracia é o primeiro passo para a renovação progressiva da sociedade”.

Sr. Presidente, desde a nossa redemocratização, na década de 1980, temos testemunhado processos eleitorais regulares. Já passamos por sete eleições diretas para Presidente do Brasil, sendo seis delas também acompanhadas de eleições legislativas para o nível federal. Também temos mantido eleições regulares nos níveis regionais e locais.

A democracia resulta da vontade do povo, de todo o povo. Por que ter medo do voto e do povo? Como ensina um de nossos princípios, devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades. Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU, disse que a democracia não é apenas um fim em si, é também um poderoso vetor de progresso econômico e social, de paz, de segurança, de solidariedade, de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. Mas democracia resulta em uma história de

povos com mais dignidade e direitos humanos, com muito menos corrupção, mais justiça e melhor partilha do poder político.

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que é na maior participação popular, na democracia mais direta possível, no diálogo e na convergência, que alcançaremos o objetivo comum a todos nós. Devemos fortalecer ainda mais nossas instituições, devemos garantir ainda mais os direitos e as liberdades do nosso povo, devemos buscar ainda mais a igualdade econômica, social e política dos brasileiros.

Sr. Presidente, tenho certeza de que a democracia é o melhor meio para esses objetivos. Se estamos atravessando uma crise política, social, econômica e ética, que envolve, queiramos ou não, os Poderes da República... E aqui não há como não dizer que envolve principalmente o Executivo, o Legislativo e os setores privados, é só ver a Operação Zelotes.

Num momento como este, em que a nossa jovem democracia, não por ela, mas pelos homens e mulheres, acaba sendo atingida, Sr. Presidente, por que não temos a grandeza política de concordar que o poder popular resolva a questão para que não fique uma luta de homens e mulheres, uma luta até insana do poder pelo poder sem o apoio popular? O apoio popular, Sr. Presidente, só virá se conseguirmos chegar a um grande entendimento e caminharmos para as eleições diretas.

As pesquisas todas mostram, primeiro, que mesmo aqueles que são favoráveis ao *impeachment* da Presidenta reconhecem... E vi uma declaração, hoje ainda, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que diz que não há dúvida de que a Presidenta é uma pessoa honesta e séria.

Se esse é o quadro e o *impeachment* é apenas um gesto político em cima das tais pedaladas, que todos aqui que estão no plenário, que foram governadores, se fizer um levantamento, com precisão, vamos ver que inúmeros fizeram, com volume maior até do que o da própria Presidenta. Vamos aplicar o *impeachment* em todos os governadores que assim o fizeram? Porque é isso que está em debate, essa é a questão. Ou são os decretos?

Em nome da democracia, Sr. Presidente, é que encerro a minha fala e voltarei tantas vezes, como faremos o debate na comissão, ouvindo a sociedade brasileira sobre este tema. Se todos realmente defendessem com alma, coração e vida, como alguém já disse, a democracia, com certeza, ela não seria atacada da forma como está sendo no Brasil e que aconteceu já em outros países de uma forma semelhante.

Não vamos ter medo do voto. A melhor arma da paz, com a sua simbologia da defesa da democracia, é o voto. Por que não assegurar à democracia que ela seja defendida pelo voto popular e que o povo diga quem deve governar o nosso País? Fica aqui, mais uma vez, esse apelo no sentido de que aqueles que querem chegar ao poder de qualquer jeito, não importa por que via, cheguem ao entendimento de que a democracia é o melhor caminho, Sr. Presidente. Com a democracia é tudo e sem a democracia não chegaremos a lugar nenhum.

Tenho uma enorme preocupação, confesso, Senador Valdir Raupp e Senador Telmário. Eu tenho uma enorme preocupação. Independente do resultado do dia 11 e mesmo o resultado daqui a seis meses, teremos um quadro muito, muito delicado no País. A campanha das diretas vai para as ruas, não tem como. Ela vai para as ruas de forma natural, a partir do dia 11. Por que não procuramos construir um entendimento para não ficarmos mais seis meses? E depois da última votação de quem tiver dois terços, porque quem tiver dois terços é que vai decidir... Tenho dito que hoje ninguém tem 54 e ninguém tem 28, mas tudo pode acontecer ao longo desses seis meses, porque muitos Senadores que votarão pela admissibilidade... Não dou a lista, mas mais de dez me disseram: "Voto agora. Não tenho voto definido lá na frente na hora do mérito."

Cheguei a fazer a leitura – e vou concluir – de dois cenários bem práticos. Cenário nº 1: daqui seis meses, a Presidente volta. Digamos que ela seja afastada pela admissibilidade. O que vai acontecer? O chamado inimigo nº 1, que é o Deputado Eduardo Cunha – que não comparo a nenhum Deputado ou Senador, porque ele é o inimigo nº 1 da democracia, e não vou avançar mais na análise dele – já disse que tem mais nove processos e que vai instalar os nove. E ele instala. Ele tem mais da metade da Câmara sob o seu controle, nós sabemos disso. Por isso, a Comissão de Ética não avança. Ele instala mais nove processos. Ficaremos todo o ano de 2017 discutindo, de novo, o *impeachment*.

Cenário nº 2, Sr. Presidente: a Presidenta é afastada definitivamente daqui a seis meses. O que vai acontecer? Um Presidente, no caso ele, que é o Vice hoje, se caso assumir, com aceitação de 8% da população, a campanha vai para as ruas naturalmente. Voltaríamos a ter os cavaleiros da esperança, lembrando o falecido Teotônio Vilela, pelo País, buscando que tenhamos um Presidente eleito pelo voto direto, reconhecido pela população. Quem é que se sustenta com 8% ou com 5%? Porque vai terminar com 8% ou 5%. Não se sustenta, Sr. Presidente. Não se sustenta.

Por isso, neste momento, para mim, a grandeza política seria fazermos um acordo com a Presidente e com o Vice, no sentido de irmos para as urnas agora, no dia 2 de outubro, e, pelo voto direto, a população decidir se deve ser um candidato do PMDB, um candidato do PSDB, um candidato da Rede, um candidato do PDT – todos já têm candidato –, um candidato do Partido Comunista, que sei que tem candidato aqui, no Plenário.

Vou dizer que é o Senador Cristovam, que se filiou recentemente e poderá ser candidato. Temos o Ciro, pelo PDT; temos o Michel, provavelmente, pelo PMDB; e temos outros nomes. Só estou me lembrando de nomes.

A população vai analisar não somente os nomes, mas quem tem o melhor programa, quem tem a melhor proposta. Se for um mandato de dois anos, meus queridos dois Senadores que estão no plenário, que, nesses dois anos, façamos uma reforma política, partidária e eleitoral verdadeira.

Há dois caminhos. Um diz que convocaríamos grandes figuras eleitas pelo voto direito, nesses dois anos, que seria uma assembleia revisional temática para discutir isso. Aqueles que fossem eleitos – e eu defendo que fosse um quarto, o que dá em torno de 122, baseado nos 513 Deputados hoje – ficariam somente fazendo esse debate. Concluída a reforma, eles não poderiam concorrer. Senão, seria legislar em causa própria. E nós teríamos outro marco regulatório para as grandes eleições de 2018.

São ideias, são caminhos. Nós, na tribuna, temos a obrigação de apontar caminhos e não ficar mais no ataque pessoal a esse ou àquele político, embora haja uma unanimidade hoje no País, que é aquele que poderá ser o Vice-Presidente da República, o Deputado Eduardo Cunha. Isso é unanimidade. Todos nós sabemos, pelo menos eu não ouvi ninguém, na tribuna do Senado, até hoje, fazer uma defesa do atual Presidente da Câmara. Já vi do Michel, o atual Vice-Presidente da República, mas não ouvi ninguém fazer uma defesa do Deputado Eduardo Cunha.

Se esse é o quadro, por que não caminhamos para um grande entendimento? Voltaremos amanhã. Que Deus ilumine a todos nós, mas não em nome de pai, de filho, disso ou daquilo, mas em nome do povo brasileiro. Não estou falando em nome do povo brasileiro, mas que trabalhemos para melhorar a qualidade de vida do conjunto do povo brasileiro, que são 210 milhões de pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, são 22 horas. Setenta e cinco Senadores estiveram hoje aqui, ou seja, seis a menos do que a totalidade, o que demonstra a responsabilidade desta Casa com o compromisso com o povo brasileiro. O Senado funciona diferente, por exemplo, da Câmara.

O Senador Renan, sem nenhuma dúvida, tem trabalhado, nesta Casa, com responsabilidade democrática, comprometido com a governabilidade, assegurando o direito de todos, da maioria, da minoria. Isso é que tem permitido a fala de V. Exª nesse sentido. Quando V. Exª fala que a democracia é, na escuridão das crises, o único caminho de unificação de uma nação, V. Exª fala com muita propriedade, até porque V. Exª tem uma história de compromisso, uma história de lealdade com seus princípios, com os trabalhadores brasileiros. Eu sempre digo que, nesta Casa, quando se fala no trabalhador, o Paim é a figura carimbada e lembrada.

Eu vi aqui, muitas vezes, embora sendo da Base da Presidente Dilma, naqueles reajustes fiscais, quando ia mexer em conquista, V. Exª dizer: “Aí eu estou fora.” E essa posição que V. Exª tinha era posição no início do Governo, em reuniões de Bancada. O que dizia nas reuniões, V. Exª dizia na tribuna. Não era um homem de duas falas.

Isso não é só a sua história, mas quem passa a conviver aumenta o grau de responsabilidade e de confiança. Quando eu vejo V. Exª, que tem um trabalho prestado e que é o primeiro Senador que chegou aqui hoje.... Quando eu cheguei às 8h aqui, V. Exª já estava sentado ali e é um dos últimos que está saindo. V. Exª faz isso com espírito republicano, com espírito democrático, com espírito nacionalista, com espírito de amor, de brasilidade por esta Nação.

V. Exª é o último orador dessa tribuna e vem aqui fazer uma convocação para a Nação brasileira, mostrando o cardápio da democracia como o caminho da unificação deste País. Nós sabemos que os números têm mostrado, naquela Casa, têm mostrado, na votação agora do Relator da comissão, que a Presidente Dilma perdeu praticamente a força dentro desta Casa, no Congresso.

Com todo o respeito ao Senador Raupp, que é uma pessoa que sempre declinou fidelidade, companheirismo, uma pessoa que foi cotada, inclusive, para ser Líder do Governo – e tinha o meu apoio, ele sabe disso –, o PMDB, há muito tempo nessa parceria com o PT, era sócio majoritário. Essa separação, a crise que o Brasil hoje está vivendo, neste momento, é uma crise desse rompimento entre PT e PMDB. Sem nenhuma dúvida, para onde o PMDB fosse, ele levaria a maioria. Se ficasse na Base, a maioria estava mantida. Se fosse para a oposição, a maioria iria para a oposição. É por isso que a Presidente Dilma hoje vive, sem nenhuma dúvida, essa crise.

Eu só lamento que essa crise implantada entre, inclusive, esses dois partidos e para a população brasileira foi provocada por um momento de ódio, de raiva, de vingança de um senhor, e está muito mais para ser resolvido o caso dele com a Justiça, com o Cunha, do que com o povo brasileiro.

Eu abro aqui o jornal no G1 e ele diz aqui: “Cunha reclama da celeridade dos dois novos inquéritos para investigá-lo.” Quem é Cunha para fazer uma reclamação dessa ordem se ele tocou a toque de caixa essa questão do *impeachment*. Ele paralisou, o Congresso está paralisado, a Câmara está paralisada. O Senado, não. O Senado hoje deu mais um exemplo da sua atividade. Está paralisada e dita por ele mesmo...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... como se aquilo ali fosse a sua casa, como se ele fosse o dono da Câmara. Estão se esquecendo de que ele é apenas o Presidente, o gestor. Ninguém é dono, o dono é o povo brasileiro.

Então, V. Exª chama para a responsabilidade, e não há. Sem nenhuma dúvida, não há. V. Exª tem toda a razão. Podem fazer o maior malabarismo que imaginarem na política, os maiores acordos, mas o povo, quando foi à rua, quando a população foi à rua, quando a população saiu do seu lar, quando a população se pintou de verde e amarelo, quando as pessoas gritaram palavras de ordem, elas estavam atrás do oxigênio, da honestidade, da sinceridade, da responsabilidade, do caminho da salvação, do crescimento e desenvolvimento do nosso País.

Então, sem nenhuma dúvida, o atual Vice-Presidente não reúne condições políticas, não reúne condição popular, porque, com 8%... E eu quero fazer minhas as palavras do próprio Vice-Presidente Michel Temer. Quando a Presidente Dilma chegou ao patamar de 12%, ele disse que nenhum governo resiste ou se sustenta para governar ou fazer modificações com 12%. Imagine ele com 8%, sem ter vindo das urnas, sem ter passado pelo crivo popular.

Dizer que ele teve os votos da Presidenta Dilma, teve pelo sistema errado que nós temos, em que o vice não é votado separado. As pessoas nem se lembram dele. No meu Estado mesmo, o próprio PMDB não votou nele. O próprio PMDB não votou nele.

Então, essa é a realidade. Nós temos, hoje, que pensar num caminho, pensar na nação brasileira, pensar na união. O povo nos coloca aqui. Este Senado, sem nenhuma dúvida, vai ajudar a encontrar esse caminho.

Muitos Senadores já estão se reunindo, buscando o caminho de uma nova eleição, uma eleição em que o novo Presidente possa ter o respaldo da população, que ele possa vir e convocar a nação para uma grande união, para o sacrifício, porque vai ter. Vão se tomar algumas medidas, medidas que não são simpáticas, para poder colocar o País dentro do caminho necessário.

Por isso, sem nenhuma dúvida, esse carro que V. Exª puxa, abraçado com vários outros Parlamentares que não são da Base da Presidente Dilma, são muitos outros Parlamentares que estão aqui pensando em salvar a democracia, que têm aqui não compromisso com a Dilma, têm compromisso com o sistema democrático, com o Estado de direito. Sem nenhuma dúvida, nós vamos, junto com a população, encontrar esse caminho, o caminho da união nacional, o caminho de um Presidente que tenha o respaldo popular. Isso só pode ser feito com o voto, porque na crise social, na crise econômica e na crise política, na crise moral por que nós hoje estamos passando, só devolvendo ao dono do poder, que é o povo, através do voto, a possibilidade de reconstruir o Brasil.

É o que nós tínhamos para fazer, essa observação.

Nada mais a falar, encerramos a presente sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 10 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Abertura de prazo**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (Ofício nº 65, de 2016, da CAS).

É o seguinte o Ofício:



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Publicação
Em 27/4/2016
[Assinatura]

OFÍCIO Nº 65 /2016 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 27 de abril de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que *acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.*

Respeitosamente,

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Assuntos Sociais
PLS nº 120 de 2015
Fls. nº 25

Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Aviso nº 244, de 22 de abril de 2016, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento de Informações nº 37, de 2016, de autoria do Senador Magno Malta.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Discurso encaminhado à publicação, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Democracia Progressista/PP - PI. Sem apanhamento taquigráfico.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no próximo domingo, dia 1º de maio, será festejado, no Brasil e em dezenas de países, o Dia do Trabalho - homenagem que se faz, anualmente, à classe trabalhadora, componente essencial do sistema produtivo e instrumento das transformações sociais no mundo contemporâneo.

A comemoração, como se sabe, tem raízes no século 19, mais precisamente no ano de 1886, quando trabalhadores norte-americanos fizeram uma paralisação geral para reivindicar melhores condições de trabalho.

A exploração da classe operária, então, era de uma desumanidade tão gritante que o protesto logo se expandiu para outros países, notadamente na Europa. Entre outras reivindicações, exigia-se descanso remunerado e limites para a jornada diária de trabalho, que, não raro, ultrapassava 12 horas.

Ao longo do tempo, legisladores, patrões e outros segmentos da sociedade foram se conscientizando de que o trabalhador não podia ser considerado um mero instrumento de lucro. A legislação trabalhista, que surgiu em decorrência da exploração da mão-de-obra e dos conflitos de natureza empregatícia, evoluiu muito, especialmente na segunda metade do século 20. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT - uma legislação avançada para a época e um marco nas relações do trabalho em nosso País - foi anunciada, significativamente, no dia 1º de maio de 1943. Entretanto, a classe operária continua sendo o elo mais vulnerável na relação trabalhista no mundo contemporâneo, no Brasil e em todo o mundo.

Digo isto, Sr. Presidente, porque em consequência da crise que estamos vivendo, muitos brasileiros perderam seus empregos e muitos outros sofrem com a precarização das condições de trabalho, o que confirma a constatação de que a classe trabalhadora, mesmo com os avanços da legislação, continua extremamente vulnerável às condições do mercado.

Datas como o Dia do Trabalho, em geral, têm o intuito de prestar uma homenagem, mas têm, igualmente, o propósito de despertar uma reflexão sobre o tema em pauta. Às vésperas do Dia do Trabalho, é impossível ignorar as mais recentes notícias, de que 10,2% dos trabalhadores brasileiros estão desempregados. Essa é a maior taxa da série histórica do IBGE, desde 2012; ou seja, 10 milhões e 400 mil brasileiros, no trimestre dezembro/2015 a fevereiro/2016, buscavam uma colocação no mercado. Uma alta de 40%, de acordo com o jornal *O Globo*, em relação ao mesmo período um ano antes; e uma alta de quase dois pontos percentuais em relação à média de 2015.

No ano passado, a média de desemprego foi de 8,5%, conforme assinalou a Folha de São Paulo. O jornal acrescenta que a indústria foi o setor que mais desempregou no ano passado - nada menos que 1 milhão e 60 mil operários foram demitidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no momento em que celebramos o Dia do Trabalho, quero me solidarizar com o trabalhador brasileiro, desejando melhores dias, condições mais propícias do mercado e sensibilidade da classe empresarial e dos governantes, para que ele continue contribuindo na construção de um Brasil fraterno e inclusivo.

Muito obrigado!

Mensagens da Presidente da República

SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 43 de 2016
(Nº 165/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

Os méritos do Senhor Márcio Florencio Nunes Cambraia que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00095/2016 MRE

Brasília, 11 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum 11 vitae* de **MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA**

CPF.: 244.931.206-49

ID.: 1884 MRE

1949 Filho de Leibnitz Cambraia de Alvarenga e Regina de Castro Nunes Cambraia, nasce em 1º de agosto, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Dados Acadêmicos:

1974 Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
1980 CAD-IRBr
1993 CAE - IRBr, Integração Brasil - Uruguai, uma experiência na fronteira.

Cargos:

1976 Terceiro-Secretário
1978 Segundo-Secretário, por merecimento
1982 Primeiro-Secretário, por merecimento
1990 Conselheiro, por merecimento
1996 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008 Ministro de Primeira Classe, por merecimento
2014 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1976- Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (atualmente em licença)
1976 Divisão da Europa II, Assistente
1976-79 Divisão de Produtos de Base, Assistente
1980-85 Divisão da Europa I, Assistente
1985-88 Embaixada em Londres, Primeiro-Secretario
1988-91 Embaixada em Montevideú, Primeiro-Secretario e Conselheiro
1991-94 Consulado no Chuy, Cônsul
1994-98 Divisão de Atos Internacionais, Chefe
1998-2003 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro
2004-05 Instituto Rio Branco, Coordenador-Geral de Ensino
2007-10 Presidência da República, Assessor Especial
2010- Consulado-Geral em Roma, Cônsul-Geral

Condecorações:

1995 Ordem do Mérito, Itália, Comendador
1996 Ordem do Mérito Militar, Brasil
1996 Legião de Honra, França, Oficial
1997 Ordem do Mérito, Uruguai, Oficial
2011 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2014 Medalha do Pacificador, Brasil

Publicações:

1982	Princípios Básicos de Teorias de Mudança Política, Revista Brasileira de Estudos Políticos
2009	Eleições Indiretas nos EUA: o aparente paradoxo, Revista Liberdade e Cidadania
2009	Sistema Político Inglês. Tradição e bom senso, Revista Liberdade e Cidadania
2015	Os Jogos do Poder - Como Entender e Analisar a Realidade Política de um Mundo em Transformação. Edições Técnicas - Editora do Senado Federal

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Departamento da Europa
Divisão da Europa II**

REPÚBLICA TCHECA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA TCHECA	
NOME OFICIAL	República Tcheca
CAPITAL	Praga
ÁREA	78.867 km ²
POPULAÇÃO	10.7 milhões de habitantes (PNUD)
IDIOMA OFICIAL	Tcheco (95,4%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ateísmo (34,2%); catolicismo romano (10,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Câmara dos Deputados (200 membros) e Senado (81 membros)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Miloš Zeman (desde 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Bohuslav Sobotka (desde 2014)
MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS	Lubomír Zaorálek (desde 2014)
PIB NOMINAL (2015 est.)	US\$ 205.658 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA -PPP – 2015 est.)	US\$ 314.585 bilhões
PIB PER CAPITA (2015 est.)	US\$ 19.563
PIB PER CAPITA PPP (2015 est.)	US\$ 29.925
VARIAÇÃO DO PIB	3,91% (2015 est.), 1,98% (2014), -0,53% (2013), -0,9% (2012); 1,97 (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH 2015)	0,87 (28.º lugar)(PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA	78,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO	99,8% (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015 est.)	6,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa tcheca
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jiri Havlik
COMUNIDADE BRASILEIRA	500 pessoas

Fonte: Fundo Monetário Internacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões. Fonte: MDIC)								
BRASIL → RP. TCHECA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	445,7	373,8	520,3	611,1	596,3	657,7	468,1	458,7
Exportações	67,2	43,2	47,9	63,3	54,3	60,4	49,0	26,0
Importações	378,4	330,6	472,4	547,7	541,9	597,3	419,0	432,7
Saldo	-311,1	-287,4	-424,4	-484,3	-487,6	-536,8	-370,0	-406,6

Informação elaborada em 24 de fevereiro de 2016, por Miguel de Paiva Lacerda. Revisada por Maurício da Costa Carvalho Bernardes.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MILOŠ ZEMAN **Presidente**



Nasceu em 28/9/1944, em Kolin, então Protetorado da Boêmia e Morávia (sob ocupação nazista). Graduou-se pela Universidade de Economia de Praga, em 1969. Em 1968, filiou-se ao Partido Comunista da Tchecoslováquia, do qual seria expulso dois anos mais tarde em razão de desacordos dentro do Partido quanto à invasão do país pelas tropas do Pacto de Varsóvia durante a "Primavera de Praga". Trabalhou por quase uma década em uma empresa organizadora de eventos esportivos.

Em 1990, passou a integrar o Fórum Cívico, que pretendia unificar as forças de oposição na parte tcheca do país. No mesmo ano, tornou-se membro da Câmara das Nações (câmara alta) da Assembleia Federal da Tchecoslováquia. Em 1992, findo o regime comunista, tornou-se membro da Câmara do Povo (câmara baixa) pelo Partido Social-Democrata Tcheco (ČSSD), cuja presidência assumiu em 1993.

Após o "Divórcio de Veludo" (1993), tornou-se Presidente da Câmara dos Deputados da República Tcheca, em 1996. Em 1998, sagrou-se vencedor das eleições legislativas, e tornou-se Primeiro-Ministro à frente de um governo minoritário, que se sustentaria até 2001. Naquele ano, foi substituído na liderança do ČSSD por Vladimír Špidla. Decidiu retirar-se da política e desfiliar-se do partido.

Em fevereiro de 2012, anunciou a intenção de voltar à política, concorrendo à Presidência da República pelo Partido dos Direitos Cívicos (Zemanovic; centro-esquerda). No segundo turno, derrotou o então Chanceler Karel Schwarzenber. Assumiu a Presidência em março de 2013.

BOHUSLAV SOBOTKA

Primeiro-Ministro



Nasceu em 23/10/1971, em Telnice, então Tchecoslováquia. Graduado em Direito pela Universidade de Masaryk, em Brno, em 1995.

É membro do Partido Social-Democrata Tcheco (CSSD) desde 1989. Em 1996, foi eleito para a Câmara dos Deputados, e reeleito nas eleições de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2013. Em 1998, elegeu-se também vereador na cidade de Slavkov u Brna. Entre 2001 e 2002, presidiu a bancada de deputados do Partido Social-Democrata Tcheco e a Comissão Temporária para a Reforma das Pensões. Entre 2002 e 2006, foi Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro da Economia nos governos dirigidos pela Social-Democracia (gestões de Vladimír Špidla e de Stanislav Gross). Acumulou também a função de presidente do Fundo Nacional de Propriedade nesse período. Em 2005, assumiu a vice-presidência do CSSD, chegando à presidência do partido em 2010, após a renúncia de Jiri Paroubek, que deixou o cargo em função de resultado eleitoral considerado decepcionante no pleito de 2010.

Vencedor das eleições de outubro de 2013, foi designado Primeiro-Ministro em 17/1/2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações ininterruptas com Praga desde a criação do Estado tchecoslovaco, em 1918. Em 1920, a Tchecoslováquia instala legação diplomática no Rio de Janeiro, gesto retribuído pelo Brasil, em 1921, em Praga. Em 1960, as missões diplomáticas foram elevadas ao nível de Embaixada.

Antes do chamado "divórcio de veludo", entre a República Tcheca e a República Eslovaca, o Primeiro-Ministro tchecoslovaco, Lubomir Strougal, visitou o Brasil, em 1988. Em 1993, o Brasil reconheceu a República Tcheca como país independente após o divórcio de veludo.

A agenda bilateral começou a adensar-se com o fim do regime comunista, sobretudo a partir da visita do Presidente Fernando Collor de Mello a Praga (1990). Em 1994, o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso visitou Praga, tendo sido

recebido pelo Presidente Václav Havel e pelo então Primeiro-Ministro Václav Klaus. Na oportunidade, foi feito convite ao Chefe de Estado tcheco para visitar oficialmente o Brasil, o que viria a ocorrer em 1996. Klaus visitou o Brasil como Chefe de Governo em 1994. Em 2006, Jiri Paroubek tornou-se o segundo Primeiro-Ministro tcheco a visitar o Brasil.

O diálogo bilateral recebeu novo impulso com a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Praga (2008). Na presença dos Presidentes Lula e Klaus, foi assinado o novo Acordo de Cooperação Econômica e Industrial (em vigor desde 2009). O Presidente Klaus retribuiu a visita em 2009, em viagem que propiciou aproximação entre os setores empresariais dos dois países e revelou oportunidades para investimentos tchecos no Brasil.

A República Tcheca tem demonstrado renovado interesse em estreitar laços com o Brasil, o qual deriva de uma nova percepção do papel e peso do País no cenário internacional. Na recém-publicada Base Conceitual da Política Externa da República Tcheca, o Brasil é mencionado no item dedicado às relações com economias emergentes, citado juntamente com a Índia em parágrafo específico que destaca o significativo potencial e a crescente influência dos dois países na política mundial, sublinhando as áreas militar e de segurança como oportunidades para o desenvolvimento de relações mútuas. Mais do que apenas aprofundar o relacionamento comercial como parte de estratégia de diversificação dos mercados exportadores, interessa aos tchecos e ao Brasil uma parceria multifacetada e um diálogo político de maior densidade.

Entre 2000 e 2013, o intercâmbio comercial saltou de US\$ 79 milhões para US\$ 657 milhões, mas recuou para US\$ 458 milhões em 2015. São grandes as possibilidades de expansão das exportações brasileiras, muito aquém de seu potencial, tendo em conta o desenvolvimento da economia tcheca e sua vocação de hub para toda a região da Europa Central. A Comissão Mista de Cooperação Econômico-Comercial, instituída em acordo assinado em 2008, reuniu-se pela primeira vez em Praga, em maio de 2010, chefiada pelo Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho.

A cooperação bilateral em defesa constitui a face mais evidente da cooperação bilateral. Em setembro de 2010, o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, esteve na República Tcheca para visitar fábricas locais, em particular a Aero Vodochody, uma das mais importantes indústrias aeronáuticas da Europa central.

Em 13/4/2011, a Embraer e a Aero Vodochody firmaram acordo para viabilizar a participação da empresa tcheca no projeto do cargueiro KC-390. A companhia encarregou-se da produção da fuselagem traseira, portas, a rampa de carga e os slats da aeronave. De acordo com os entendimentos entre Embraer e Aero Vodochody, há a expectativa de que a República Tcheca adquirira duas unidades do KC-390 para sua Força Aérea.

A escolha, pela Força Aérea Brasileira, do Gripen NG da Saab no âmbito do Programa FX-2, oferece possibilidades de cooperação com a República Tcheca no

longo prazo, porquanto as forças daquele país utilizam os caças JAS-39 Gripen há uma década.

No que tange à cooperação educacional, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, 17 estudantes já foram enviados a instituições de ensino na República Tcheca na modalidade de pós-graduação – seis à Academia de Ciências da República Tcheca (Praga), três ao Instituto de Tecnologia Química (Praga), dois à Universidade Carlos (Praga), dois à Universidade Palacky (Olomuc), dois à Universidade do Sul da Boêmia (Ceske Budejovice), um ao Instituto de Química Macromolecular (Praga), um ao Museu da Morávia (Brno) e um à Universidade Mazarykova (Brno).

O Grupo Parlamentar Brasil-República Tcheca foi criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 73, de 1994, em substituição ao Grupo Brasil-Tchecoslováquia (que existia desde 1990), e instituído em 1998 pela Resolução nº 32.

Em setembro de 2013, delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), visitou a República Tcheca, a convite do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Tcheca. Participaram da missão, entre outros, o então Presidente do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-República Tcheca, o falecido Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC), além dos Senadores Jorge Viana (PT/AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Lídice da Mata (PSB/BA), e Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE). O Presidente do Senado da República Tcheca, Milan Stech, realizou visita ao Brasil, em novembro de 2013.

Na ocasião, a delegação brasileira manteve encontros na Câmara dos Deputados, no Senado, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Ministério da Indústria e Comércio, além de outras autoridades e representantes do empresariado local. Trataram, entre outros, de maneiras de intensificar o comércio e o turismo bilaterais, das possibilidades de cooperação e as oportunidades de negócios em áreas como a espacial, de defesa, automobilística e produção de cristais.

Assuntos consulares

A seção consular da Embaixada brasileira em Praga presta assistência à comunidade brasileira residente no país, estimada em cerca de 500 pessoas.

Atualmente, residem no Brasil cerca de meio milhão de tchecos e descendentes no Brasil, a maioria na Região Sul, e alguns no Centro-Oeste. Entre os primeiros imigrantes, aqui chegados em 1823, estava o carpinteiro de Jan Nepomuk Kubíček, um dos bisavós maternos do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Além da seção consular da Embaixada em Brasília, a República Tcheca têm um Consulado-Geral em São Paulo e nove consulados honorários no Brasil – no Rio de Janeiro (RJ), em Vitória (ES), em Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Foz do Iguaçu (PR) e Blumenau (SC), Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de créditos oficiais do Governo brasileiro a tomador soberano na República Tcheca.

POLÍTICA INTERNA

O sistema parlamentar tcheco comporta uma multiplicidade de partidos políticos, desde o tradicional Partido Comunista até agremiações de extrema direita nacionalista. Os principais partidos, não obstante, são o Partido Social-Democrata Tcheco (ČSSD) atualmente no poder, o conservador Partido Cívico Democrata (ODS), no Governo de 2006 até 2013, o europeísta Tradição Responsabilidade Prosperidade 09 (TOP 09), o católico e conservador União Cristã e Democrática-Partido Popular Tchecoslovaco (KDU-ČSL).

A Chefia de Estado é exercida pelo Presidente da República, eleito por voto direto para mandato de cinco anos. A Chefia de Governo é exercida pelo Primeiro-Ministro, escolhido pelo Parlamento.

Embora constitucionalmente uma República Parlamentar clássica, a República Tcheca tem testemunhado processo de redefinição da divisão de competências entre Chefes de Estado e de Governo. A hipertrofia do cargo de Presidente, já ensaiada no exercício de Václav Havel e alimentada pela fragilidade dos sucessivos gabinetes, foi levada adiante pelo Presidente Václav Klaus. Por personalidade e circunstância, Klaus jamais se contentou em ser um mero figurante de projetos do Governo, opinando sobre os mais diversos temas e valendo-se da ameaça de veto para influenciar decisões do gabinete. Ironicamente, a nova força do Chefe de Estado esteve entre as principais justificativas para a adoção de eleições diretas ao cargo, medida deplorada por Klaus. Dando prosseguimento à reescrita do papel presidencial, Miloš Zeman tem dado mostras de ser ainda mais participativo nos assuntos do Governo.

O novo Governo centro-esquerdista do Primeiro-Ministro Bohuslav Sobotka assumiu o poder, em 29/1/2014, com as promessas de incentivar a atividade econômica, combater a corrupção, aumentar a eficiência do Estado (meta de déficit fiscal de 3%; remanejamento do orçamento; combate à evasão fiscal; de nova Lei do Serviço Público e do Serviço Exterior) e adotar "políticas de responsabilidade social": aumento de pensões, do salário mínimo e dos abatimentos tributários para famílias com mais de uma criança além da redução de imposto de valor agregado (IVA) para bens essenciais. Nesse sentido, planeja rejeitar algumas reformas controvertidas levadas a cabo pelos últimos Governos, principalmente na área da saúde e serviços sociais (abolição das taxas de internação, aprovadas durante a gestão de centro-direita).

O Primeiro-Ministro Sobotka, apesar de ser percebido, inicialmente por alguns setores, como uma liderança fraca até mesmo dentro própria Social Democracia, venceu todos os desafios a sua autoridade. Conseguiu ainda manter

sua coalizão unida na maioria das vezes, recebendo o voto fiel também dos congressistas Democratas Cristãos, conhecidos por terem derrubado governos anteriores ao retirar o apoio reduzido, porém decisivo, de sua bancada.

Poder Legislativo

O parlamento é bicameral, com uma Câmara dos Deputados e um Senado. Após a divisão da antiga Tchecoslováquia, os poderes e responsabilidades do agora extinto parlamento federal foram transferidos para o Conselho Nacional Tcheco, que passou a chamar-se Câmara dos Deputados. Os 200 deputados são eleitos a cada quatro anos em eleições proporcionais, com cláusula de barreira de 5% dos votos. Há 14 distritos eleitorais que coincidem com as regiões administrativas do país. O primeiro Senado foi eleito em 1996. Seus 81 membros têm mandato de seis anos, sendo um terço renovados a cada dois anos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa tcheca tem como diretriz básica a plena integração na Europa ocidental, radicada na crença de que o país pertence ao "Ocidente", apesar da "separação" durante os 41 anos de regime comunista. Nesse contexto, foi fundamental para o país integrar-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à União Europeia, respectivamente, em 1999 e 2004.

Uma das prioridades tchecas consiste no fortalecimento da região centro-europeia. Nesse contexto, o país investe alto capital político no Grupo de Visegrád, no âmbito do qual é vocal defensor da Parceria para o Leste da União Europeia.

As relações com os Estados Unidos adquirem caráter estratégico, particularmente na área de segurança, e têm-se estreitado constantemente, em particular desde que República Tcheca contou com apoio direto dos EUA para ingressar na OTAN. A visão do Governo tcheco é a de que a segurança europeia – e, em certa medida, a mundial – deve necessariamente passar pela OTAN. As relações com a Rússia, outrora o principal aliado, têm sofrido sérios abalos desde a entrada da República Tcheca naquela organização.

Se bem o governo Sobotka logrou construir um discurso uníssono no que se refere ao compromisso europeu, resta o desafio de coordenar a posição com o Castelo de Praga com respeito à questão russa. O Presidente Zeman já manifestou posição contrária a sanções e Sobotka tem adotado postura oscilante com relação a Moscou. Por um lado, procura não destoar do consenso europeu, prioridade número um de sua política externa, por outro, sente-se pressionado pelos interesses econômico-comerciais que o setor privado tem nas relações com a Rússia.

Nesse contexto, a diplomacia tcheca tem tentado abrir novos mercados para sua economia, sobretudo na Ásia, em empreitada de êxito ainda incerto, mas que significou principalmente a aproximação de Praga a Pequim e a clara mudança de

tom com relação à questão dos direitos humanos, um dos tradicionais pilares de sua política internacional.

A diplomacia tcheca tem buscado expandir o horizonte das relações diplomáticas do país em direção a grandes países emergentes, como Brasil, China e Índia, particularmente no campo econômico-comercial.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

I – Panorama econômico

A economia reagiu bem à adoção de medidas contracíclicas, em resposta aos efeitos recessivos da crise financeira internacional de 2009. Assim, após crescer 2,3% em 2010, a economia tcheca expandiu-se em 1,9% em 2011. A discreta recessão observada em 2012, quando a economia decresceu em 0,9% e em 2013 (-0,5%) pode ser vista como atípica, tendo em vista que, desde então, o país reforçou sua perspectiva econômica e vem sendo caracterizado pela conformação de um ambiente cada vez mais favorável ao crescimento. Por conseguinte, o país conseguiu reverter as expectativas recessivas e, assim, cresceu 2,0% em 2014, em parte estimulado pela desvalorização da coroa tcheca, promovida pelo Banco Nacional Tcheco, em fins de 2013 e, também, pelo aquecimento da demanda agregada. O desempenho do setor de manufaturas também figurou como vetor expansionista. A última avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostrou que o país alcançou significativo crescimento de 3,9% em 2015, o que elevou o PIB nominal tcheco ao patamar de US\$ 182,46 bilhões. Por conseguinte, relativizado pela população, o PIB per capita somou US\$ 17,330 mil. O crescimento em apreço encontrou amparo na expansão da demanda e dos gastos governamentais.

Em visão prospectiva, a avaliação do FMI sugere que o país deverá continuar mantendo taxas positivas de expansão. Assim, o crescimento projetado para 2016 é de 2,5% ao passo que, para o ano vindouro, de 2017, o incremento do PIB poderá ser de 2,6%. A avaliação geral, na opinião de alguns analistas locais, é de que a economia está fundamentada em sólidos postulados. Nessas condições, o desempenho favorável da economia tem, obviamente, reflexos positivos no mercado de trabalho - o índice de desemprego é o segundo mais baixo da Europa. Na mesma linha, a política monetária expansionista, a aceleração da demanda externa, os baixos preços do petróleo, o aumento dos investimentos do governo e a manutenção do índice geral de preços abaixo da meta anual de 2%, contribuem para aumentar o otimismo a respeito do comportamento geral da economia tcheca, desde que as variantes internacionais se mantenham relativamente estáveis.

República Tcheca - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6	2 0 1 7
Variação real	1,97%	-0,90%	-0,53%	1,98%	3,91%	2,55%	2,61%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, outubro de 2015.							

II – Comércio exterior total

O país tem vocação exportadora e, nos últimos anos, as vendas tchecas de mercadorias assinalaram bom desempenho. Assim, as exportações do país cresceram 122% entre 2005 e 2014, evoluindo de US\$ 78,2 bilhões, para alcançar US\$ 174,3 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2015, as vendas externas limitaram-se, porém, a US\$ 117,1 bilhões, o que significou decréscimo de 11,0% sobre a base análoga do ano anterior. Foram os seguintes os principais destinos para as vendas externas globais da República Tcheca, em 2014: Alemanha (32,0% de participação); Eslováquia (8,4%); Polônia (6,0%); Reino Unido (5,1%); França (5,1%); Áustria (4,3%); Itália (3,6%). No seu conjunto, a União Europeia absorveu aproximadamente 80% do total das exportações tchecas em 2014. O Brasil ocupou posição discreta e, assim, foi o 42º mercado de destino para a oferta exportável do país, com participação de 0,2%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global da República Tcheca, em 2014: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (participação de 19,4% do total); veículos e autopeças (19,0%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (16,7%); obras de ferro ou aço (4,1%); plásticos e manufaturas de plástico (3,7%); combustíveis e lubrificantes (2,7%); móveis e mobiliário médico cirúrgico (2,5%).

República Tcheca - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ bilhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 5	78,21	76,53	154,74	1,68
2 0 0 6	95,14	93,43	188,57	1,71
2 0 0 7	120,90	116,82	237,72	4,08
2 0 0 8	146,09	141,83	287,92	4,25
2 0 0 9	112,88	104,85	217,73	8,03
2 0 1 0	132,14	125,69	257,83	6,45
2 0 1 1	162,39	150,81	313,21	11,58
2 0 1 2	156,42	139,73	296,15	16,70
2 0 1 3	161,52	142,53	304,05	19,00
2 0 1 4	174,28	153,23	327,50	21,05
2015 (jan-set)	117,09	102,91	220,00	14,18
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, fevereiro de 2016.				

Ao longo dos dez anos compreendidos entre 2005 e 2014, as importações tchecas cresceram 100,2% passando de US\$ 76,5 bilhões, no primeiro ano da série histórica em apreço, para o nível de US\$ 153,2 bilhões em 2014. No acumulado de janeiro a setembro de 2015, atingiram US\$ 102,9 bilhões, o que implicou

decréscimo de 10,1% sobre a mesma base temporal de 2014. Ainda com relação a 2014, foram os seguintes os principais países supridores da demanda externa tcheca: Alemanha (26,2% de participação); China (11,4%); Polônia (7,7%); Eslováquia (5,3%); Itália (4,1%); Rússia (4,1%); Países Baixos (3,4%). A União Europeia supriu aproximadamente 60% do total das aquisições. O Brasil, com 0,2% de participação, foi o 40º fornecedor à República Tcheca. Os principais grupos de produtos da importação global desse país, em 2014, foram: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (17,6% do total); instrumentos elétricos ou eletrônicos (16,4%); veículos e autopeças (9,2%); combustíveis e lubrificantes (8,1%); manufaturas de plástico (5,6%); ferro fundido, ferro ou aço (3,8%); produtos farmacêuticos (3,0%).

A balança comercial da República Tcheca é tradicionalmente superavitária, refletindo a competitividade das exportações locais. Por conseguinte, o superávit tcheco mostrou clara tendência de expansão nos últimos anos. Assim sendo, após atingir US\$ 19,0 bilhões em 2013, o superávit do país em transações comerciais de bens chegou ao nível de US\$ 21,1 bilhões em 2014. Porém, entre janeiro e setembro de 2015, o superávit comercial tcheco somou US\$ 14,2 bilhões, com perda de 16% se comparado à cifra da mesma base do ano anterior.

III – Comércio exterior bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2006 a 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a República Tcheca cresceu 60,2% evoluindo de US\$ 286,5 milhões, para US\$ 458,8 milhões, respectivamente. De 2014 para 2015, o intercâmbio registrou, todavia, uma queda de 24,9%. Ao longo do período, o saldo comercial foi, tradicionalmente, desfavorável ao lado brasileiro, uma vez que as exportações representam, aproximadamente, apenas 10% da corrente de comércio entre os dois países. No último triênio os déficits brasileiros foram de: US\$ 536,9 milhões (2013); US\$ 499,4 milhões (2014); e US\$ 406,6 milhões (2015). Em 2015 o déficit registrou diminuição de 18,6%, em comparação ao ano de 2014. Em nível regional, o déficit brasileiro com a República Tcheca, em 2015, manteve-se como o sétimo maior saldo negativo do Brasil com os países da União Europeia. A República Tcheca manteve-se como o 17º parceiro comercial do Brasil entre os países da União Europeia em 2015, (participação de 0,65% no total do Bloco), e o 69º parceiro comercial em nível mundial (participação de 0,13% no total), perdendo duas posições em relação ao ano de 2014.

As exportações brasileiras para a República Tcheca decresceram 46,8% nos últimos dez anos, passando de US\$ 49,0 milhões, em 2006, para US\$ 26,1 milhões, em 2015. As exportações, em 2015, registraram nova diminuição de 53,2% em relação ao ano anterior. Essa forte retração deu-se pela descontinuidade nas vendas de aviões e helicópteros. Nesse mesmo ano, a República Tcheca foi o 26º parceiro para as exportações brasileiras destinadas aos países da União Europeia

(participação de 0,08% do total para o Bloco), queda de quatro posições em relação ao ano anterior. Em nível global, foi o 123º mercado de destino para os produtos brasileiros. Os principais grupos de produtos exportados pelo Brasil para o mercado tcheco em 2015 foram: i) fumo não manufaturado (valor de US\$ 5,6 milhões, equivalentes a 21,5% do total); ii) aparelhos secadores de madeiras, pastas de papel, etc. (US\$ 1,7 milhão; 6,7%); iii) máquinas tipo 'bulldozers' e 'angledozers', de lagartas (US\$ 1,6 milhão; 6,0%); iv) madeiras compensadas (US\$ 1,4 milhão; 5,5% do total); e v) calçados (valor de US\$ 1,0 milhão; 3,8% do montante total da exportação). A pauta é caracterizada pela forte presença de produtos manufaturados (participação de 67,2%). Segundo o MDIC, no ano passado 206 empresas brasileiras registraram exportações para esse mercado.

No período compreendido entre 2006 e 2015, as importações brasileiras originárias da República Tcheca cresceram 82,2% evoluindo de US\$ 237,5 milhões, para US\$ 432,7 milhões, respectivamente. De 2014 para 2015, todavia, decresceram 22,0%. Essa retração foi provocada basicamente pela diminuição nas compras de aparelhos e dispositivos para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura (-99,9%). Em 2015, o país manteve-se como o 15º fornecedor do Brasil entre os membros da União Europeia (participação de 1,18% no total do Bloco). Em nível global, foi o 55º supridor do mercado brasileiro. Os principais grupos de produtos adquiridos pelo Brasil, do mercado tcheco em 2015 foram: i) partes para aviões e helicópteros (US\$ 42,6 milhões, equivalentes a 9,8% do total); ii) aparelhos receptores de radiodifusão (US\$ 14,5 milhões; 3,4%); iii) veículos e carros blindados (US\$ 11,5 milhões; 2,7%); iv) bombas injetoras de combustível (US\$ 10,3 milhões; 2,4%), e v) acessórios para tratores e automóveis (US\$ 9,4 milhões; 2,2% do total). A pauta é caracterizada pela quase totalidade de produtos manufaturados (99,2%). Os dados do MDIC mostram que 1.844 empresas brasileiras efetivaram compras do mercado tcheco no ano de 2015.

Evolução do intercâmbio comercial com a República Tcheca - US\$ milhões, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	49,0	-14,7%	0,04%	237,5	10,0%	0,26%	286,5	4,8%	0,13%	-188,5
2007	60,4	23,3%	0,04%	274,7	15,7%	0,23%	335,0	17,0%	0,12%	-214,3
2008	67,3	11,4%	0,03%	378,4	37,8%	0,22%	445,7	33,0%	0,13%	-311,1
2009	43,2	-35,8%	0,03%	330,7	-12,6%	0,26%	373,9	-16,1%	0,13%	-287,5
2010	48,0	11,0%	0,02%	472,4	42,9%	0,26%	520,4	39,2%	0,14%	-424,5
2011	63,4	32,1%	0,02%	547,8	16,0%	0,24%	611,2	17,4%	0,13%	-484,4
2012	54,3	-14,3%	0,02%	542,0	-1,1%	0,24%	596,3	-2,4%	0,13%	-487,7
2013	60,4	11,3%	0,02%	597,3	10,2%	0,25%	657,8	10,3%	0,14%	-536,9
2014	55,7	-7,9%	0,02%	555,1	-7,1%	0,24%	610,7	-7,2%	0,13%	-499,4
2015	26,1	-53,2%	0,01%	432,7	-22,0%	0,25%	458,8	-24,9%	0,13%	-406,6
Var. % 2006-2015	-46,8%		--	82,2%		--	60,2%		--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

IV – Cruzamento estatístico entre as pautas de exportações e importações

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, a elaboração do cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da República Tcheca em 2014, viabilizou a identificação de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Por conseguinte, com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH-6), os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local, em princípio, foram os seguintes: i) automóveis e autopeças; ii) tratores; iii) medicamentos; iv) minérios de ferro; v) torneiras para canalizações; vi) polipropileno; vii) pneumáticos, para automóveis, de passageiros; viii) partes de motores e geradores elétricos; ix) preparações alimentícias; x) polietileno.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a de demanda importadora da Rep. Tcheca - 2014 - US\$ mil, fob						
Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Rep. Tcheca	Importações totais da Rep. Tcheca	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio
						Part. % do Brasil
		Total geral	55.676	153.225.461	225.098.405	153.169.785
1º	870322	Automóveis e autopeças	369	9.547.761	7.145.941	4.428.592
2º	870120	Tratores	0	900.675	1.020.384	888.360
3º	300490	Medicamentos	0	2.938.244	711.175	711.175
4º	260111	Minérios de ferro	0	597.357	19.982.660	597.357
5º	848180	Torneiras para canalizações	175	527.236	577.708	527.061
6º	390210	Polipropileno	0	454.423	450.671	450.671
7º	401110	Pneus para automóveis	0	721.940	387.563	387.563
8º	850300	Partes para motores e geradores elétricos	0	387.282	385.444	385.444
9º	210690	Preparações alimentícias diversas	14	350.022	375.091	350.008
10º	390110	Polietileno	0	254.962	614.551	254.962

Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(*) Exclui-se petróleo e derivados, por razões específicas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1918	Independência da Tchecoslováquia
1939	Invasão da Tchecoslováquia pela Alemanha de Hitler
1945	Levante de Praga e libertação da Tchecoslováquia
1948	Partido Comunista assume o poder com Klement Gottwald
1968	Invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia/ encerra Primavera de Praga, movimento de reformas liberalizantes
1989	Revolução de Veludo encerra período comunista. Vaclav Havel eleito Presidente.
1993	“Divórcio de veludo” separa República Tcheca e Eslováquia. Vaclav Havel eleito Presidente. Václav Klaus (ODS) assume como Primeiro-Ministro
1996	Klaus reconduzido ao posto de Primeiro-Ministro após primeiras eleições pós-“divórcio de veludo”
1998	Após eleições antecipadas, Milos Zeman torna-se o primeiro Primeiro-Ministro social-democrata
1999	República Tcheca torna-se membro pleno da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
2002	Sociais-democratas vencem novamente as eleições, com Vladimir Spidla à testa do governo
2003	Václav Klaus eleito Presidente
2004	República Tcheca torna-se membro da União Europeia
2004	Renúncia de Vladimir Spidla. Assume Stanislav Gross
2005	Com menos de um ano de governo, Stanislav Gross renuncia. Jiri Paroubek assume como Primeiro-Ministro
2006	Mirek Topolánek vence eleições de junho
2007	República Tcheca adere ao Espaço Schengen
2008	Václav Klaus reeleito Presidente
2009	República Tcheca ocupa a Presidência da União Europeia
2009	Primeiro-Ministro Mirek Topolánek renuncia após voto de desconfiança
2009	Jan Fischer assume como Primeiro-Ministro
2010	Primeiro-Ministro Petr Necas forma governo após eleições gerais de maio
2013	Milos Zeman assume como primeiro Presidente eleito pelo voto direto
2013	Petr Necas renuncia.
2014	Bohuslav Sobotka assume como Primeiro-Ministro após eleições gerais de outubro 2013

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1918	Brasil e Tchecoslováquia estabelecem relações diplomáticas
1920	Tchecoslováquia instala legação diplomática no Rio de Janeiro
1921	Brasil abre legação diplomática em Praga
1960	Missões diplomáticas elevadas ao nível de Embaixada
1988	Visita do Primeiro-Ministro tchecoslovaco Lubomir Strougal ao Brasil
1989	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Roberto Costa de Abreu Sodré, a Praga
1990	Visita do Presidente Fernando Collor de Mello a Praga
1994	Brasil reconhece a República Tcheca após “divórcio de veludo”
1996	Fernando Henrique Cardoso visita a República Tcheca na condição de Presidente eleito; Visita do Primeiro-Ministro Vaclav Klaus ao Brasil
2002	Visita do Presidente Vaclav Havel ao Brasil
2006	Visita a Praga do Presidente do Senado, Rames Tebet
2008	Visita do Primeiro-Ministro Jiri Paroubek ao Brasil
2009	Visita do Presidente Luis Inácio Lula da Silva a Praga
2013	Visita de delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal à República Tcheca
2013	Visita do Presidente do Senado tcheco Milan Štěch ao Brasil

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência	Publicação No Dou
Acordo entre a República do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira.	01/11/2012	Tramitação no Congresso Nacional	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de	13/09/2010	Tramitação Congresso Nacional	

Defesa			
Acordo entre o Brasil e a República Tcheca sobre Cooperação Econômica e Industrial	12/04/2008	20/10/2009	19/02/2010
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	29/04/2004	03/10/2005	23/09/2005
Acordo sobre o Exercício de Emprego por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	13/06/1997	03/10/1999	14/10/1999
Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica.	25/04/1994	21/10/1995	24/10/1995
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.	15/07/1991	15/07/1991	09/08/1991
Acordo de Cooperação Cultural	07/04/1989	26/01/1990	19/03/1990
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/08/1986	14/11/1990	26/02/1991
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.	02/07/1985	26/01/1990	13/03/1990

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da República Tcheca

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-0,53%	1,98%	3,91%	2,55%	2,61%
PIB nominal (US\$ bilhões)	208,33	205,27	182,46	189,98	196,99
PIB nominal "per capita" (US\$)	19.810	19.526	17.330	18	18.663
PIB PPP (US\$ bilhões)	304,73	315,86	331,44	343,93	359,05
PIB PPP "per capita" (US\$)	28.977	30.047	31.480	32.622	34.018
População (milhões de habitantes)	10,52	10,51	10,53	10,54	10,56
Desemprego (%)	6,95%	6,11%	5,22%	4,87%	4,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,40%	0,08%	0,50%	1,90%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,53%	0,62%	1,68%	1,23%	0,73%
Dívida externa (US\$ bilhões)	137,34	129,70	108,27	105,71	113,66
Câmbio (Kc / US\$) ⁽²⁾	19,89	22,83	25,31	24,61	22,57

Origem do PIB (2015 Estimativa)

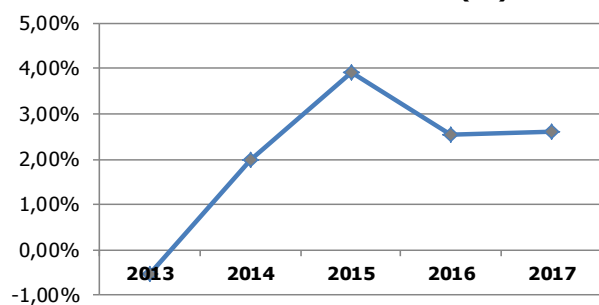
Agricultura	2,7%
Indústria	38,2%
Serviços	59,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

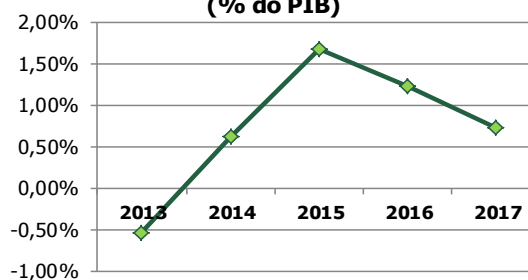
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

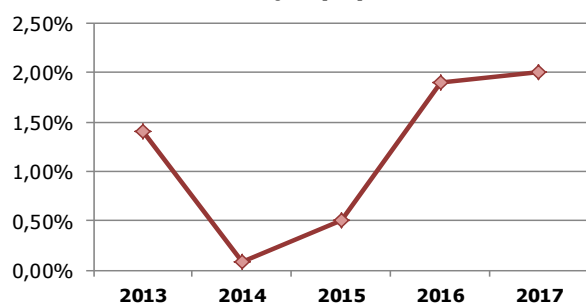
Crescimento real do PIB (%)



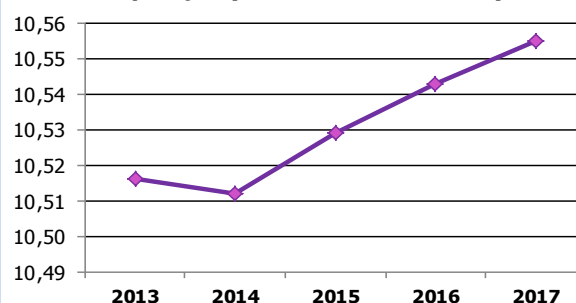
Saldo em transações correntes (% do PIB)



Inflação (%)



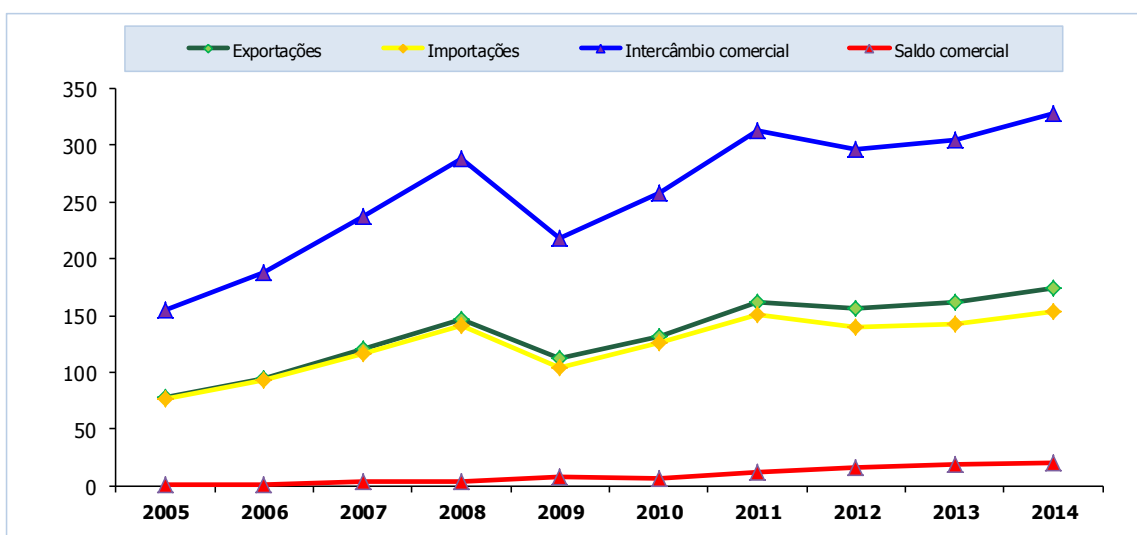
População (milhões de habitantes)



Evolução do comércio exterior da República Tcheca
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	78,2	18,9%	76,5	14,7%	154,7	16,8%	1,68
2006	95,1	21,6%	93,4	22,1%	188,6	21,9%	1,71
2007	120,9	27,1%	116,8	25,0%	237,7	26,1%	4,1
2008	146,1	20,8%	141,8	21,4%	287,9	21,1%	4,3
2009	112,9	-22,7%	104,9	-26,1%	217,7	-24,4%	8,0
2010	132,1	17,1%	125,7	19,9%	257,8	18,4%	6,4
2011	162,4	22,9%	150,8	20,0%	313,2	21,5%	11,6
2012	156,4	-3,7%	139,7	-7,4%	296,2	-5,4%	16,7
2013	161,5	3,3%	142,5	2,0%	304,1	2,7%	19,0
2014	174,3	7,9%	153,2	7,5%	327,5	7,7%	21,1
2015(jan-set)	117,1	-11,0%	102,9	-10,1%	219,9	-10,6%	14,2
Var. % 2005-2014	122,8%	--	100,2%	--	111,7%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

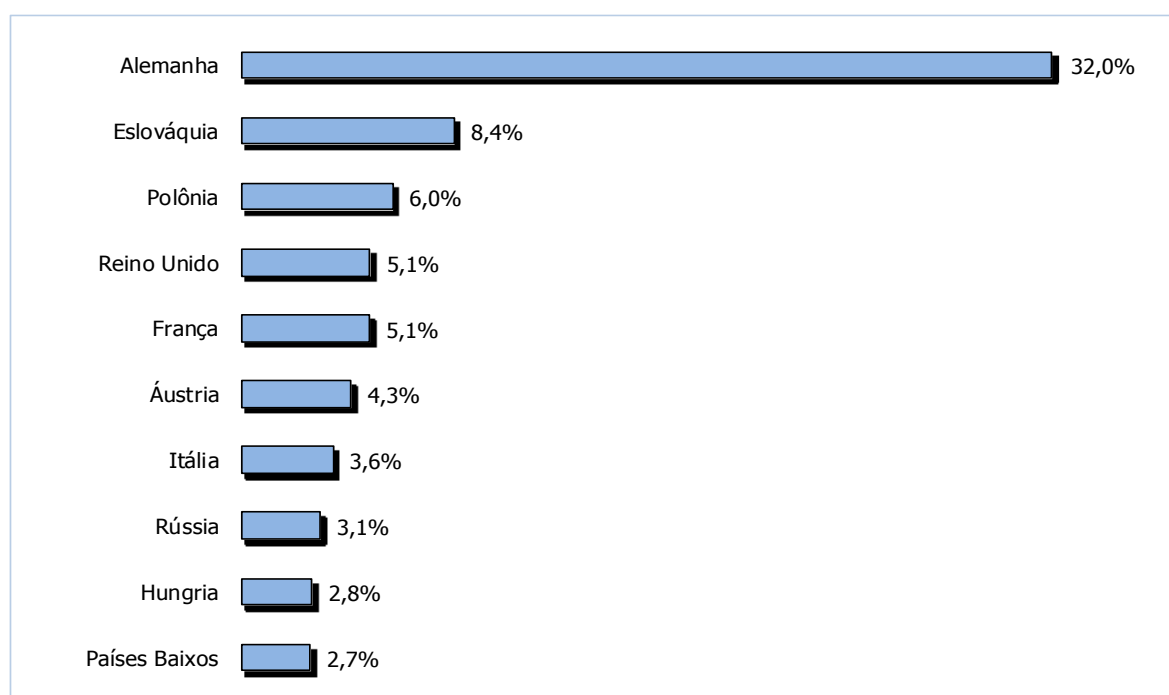


Direção das exportações da República Tcheca
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	55,78	32,0%
Eslováquia	14,64	8,4%
Polônia	10,42	6,0%
Reino Unido	8,87	5,1%
França	8,83	5,1%
Áustria	7,55	4,3%
Itália	6,32	3,6%
Rússia	5,45	3,1%
Hungria	4,87	2,8%
Países Baixos	4,77	2,7%
...		
Brasil (42ª posição)	0,39	0,2%
Subtotal	127,88	73,4%
Outros países	46,40	26,6%
Total	174,28	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

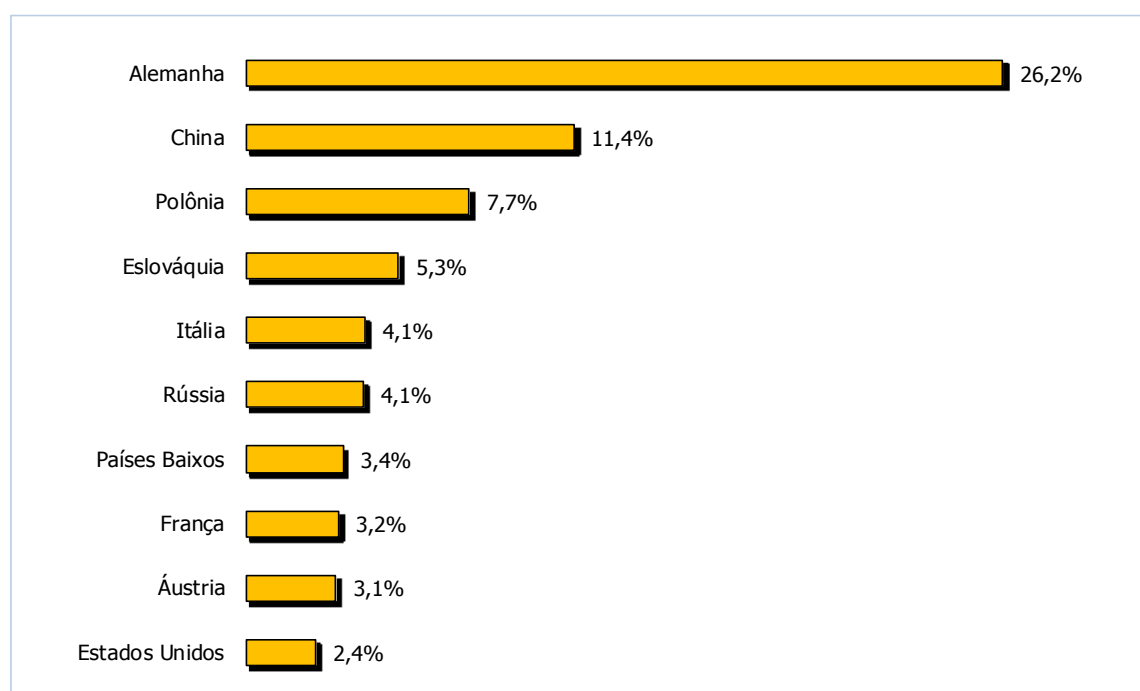


Origem das importações da República Tcheca US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	40,16	26,2%
China	17,43	11,4%
Polônia	11,87	7,7%
Eslováquia	8,12	5,3%
Itália	6,33	4,1%
Rússia	6,25	4,1%
Países Baixos	5,18	3,4%
França	4,92	3,2%
Áustria	4,79	3,1%
Estados Unidos	3,73	2,4%
...		
Brasil (40ª posição)	0,30	0,2%
Subtotal	109,07	71,2%
Outros países	44,15	28,8%
Total	153,23	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais origens das importações

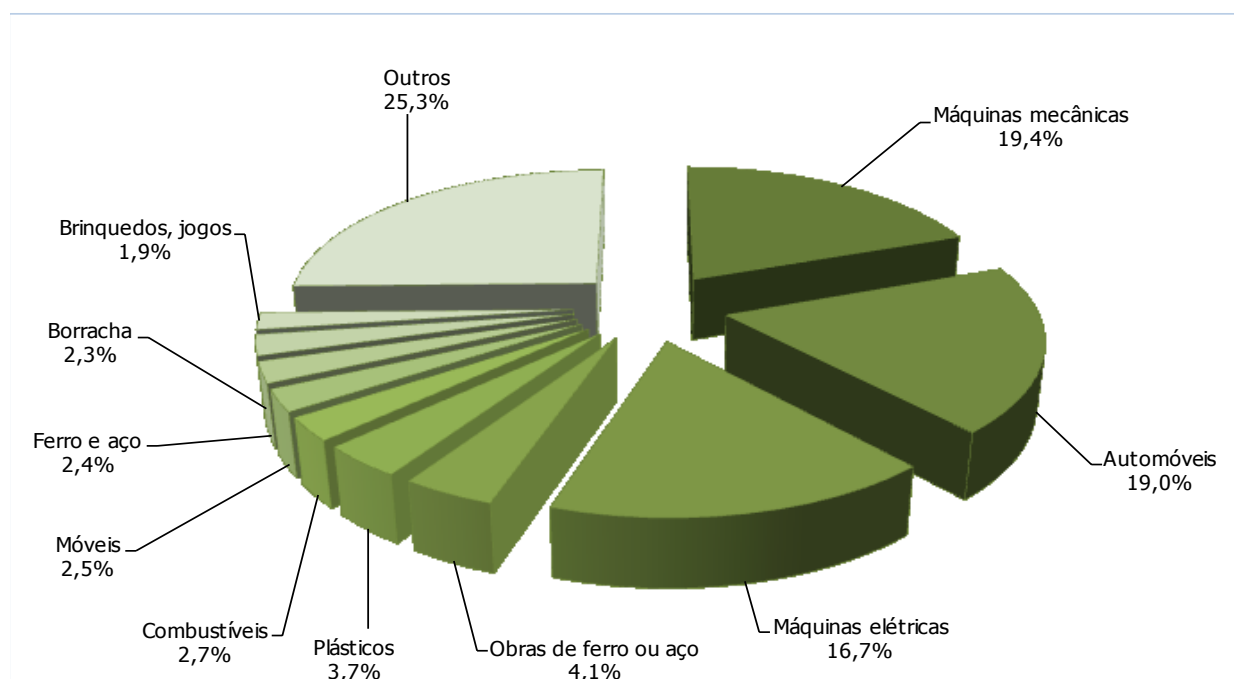


Composição das exportações da República Tcheca US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas mecânicas	33,72	19,4%
Automóveis	33,15	19,0%
Máquinas elétricas	29,15	16,7%
Obras de ferro ou aço	7,08	4,1%
Plásticos	6,39	3,7%
Combustíveis	4,62	2,7%
Móveis	4,35	2,5%
Ferro e aço	4,17	2,4%
Borracha	4,10	2,3%
Brinquedos, jogos	3,40	1,9%
Subtotal	130,13	74,7%
Outros	44,15	25,3%
Total	174,28	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

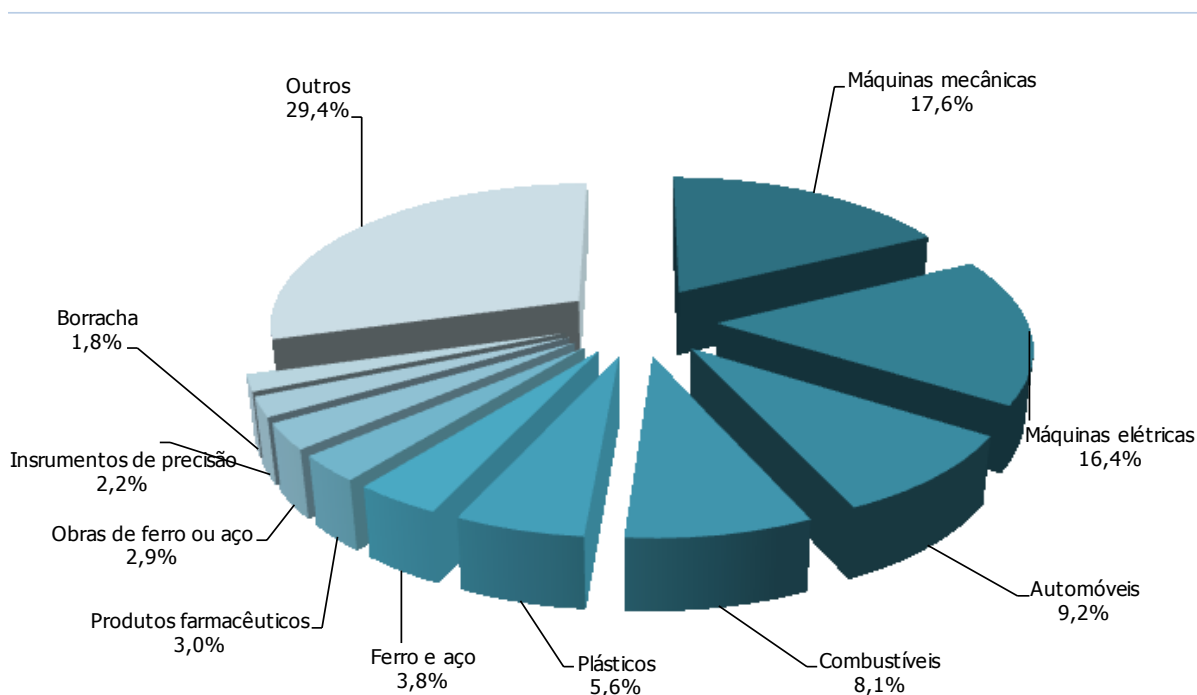


Composição das importações da República Tcheca US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas mecânicas	26,97	17,6%
Máquinas elétricas	25,16	16,4%
Automóveis	14,11	9,2%
Combustíveis	12,34	8,1%
Plásticos	8,60	5,6%
Ferro e aço	5,81	3,8%
Produtos farmacêuticos	4,52	3,0%
Obras de ferro ou aço	4,44	2,9%
Instrumentos de precisão	3,37	2,2%
Borracha	2,77	1,8%
Subtotal	108,11	70,6%
Outros	45,12	29,4%
Total	153,23	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

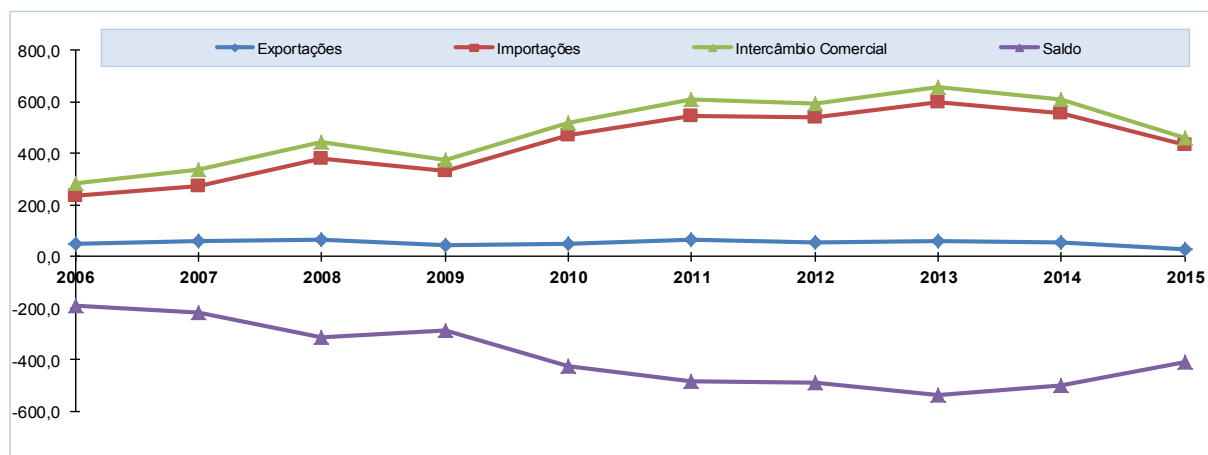
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - República Tcheca
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	49,0	-14,7%	0,04%	237,5	10,0%	0,26%	286,5	4,8%	0,13%	-188,5
2007	60,4	23,3%	0,04%	274,7	15,7%	0,23%	335,0	17,0%	0,12%	-214,3
2008	67,3	11,4%	0,03%	378,4	37,8%	0,22%	445,7	33,0%	0,13%	-311,1
2009	43,2	-35,8%	0,03%	330,7	-12,6%	0,26%	373,9	-16,1%	0,13%	-287,5
2010	48,0	11,0%	0,02%	472,4	42,9%	0,26%	520,4	39,2%	0,14%	-424,5
2011	63,4	32,1%	0,02%	547,8	16,0%	0,24%	611,2	17,4%	0,13%	-484,4
2012	54,3	-14,3%	0,02%	542,0	-1,1%	0,24%	596,3	-2,4%	0,13%	-487,7
2013	60,4	11,3%	0,02%	597,3	10,2%	0,25%	657,8	10,3%	0,14%	-536,9
2014	55,7	-7,9%	0,02%	555,1	-7,1%	0,24%	610,7	-7,2%	0,13%	-499,4
2015	26,1	-53,2%	0,01%	432,7	-22,0%	0,25%	458,8	-24,9%	0,13%	-406,6
2016 (janeiro)	0,9	-67,2%	0,01%	28,8	-34,1%	0,28%	29,7	-35,9%	0,14%	-27,9
Var. % 2006-2015	-46,8%	--	--	82,2%	--	--	60,2%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Aviso nº 200 - C. Civil.

Em 25 de abril de 2016.


A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

Atenciosamente,


EVA MARIA CELSO DAL CHAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 44 de 2016
(Nº 166/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Os méritos do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00098/2016 MRE

Brasília, 15 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**

CPF.: 267.320.507-10

ID.: 7606 MRE

1949 Filho de Appio Cláudio Muniz Acquarone e Neyde Moraes Acquarone, nasce em 15 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ

1984 CAD - IRBR

1999 CAE - IRBR, Acordos de Extradicação: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral Brasileiro

Cargos:

1978 Terceiro-Secretário

1980 Segundo-Secretário

1988 Primeiro-Secretário, por merecimento

1995 Conselheiro, por merecimento

2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2009 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

1979-80 Divisão de Europa II, assistente

1980-81 Embaixada em Berlim, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1982-85 Embaixada no Cairo, Segundo-Secretário

1985-87 Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário

1987 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente

1987-90 Departamento Consular e Jurídico, assessor

1990 Divisão Jurídica, Chefe

1991-94 Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Adjunto

1994-97 Departamento Consular e Jurídico, assessor

1997-2001 Embaixada em Ottawa, Conselheiro

1999-2000 XXVI e XXVII Reunião do Comitê de Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius da FAO, Ottawa, Chefe de Delegação

2001-03 Embaixada na Haia, Conselheiro

2003-05 Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, Coordenador-Geral

2005-09 Embaixada em Dar-Es-Salaam, Embaixador

2009-14 Embaixada em Bridgetown, Embaixador

2014- Embaixada em Nicósia, Embaixador

Condecorações:

1985	Ordem da República, Egito, Oficial
1987	Ordem do Condor de los Andes, Bolívia, Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento d Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política III

Departamento da África

Divisão da África I

GABÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O GABÃO

NOME OFICIAL:	República Gabonesa
CAPITAL:	Libreville
ÁREA:	267.677 km ²
POPULAÇÃO (2013):	1,7 milhão
IDIOMA OFICIAL:	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (73%); Islamismo (12%); crenças locais (10%); sem crenças (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral: Assembleia Nacional (120 membros) e Senado (102 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Ali Bongo Ondimba (outubro de 2009)
CHEFE DE GOVERNO:	Daniel Ona Ondo (janeiro de 2014)
CHANCELER:	Emmanuel Issozé Ngondet (fevereiro de 2012)
PIB NOMINAL (est. 2015):	US\$ 13,8 bilhões
PIB PPP (est. 2014):	US\$ 34,4 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2014):	US\$ 8.581
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2014):	US\$ 21.394
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	3,5% (est. 2015); 4,3% (2014); 5,6% (2013)
IDH (2015)	0,684 (110º entre 187 países avaliados)
EXPECTATIVA DE VIDA:	64,4 anos
ALFABETIZAÇÃO	82,3%
DESEMPREGO (2014):	20,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Central (XAF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Jacques Michel Moudoute-Bell
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	30

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Informação elaborada em 18 de fevereiro de 2016 por Helges Samuel Bandeira. Revisada por Artur Saraiva de Oliveira.

Brasil – Gabão	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	38.629	29.663	39.188	38.261	47.653	49.507	36.482
Exportações	38.608	29.662	39.179	38.135	47.638	49.503	36.479
Importações	21	2	9	126	16	4	3
Saldo	38.586	29.660	39.170	38.009	47.622	49.500	36.476

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ali Bongo Ondimba **Presidente da República**



Nascido em 9 de fevereiro de 1959, é filho do Presidente Omar Bongo Ondimba, que governou o Gabão de 1967 até seu falecimento, em 2009. Formou-se em Direito pela Universidade de Paris. É casado e tem quatro filhos.

Entrou na vida política em 1981, quando se filiou ao Partido Democrático Gabonês (PDG). Seu primeiro cargo público foi o de Alto Representante Pessoal do Presidente da República (1987-1989), posteriormente, foi também Ministro dos Negócios Estrangeiros (1989-1991), Deputado da Assembleia Nacional (1991-1999) e Ministro da Defesa (1999-2009).

Após o falecimento de Omar Bongo, no dia 08 de junho de 2009, a Presidência passou a ser exercida, interinamente, pela Presidente do Senado, Rose Francine Rogombé, de acordo com normas constitucionais. Escolhido como candidato à sucessão pelo PDG, foi eleito Presidente nas eleições de agosto de 2009, com 41,7% dos votos – resultado rejeitado pela oposição –, e assumiu o cargo em 16 de outubro do mesmo ano.

O Presidente Ali Bongo Ondimba visitou o Brasil em junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. Em 2014, por ocasião da Copa do Mundo, veio novamente ao país, oportunidade em que manteve breve encontro com a Presidenta Dilma Rousseff.

Daniel Ona Ondo
Primeiro-Ministro



Nasceu em 10 de julho de 1945, em Oyem, no norte do Gabão. Estudou no Lycée Leon Mba, em Libreville, e na Universidade da Picardia, na França. É Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Foi professor adjunto das faculdades de Direito e de Ciências Econômicas antes de se tornar reitor na Universidade Omar Bongo, em Libreville. Começou sua carreira política em 1990, como conselheiro técnico do Ministro do Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Gabão.

Tornou-se Conselheiro do Presidente da República e foi eleito para a Assembleia Nacional em dezembro de 1996. Até 2005, cumpriu diversos cargos políticos no país: Ministro da Cultura e das Artes; do Esporte, do Lazer e da Juventude; das Telecomunicações; e da Educação Nacional. Em 2006, tornou-se Vice-Presidente da Assembleia Nacional, cargo para o qual foi reeleito em fevereiro de 2012. Foi apontado como Primeiro Ministro pelo Presidente Ali Bongo em 24 de janeiro de 2014. Ona Ondo é membro do Partido Democrático do Gabão (PDG), é casado e pai de sete filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Gabão estabeleceram relações diplomáticas no final da década de 1960. A Embaixada do Brasil em Libreville foi criada em 1974, dois anos após a visita do Chanceler Mário Gibson Barboza ao país (1972), em seu périplo africano. A Embaixada do Gabão em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática gabonesa na América Latina. Em seus anos iniciais, o relacionamento bilateral foi amplamente impulsionado pelas vendas de petróleo do Gabão ao Brasil, no contexto do choque do petróleo dos anos 1970. Esse ímpeto inicial foi, no entanto, bastante reduzido durante a crise da dívida nos anos 1980 e no período de estagnação da balança comercial brasileira nos anos 1990. No plano da cooperação técnica, foi instituída, em 1982, a Comissão Mista Brasil-Gabão, que se reuniu pela segunda e última vez em Libreville, em 1988.

O ex-Presidente Omar Bongo visitou o Brasil três vezes: em 1975, em 1992 (por ocasião da Rio-92) e em 2002. Na visita realizada em 2002, veio com a intenção principal de tratar sobre a jazida de minério de ferro de Belinga, o maior depósito ainda não explorado do mundo. O Presidente Lula realizou, em 2004, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Gabão.

Após quase uma década de relações rarefeitas após a visita do Presidente Lula, os contatos bilaterais de alto nível foram reestabelecidos com o encontro mantido em maio de 2013 entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Ali Bongo Ondimba em Adis Abeba, durante as comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi anunciada a aprovação, pelo Senado brasileiro, do acordo de liquidação antecipada da dívida soberana gabonesa com o Brasil (com deságio de aproximadamente 15% do valor total de US\$ 25,7 milhões), condição para a retomada das operações de crédito entre as duas nações.

O novo ímpeto econômico da relação também tem dimensões políticas, confirmadas pelo apoio do Gabão à candidatura brasileira à Direção-Geral da OMC e à candidatura de São Paulo à Expo 2020.

Comércio bilateral

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC, entre 2006 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e o Gabão cresceu 35,3%, passando, portanto, de US\$ 27 milhões para US\$ 36,5 milhões. Em 2015, o intercâmbio registrou retração de 26,3% em comparação com 2014. Ao longo do período analisado, o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, uma vez que as importações originárias desse mercado têm pouca expressividade no total. Nos últimos três anos, os superávits em favor do lado brasileiro foram de US\$ 47,6 milhões (2013), US\$ 49,5 milhões (2014) e US\$ 36,5 milhões (2015).

As exportações brasileiras para o Gabão cresceram 35,3% entre 2006 e 2015, passando de US\$ 27,0 milhões, para US\$ 36,5 milhões. Em 2015, as

vendas diminuíram 26,3% em comparação ao ano anterior. Essa retração foi motivada principalmente pela diminuição nos embarques de carnes de frango (-38,5%). Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Gabão, em 2015, foram: *i*) carnes de frango (US\$ 8,8 milhões; equivalentes a 24,2% do total); *ii*) automóveis (US\$ 7,3 milhões; 20,1%); *iii*) carnes de bovino (US\$ 5,1 milhões; 14,1%); *iv*) carnes de suíno (US\$ 2,9 milhões; 8,1%); *v*) corvinas (valor de US\$ 1,7 milhão; 4,6% do total). Os registros do MDIC mostram que os produtos básicos representaram 60% do total exportado em 2015, contra participação de 40% para os produtos manufaturados. O MDIC informa, ainda, que 104 empresas brasileiras efetivaram exportações para o Gabão em 2015.

Ainda segundo os dados do MDIC, nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias do Gabão cresceram 56,5% tendo aumentado, portanto, de US\$ 2 mil em 2006, para US\$ 3 mil em 2015. As aquisições originárias daquele país em 2015 não sofreram alterações em relação ao ano anterior. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil, do Gabão, em 2015, foram: *i*) filtro para entrada de ar, automotivos (valor de US\$ 2,3 mil; equivalentes a 75,6% do total); *ii*) tubos plásticos (US\$ 600; 21,4%); *iii*) condutores elétricos (US\$ 85; equivalentes a 2,8% do total). Apenas três empresas brasileiras registraram importações originárias do Gabão em 2015, segundo o MDIC.

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local em 2014, em princípio, foram os seguintes: *i*) partes de máquinas de sondagem ou de perfuração de solos; *ii*) medicamentos; *iii*) carnes de frango; *iv*) barcos-faróis e outras embarcações; *v*) construções de ferro e aço; *vi*) aparelhos para filtrar e depurar líquidos; *vii*) torneiras e dispositivos para canalizações; *viii*) tubos de revestimentos de poços de petróleo e gás; *ix*) arroz; *x*) veículos para transporte de mercadorias.

Investimentos

- Mineração

A exploração da jazida de Belinga, o maior depósito de ferro ainda não explorado do mundo, é considerada central na estratégia de diversificação econômica do Gabão. Descoberta em 1985, estima-se que a jazida detenha mais um bilhão de toneladas de minério de ferro - Carajás, com 3 bilhões de toneladas em sua configuração presente, é o maior depósito atualmente explorado no mundo. O projeto, incluindo sua parte de mineração, de infraestrutura energética e de transportes, tinha custos estimados em cerca de 4 bilhões de dólares em 2006 e seria dividido entre a brasileira VALE e a chinesa CMEC (*China Machinery and Engineering Corporation*), que atuariam como um consórcio. Em 2007, no entanto, o Governo gabonês decidiu dar a concessão (de 25 anos)

integralmente à companhia chinesa, apesar dos investimentos em prospecção já realizados pela VALE. O projeto, que compreende uma mina com produção estimada em 20 a 30 milhões de toneladas/ano, uma usina hidroelétrica, uma ferrovia e um porto em águas profundas, foi suspenso em dezembro de 2011 (porém não rescindido ou anulado), já na gestão de Ali Bongo Ondimba. Alegando falta de cumprimento das obrigações contratuais (inexistência de estudos básicos, como os geológicos e de viabilidade do projeto), o governo gabonês conduziu a parte chinesa (que havia prometido início da produção antes de 2010) a uma renegociação contratual. Tal revisão, ora em curso, prevê uma nova formatação do projeto, inclusive com a entrada de outros operadores do setor minerador, a fim de explorar minerais que não o ferro, também presentes na jazida. No momento atual, a consultoria do setor de mineração *SRK Consulting*, selecionada por licitação aberta em agosto, encontra-se em plenos trabalhos de reavaliação do projeto com vistas à reabertura de concorrência internacional.

- Petróleo

Do ponto de vista do envolvimento do setor privado brasileiro, a Petrobrás abriu escritório no Gabão em agosto de 2014, com objetivo de manter acompanhamento mais próximo das atividades nos blocos Mbeli Marin e Ntsina Marin, localizados na costa gabonesa e nos quais a PO&G-BV (*joint venture* controlada pelas empresas Petrobrás e Banco BTG Pactual S.A., com atuação no segmento de exploração e produção de petróleo no continente africano) detém 50% de participação - os demais 50% são detidos pela empresa anglo-sul-africana Ophir Energy -, assim como de facilitar sua interface junto às autoridades locais e a outras empresas do setor de petróleo instaladas no Gabão.

- Construção civil

O Gabão tem se mostrado atrativo às construtoras e conglomerados industriais brasileiros atuantes na área de infraestrutura, que têm sido contatados diretamente por agentes do Governo gabonês.

Compras governamentais

Desde o anúncio da possibilidade de retomada da cooperação por meio de financiamentos oficiais brasileiros, conforme anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff ao Presidente Ali Bongo em maio de 2013, têm-se multiplicado as consultas e missões governamentais ao Brasil com foco na compra de equipamentos e veículos.

- Aviação

Em abril de 2013, agentes da consultoria aérea gabonesa GALAS, munidos de carta de mandato do Ministro dos Transportes do Gabão, manifestaram à Embaixada em Libreville interesse na aquisição de aeronaves E190 e E195 da Embraer para a frota de uma futura companhia aérea nacional gabonesa, que estaria em fase de planejamento.

Em maio, a empresa brasileira, por meio de seu escritório comercial na França, ofereceu ao Estado gabonês duas aeronaves com prazo de entrega garantido para o fim de 2013, além de financiamento integral da aquisição pelo Deutsche Bank.

A proposta foi apresentada pela equipe da Embraer, com auxílio da Embaixada em Libreville, ao Ministro dos Transportes, Magloire Ngambia, ao então Primeiro Ministro, Raymond Ndong Sima, ao Chanceler Emmanuel Isozè Ngondet, ao Assessor Diplomático da Presidência da República, Jean-Yves Teale, e a um número de outros tomadores de decisão gaboneses, porém uma decisão sobre a aquisição das aeronaves e a efetiva criação da companhia aérea (a ser possivelmente denominada “Open Airways”) não teria sido ainda tomada em nível presidencial. A empresa brasileira oferece ao Gabão a possibilidade de cooperação na criação de um centro de manutenção de aeronaves e de treinamento, no modelo de suas operações com a Kenya Airways na África Oriental.

- Transporte Coletivo

A Sogatra, empresa estatal gabonesa, já adquiriu cerca de 200 ônibus da Marcopolo, no âmbito do plano de criação de um efetivo sistema de transporte coletivo no Gabão, ainda restrito ao transporte por táxis e vans.

- Veículos de Coleta de Lixo

Em meio à crise da coleta de lixo que mobilizou a população e a imprensa em 2012, a empresa responsável pela coleta de lixo em Libreville (SOVOG) foi estatizada em outubro de 2012, quando 70% de seu capital foi adquirido pelo Estado.

A nova companhia, denominada CLEAN Africa, montou plano de investimentos de urgência e realizou, durante a primeira semana de agosto de 2013, missão de prospecção de negócios ao Brasil, na qual manteve encontros com fornecedores de veículos de coleta de lixo em Goiânia (Planalto Indústria Mecânica) e em Araucária/PR (DAMAEQ Indústria).

Cooperação bilateral

- Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFI)

Em reunião realizada em julho de 2013 entre o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ricardo Schaeffer, e o Ministro da Indústria e das Minas do Gabão, Régis Immongault, foi mencionada a possibilidade de adoção bilateral do novo modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFI) aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

O acordo proveria incentivo à entrada de empresas brasileiras no Gabão, estímulo adicional àquele oferecido pela reestruturação da dívida gabonesa, que abrirá a possibilidade de se considerar a cooperação por meio de financiamentos oficiais brasileiros. Na ocasião, o Ministro Immongault reagiu positivamente, destacando que levaria ao conhecimento de seu Ministro de Negócios Estrangeiros, Emmanuel Issozé Ngondet, a sugestão de negociação do ACFI. A possibilidade de um acordo de proteção de investimentos também já fora aventada em mais de uma ocasião pelo Ministro da Promoção dos Investimentos gabonês, Magloire Ngambia, pelo Assessor Diplomático da Presidência, Jean-Yves Teale, e pelo então Embaixador do Gabão no Brasil, Jérôme Angouo.

- Pequenas e Médias Empresas e Indústrias

Durante as gestões relativas à candidatura brasileira à Direção-Geral da OMC junto ao Ministério do Comércio gabonês – responsável também pela promoção das pequenas e médias empresas e indústrias (PMEs) –, foi ventilada a possibilidade de uma reformulação e retomada do Protocolo de Cooperação para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias assinado em 2002, quando da visita do Presidente Omar Bongo ao Brasil. Notou-se que o setor vinha passando por reformulação no Gabão, com a existência de uma nova agência responsável pela gestão do assunto, a PROMOGABON, bem como o interesse crescente da parte gabonesa pelas atividades do SEBRAE.

Em agosto de 2013, a Chancelaria gabonesa encaminhou dois projetos de acordo, o primeiro sobre uma possível parceria entre a PROMOGABON (“Agence de Promotion de la Petite et Moyenne Entreprise”) e o SEBRAE brasileiro e o segundo um “Protocole de coopération en matière de promotion des Petites et Moyennes Entreprises, de l’Artisanat et de l’Economie Sociale” que serviria para reativar e estender em sua abrangência o Protocolo de 2002.

- Sensoriamento Remoto de Florestas Tropicais

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no âmbito de seu projeto “CBERS para a África” (CBERS4AFRICA) de distribuição gratuita de imagens dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) a países africanos, firmou dois acordos tripartites no Gabão com a Agência Gabonesa de Estudos e Observações Espaciais (AGEOS), um deles com a participação do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) da França e outro com a

participação do Centro Chinês para Dados e Aplicações de Satélites de Recursos Terrestres (CRESDA), sendo o acordo Brasil-Gabão-França de 1º de julho de 2010 e o Brasil-Gabão-China de 8 de novembro de 2011.

- Agricultura

A agricultura foi recentemente içada ao nível de prioridade no Gabão, com vistas a diminuir a dependência alimentar do país em relação ao exterior, de onde provêm 85% dos alimentos consumidos. Para tanto, o Governo gabonês, em linha com programa da União Africana (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura na África), pretende aumentar de cerca de 1% para 10% de seu orçamento o valor dos investimentos no setor entre 2014 e 2020 (cerca de US\$ 800 milhões já para 2014 no Gabão).

O Ministro da Agricultura do Gabão, em audiência com o Embaixador do Brasil em Libreville, em fevereiro de 2013, manifestou alta expectativa em relação à cooperação brasileira (sendo o Brasil considerado por ele “o maior exemplo de êxito agrícola em regiões tropicais e equatoriais do mundo”), submetendo, em abril de 2013, projeto de acordo geral sobre o tema, a ser assinado bilateralmente e embasar o desenvolvimento de doze eixos principais de cooperação.

- Conselhos Econômicos e Sociais

Em dezembro de 2012, o Conselho Econômico e Social gabonês informou ter a intenção de promover cooperação mais estreita com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de assessoramento imediato da Presidência da República. Em março de 2013, um projeto de protocolo de acordo entre ambas as instituições foi submetido à análise da parte brasileira, evocando, entre seus objetivos, a cooperação técnica entre as duas instituições e o favorecimento da tomada de posição comum nas organizações internacionais nas quais ambos os Conselhos atuam, principalmente a AICESIS (Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares).

- Cultura e Esportes

O Governo do Presidente Ali Bongo Ondimba tem dado renovadas mostras de admiração pela cultura e pelo esporte brasileiro, organizando e financiando ao menos dois eventos de grande repercussão nacional com a participação de entidades brasileiras. Em novembro de 2011, a Seleção Brasileira de futebol foi convidada para jogar o amistoso de inauguração do Estádio da Amizade Sino-Gabonesa, de Libreville, contra a seleção local, com a presença do ex-jogador Pelé, a quem uma estátua e uma sala de honra foram dedicadas.

Em fevereiro de 2013, a primeira edição do Carnaval Internacional de Libreville teve como convidado de honra e país homenageado o Brasil, com a participação especial de uma Escola de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro (Beija-Flor de Nilópolis), cujos custos de deslocamento e apresentação foram cobertos em sua integralidade pelo Ministério da Cultura local.

Em setembro de 2014, missão gabonesa de alto nível, composta por conselheiros do Presidente Ondimba, realizou visita a Brasília, Salvador e Rio de Janeiro, com o objetivo de viabilizar a implementação: (i) de um Centro de Línguas e Culturas Bantus na Universidade de Brasília (UnB); (ii) de um núcleo de ensino de português na Universidade de Libreville (UOB); (iii) de uma exposição do Gabão no Museu Afrobrasileiro da Bahia; e (iv) de uma Casa do Gabão no Brasil.

- Parques nacionais e tartarugas marinhas

Desde outubro de 2009, a “Agence Nationale des Parcs Nationaux” (ANPN) e o Grupo de Entidades pela Proteção das Tartarugas Marinhas no Gabão (“Partenariat pour les Tortues Marines du Gabon”) vêm solicitando apoio brasileiro a suas atividades. Em 2010, foram realizadas missões de prospecção de projetos no Gabão e no Brasil, com a participação do Projeto TAMAR e da ABC, que resultaram na sugestão de organização de curso de observadores de bordo marítimos pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Em função de restrições orçamentárias de ambas as partes, desencontros de datas e rearticulação de equipes, as missões não tiveram êxito em organizar um projeto de cooperação.

Em agosto de 2013, entretanto, o Secretário Executivo da ANPN, Lee White, voltou a manifestar interesse pela cooperação com autoridades ambientais brasileiras nos domínios da (i) gestão de parques nacionais, (ii) gestão ambiental de projetos de exploração mineradora de grande escala, (iii) diretivas e normas para a exploração petrolífera onshore e offshore, (iv) conservação de mamíferos marinhos e tartarugas, (v) troca de experiência na luta contra a caça ilegal e formação de guarda florestal, (vi) ecoturismo em zonas de florestas úmidas e tropicais e (vii) monitoramento do deflorestamento e atividades econômicas em parques e zonas protegidas. Por carta, o Secretário Executivo da ANPN prontificou-se a se deslocar ao Brasil para uma visita de trabalho. Desde então, não houve desdobramentos sobre esse projeto

- Defesa

A cooperação com o Gabão na área de defesa ainda é bastante incipiente. Em janeiro de 2013, o Chefe do Estado-Maior Particular do Presidente do Gabão, Chefe da Casa Militar, Vice-Almirante Hervé Nambo Ndouany, reuniu-se, em Brasília, com o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da

Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira. Na ocasião, manifestou o interesse do Gabão em cooperar com o Brasil nas áreas de formação de unidade de forças especiais, inteligência e cooperação institucional com o antigo Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Esse interesse não culminou em ações posteriores.

No âmbito da indústria nacional de defesa, o Governo gabonês tem mostrado interesse na aquisição de aeronave de transporte militar KC-390, assim como de outras aeronaves fabricadas pela Embraer, como o Super Tucano, mas não se concretizaram as vendas até o momento.

- Educação

Representantes gaboneses têm manifestado interesse em restabelecer a vinda de estudantes daquele país para o Programa de Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio Pós-graduação (PEC-PG), portanto comprometeram-se a fazer sua divulgação em suas escolas secundárias e universidades. Os gaboneses já receberam material de divulgação dos programas e, desde então, registra-se participação, ainda que modesta, de estudantes gaboneses em cursos de graduação.

A Agência Nacional de Bolsas do Gabão (*Agence Nationale des Bourses du Gabon - ANBG*), órgão do Governo responsável pela pré-seleção e pelo financiamento de estudantes gaboneses, informou que os cursos de interesse do Governo do Gabão para a formação de seus estudantes no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) são: Arquitetura e Urbanismo; Ciências Agrárias: Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Recursos Pesqueiros, Engenharia de Pesca e Zootecnia; Ciências Ambientais; e Medicina.

O Gabão apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais. O Programa oferece cursos de formação ministrados em português, com a inclusão de custeio de alojamento, alimentação, uniforme, auxílio financeiro, entre outras facilidades proporcionadas ao aluno. A fluência no idioma é requisito à participação, fator responsável pela baixa seleção de candidatos gaboneses. O melhor resultado alcançado pelo país foi na última seleção com cinco selecionados.

Embora não haja acordo de cooperação para formação de diplomatas entre o Brasil e o Gabão, a presença de diplomatas gabonenses tem sido significativa no Instituto Rio Branco. No período de 1976 a 2015, sete diplomatas do Gabão foram bolsistas do Curso de Formação do Instituto Rio Branco.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida soberana do Gabão com o Brasil era de US\$ 27 milhões. Com o abatimento de 13% concedido pelo governo brasileiro, o valor da dívida declinou para US\$ 24 milhões. O contrato de reestruturação foi aprovado pelo Senado Federal em maio de 2013. A dívida foi totalmente liquidada naquele ano e, desde então, o país africano pode realizar operações de financiamento para importação de produtos e serviços brasileiros.

Assuntos consulares

O setor consular da Embaixada em Libreville é o único responsável por prestar assistência aos brasileiros que vivem no Gabão. Estima-se que haja 30 cidadãos brasileiros no Gabão, dos quais a maioria é composta por religiosos que vivem no interior do país. Não há registro de brasileiros detidos no país ou deportados no último ano.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Gabão, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em acordos multilaterais de que ambos os países sejam parte.

Não existe nenhum caso consular significativo envolvendo nacionais brasileiros no Gabão.

POLÍTICA INTERNA

Panorama e instituições políticas

O Gabão é uma república semipresidencialista multipartidária, com um Presidente da República eleito por sufrágio universal direto, para mandato de sete anos (sem limite de mandatos), como Chefe de Estado, e um Primeiro Ministro, indicado pelo Presidente, como Chefe de Governo. O Poder Legislativo é constituído por duas câmaras: o Senado (102 cadeiras, membros eleitos indiretamente pelos conselhos municipais e departamentais para servir por mandatos de seis anos) e a Assembleia Nacional (120 deputados, eleitos diretamente por voto popular para mandatos de cinco anos).

Histórico

Conquistado pela França ao longo do século XIX por meio da criação de entrepostos militares, alianças com lideranças tribais locais, expansão missionária católica e expedições militares ao interior de seu atual território, o Gabão tornou-se independente em 1960, após dois anos de existência como “República Autônoma” (1958-60) no seio de uma efêmera “Comunidade Francesa”. Inicialmente partidário da transformação do Gabão em Departamento Ultramarino francês, o líder de etnia fang Léon Mba (então Primeiro Ministro da República Autônoma), encarando recusa da solução intentada da parte do Governo de Charles de Gaulle, proclama a independência em 17 de agosto de 1960 e é eleito Presidente com o apoio francês, país-garante da moeda utilizada pelo Gabão (o Franco CFA, com paridade fixa com o Franco francês, à época) e com quem assina um acordo de defesa. Em 1964, um golpe militar tenta depor Léon Mba e instaurar seu principal opositor civil, porém o Exército francês intervém em seu favor.

Em 1967, com a morte de Léon Mba, assume o poder Omar Bongo Ondimba (então chamado Albert Bernard Bongo, antes de sua conversão ao islamismo), seu antigo Chefe de Gabinete e então Vice-Presidente, ex-agente do serviço secreto francês, apoiado pela “Célula África” do Palácio do Eliseu. Com o apoio firme da França, materializado pela presença de base militar permanente no país, beneficiado pelo “boom” do petróleo (“milagre gabonês”) e administrando de maneira equilibrada a “geopolítica étnica” do país, Omar Bongo logrou manter-se no cargo por 41 anos, até sua morte em 7 de junho de 2009.

A dinâmica interna nos últimos anos (2011-2016)

Nas eleições presidenciais realizadas cerca de três meses após o falecimento de Omar Bongo, Ali Bongo Ondimba, segundo filho de Omar e

então Ministro da Defesa, logrou vencer disputa dentro do Partido Democrático Gabonês (PDG) e da família Bongo (sobretudo com Pascaline Bongo Ondimba, sua irmã mais velha, primogênita e então Diretora de Gabinete de seu pai) e ser indicado candidato do bloco governista. Venceu as últimas eleições de turno único com 41,7% dos votos, resultado contestado pela oposição.

Em 2013, o Presidente Ali Bongo logrou estabilizar a cena política interna. As críticas do Presidente à atuação do Primeiro Ministro Raymond Ndong Sima, o qual estaria demonstrando dificuldades na implementação de projetos nas áreas de segurança, saúde, educação e emprego, porém, aumentaram. Em janeiro de 2014, Ndong Sima foi substituído no cargo de PM por Daniel Ona Ondo.

As próximas eleições legislativas e presidenciais estão marcadas para o segundo semestre deste ano e ocorrerão separadamente. A eleição presidencial deve ocorrer antes de 16 de outubro, quando termina o mandato de sete anos do Presidente Ondimba, e a legislativa está prevista para dezembro.

Indicadores demográficos e sociais

Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano* das Nações Unidas de 2015, o IDH do país é de 0,684, o que o coloca na 110ª posição dentre 187 países avaliados. A expectativa de vida é de 64,4 anos, e o índice de alfabetização, de 82,3%. O Gabão, apesar de destacar-se positivamente na África, continua enfrentando sérios problemas, entre eles, extrema pobreza (que atinge um terço da população), alto nível de desemprego (que afeta 27% da população ativa) e a injusta concentração da renda.

Não há nenhuma grave crise humanitária no Gabão, que é considerado, apesar de suas várias etnias e línguas, um Estado estável, na região. A língua francesa acaba por funcionar como elemento de coesão no país, que não enfrenta conflito armado nem interno, nem em suas fronteiras com Guiné-Equatorial, Cameroun e República Democrática do Congo (RDC). Embora a situação de segurança na RDC continue muito preocupante, a zona de instabilidade congoleza encontra-se predominantemente na região oriental do país, distante, portanto, do Gabão.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior gabonesa é tradicionalmente conservadora e alinhada ao Ocidente, especialmente à França, que mantém conselheiros permanentemente lotados nos ministérios e nas Forças Armadas gabonesas. Ex-colônia francesa, coração da *Françafrique*, o Gabão hospeda a maior base militar francesa na África. Desde a assunção de Ali Bongo, no entanto, a prioridade externa gabonesa tem sido a diversificação de parcerias, mediante crescente aproximação aos EUA e a países emergentes.

Atuação Regional

No âmbito regional africano, o Gabão tem tido atuação ativa. O país tem tradição na mediação de conflitos na região (Chade, República Centro-Africana, Congo-Brazzaville e Kinshasa e Angola) e é sede de organismos regionais, como a CEEAC, e do escritório da ONU para a África Central.

O Gabão desempenha papel estabilizador na África Central, com destaque para seu apoio aos esforços de paz na República Centro-Africana (RCA). Além de sua atuação por meio da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), Libreville contribui com cerca de 440 soldados para a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na RCA (MINUSCA). O atual Chefe da Missão da ONU na RCA, Parfait Onanga-Anyanga, é gabonês.

Marrocos

O Gabão também mantém laços estreitos com o Marrocos, onde o Presidente Ali Bongo esteve diversas vezes, a convite do rei Mohammed VI. Durante a última visita do Rei, em junho de 2015, vários acordos de cooperação, principalmente em matéria de formação profissional, foram assinados. Um projeto para criar uma fábrica de fertilizantes perto de Port-Gentil está sob consideração.

Guiné Equatorial

O Gabão está envolvido em uma disputa marítima territorial na Corte Internacional de Justiça com a Guiné Equatorial por conta das ilhas da baía Corisco.

EUA

Os EUA estabeleceram relações diplomáticas com o Gabão em 1960 e, atualmente, apoiam as reformas do Gabão por mais transparência no governo. O

Presidente Bongo foi recebido oficialmente pelo Presidente dos EUA e tornou-se o primeiro presidente da África francófona a ser recebido na Casa Branca pelo Presidente Obama. O presidente Bongo participou da Cúpula EUA-África, realizada em agosto de 2014, e o Secretário de Estado para a Marinha, Ray Mabus, também visitou Libreville em 2014.

Canadá

O Canadá estabeleceu relações diplomáticas com o Gabão em 1963. O Gabão é representado, no Canadá, por uma Embaixada em Ottawa. Desde 2003, o Canadá tem trabalhado com o Gabão no Grupo de Amigos da Região de Grandes Lagos (Group of Friends of the Great Lakes Region), apoiando a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Ásia

Na Ásia, o Gabão deseja desenvolver suas relações com a Coreia do Sul (acordos assinados no domínio da cooperação cultural, mineração e hidrocarbonetos) e, ao mesmo tempo, manter seus laços com o Japão, um dos principais investidores nas áreas de pesca e da floresta.

A China, que estabeleceu relações diplomáticas com o Gabão em 1974, é, também, um parceiro fundamental. Omar Bongo foi um dos poucos chefes de Estado africanos a ser recebido pelo presidente Hu Jintao na primeira Cúpula China-África, em 2006. A presença chinesa no país tem sido crescente nos últimos dez anos, assumindo diversos empreendimentos nos setores de construção civil, infraestrutura e mineração. Problemas relacionados à mina de minério de ferro de Belinga (principal projeto do país, concedido a uma empresa chinesa em 2007, em detrimento da brasileira VALE), no entanto, tem causado fricções na relação bilateral.

O Presidente Ali Bongo também desenvolveu laços com Singapura, onde assinou acordos, em 2010, no campo do desenvolvimento urbano e da gestão portuária. A *Olam*, empresa de Singapura, ocupa lugar de destaque na economia do Gabão.

Turquia

Vários acordos de cooperação foram assinados na última visita oficial ao Gabão do Presidente Recep Tayyip Erdogan, em maio de 2015. Ancara abriu uma embaixada em Libreville, em janeiro de 2012, ato reciprocado por Libreville, em dezembro de 2015. Após um forte crescimento, o comércio entre os dois países está estabilizando-se nos níveis de 2012.

Meio ambiente

Favorável à conclusão de um acordo global juridicamente vinculante sobre a redução de gases de efeito estufa, o Presidente do Gabão contribuiu para o êxito da Conferência dos Estados Partes (COP), em Paris, no final de 2015, mobilizando seus pares na África Central.

O Gabão tem defendido, ainda, que a ONU dê ênfase ao combate contra os crimes contra a fauna e a flora. Libreville tem se empenhado no combate à caça ilegal de marfim, tendo assinado compromisso contra venda de estoques desse produto.

Tribunal Penal Internacional

O Gabão é parte do Estatuto de Roma, instrumento que ratificou em 2000.

ONU

O Gabão foi eleito para o Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas por um período de três anos (2013-2016) e exerceu sua presidência em 2014. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, a última vez em que o Gabão exerceu mandato ocorreu no biênio 2010-2011.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama econômico

A economia do Gabão recuperou-se rapidamente dos efeitos recessivos da crise financeira internacional de 2008. Nessas condições, após lograr crescimento de 6,3% em 2010, o Gabão reforçou sua perspectiva econômica e atingiu expansão de 7,1% no ano de 2011. Embora em ritmo levemente inferior, a economia continuou mostrando sinais de resistência no biênio seguinte, tendo em vista que registrou crescimento médio em torno de 5% ao ano; caindo, porém, para 4,3% em 2014. Embora em base mais modesta, a economia prosseguiu exibindo comportamento positivo em 2015, tendo em vista que registrou crescimento de 3,5% no ano em questão. Em termos nominais, o PIB do Gabão atingiu o patamar de US\$ 13,8 bilhões, e o PIB *per capita* somou US\$ 8.581.

Ainda que positivos, os últimos indicadores mostram a situação de vulnerabilidade do Gabão frente à atual volatilidade das cotações internacionais de produtos da cadeia petrolífera. Esse quadro é agravado na medida em que a produção de petróleo, atualmente em torno de 240 mil barris diários, vem diminuindo.

Mesmo à luz desse cenário, o FMI avalia como positiva a situação do país no médio prazo. A linha central de projeção do crescimento do PIB gabonês aponta para uma expansão de aproximadamente 5% ao ano, no atual biênio 2016-2017. Entre as atividades economicamente significativas citam-se, também, a extração de madeira e de manganês. No campo da diversificação econômica, autoridades gabonesas têm envidado esforços voltados à busca pela autossuficiência alimentar através do desenvolvimento da agricultura, inclusive como meio de mitigar a taxa de desemprego, que é considerada alta por alguns analistas locais.

Mineração

Historicamente restrito à produção de manganês e urânio, o setor minerador é o foco principal do Governo gabonês em sua estratégia de diversificação da produção, em resposta ao constante declínio da produção do petróleo e aos declinantes preços da commodity. Para tanto, uma reestruturação da gestão do setor mineral tem sido levada a cabo pelo país, focada no estímulo à transformação local de parte da produção, no aumento da participação do Estado no setor e na atração de novas empresas para o país.

Apesar da mineração contribuir, atualmente, com menos de 5% do PIB, há expectativa de que a participação aumente substantivamente com o fomento da atividade em áreas até agora inexploradas, como as de minério de ferro e ouro, em primeiro lugar; e diamantes, bauxita, cobre, zinco, terras raras, nióbio, tântalo

e fosfatos, em um segundo momento. A retomada da produção de urânio é aguardada para breve, bem como o início da transformação local do manganês, mineral do qual o Gabão projeta tornar-se o maior produtor mundial.

Setor mais tradicional da mineração gabonesa, o manganês vem sendo explorado no país há cerca de 50 anos, com 83% da produção concentrada na "Compagnie Minière de l'Ogooué (COMILOG - com 63,71% do capital social detido pela francesa Eramet e 28,94% pelo Estado gabonês). O Gabão é, atualmente, o quarto maior produtor do mundo (atrás de Austrália, África do Sul e China), com 3,5 milhões de toneladas em 2014 e 15% de participação no mercado global.

Para melhorar a governança do setor mineiro, iniciativas em curso incluem a criação de um novo Código Minerador e a formação de uma companhia mineradora estatal, a *Société Équatoriale des Mines* (SEM). A SEM foi criada legalmente em agosto de 2011, está ligada à Presidência da República e sob tutela técnica do Ministério da Indústria e das Minas. Segundo autoridades gabonesas, a SEM deverá envolver-se com atividades em jazidas estratégicas, individualmente ou com outros parceiros, como é o caso do projeto de Belinga (exploração de minério de ferro).

Petróleo e gás natural

O Gabão é relevante ator no cenário mundial de petróleo, com reservas comprovadas da ordem de dois bilhões de barris, segundo a edição de 2015 do Boletim Estatístico da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). O país integrou a OPEP entre 1975 e 1995. Sua produção diária, em 2014, foi de cerca de 231 mil barris, o que fez do país o nono maior produtor africano naquele ano e o sexto maior produtor da África subsaariana (se excluídos Egito, Líbia e Argélia). Seu consumo interno é baixo, e o país exporta a produção excedente, majoritariamente, para Japão, EUA, Austrália, Índia e países europeus, a exemplo da Espanha. A produção gabonesa já foi consideravelmente maior, tendo atingido a marca de 370 mil barris/dia em 1997 e declinado progressivamente desde então, estabilizando-se na última década na faixa de 230 a 250 mil barris diários. Mantido o nível atual de produção, as reservas teriam pouco mais de 20 anos de sobrevida. Não obstante, o Gabão tem mais de uma centena de campos em atividade e novas ações de prospecção, sobretudo em águas profundas, devem aumentar a produção no médio e longo prazo.

A economia gabonesa é altamente dependente do petróleo. Segundo análise do Fundo Monetário Internacional, a exploração do petróleo responde por mais da metade do orçamento governamental e equivale a cerca de 80% das exportações do país. Como a maioria dos campos do Gabão já se encontra em declínio, o Governo gabonês tem procurado fomentar o investimento no setor por meio de novas rodadas licitatórias e termos favoráveis para investimentos estrangeiros. O Ministério do Petróleo é o responsável por toda a regulação no

setor. O país tem uma estatal petrolífera, a *Société Nationale Petrolière Gabonaise* (SNPG), que não está, contudo, envolvida no desenvolvimento de projetos. O sistema tributário gabonês é receptivo ao investimento estrangeiro e determinados subsetores da exploração e da produção petrolífera são isentos do imposto sobre valor agregado. O país tem, ainda, buscado aumentar a transparência das atividades relacionadas à indústria petrolífera.

No que tange ao gás natural, o Gabão possui reservas de gás de cerca de um trilhão de pés cúbicos, conforme estimativas da U. S. Energy Information Administration (EIA) para 2015. Em 2012, o país produziu e consumiu cerca de 230 milhões de pés cúbicos de gás. A maioria da produção é usada na geração de eletricidade e na operação da única refinaria de petróleo do país, construída na década de sessenta. O Governo gabonês, contudo, está explorando a possibilidade de desenvolver atividades industriais relacionadas ao gás natural.

A filial gabonesa da empresa francesa Total anunciou, recentemente, ter encontrado depósito de gás condensado em zona fronteira à camada pré-sal da plataforma continental gabonesa. A descoberta gerou otimismo em relação ao potencial do pré-sal gabonês, cujos principais blocos devem ser licitados no futuro próximo.

Agricultura

A agricultura tornou-se uma das áreas privilegiadas do plano de diversificação econômica do Presidente Ali Bongo Ondimba. O Gabão atualmente importa mais de 85% de seu consumo alimentar (a um custo de cerca de US\$ 300 milhões/ano), e a produção nacional (incluindo a pecuária e a pesca) não contribui com mais que 3,8% do PIB. O Gabão desenvolveu um plano de investimentos no setor agrícola que prevê a injeção de cerca de 10% do orçamento do Estado nesse setor. O país tem grande potencial para a produção em ampla escala de óleo de palma, borracha, café, cacau e açúcar.

Recursos florestais

O setor florestal contribui com cerca de 6% do PIB não petrolífero e é o segundo maior empregador do país. Para estimular a transformação local, o governo introduziu uma lei proibindo a exportação de madeira bruta em maio de 2010, o que tem levado a uma reestruturação completa do setor. A madeira é um dos recursos mais abundantes do Gabão, que tem 85% de seu território (22 milhões de hectares) coberto pela floresta equatorial da Bacia do Congo.

Indústria

A atividade industrial não petrolífera no país ainda se encontra em um estágio inicial, contribuindo com cerca de 8% do PIB. O governo gabonês tem,

no entanto, estimulado o desenvolvimento do setor de processamento de alimentos e bebidas, agroindústria, material de construção e processamento de madeira. Há no país uma refinaria de petróleo, uma fábrica de cimento e pequena indústria editorial, de processamento de tabaco e geração de energia elétrica. O foco da Estratégia Nacional de Industrialização do Gabão é, no entanto, o processamento da produção mineral, havendo intenção de instalação de usina siderúrgica de pequenas proporções no país junto do início da exploração de Belinga.

Energias renováveis

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), 53,3% da oferta primária total de energia no Gabão corresponderia ao uso da biomassa tradicional, enquanto os hidrocarbonetos responderiam por 43,4%, e a hidroenergia por, aproximadamente, 3,3% (ano base 2013). No que tange à matriz elétrica, a capacidade instalada, em 2014, era de, aproximadamente, 443 MW, dos quais cerca da metade correspondiam à geração termelétrica a gás natural, 40%, à hidroenergia e o restante, cerca de 10%, a termelétricas movidas a carvão ou óleo combustível.

Embora detentor de grandes reservas de petróleo, a matriz energética do Gabão baseia-se em fontes renováveis de energia, as quais correspondem a 66% do total (IRENA, 2009); no entanto, trata-se majoritariamente de biomassa tradicional, a qual responde por 62% da matriz energética do país, seguida por petróleo e derivados (26%), gás natural (8%) e hidroeletricidade (4%). As fontes renováveis foram responsáveis, em 2009, por 53,6% da produção de eletricidade (geração hídrica em sua quase totalidade). Há, ainda, meta do Governo de que, até o final de 2016, 80% da energia consumida no Gabão seja procedente de fontes renováveis, além de atingir índice de 70% da eletricidade gerada por essas fontes. De acordo com estimativas do Governo gabonês, isso seria possível graças ao início da operação de diversos projetos hidrelétricos.

Ademais, a intenção anunciada pelo Presidente Ali Bongo Ondimba é de que, em 2020, o Gabão tenha uma matriz energética "100% limpa" (80% renovável e 20% proveniente do gás natural). O país possui uma média de uso de eletricidade *per capita* de 1.043 kw/h, quase o dobro da média africana, de 579 kw/h.

Comércio internacional

Entre 2005 e 2014, as exportações gabonesas de bens registraram crescimento de 74%. Em termos absolutos, portanto, passaram de US\$ 4,79 bilhões, no primeiro ano da série histórica, para atingir o nível de US\$ 8,34 bilhões, em 2014. Em termos de destino, foram os seguintes os principais mercados para as exportações do Gabão, em 2014: China (19,3% de participação

no total); Japão (17,5%); Austrália (12,8%); Estados Unidos (9,6%); Índia (9,4%); Coreia do Sul (7,7%); Espanha (5,5%). O Brasil ocupou posição muito discreta: foi o 98º mercado de destino para as exportações gabonesas. No que tange à composição da oferta, a pauta exportável é marcadamente caracterizada pela preponderância de produtos da cadeia petrolífera. Assim, os combustíveis detiveram participação de 82,7% sobre o total da exportação de 2014. Os minérios representaram 8,5% da pauta; ao passo que madeiras e carvão vegetal somaram 5,5% do total. Conforme salientado, o atual patamar das cotações internacionais do petróleo bruto e seus derivados tende a prejudicar o desempenho do país no que tange à vertente externa.

As importações de bens mostraram forte crescimento nos últimos anos, tendo em conta que passaram de US\$ 1,38 bilhão, em 2005, para atingir US\$ 4,18 bilhões, em 2014. Em termos relativos, portanto, o incremento observado foi de 203%. Foram os seguintes os principais supridores externos do Gabão em 2014: França (21,6% de participação no total); República do Congo (13,0%); China (10,3%); Estados Unidos (10,0%); Bélgica (4,9%); Países Baixos (4,5%); Benin (3,4%). O Brasil, por sua vez, foi o 16º fornecedor do Gabão, detendo participação de 1,2% sobre o total importado pelo país. No que diz respeito à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos da importação gabonesa em 2014: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (19,7%); embarcações flutuantes (14,5%); obras de ferro ou aço (6,3%); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (6,1%); veículos e autopeças (5,5%); carnes e miudezas comestíveis (4,0%); combustíveis e lubrificantes (3,5%); instrumentos médicos e de precisão (2,9%); manufaturas de plástico (2,1%); móveis/mobiliário médico-cirúrgico (1,7%).

Os resultados da balança comercial são estruturalmente positivos. Assim, embora com tendência declinante, o superávit do país em transações comerciais de bens somou US\$ 4,16 bilhões em 2014.

Perspectivas

Em março de 2014, o Gabão assinou com o Banco Mundial três protocolos, nos domínios de gestão das finanças públicas, reforma fiscal, aduaneira e estatística. Os projetos com o Banco já somam US\$ 300 milhões, e a elevação do nível de entendimento com a instituição é creditada à boa avaliação que se tem sobre o Governo de Ali Bongo. O entendimento com o Banco Mundial também contribui para diminuir temores de que o Governo tenha problemas com suas contas.

Nesse quadro, as perspectivas econômicas para o país são positivas: o Ministério da Economia local prevê um crescimento médio de 7,7% do PIB para o período entre 2013 e 2017, uma taxa de inflação abaixo de 3% e melhoria na mobilização de receitas fiscais em atividades não petrolíferas. Ademais, apesar da atual tendência de pequeno retrocesso na produção física de petróleo, a

expectativa é de manutenção dos superávits comerciais acima de 10% do PIB. Pode-se acrescentar, ainda, que o Gabão tem atraído muitos Investimentos Estrangeiros Diretos (IDEs).

Plano Estratégico Gabão Emergente

Plano de governo contendo uma “Visão 2025” (“alçar o Gabão ao patamar de país emergente”) e orientações estratégicas para o período 2011-2016, o plano de governo do Presidente Ali Bongo Ondimba é baseado em três pilares: “Gabão Industrial”, “Gabão Verde” e “Gabão dos Serviços”.

O eixo industrial incorpora o Esquema Diretor Nacional de Infraestruturas e também a Estratégia Nacional de Industrialização, sendo seu foco a valorização dos recursos naturais como estratégia para diversificação da economia e diminuição da dependência do petróleo, produto que não é, no entanto, desconsiderado, sendo previsto o relançamento da indústria, de forma a otimizar as receitas (por meio inclusive da ação estatal direta, por meio da *Gabon Oil Company*, e da concentração na exploração das águas profundas). São citados ainda o desenvolvimento do potencial minerador e o desenvolvimento de indústrias de apoio.

O eixo ecológico foca nos 22 milhões de hectares de florestas do país, suas terras agricultáveis sub-utilizadas e nos 800 quilômetros de litoral marítimo. São previstos projetos de gestão sustentável da exploração madeireira certificada, o desenvolvimento de projetos agroindustriais e a promoção da atividade pesqueira e haliêutica.

O eixo dos serviços, por fim, dá ênfase ao desenvolvimento do turismo, da formação técnica superior, da tecnologia da informação e de novos serviços relacionados à economia verde, bem como de serviços financeiros, de saúde e imobiliários.

ANEXOS**Cronologia histórica do Gabão**

Século XV	Comerciantes portugueses chegam ao atual Gabão, território habitado por pigmeus
Século XIX	França assume o status de protetora do território por meio de acordos com chefes tribais
Início do século XX	França transforma o Gabão em território colonial.
1960	Proclamação da Independência
1961	Eleição de Leon Mba a presidente
1964	Tentativa fracassada de golpe de Estado
1967	Morte do Presidente Léon Mba e assunção de Albert Bernard Bongo
1968	Criação do PDG, único partido autorizado
1972	Diferendo fronteiriço com a Guiné Equatorial quanto à Ilha de Mbanié
1973	Presidente Albert Bernard Bongo converte-se ao islamismo e adota Omar Bongo como seu novo nome
1975	Gabão torna-se membro da OPEP
1977	Criação da estatal Air Gabon
1978	Expulsão de 10.000 nacionais beninenses
1981	Expulsão de milhares de nacionais camerounenses
1990	Instauração do multipartidarismo
1994	Desvalorização do Franco CFA
1996	Gabão deixa a OPEP
2003	Presidente Omar Bongo acrescenta o sobrenome Ondimba, de seu pai, a seu sobrenome
2009	Morte do Presidente Omar Bongo Ondimba e assunção da Presidenta do Senado até a eleição e posse de Ali Bongo Ondimba

Cronologia das relações bilaterais

1972	Visita ao Gabão do Chanceler brasileiro, Mário Gibson Barboza, em seu périplo africano.
1975	Primeira visita oficial do Presidente Omar Bongo ao Brasil
1982	Criação da Comissão Mista Brasil-Gabão
1983	Visita ao Brasil do Chanceler gabonês Martin Bongo
1992	Presidente Omar Bongo participa da CNUMAD, no Rio de Janeiro
2002	Visita do Presidente Omar Bongo a Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia
2004	Visita do Ministro das Relações Exteriores, da Cooperação e da Francofonia Jean Ping, para participar do Fórum Brasil-África
2004	Visita do Presidente Lula ao Gabão (Julho)
2006	Visita ao Brasil da Vice-Ministra Laure Gondjout, para participar da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador
2010	Reunião de consultas políticas Brasil-Gabão, em Libreville
2012	Presidente Ali Bongo Ondimba chefia a delegação gabonesa à Rio+20
2014	Visita do Presidente Ali Bongo Ondimba ao Brasil

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
			Data
Acordo de Cooperação Científica Técnica	14/10/1975	21/03/1981	15/04/1981
Acordo de Cooperação Cultural	14/10/1975	21/03/1981	15/04/1981
Acordo que cria a COMISTA	30/06/1982	09/05/1988	14/11/1988
Acordo Comercial	01/08/1984	09/09/1988	13/12/1988
Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	28/07/2004	28/07/2004	05/08/2004
Acordo, por troca de Notas, para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço	28/07/2004	27/08/2004	05/08/2004
<u>Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa</u>	18/01/2010	-	Em promulgação pela Presidenta da República

Dados econômico-comerciais

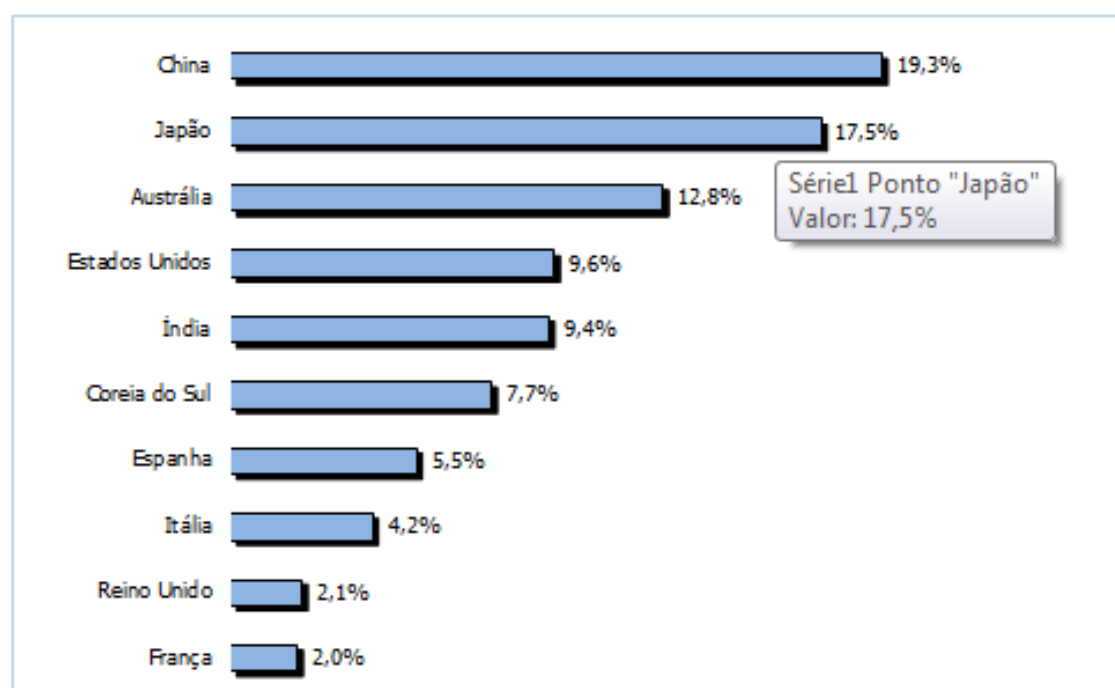
Direção das exportações do Gabão US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
China	1.608	19,3%
Japão	1.458	17,5%
Austrália	1.066	12,8%
Estados Unidos	798,0	9,6%
Índia	784,4	9,4%
Coreia do Sul	643,3	7,7%
Espanha	457,6	5,5%
Itália	349,7	4,2%
Reino Unido	175,2	2,1%
França	164,2	2,0%
...		
Brasil (98ª posição)	0,0	0,0%
Subtotal	7.504	90,0%
Outros países	832	10,0%
Total	8.336	100,0%

Elaborada pela MRE/DEPRENOC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Gabão não informou seu dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "suponha", ou seja, com base na informação fornecida pelas principais comercial.

10 principais destinos das exportações



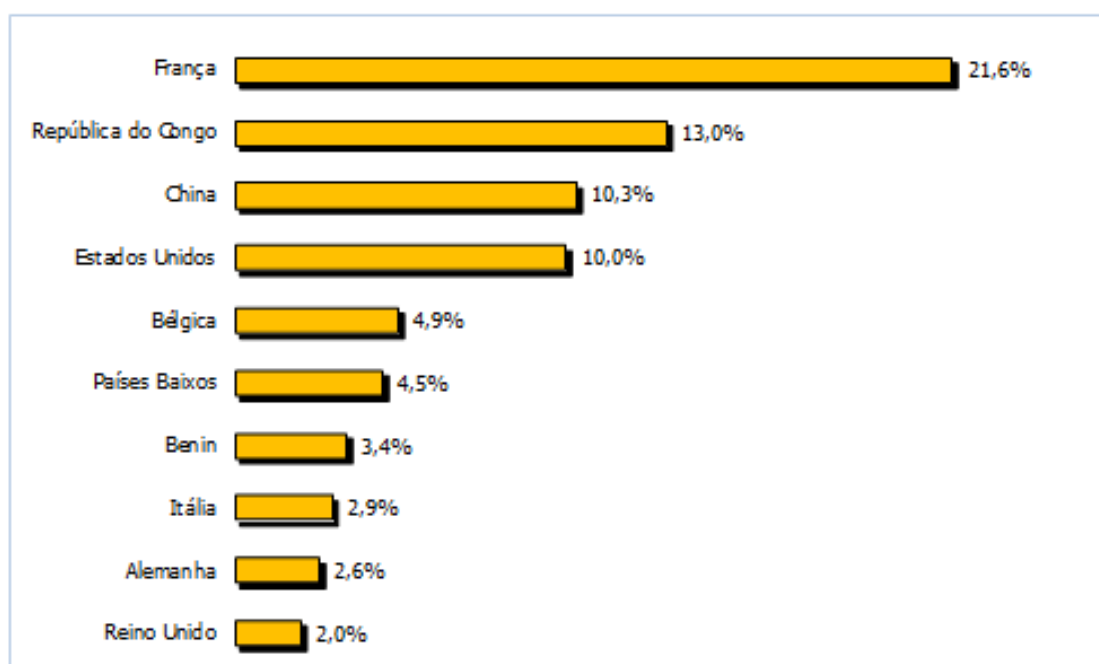
Origem das importações do Gabão US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
França	902,4	21,6%
República do Congo	543,5	13,0%
China	430,3	10,3%
Estados Unidos	417,3	10,0%
Bélgica	206,5	4,9%
Países Baixos	186,9	4,5%
Benin	141,6	3,4%
Itália	123,1	2,9%
Alemanha	107,3	2,6%
Reino Unido	84,0	2,0%
...		
Brasil (16ª posição)	49,5	1,2%
Subtotal	3.192	76,4%
Outros países	987	23,6%
Total	4.180	100,0%

Elaborado pela MRE/DEPEX/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Gabão não informou seu dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "suplanta", ou seja, com base na informação fornecida pelas empresas comerciais.

10 principais origens das importações



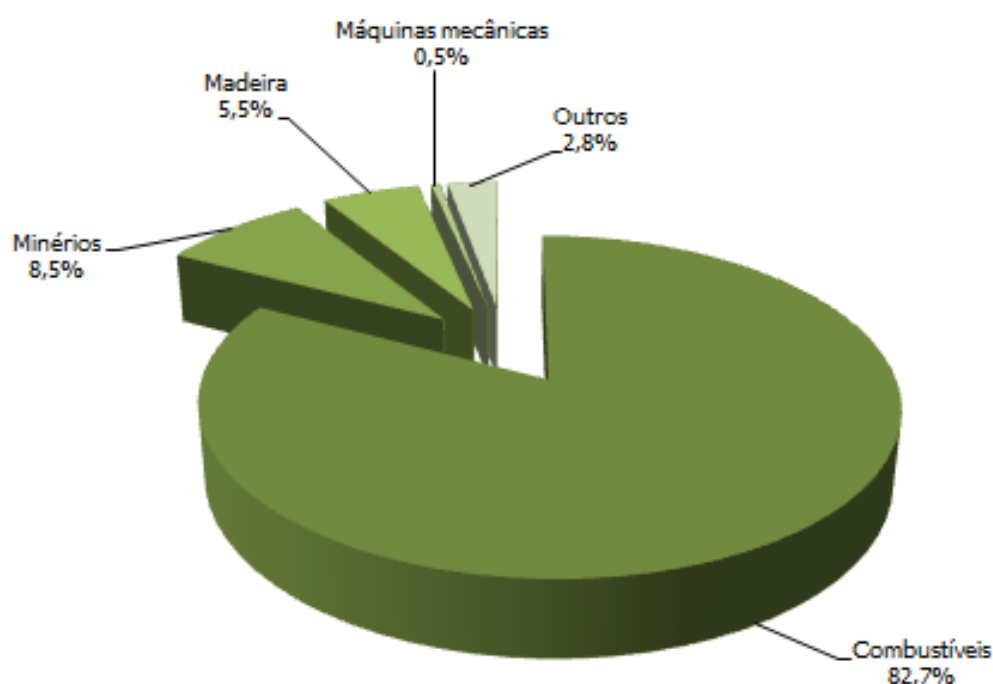
Composição das exportações do Gabão US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	6.893	82,7%
Minérios	704,5	8,5%
Madeira	458,7	5,5%
Máquinas mecânicas	42,3	0,5%
Subtotal	8.099	97,2%
Outros	237	2,8%
Total	8.336	100,0%

Elaborado pelo MRE/DIPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Gabão não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Principais grupos de produtos exportados



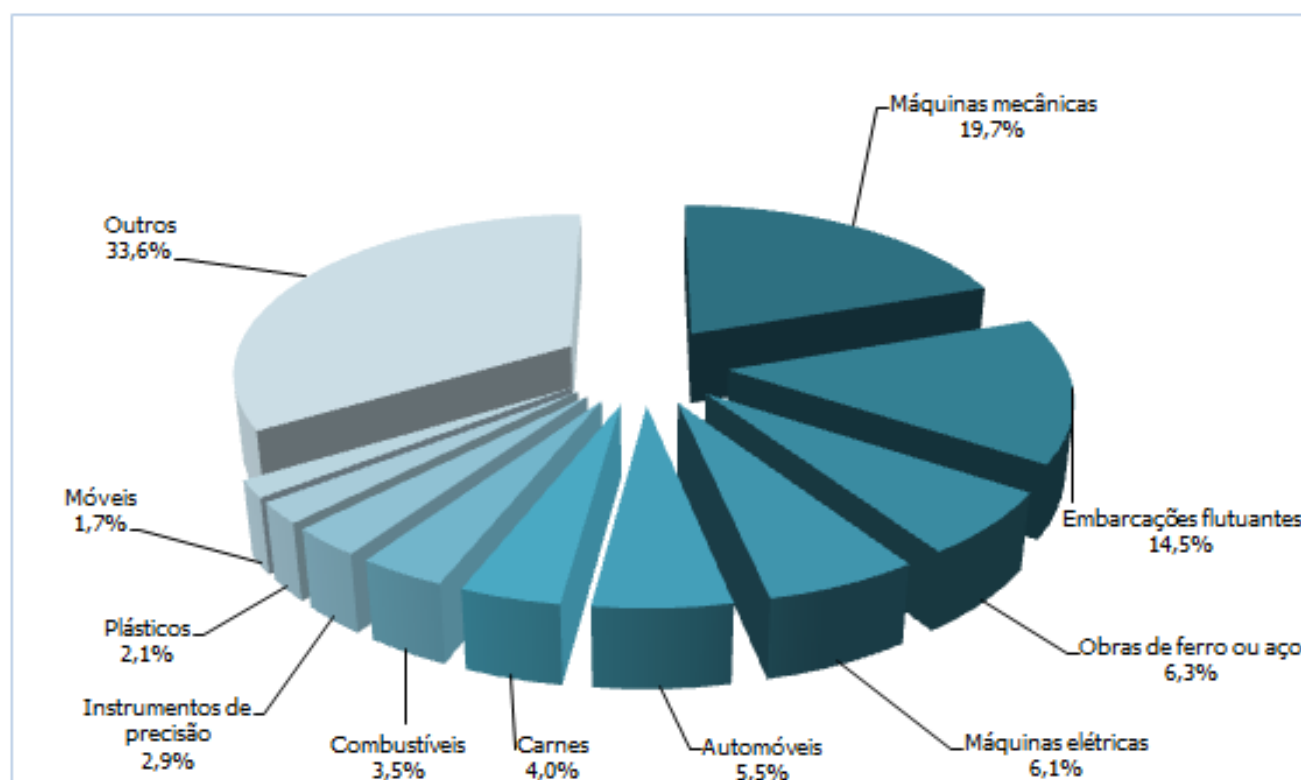
Composição das importações do Gabão US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas mecânicas	824,1	19,7%
Embarcações flutuantes	605,6	14,5%
Obras de ferro ou aço	265,2	6,3%
Máquinas elétricas	256,1	6,1%
Automóveis	229,1	5,5%
Carnes	167,3	4,0%
Combustíveis	145,8	3,5%
Instrumentos de precisão	119,9	2,9%
Plásticos	88,3	2,1%
Móveis	72,1	1,7%
Subtotal	2.773	66,4%
Outros	1.406	33,6%
Total	4.180	100,0%

Elaborado pela MRE/DEFEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Gabão não informou os dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "suplanta", ou seja, com base nas informações fornecidas pelas empresas comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



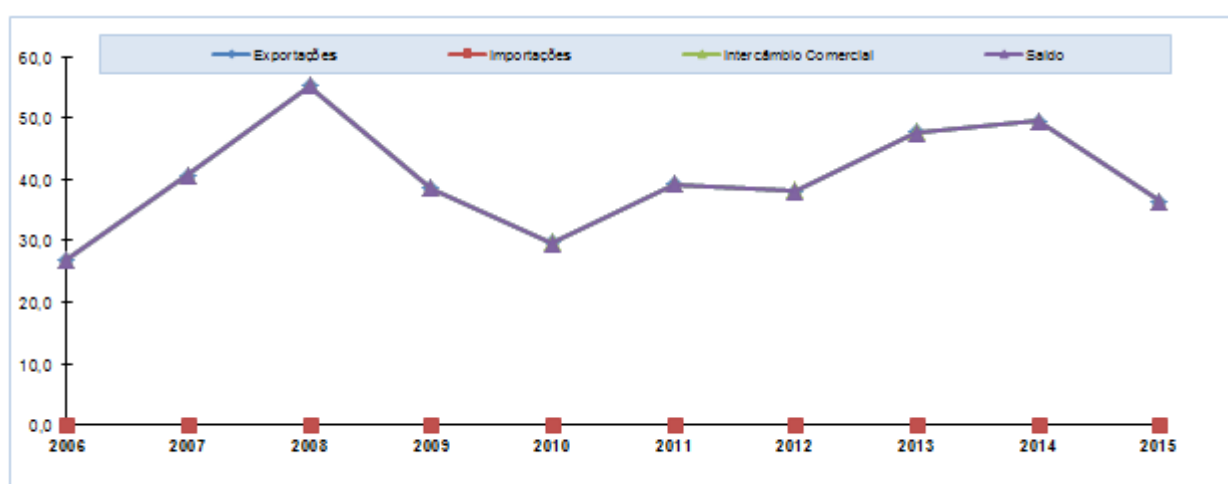
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Gabão
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	27,0	-1,8%	0,02%	0,002	269,3%	0,00%	27,0	-1,8%	0,01%	27,0
2007	40,7	51,1%	0,03%	0,013	566,1%	0,00%	40,8	51,1%	0,01%	40,7
2008	55,2	35,6%	0,03%	0,011	-17,2%	0,00%	55,2	35,5%	0,02%	55,2
2009	38,6	-30,1%	0,03%	0,021	100,9%	0,00%	38,6	-30,1%	0,01%	38,6
2010	29,7	-23,2%	0,01%	0,002	-92,5%	0,00%	29,7	-23,2%	0,01%	29,7
2011	39,2	32,1%	0,02%	0,009	467,9%	0,00%	39,2	32,1%	0,01%	39,2
2012	38,1	-2,7%	0,02%	0,126	(+)	0,00%	38,3	-2,4%	0,01%	38,0
2013	47,6	24,9%	0,02%	0,016	-87,6%	0,00%	47,7	24,5%	0,01%	47,6
2014	49,5	3,9%	0,02%	0,003	-77,7%	0,00%	49,5	3,9%	0,01%	49,5
2015	36,5	-26,3%	0,02%	0,003	-12,7%	0,00%	36,5	-26,3%	0,01%	36,5
2016 (janeiro)	2,50	10,0%	0,02%	0,01	(+)	0,00%	2,51	10,4%	0,01%	2,49
Var. % 2006-2015	35,3%		--	56,5%		--	35,3%		--	n.c.

Elaborada pela MRE/DEPRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MRC/COSECOM/ANACOM, Fevereiro de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

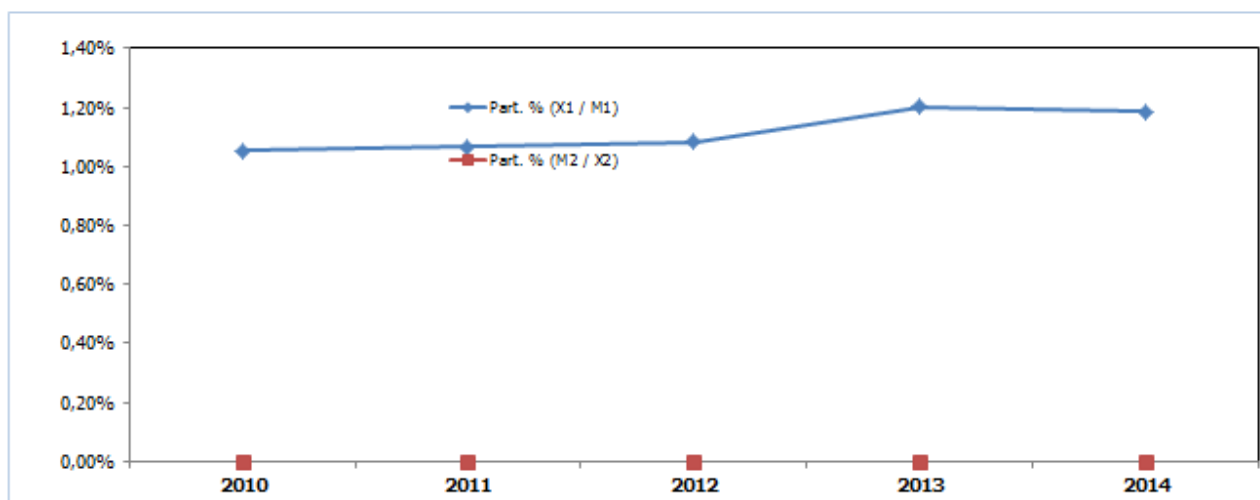
(n.c.) Dados não calculados, por razão específica.

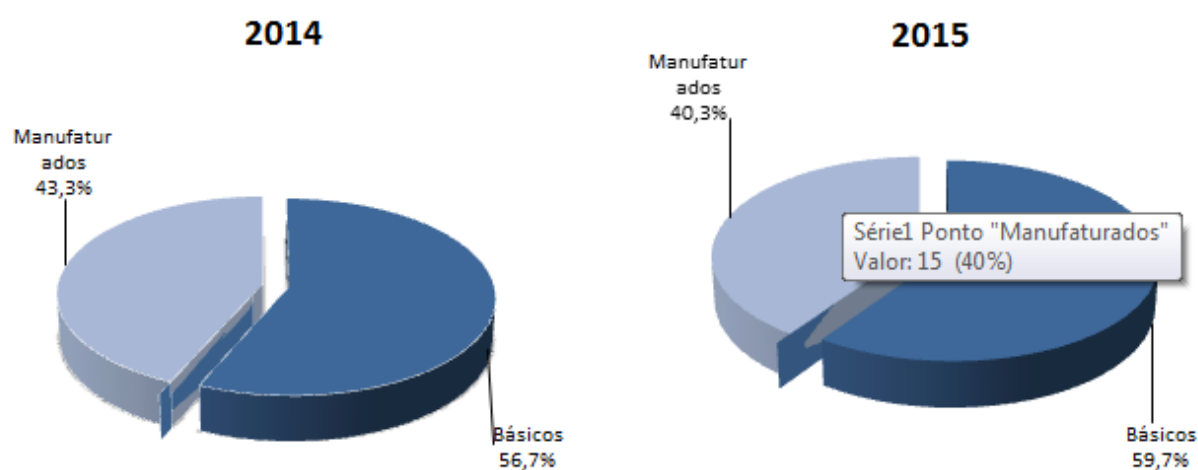
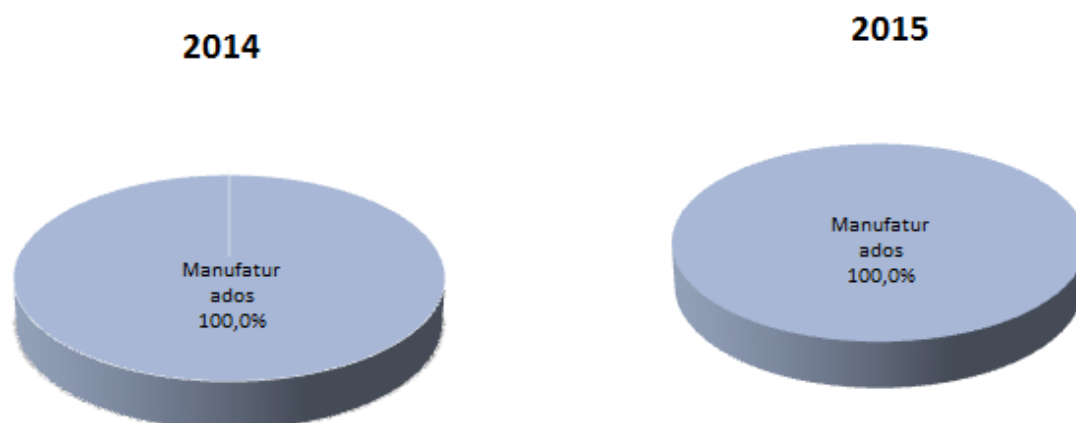


Part. % do Brasil no comércio do Gabão
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Gabão (X1)	29,7	39,2	38,1	47,6	49,5	66,9%
Importações totais do Gabão (M1)	2.818	3.672	3.524	3.961	4.180	48,3%
Part. % (X1 / M1)	1,05%	1,07%	1,08%	1,20%	1,18%	12,5%
Importações do Brasil originárias do Gabão (M2)	0,002	0,009	0,126	0,016	0,003	116,0%
Exportações totais do Gabão (X2)	7.165	10.554	10.214	9.774	8.336	16,3%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	85,7%

*Elaborado pela MRE/DEPEX/DEIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MRE/SECEX/Sistema de Comércio Exterior (SISCOMEX).
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Gabão e vice-versa explicam-se pela uso de fatores distintos e também por diferentes metodologias de cálculo.*



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**Comparativo 2015 com 2014****Exportações Brasileiras⁽¹⁾****Importações Brasileiras**

Elaborado pelo MREADPRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

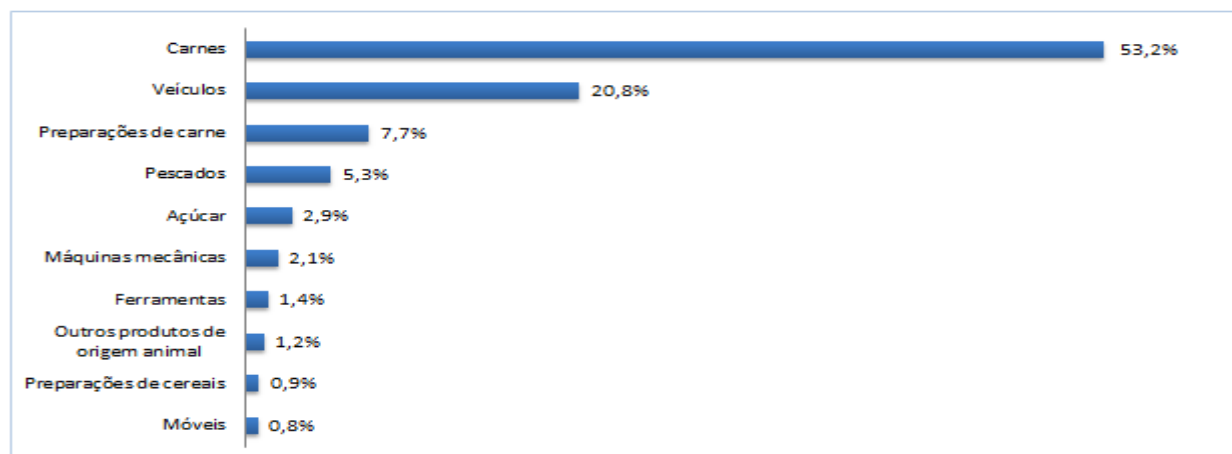
(!) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Gabão
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	26,49	55,6%	24,87	50,2%	19,39	53,2%
Veículos	6,00	12,6%	10,46	21,1%	7,57	20,8%
Preparações de carne	1,89	4,0%	2,35	4,7%	2,81	7,7%
Pescados	1,31	2,8%	2,83	5,7%	1,94	5,3%
Açúcar	2,46	5,2%	1,65	3,3%	1,06	2,9%
Máquinas mecânicas	1,29	2,7%	1,17	2,4%	0,75	2,1%
Ferramentas	0,42	0,9%	0,48	1,0%	0,53	1,4%
Outros produtos de origem animal	0,33	0,7%	0,35	0,7%	0,44	1,2%
Preparações de cereais	0,24	0,5%	0,33	0,7%	0,33	0,9%
Móveis	0,29	0,6%	0,23	0,5%	0,30	0,8%
Subtotal	40,72	85,5%	44,72	90,3%	35,12	96,3%
Outros produtos	6,91	14,5%	4,78	9,7%	1,36	3,7%
Total	47,64	100,0%	49,50	100,0%	36,48	100,0%

Elaborado pela MRE/DPP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

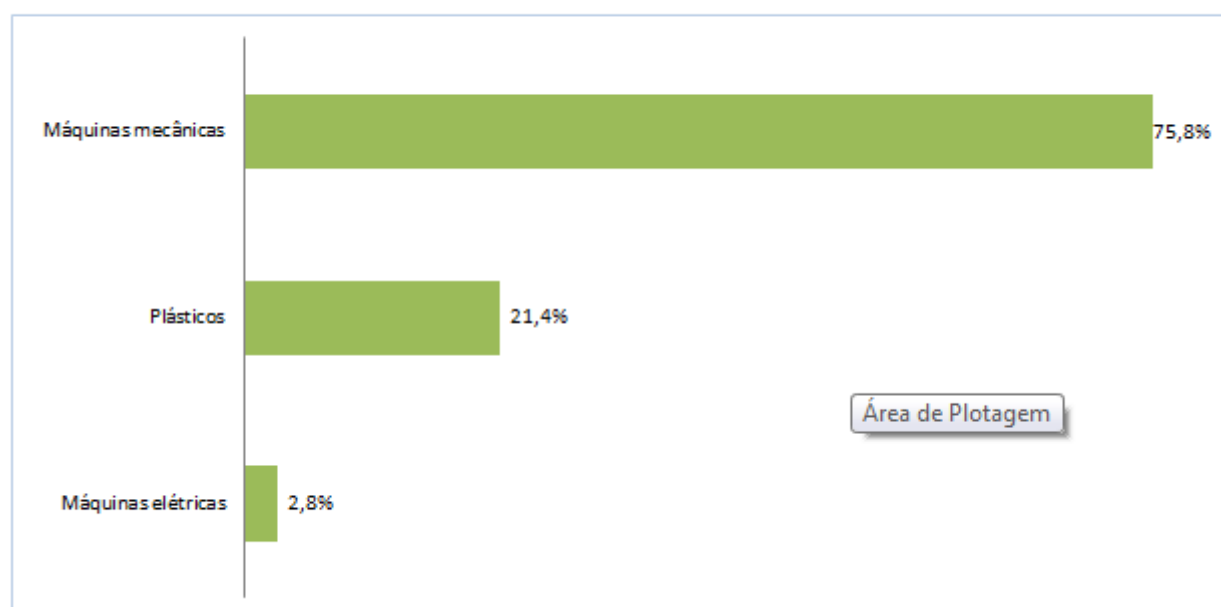


**Composição das importações brasileiras originárias do Gabão
US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,86	5,5%	3,62	96,6%	2,30	75,8%
Plásticos	7,65	49,0%	0,00	0,0%	0,65	21,4%
Máquinas elétricas	1,51	9,7%	0,00	0,0%	0,09	2,8%
Subtotal	10,01	64,1%	3,62	96,6%	3,03	100,0%
Outros produtos	5,60	35,9%	0,13	3,4%	0,00	0,0%
Total	15,61	100,0%	3,75	100,0%	3,03	100,0%

Elaborado pela MRE/DPPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Aviso nº 201 - C. Civil.

Em 25 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ofícios da Câmara dos Deputados



Ante-se ao processado do
PROJETO DE LEI DO SENADO
nº 515, de 2015
Em 1.04.2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 17/2016/PS-GSE

Brasília, 27 de abril 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.073, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 515, de 2015, nessa Casa), que "Institui o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.272, de 15 de abril de 2016.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,



Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

27/04/2016
Deputado Beto Mansur
Assinatura manuscrita





Junte-se ao processado do
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
nº 107, de 2002
Em 1 / 04 / 2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 18/2016/PS-GSE

Brasília, 27 de abril 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

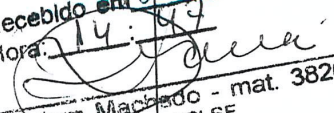
Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.589, de 2001, da Câmara dos Deputados (PLC nº 107, de 2002, nessa Casa), que "Altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.273, de 15 de abril de 2016.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 27, 04, 2016
Hora: 14:44

Myriam Machado - mat. 38262
SGM/SLSF



Pareceres



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

Aprovado
à sanção.

Em 20/04/2016

(*) PARECER Nº 451, DE 2016

Redação final do Projeto de Lei da
Câmara nº 38, de 2014 (nº 4.539, de
2008, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2014 (nº 4.539, de 2008, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida e dá outras providências*, consolidando a Emenda nº 1 – CAS, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 20 de abril de 2016.

Senador Zeze Perrella, Presidente

Senadora Ângela Portela, Relatora

Senador Vicentinho Alves

Senador Gladson Cameli

(*) Republicado para consolidação de emenda de redação.

ANEXO AO PARECER Nº 451, DE 2016.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2014 (nº 4.539, de 2008, na Casa de origem).

Dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida, destinado às empresas que desenvolvam programa de esclarecimento e incentivo aos seus funcionários para a doação de sangue e de medula óssea.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se empresa solidária com a vida a pessoa jurídica que adota política interna permanente destinada a informar, conscientizar e estimular seus funcionários à doação voluntária e regular de sangue e ao cadastramento para a doação de medula óssea.

Art. 2º São objetivos do programa:

I – distinguir e homenagear empresas com preocupação social e solidária com a vida;

II – informar e orientar os trabalhadores sobre a importância da doação de sangue e de medula óssea e sobre os procedimentos para fazer o cadastro no registro oficial de doadores de medula óssea;

III – estimular as empresas a concederem ao trabalhador oportunidade e condições para ir a banco de sangue ou hemocentro a fim de doar sangue e cadastrar-se como doador de medula óssea.

Art. 3º É prerrogativa da empresa que aderir ao programa:

I – utilizar o Selo Empresa Solidária com a Vida em suas peças publicitárias;

II – ser citada em publicações promocionais oficiais.

Art. 4º As empresas que receberem o selo previsto no art. 1º serão inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Solidárias com a Vida.

Parágrafo único. A partir do cadastro referido no *caput*, em cada Estado brasileiro, anualmente, serão premiadas 5 (cinco) empresas com o título Empresa Campeã de Solidariedade, selecionadas a partir das ações desenvolvidas de incentivo à doação de sangue e ao cadastramento de doadores de medula óssea.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 462, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 24, de 2016 (nº 87/2016, na origem), da Presidente da República, que *submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Doutor PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Olympio Pereira da Silva Junior.*

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

Chega ao Senado Federal a Mensagem (MSF) nº 24, de 2016 (nº 87, de 2016, na origem), na qual a Excelentíssima Senhora Presidente da República formaliza a indicação do dr. PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ para integrar, como Ministro, o Superior Tribunal Militar na vaga reservada ao Ministério Público Militar.

A Mensagem veicula, anexado, o *curriculum vitae* do indicado e todas as declarações exigidas pelo regramento regimental da matéria nesta Casa.

O exame dos elementos carreados pelo *curriculum vitae* do dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz demonstram uma vida funcional devotada institucionalmente ao Ministério Público Militar e à Justiça Militar.

O indicado ocupa, atualmente, o cargo de Subprocurador-Geral da Justiça Militar, exercendo seu múnus perante o Superior Tribunal Militar,

atuando também como Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar.

Ingressou no *Parquet* da Justiça Castrense por concurso público de provas e títulos em 1981. Em sua carreira pelo órgão, exerceu as funções de Procurador-Geral da Justiça Militar interino, Vice-Presidente do Conselho Superior e Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar, tendo atuado também como Corregedor-Geral do Ministério Público Militar.

Atualmente, como já referido, atua perante o Superior Tribunal Militar em nome da instituição ministerial.

É detentor de pós-graduação em Direito Internacional Humanitário e, igualmente, de pós-graduação no Curso Superior da Magistratura.

Foi agraciado por diversas condecorações, entre elas a Ordem do Mérito da Defesa, Ordem do Mérito Militar, Medalha do Pacificador e a Ordem do Mérito das Forças Armadas.

No campo editorial, é autor de diversos artigos relativos ao inquérito policial militar (IPM) e ao Conselho de Justificação na Justiça Militar, em alguns dando relevância à pesquisa histórica, em outros, a elementos técnico-doutrinários.

Finalmente, é membro fundador, pela Associação Nacional do Ministério Público Militar, do Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário, entidade fundacional, sem fins lucrativos, destinada à pesquisa do Direito Militar e do Direito Humanitário.

Em declaração acostada, indica a existência de parentes no serviço público, todos, no entanto, tendo nele ingressado por concurso público.

Declara, também, o exercício pretérito de funções não remuneradas no Instituto referido.

Os documentos relativos à vida fiscal e à vida pregressa também estão acostados e em ordem.

O exame dos predicados atribuídos ao indicado deixa livre de dúvida a sua qualificação para o exercício das elevadas funções pretendidas.

Por todo o exposto, entendemos que esta Comissão possui as informações necessárias para deliberar sobre a indicação do nome do dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senadora Ana Amélia, Relatora



Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Indicação de membro para exercer o cargo de Ministro do STM

MSF 24/2016 - PÉRICLES DE QUEIROZ

Início da votação: 27/04/2016 11:17:10

Fim da votação: 27/04/2016 12:00:39

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)		Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
JORGE VIANA		1. WALTER PINHEIRO	
GLEISI HOFFMANN		2. TELMÁRIO MOTA	votou
JOSÉ PIMENTEL	votou	3. LINDBERGH FARIAS	votou
FÁTIMA BEZERRA	votou	4. ANGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA	votou	5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	votou	6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA		7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	votou
Maioria (PMDB)		Maioria (PMDB)	
EUNÍCIO OLIVEIRA		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	votou	2. SÉRGIO PETECÃO	votou
MARTA SUPPLY	votou	3. GARIBALDI ALVES FILHO	votou
ROMERO JUCÁ		4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	votou	5. DÁRIO BERGER	votou
VALDIR RAUPP		6. ROSE DE FREITAS	votou
JADER BARBALHO		7. VAGO	
JOSÉ MARANHÃO	votou	8. RAIMUNDO LIRA	
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)		Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
JOSÉ AGRIPINO	votou	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	votou
RONALDO CAIADO	votou	2. ALVARO DIAS	votou
AÉCIO NEVES	votou	3. ATAÍDES OLIVEIRA	
RICARDO FERRAÇO		4. RICARDO FRANCO	
ANTONIO ANASTASIA		5. DAVI ALCOLUMBRE	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
ANTONIO CARLOS VALADARES	votou	1. VANESSA GRAZZIOTIN	
ROBERTO ROCHA		2. JOÃO CAPIBERIBE	votou
RANDOLFE RODRIGUES		3. LÍDICE DA MATA	
Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)		Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
EDUARDO AMORIM		1. DOUGLAS CINTRA	
MARCELO CRIVELLA		2. BLAIRO MAGGI	
MAGNO MALTA		3. VICENTINHO ALVES	

Votação:TOTAL 22 SIM 22 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 27/04/2016Senador José Maranhão
Presidente



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 27/04/2016 às 10h - 10ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. WALTER PINHEIRO
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. PAULO PAIM
BENEDITO DE LIRA	7. IVO CASSOL PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	8. ANA AMÉLIA PRESENTE

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTES
EUNÍCIO OLIVEIRA PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO PRESENTE	2. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
MARTA SUPLCY PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE
ROMERO JUCÁ	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET PRESENTE	5. DÁRIO BERGER PRESENTE
VALDIR RAUPP	6. ROSE DE FREITAS PRESENTE
JADER BARBALHO	7. VAGO
JOSÉ MARANHÃO PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE
RONALDO CAIADO PRESENTE	2. ALVARO DIAS PRESENTE
AÉCIO NEVES PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	4. RICARDO FRANCO
ANTONIO ANASTASIA	5. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO CARLOS VALADARES PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
ROBERTO ROCHA PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	3. LÍDICE DA MATA



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 27/04/2016 às 10h - 10ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA
MARCELO CRIVELLA		2. BLAIRO MAGGI
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. VICENTINHO ALVES

Não Membros Presentes

WELLINGTON FAGUNDES



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 10ª Reunião, Ordinária, da CCJ

Data: 27 de abril de 2016 (quarta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. Walter Pinheiro (S/Partido)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
José Pimentel (PT)	3. Lindbergh Farias (PT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Angela Portela (PT)
Humberto Costa (PT)	5. Zeze Perrella (PTB)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Paulo Paim (PT)
Benedito de Lira (PP)	7. Ivo Cassol (PP)
Ciro Nogueira (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Maioria (PMDB)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Marta Suplicy (PMDB)	3. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
Simone Tebet (PMDB)	5. Dário Berger (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	6. Rose de Freitas (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
José Maranhão (PMDB)	8. Raimundo Lira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
José Agripino (DEM)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Ronaldo Caiado (DEM)	2. Alvaro Dias (PV)
Aécio Neves (PSDB)	3. Ataídes Oliveira (PSDB)
Ricardo Ferraço (PSDB)	4. Ricardo Franco (DEM)
Antonio Anastasia (PSDB)	5. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	3. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Douglas Cintra (PTB)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Blairo Maggi (PR)
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 463, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Aviso nº 21, de 2016 (nº 223/2016, na origem), do Tribunal de Contas da União, que *encaminha cópia do Acórdão nº 772/2016 - TCU, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, que trata de Representação com a finalidade de avaliar o enquadramento de operação realizada entre o município de Belo Horizonte - MG e o FIDC-BH (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios) no conceito de operação de crédito estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 016.585/2009-0).*

Relator: Senador **LINDBERGH FARIAS**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, o Aviso nº 21, de 2016 (Aviso nº 223/2016, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 772, de 2016 – Plenário, que trata de Representação com a finalidade de avaliar o enquadramento de operação realizada entre o município de Belo Horizonte e o Fundo de Investimento de Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP – BH) no conceito de operação de crédito estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Representação tem por objetivo questionar se os recursos captados com os FIDCs e similares instituídos por Belo Horizonte, Nova Iguaçu e pelo Distrito Federal configurariam operações de crédito nos termos da LRF. Caso sejam assim caracterizadas, os entes da Federação que empreenderam essas operações estariam irregulares, pois, nos termos do art. 32 da referida Lei, operações de crédito devem obedecer a limites e condições fixados pelo Senado Federal, circunstâncias que, dentre outras, devem ser aferidas pelo Ministério da Fazenda.

Reconhecendo a complexidade do problema, e nos termos do art. 113, I, do Regimento Interno do TCU, os Ministros votaram por promover a oitiva desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que, caso tenha interesse, apresente, no prazo de 30 dias a contar da ciência, os esclarecimentos e informações que julgar pertinentes acerca da Representação em tela, especialmente no que tange à parte dispositiva da Resolução do Senado (RSF) nº 43, de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2015, em face dos objetivos declarados do Parecer CAE nº 1.019, de 2015, relativo ao Projeto de Resolução do Senado nº 50, de 2015.

No Acórdão, são descritas e analisadas as operações realizadas (ou em vias de obtenção de autorização) pelos municípios de Belo Horizonte e Nova Iguaçu e pelo Distrito Federal. Também foram analisadas, como questões incidentais, fundos similares do Município de São Paulo (FMSAI), e dos Estados de Goiás (Goiasparcerias), São Paulo (CPSEC) e Rio de Janeiro (CFSEC).

Em que pese diferenças de cada modelo adotado, em comum todos eles apresentam a característica de o ente receber um determinado valor de um investidor e, em troca, entregar o fluxo de receitas advindas dos direitos creditórios da dívida ativa.

Observe-se que não se trata de transferir para terceiros o título de crédito, como ocorre, por exemplo, com instituições financeiras, que repassam (em troca de remuneração) títulos vencidos e não pagos para empresas de recuperação de crédito. Por previsão legal e constitucional, a titularidade da dívida ativa é indelegável, não podendo ser transferido para outrem. Devido a isso, o que se vende é somente o fluxo de rendimentos que o direito creditório gera, não o direito creditório *per se*. Esse fluxo decorre do pagamento que parte dos contribuintes fazem ao longo do tempo, para quitar suas dívidas junto ao poder público. A cobrança dos tributos e de outros débitos inscritos em dívida ativa permanece como responsabilidade do ente da federação.

Em linhas gerais, a operacionalização da venda dos direitos creditórios se dá da seguinte forma:

- i) o município (ou o estado) inscreve os contribuintes na dívida ativa;

- ii) o município monta um FIDC-NP – doravante denominado somente de FIDC ou, simplesmente, Fundo – que tem personalidade jurídica de direito privado. O município é o único ou principal cotista desse Fundo. O patrimônio do Fundo é integralizado com os direitos creditórios. O município entrega esses direitos creditórios para o Fundo e recebe cotas;
- iii) as cotas são vendidas ao público em geral. Por exemplo, no caso de Belo Horizonte, foram vendidas 100 cotas no valor de R\$ 1 milhão cada. Dessa forma, o município recebe R\$ 100 milhões;
- iv) à medida que os contribuintes pagam suas dívidas, os recursos arrecadados não irão diretamente para a prefeitura, mas para o Fundo. Com esses recursos, o Fundo paga os investidores.

Há peculiaridades sobre cada Fundo que serão discutidas adiante. Por ora, é importante descrever o entendimento do TCU e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre as operações.

De acordo com a PGFN, por meio do Parecer PGFN/CAF1.579/2014, as cessões de direitos creditórios se assemelham mais a operações de venda de ativos, **desde que seja feita de forma definitiva** por parte do ente que os cedeu. Explicando: no passado, alguns estados ou municípios transferiam direitos creditórios para instituições financeiras, em troca de pagamento. Ocorre que, se a dívida ativa não fosse paga em determinado período, o cedente se responsabilizava pelo pagamento, sendo obrigado a devolver, com juros, os recursos adiantados. Nesse caso, as operações deveriam ser equiparadas a operações de crédito.

Entretanto, ainda de acordo com a PGFN, quando a cessão for definitiva, em que a instituição que adquiriu os direitos creditórios assume todo o risco do negócio, não implicando qualquer tipo de responsabilidade para o cedente, a operação deixa de ser caracterizada como operação de crédito e passa a ser caracterizada como uma venda de ativos.

A PGFN também entende que a operação não pode ser caracterizada como antecipação de receitas, tendo em vista que a base geradora do crédito são tributos que já deveriam ter sido recolhidos e que não o foram. O fato gerador, portanto, ocorreu no passado, ao contrário do

que se verifica em operações tradicionais de antecipação de receitas, em que o fato gerador do tributo ainda não ocorreu.

Por fim, a PGFN faz uma analogia da operação em questão com a venda de imóveis, em que o fluxo de rendimentos futuros proporcionado pelo ativo (no caso, os aluguéis), passa a pertencer à pessoa que o adquiriu. Conclui então que se o município vender um imóvel por um preço baixo, ou se fizer mau uso dos recursos arrecadados, poderá até ficar mais pobre no futuro, porém, não estará mais endividado.

Para o TCU, o fato de o cessionário assumir todo o risco da operação não tem o condão de descaracterizá-la como operação de crédito. Isso porque:

- i) o ente recebe um valor adiantado;
- ii) o ativo não é transferido para o investidor, pois a titularidade da dívida ativa é indelegável e intransferível. Somente é transferido o direito sobre o fluxo de receitas decorrentes desse ativo;
- iii) em troca do valor adiantado, é criado um compromisso financeiro futuro para o estado/município, qual seja: transferir para o cessionário as receitas decorrentes do pagamento da dívida ativa.

Essas características acima são típicas de uma operação de crédito, conforme se depreende do inciso III do art. 29 da LRF, que define operação de crédito por:

Art. 29.

.....

III – operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

.....

Adicionalmente, pelo art. 37 da mesma LRF:

Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

I – captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;

.....

Dessa forma, os FIDC estariam incluídos entre as “operações assemelhadas”, mais especificamente, seriam similares à captação de recursos a título de antecipação de receita.

Durante a análise da Representação, foram expedidas duas medidas cautelares dirigidas à Comissão de Valores Imobiliários (CVM). A TC 043.416/2012-8, expedida em 25 de novembro de 2014, determinou à CVM que suspendesse *o registro do FIDC-NP Dívida Ativa de Nova Iguaçu, bem como o registro de qualquer fundo que tenha em sua constituição direitos creditórios que se enquadrem na hipótese previstas no art. 1º, § 1º, inciso II, da Instrução-CVM 444/2006, caracterizados como operações de crédito pela análise da CVM, e que não contenham autorização expressa do Ministério da Fazenda, emitida nos termos do art. 32 da LRF*. Já a TC 016.585/2009-0, expedida em 11 de dezembro de 2014, determinou à CVM que *não proceda, ou suspenda, caso já tenha sido realizado, o registro do Fundo Especial da Dívida Ativa do Distrito Federal – FEDAT-DF*.

Com o objetivo de contribuir para o debate, o Senado Federal publicou, recentemente, duas Resoluções, as de nºs 11 e 17, ambas de 2015, e que alteram a Resolução nº 43, de 2001, que *dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências*. A Resolução nº 17, de 2015, acabou por sobre-escrever as mudanças propostas pela referida Resolução nº 11. Em síntese, com a nova redação para o inciso VII do art. 5º da Resolução nº 43, de 2001, vedou-se aos estados e municípios ceder o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa de forma não definitiva ou ceder tais fluxos, com assunção perante ao cessionário, de compromisso financeiro que possa, nos termos da LRF, ser caracterizado como operação de crédito.

De acordo com o TCU, as Resoluções do Senado não têm o condão de retirar o caráter de operação de crédito das operações em comento. Em primeiro lugar, porque uma Resolução não teria o poder de

definir o que é ou o que não é operação de crédito. A Constituição, em seu art. 52, VII, estabelece ser competência privativa do Senado dispor sobre limites globais e condições para operações de crédito dos entes da Federação. Essa atribuição não inclui definir o que é operação de crédito.

No entendimento daquela Egrégia Corte, o que a Resolução nº 17, de 2015, fez foi proibir qualquer operação de cessão de direitos creditórios da dívida ativa. Isso porque, com a redação dada para a alínea *b* do inciso VII do art. 5º da Resolução nº 42, de 2001, veda-se aos estados e municípios cederem os direitos creditórios com **assunção de compromissos financeiros** por parte do cedente. Ocorre que, ao ceder os direitos creditórios, o ente se compromete a entregar o fluxo futuro de pagamentos de tributos inscritos na dívida ativa, ou seja, é firmado um compromisso financeiro. Assim, operações que antes entendia-se permitidas, passaram a ser totalmente vedadas com a Resolução nº 17, de 2015.

Uma vez explicadas as características gerais da cessão de direitos creditórios e os motivos que levaram o TCU a classificá-la como operação de crédito, iremos discurrir sobre as especificidades das operações realizadas pelos diferentes entes da Federação.

O FIDC-NP de Belo Horizonte

O Fundo de Belo Horizonte apresenta a peculiaridade de limitar o retorno obtido pelos investidores à remuneração dos Depósitos Interbancários (DI), acrescida de 4% ao ano. Observe-se que a taxa DI é muito próxima da taxa Selic, mais conhecida do grande público. Há somente um limite superior para a remuneração do investidor. Em tese, pode haver até perda do capital investido, caso os contribuintes não paguem suas dívidas junto à prefeitura.

Foram emitidas 100 cotas no valor de R\$ 1 milhão cada, totalizando, portanto, R\$ 100 milhões. Toda a arrecadação referente à dívida ativa que ocorrer no prazo de 48 meses será entregue ao Fundo, que repassará para os investidores, até o limite da remuneração do DI mais 4% ao ano. O que exceder esse valor irá para a prefeitura.

Mesmo não havendo garantia formal por parte da prefeitura, o TCU argumenta que a operação, na prática, garante ao investidor o retorno máximo estabelecido. Isso porque a prefeitura cedeu ao Fundo todos os direitos decorrentes dos créditos tributários de titularidade do município

existentes em 30 de abril de 2008. Isso correspondia a um volume de quase R\$ 4,9 bilhões. Ocorre que, entre 2005 e 2009, a prefeitura arrecadou uma média **anual** de R\$ 112 milhões, ou 2,35% do estoque de dívida ativa do respectivo ano. Isso significa que a expectativa de receitas sobre o estoque de R\$ 4,9 bilhões é de R\$ 115 milhões por ano. Como o contrato dura quatro anos, a expectativa de receita seria de R\$ 460 milhões, de forma que a probabilidade de, em quatro anos, se arrecadar os R\$ 100 milhões referentes às cotas aproxima-se de 100%.

Sendo assim, o TCU entende que a cessão de direitos creditórios pela Prefeitura de Belo Horizonte foi equivalente a uma operação de crédito, em que o credor fixou uma taxa de juros equivalente ao DI acrescido de 4% ao ano.

O FIDC-NP de Nova Iguaçu

Similarmente ao Fundo de Belo Horizonte, o FIDC de Nova Iguaçu também não impõe qualquer garantia formal à prefeitura do município, de forma que, em tese, os investidores podem ter perda de capital. Há também um limite para o retorno, fixado na inflação medida pelo IPCA acrescida de 8,5% ao ano.

Também aqui houve entendimento de haver garantia implícita. No caso, pela emissão de cotas sênior, distribuídas aos investidores, e cotas mezanino e subordinadas, que pertencem à prefeitura. Pelo regulamento do fundo, as cotas mezanino e subordinadas equivaleriam a, no mínimo, 80% do patrimônio líquido. Quando um fundo possui tipos diferentes de cotas, o pagamento é feito prioritariamente para as cotas sênior, restando às subordinadas somente o resíduo. Como as cotas sênior representam somente 20% do total, dificilmente esses cotistas deixariam de receber o capital investido, acrescido do pagamento de juros, até o limite máximo estabelecido.

Observe-se que, nesse caso, não somente o TCU, mas também a PGFN e a CVM entenderam se tratar de uma operação de crédito. Se não houvesse a chamada razão de garantia (a proporção mínima de cotas subordinadas e mezanino no total), a PGFN não classificaria a operação como sendo de crédito.

O Fundo Especial da Dívida Ativa (Fedat), do Distrito Federal

O Fedat foi criado em 2014, sendo um fundo similar aos demais: o Distrito Federal transfere para o fundo os direitos creditórios (mas não a titularidade da dívida); permanece responsável pela cobrança dos créditos inadimplidos, mas não assume qualquer tipo de compromisso financeiro, de forma que, caso o investidor não recupere o capital investido ou tenha rendimento baixo, o Distrito Federal não assume qualquer comprometimento financeiro.

O Fedat, contudo, foi declarado inconstitucional pelo TJDF, por violar o art. 151 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), que veda a vinculação de receita de impostos a fundo; por violar o art. 146, também da LODF, que exige que a contratação de empréstimos sob garantias futuras venha acompanhada de previsão do impacto a recair na administração subsequente; entre outras justificativas.

O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI), do Município de São Paulo

Diferentemente dos demais fundos, os direitos creditórios do FMSAI decorrem da obrigação contratual que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) tem para com o município de São Paulo de destinar 7,5% de suas receitas obtidas a partir da exploração de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo.

A CVM entendeu que a obrigação de transferência dos fluxos financeiros recebidos da Sabesp e cedidos ao FIDC são suficientes para caracterizar a operação como de crédito, o que exigiria a submissão da operação aos ditames da LRF. Com base nesse entendimento e da já mencionada medida cautelar TC-043.416/2012-8, determinada pelo TCU, a CVM suspendeu o registro do Fundo em 14 de janeiro de 2015.

Já a PGFN entendeu que, como se tratava de uma operação de cessão definitiva de direitos, sem implicar qualquer compromisso de garantir o recebimento do valor do crédito cedido em caso de inadimplemento por parte do devedor, não caberia classificá-la como operação de crédito nos termos da LRF.

O Goiasparcerias, do Estado de Goiás

O Estado de Goiás também criou um fundo semelhante aos demais, cujo patrimônio seria formado pela cessão de direitos creditórios de créditos tributários e não tributários, em fase administrativa ou judicial. A diferença principal é que, em vez de vender cotas, seriam emitidas debêntures, no valor aproximado de R\$ 700 milhões, sobre as quais incidiriam juros remuneratórios máximos equivalentes à taxa DI, acrescida de um *spread* de até 3,5% ao ano.

De acordo com o TCU, a doutrina entende que a emissão de debêntures configura um contrato de mútuo, ou seja, trata-se de uma operação de crédito em sua concepção ampla, conforme definida pelo art. 29 da LRF. Em particular, o TCU entende que se trata de uma securitização de dívida, sendo as debêntures uma espécie de instrumento derivativo (pois deriva de um ativo base, no caso, a dívida ativa), o que é explicitamente vedado pela LRF.

A Companhia Fluminense de Securitização (CFSEC), do Estado do Rio de Janeiro

Este Fundo foi instituído pela Lei Estadual nº 7.040, de 2015, de forma semelhante aos demais analisados. O Estado do Rio de Janeiro cede, a título oneroso, os direitos creditórios decorrentes de cobrança de créditos tributários e não tributários inadimplidos. A cessão pode incluir créditos que surjam após a vigência da lei. O Fundo emitiria debêntures com garantia real no mercado, com série Sênior para o mercado (ou seja, que tem preferência na recepção dos valores), e subordinada para o Tesouro Estadual, Rio Previdência ou para o Fundo Garantidor de PPP. Observe-se que, ao contrário do Fundo de Nova Iguaçu, não há razão de garantia, fixando uma proporção mínima de cotas subordinadas.

Pelos mesmos motivos expostos anteriormente, o TCU entendeu se tratar de operação de crédito nos termos da LRF e, portanto, submetida às limitações e condições estabelecidas naquele diploma legal.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, pronunciar-se acerca dos aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe são submetidas para apreciação.

No Acórdão nº 772/2016-TCU-Plenário, os Ministros votaram por promover a oitiva desta CAE para que, se desejar, apresente àquele Tribunal os esclarecimentos e informações que julgar pertinentes acerca da representação, especialmente no que tange à parte dispositiva da Resolução do Senado nº 43, de 2001, com a redação dada pela Resolução do Senado nº 17, de 2015.

Em atendimento à solicitação do TCU, discutiremos inicialmente o entendimento da Casa a respeito da interpretação dada para a expressão “qualquer outra espécie de compromisso financeiro” na redação dada pela Resolução nº 17, de 2015, para a alínea *b* do inciso VII do art. 5º da Resolução nº 43, de 2001, transcrita a seguir:

Art. 5º É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....
VII – em relação aos créditos inscritos em dívida ativa:

a) ceder o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa de forma não definitiva ou com cláusula revogatória;

b) ceder o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa com assunção, pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, perante o cessionário, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

.....

Em um FIDC-NP típico, o ente se compromete a entregar ao cessionário o montante pago por contribuintes referente à quitação de valores inscritos na dívida ativa. Ou seja, o pagamento desse fluxo é a contrapartida da cessão onerosa dos direitos creditórios.

De acordo com o TCU, esse pagamento representa um compromisso financeiro e, portanto, operações de cessão da dívida ativa passaram a ser vedadas a partir da alteração da Resolução nº 43, de 2001, promovida pela Resolução nº 17, de 2015. Até então, a cessão da dívida ativa não era proibida, somente era necessário obedecer aos limites impostos de acordo com a LRF e obter a aquiescência do Ministério da Fazenda, por se tratar de operação de crédito. O atual marco regulatório, portanto, é mais rigoroso do que o anterior.

Pedimos vênia para discordar do entendimento daquele Tribunal. O TCU tomou uma interpretação muito literal do dispositivo. Se o objetivo fosse proibir a cessão de direitos da dívida ativa, então bastaria reescrever o inciso VII do art. 5º da Resolução nº 43, de 2001, nos seguintes termos:

Art. 5º É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....
VII – ceder o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa;
.....

Certamente não era essa a intenção do legislador. Se o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios está sendo cedido onerosamente, cria-se, obviamente, um compromisso de entregá-los. Assim, entendemos ser mais correto interpretar que “qualquer outra espécie de compromisso financeiro” se refere a compromissos não intrinsecamente associados ao objeto do negócio. Simplesmente não há como vender as receitas da dívida ativa sem entregá-las. Mas há como fazer a cessão onerosa sem que o ente se comprometa a oferecer algum tipo de garantia ou a recomprar a dívida não paga. Claramente, o legislador tinha em mente esse tipo de compromisso – e não o compromisso intrínseco à operação, de transferir para o investidor as receitas referentes ao pagamento da dívida – quando propôs a vedação.

Observe-se que, na Análise constante do Parecer nº 1.019, de 2015, referente ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 50, fica patente o objetivo do Relator de reduzir as dificuldades para que municípios e estados cedam onerosamente os direitos creditórios da dívida ativa. Há, sem dúvida, preocupação em proibir a assunção de qualquer tipo de garantia por parte do cedente, mas, claramente, não há qualquer intenção de vedar tais operações. Pelo contrário, como dissemos, o objetivo maior das Resoluções nº 11 e 17, de 2015, era facilitar tais operações.

O outro aspecto que consideramos importante discutir é sobre a natureza da operação, se ela deve ser considerada como de crédito ou não. Nosso objetivo aqui não será discutir peculiaridades de um ou outro Fundo, mas os aspectos conceituais da operação.

O ponto de partida da análise econômica deve ser entender, por um lado, o que é um empréstimo sob o ponto de vista econômico e, por

outro, por que a LRF se preocupa com operações de crédito. É necessário, portanto, apreender o espírito do diploma da responsabilidade fiscal. Como veremos, a LRF admite alguns tipos de empréstimos impondo restrições mínimas, já para outros, há fortes limitações. Onde deve se situar o FIDC?

Do ponto de vista econômico, qualquer recebimento de um valor em troca de um pagamento futuro (ou fluxo de pagamentos futuros), certo ou incerto, constitui uma operação de crédito.

Ocorre que esse conceito é muito abrangente. No limite, qualquer alienação de ativos corresponde a uma operação de crédito. Se eu vendo uma ação, estou recebendo um montante à vista, em troca de abrir mão do fluxo futuro de seus dividendos. Quando vendo um imóvel, idem: o valor que recebo à vista nada mais é do que o fluxo futuro (sempre descontado a valor presente) dos alugueis que esperaria receber.

Devemos lembrar que, além da venda de ativos, há outras operações que, do ponto de vista econômico, também são típicas operações de crédito, sem, entretanto, receberem atenção especial, nem da LRF nem do TCU. É o caso das outorgas de concessões de serviços públicos. Nesses casos, o TCU se manifesta em relação à lisura do procedimento licitatório, ao preço mínimo estabelecido, etc., mas não se preocupa em caracterizar a operação como de crédito ou não.

Nas licitações de exploração de petróleo, por exemplo, há o pagamento de bônus de assinatura. Similarmente, algumas licitações para rodovias, aeroportos ou telefonia exigem o pagamento antecipado do valor de outorga. Ora, se o licitante paga de imediato esse valor para obter uma concessão que irá durar, digamos, trinta anos, está-se configurada uma operação de crédito. Afinal, ao pagar antecipadamente o valor da outorga, o licitante irá oferecer um lance inferior àquele que ofereceria se o direito de outorga, em vez de ter de ser pago à vista, fosse pago ao longo de todo o contrato de concessão. A diferença entre esses valores corresponderia aos juros do empréstimo.

A questão, portanto, não deveria ser se determinada operação deve ou não ser classificada como operação de crédito. Praticamente toda transferência de ativos, definitiva ou não, é uma operação de crédito. O relevante é entender por que algumas operações de crédito merecem especial atenção da LRF e outras não. Apesar de a Lei não ser explícita quanto às respostas, podemos inferi-las, sempre partindo do princípio de que seu objetivo maior é assegurar finanças públicas saudáveis e impedir

que um governante não gaste excessivamente, a ponto de prejudicar a ação de seus sucessores.

Na questão da venda de ativos, a resposta é fácil: trata-se de uma troca de ativos, que não leva a um aumento do passivo do ente. Evidentemente, pode ser uma troca desfavorável, por exemplo, com a venda de um bem a um preço abaixo de seu valor de mercado. Mas esse é um problema para os órgãos de controle. A preocupação da LRF com a venda de ativos é somente que os recursos arrecadados não sejam utilizados para pagar despesas correntes (art. 44), exceto de previdência. Ou seja, vende-se um ativo e adquire-se outro (despesa de capital) ou paga-se previdência, que é um passivo (de forma que se cancela um ativo e um passivo, deixando o patrimônio líquido inalterado).

E no caso do direito de outorga, por que a LRF não se preocupa com isso? Pode ser que não tenham pensado que se trata de uma operação de crédito e, por isso, não trataram do tema quando elaboraram a Lei. Talvez seja uma questão de incentivos. Ao se exigir o pagamento imediato do direito de outorga, o concessionário sente-se mais estimulado a obedecer aos termos do contrato, pois terá mais a perder caso a concessão seja cancelada. Portanto, o objetivo de se exigir pagamento antecipado pelo direito de outorga não é antecipar receitas, mas realizar um bom contrato de concessão.

A questão que devemos observar então não é se o que estamos analisando é uma operação de crédito ou não, mas, sim, se a operação em tela pode deteriorar as contas públicas e dificultar a gestão fiscal. Sem esse último aspecto em mente, várias operações que não sofrem restrições em relação a limites de crédito, deveriam passar a sofrer.

Em uma operação de crédito tradicional, cria-se um passivo. Daí a preocupação da LRF, pois o aumento do passivo pode implicar sérios problemas de gestão fiscal para os governantes futuros. Ressalte-se aqui que não é que operações de crédito devam ser proibidas. O que se exige é que elas sejam feitas criteriosamente, de forma a não prejudicarem a administração futura da dívida.

Como se encaixa o FIDC e operações assemelhadas?

A dívida ativa é um ativo pertencente ao governo. É um ativo de valor incerto, mas tem valor de mercado. Dessa forma, a cessão onerosa dos direitos é melhor interpretada como sendo uma venda de ativo. A

análise constante do Aviso nº 21, de 2016, prende-se muito à questão formal: como a titularidade da dívida ativa não pode ser transferida, não há que se falar em venda de ativos.

Do ponto de vista econômico, é irrelevante a titularidade de um ativo. O que importa é a segurança de receber o fluxo de rendimentos que esse ativo proporciona. Há vários exemplos de compra e venda de direitos que se equivalem, na vida cotidiana, à compra de ativos com transferência de titularidade.

Por exemplo, a venda dos direitos de imóveis em áreas pertencentes à União, como ocorre na maior parte de Copacabana. Os terrenos de grande parte desse bairro pertencem à União e é devido o laudêmio. Entretanto, exceto por esse aspecto jurídico, a venda do direito de uso se processa da mesma forma que a venda, digamos, de um apartamento em outros bairros do Rio de Janeiro, como na Tijuca, onde há, de fato, a transferência da titularidade do imóvel.

Nas concessões de serviço público, igualmente, transfere-se o direito de uso para o cessionário, não a titularidade do objeto. Assim, uma concessionária de rodovia tem o direito de explorá-la e auferir toda a renda que for gerada (obviamente, terá em troca de realizar investimentos e atender aos direitos de usuários) e, dependendo do contrato, até vender esse direito durante o período de concessão. Entretanto, a titularidade da rodovia pertence ao governo, não sendo transferida para o concessionário.

Algo similar ocorre com a exploração de recursos minerais e energéticos. Durante todo o período de concessão, a titularidade da riqueza do subsolo não é transferida para o explorador, permanece sob controle da União. Ainda assim, do ponto de vista econômico, a concessão para exploração de um campo de petróleo funciona como uma venda com compromisso de recompra. Uma venda definitiva é somente uma venda com compromisso de recompra onde o prazo de recompra é infinito!

Dessa forma, do ponto de vista econômico, o que os FIDC fazem é vender a dívida ativa. Como não é legalmente viável transferir a titularidade, vendem o fluxo de receitas que essa dívida proporciona.

Diante desse entendimento, gostaríamos de esclarecer alguns pontos adicionais:

- i) Faz sentido a preocupação expressa pela PGFN de que a cessão deve ser definitiva, sem qualquer oferecimento de garantia, assunção de compromissos ou comprometimento financeiro por parte do cedente.

Em tese, não haveria problemas em oferecer garantias. Isso não transformaria a venda de um ativo em um empréstimo. Na década passada, por exemplo, vários bancos, por determinação do Banco Central, tiveram de desmobilizar seus ativos e passaram a vender seus imóveis. Em vários leilões, o imóvel era vendido com a garantia de pagamento mínimo de aluguel durante determinado período. Essa garantia não altera a natureza econômica de venda do ativo, apenas altera o preço que as pessoas estarão dispostas a pagar pelo imóvel.

Por outro lado, o oferecimento de garantia (ou instrumentos assemelhados) pode ser transformado em operação de empréstimo se essas garantias forem excessivas. Por exemplo, suponha que a taxa normal de recuperação de tributos é de 60%. Um governante pode oferecer seguro, garantindo recuperação de 80%. Esses 20% de diferença aproximariam bastante de uma operação de empréstimo. Afinal, sabe-se que, com elevadíssima probabilidade, o cedente terá de devolver ao cessionário o valor correspondente a 20% da carteira. Dessa forma, o governante receberia hoje o valor e deixaria a dívida (correspondente aos 20% da dívida ativa que não foram recuperados) para seus sucessores.

Mesmo que haja boa fé e que o seguro seja feito em bases razoáveis, ao oferecê-lo, o governante está criando um passivo potencial para seus sucessores e, com razão, a LRF deve vedar, ou pelo menos dificultar (por exemplo, exigindo aval do Ministério da Fazenda) esse tipo de operação. O problema, portanto, não é tanto se se trata ou não de operação de crédito, mas de criar passivos para os futuros governantes.

- ii) Por se equiparar a uma venda de ativos, os recursos arrecadados não deveriam ser utilizados em despesas correntes, exceto se for para honrar gastos com

previdência, conforme prevê o art. 44 da LRF. Dessa forma, ou a lei que instituir os fundos faz uma previsão específica sobre o uso dos recursos arrecadados ou os órgãos de controle fazem o controle *ex post*.

- iii) Entendemos que a venda de ativos deve se referir a um ativo específico. Mesmo que não seja nomeado cada papel da dívida ativa (por exemplo: dívida do CPF x , no valor de y , inscrita na data z) é necessário que os direitos cedidos estejam bem delimitados. Por exemplo, o estoque da dívida ativa existente até a data d , ou o estoque existente até a data d com classificação de risco r . A não especificação da dívida torna a operação mais semelhante a uma simples antecipação de receita orçamentária.
- iv) No caso de Fundos constituídos por estados, é necessário verificar como será feita a transferência de 25% do ICMS para os municípios, constitucionalmente prevista. O correto seria que a transferência se desse imediatamente, tão logo o estado receba o valor da venda. Do contrário, se for quando o tributo for pago, estará sendo criada uma obrigação para governantes futuros, o que a LRF, corretamente, restringe.
- v) Para que a operação seja melhor caracterizada como venda, o ideal seria que a cessão de direitos fosse permanente, e não temporária. Dessa forma, devem-se evitar contratos prevendo cessões dos direitos por prazo determinado. Por exemplo: o que for arrecadado durante os próximos x anos.
- vi) Também para melhor caracterizar a operação como venda, deve-se evitar a garantia implícita de rendimento aos investidores. Isso porque, quando existe esse tipo de garantia, a operação, do ponto de vista dos investidores, transforma-se em algo muito semelhante a um empréstimo, que irá render uma taxa pactuada previamente, como a taxa DI (ou a taxa de inflação) acrescida de um *spread* determinado.

III – VOTO

Diante do exposto, nos termos do item 9.1.1 do Acórdão nº 772, de 2016 – TCU – Plenário, a Comissão de Assuntos Econômicos manifesta o seguinte entendimento:

- 1) A Resolução nº 43, de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2015, não veda operações de cessão onerosa de direitos creditórios da dívida ativa. A expressão “qualquer outra espécie de compromisso financeiro” não se refere à transferência, para os investidores, do fluxo decorrente do pagamento da dívida ativa, que se trata de um fluxo intrínseco ao negócio, mas, sim, de outras formas de compromisso que, explícita ou implicitamente, transformem-se em garantia oferecida pelo ente que cedeu os direitos.
- 2) Em princípio, sob determinadas condições, a cessão do fluxo de receitas decorrente de direitos creditórios associados à dívida ativa corresponde a uma venda de ativos, e não a uma operação de crédito. Entendemos que a transferência ou não da titularidade do direito é pouco relevante para a compreensão da natureza da operação. O relevante é verificar se a operação gera ou não passivos para os futuros governantes. Nesse sentido, as seguintes condições devem ser observadas:
 - a. A cessão deve ser definitiva, sem qualquer oferecimento de garantia, assunção de compromissos ou comprometimento financeiro por parte do cedente. Nesse sentido, nosso entendimento se aproxima do entendimento da PGFN, exarado no Parecer PGFN/CAR nº 1.579/2014.
 - b. Por se equiparar a uma venda de ativos, os recursos arrecadados não deveriam ser utilizados em despesas correntes, exceto se for para honrar gastos com previdência, conforme prevê o art. 44 da LRF. Dessa forma, ou a lei que instituir os fundos faz uma previsão específica sobre o uso dos recursos arrecadados ou os órgãos de controle fazem o controle *ex post*.

- c. A venda de ativos deve se referir a um ativo específico. Mesmo que não seja nomeado cada papel da dívida ativa (por exemplo: dívida do CPF x , no valor de y , inscrita na data z) é necessário que os direitos cedidos estejam bem delimitados. Por exemplo, o estoque da dívida ativa existente até determinada data e com determinada classificação de risco. A não especificação da dívida torna a operação mais semelhante a uma simples antecipação de receita orçamentária.
- d. No caso de Fundos constituídos por estados ou de emissão de debêntures lastreadas nos direitos creditórios da DA, a parcela que constitucionalmente cabe aos municípios deverá ser transferida nos mesmos prazos e condições com que são feitas regularmente a transferência para impostos regularmente arrecadados.
- e. Para que a operação seja melhor caracterizada como venda, a cessão de direitos deve ser permanente, e não temporária. Dessa forma, devem-se evitar contratos prevendo cessões dos direitos por prazo determinado. Por exemplo: o que for arrecadado durante os próximos x anos.
- f. Para melhor caracterizar a operação como venda, deve-se evitar a garantia implícita de rendimento aos investidores. No processo de alienação dos direitos creditórios da dívida ativa, seja por fundo constituído pelo Estado, seja através da emissão de debêntures, serão admitidos deságios quando da realização da operação.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2016.

SENADORA GLEISI HOFFMANN, Presidente

SENADOR LINDBERGH FARIAS, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DONIZETI NOGUEIRA	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	PRESENTE	3. REGINA SOUSA	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	8. IVO CASSOL	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA		2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA		3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA		4. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
RICARDO FRANCO		2. ATAÍDES OLIVEIRA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS		4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. ANTONIO CARLOS VALADARES	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 26/04/2016 às 14h30 - 11ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
DOUGLAS CINTRA		1. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI	PRESENTE



OF. 045/2016/CAE

Brasília, 26 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 11ª reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 26 de abril de 2016, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 21 de 2016, do Tribunal de Contas da União, e aprovado relatório com os devidos esclarecimentos e informações pertinentes à matéria.

Solicito que seja dado o devido encaminhamento do relatório para conhecimento do Tribunal de Contas da União e que seja informado ao referido Tribunal que não lhe cabe estabelecer prazos ao Congresso Nacional ou a suas comissões, consoante o exposto pelo relator do Aviso e pelo art. 71 da Constituição Federal, que estabelece a posição do Tribunal como a de órgão auxiliar das Casas Legislativas.

Respeitosamente,

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

Com relação ao Parecer nº 463, de 2016, da CAE, sobre o Aviso nº 21, de 2016, a Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender à recomendação contida em sua conclusão.



SENADO FEDERAL

PARECER N° 465, DE 2016

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 120, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, que *acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei n° 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.*

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 120, do Senador Davi Alcolumbre, que acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei n° 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

O art. 1º da proposição acrescenta dois parágrafos ao art. 1º da Lei n° 9.965, de 27 de abril de 2000. O primeiro parágrafo a ser acrescido determina aos estabelecimentos esportivos, academias, clubes e similares a obrigatoriedade de afixação, em locais de fácil visualização, de mensagens de advertência quanto aos malefícios do uso indiscriminado de esteroides anabólicos androgênicos ou peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais.

A segunda alteração a esse artigo estabelece que o Poder Executivo definirá as competências dos órgãos e entidades da administração

federal encarregados em aplicar as sanções previstas na lei que é objeto da proposição.

O art. 2º do PLS em análise define a cláusula de vigência da lei, que será a data de sua publicação.

Na justificação da proposta, o autor informa que os esteroides anabólicos androgênicos (EAAS) são derivados sintéticos da testosterona e foram desenvolvidos com o objetivo de minimizar seus efeitos masculinizantes. Com o passar do tempo, difundiu-se a ideia de sua associação à melhoria da performance de atletas, bem como à busca de um corpo esculpido segundo um falso padrão de beleza reproduzido pela mídia.

Entretanto, salienta o autor que, tanto no Brasil como em muitos outros países, o uso dessas substâncias é considerado *doping*. Assim, o objetivo do PLS é promover uma fiscalização efetiva de academias, centros esportivos, faculdades de educação física e instituições de ensino em geral, de forma a combater o uso dessas drogas, a partir de uma educação voltada ao esclarecimento de nossos jovens e adolescentes.

A matéria foi distribuída à CE e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se pronunciará em decisão terminativa. Aberto o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao texto do projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar acerca de proposições que versem sobre educação e desporto, temas afetos ao PLS nº 120, de 2015.

Primeiramente, é necessário destacar o mérito da proposição. De fato, tem-se cultuado em nossa sociedade um ideal de beleza que se distancia da realidade da maioria de nossa população. São padrões associados à imagem de modelos e atletas, que têm no vigor físico o instrumento de seus trabalhos.

Iludidas por esse padrão de beleza imposto pela mídia, muitas pessoas buscam uma maneira de nele se enquadrarem, numa tentativa vazia de aceitação social. Essas pessoas, na busca de tal objetivo, por vezes fazem uso de substâncias maléficas à saúde, como é o caso dos esteroides anabólicos androgênicos. A promessa de redução do tempo necessário para se obter um corpo definido é uma das principais causas do uso de substâncias anabolizantes, sobretudo entre os jovens.

Assim, é bastante pertinente o texto do PLS nº 120, de 2015, que busca uma maneira de alertar os praticantes de atividades físicas em clubes, academias e estabelecimentos similares acerca dos malefícios causados pelo uso dos esteroides anabólicos androgênicos. A educação e conscientização de jovens e adolescentes é um caminho necessário na luta contra o uso de substâncias anabolizantes, não devendo, porém, ser dissociada de outras ações de caráter preventivo.

Com relação ao tema, foi realizada por esta Comissão, no dia 20 de maio deste ano, audiência pública com a presença de Meiruze Sousa Freitas, Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A convidada, após explanação relacionada à matéria, posicionou-se favoravelmente ao mérito da proposição.

Ao fim deste relatório, propomos duas emendas, que visam a corrigir pequenas imperfeições no texto do projeto. A primeira, na ementa da proposição, que, entre outras correções, passa a explicitar o objetivo da alteração proposta. A segunda, para excluir do texto do projeto o § 3º que se pretende acrescentar ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 2000. De fato, o parágrafo suprimido em nada altera o ordenamento jurídico pátrio, visto que somente repete atribuição do Poder Executivo prevista no art. 84, IV, da Constituição Federal.

Ressaltamos que, após a análise desta Comissão, a matéria seguirá para decisão terminativa da CAS, onde será feita a apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, com as emendas que se seguem.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do PLS nº 120, de 2015, a seguinte redação:

“Altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que *restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências*, para obrigar os estabelecimentos que especifica a afixar mensagens de advertência sobre os malefícios do uso indiscriminado de esteróides anabólicos androgênicos (EAAS) ou peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais.”

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 120, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a constituir seu § 1º:

§ 2º Os estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica e clubes afixarão em suas dependências, em locais de fácil visualização, mensagens de advertência sobre os malefícios do uso indiscriminado de esteróides anabólicos androgênicos (EAAS) e peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais.”
(NR)

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2015

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senador TELMÁRIO MOTA, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 62ª Reunião, Extraordinária, da CE

Data: 03 de novembro de 2015 (terça-feira), às 11h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT) <i>mklaue</i>
Donizeti Nogueira (PT) <i>Aziz</i>	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT) <i>Natin.</i>	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT) <i>Paulo Paim</i>	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Moraes (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB) <i>Sandra Braga</i>	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD) <i>Alencar</i>	5. Marta Suplicy (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM) <i>my</i>	1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB) <i>Beber</i>	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB) <i>Romário</i>	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 466, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, que *acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.*

Relatora: Senadora **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 120, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre.

A iniciativa pretende alterar a Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que *restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências*, com o objetivo de alertar sobre os malefícios do uso inadequado dessas substâncias anabolizantes.

Para isso, acrescenta dois novos parágrafos ao art. 1º da referida lei. O § 2º determina que estabelecimentos esportivos *deverão afixar em suas dependências, em locais de fácil visualização, mensagens de advertência quanto aos malefícios do uso indiscriminado de anabolizantes*. Por sua vez, o § 3º do projeto atribui ao Poder Executivo a tarefa de *definir competências dos órgãos e entidades da administração federal encarregados em aplicar as sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.*

Na justificção, argumenta-se que, mesmo após a promulgaço da Lei nº 9.965, de 2000, persiste o uso indiscriminado de anabolizantes. Segundo o autor do projeto, isso ocorre sobretudo nos estabelecimentos desportivos, onde frequentemente incentiva-se o emprego de tais

substâncias com finalidades de aumentar a massa muscular, de melhorar o desempenho esportivo e de obter resultados estéticos favoráveis. Diante disso, a proposição sob análise pretende intensificar a fiscalização sobre os locais de prática esportiva e, valendo-se de medidas educativas, combater o uso desses produtos.

O PLS nº 120, de 2015, foi distribuído inicialmente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde foi aprovado juntamente com duas emendas. A Emenda nº 1-CE altera a ementa para explicitar a intenção do projeto de obrigar os estabelecimentos a afixar mensagens de advertência sobre os malefícios do uso de anabolizantes. Já a Emenda nº 2-CE exclui o § 3º do projeto, sob o argumento de que, de acordo com o art. 84 da Constituição Federal de 1988 (CF), o dispositivo trata de competência privativa do Presidente da República.

No momento, a proposição em comento aguarda apreciação deste colegiado, para decisão em caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do que dispõe o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e à defesa da saúde.

Ademais, como incumbe à CAS a decisão em caráter terminativo, cabe analisar também, além do mérito da proposição, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria.

Não observamos impropriedades ou vícios regimentais. Da mesma forma, a proposição preenche os requisitos de juridicidade. Quanto aos requisitos de constitucionalidade, entendemos que a matéria se insere no âmbito das competências da União, por tratar de proteção e defesa da saúde, consoante o art. 24, inciso XII da Constituição Federal (CF). Todavia, percebe-se que, nos termos do inciso VI do art. 84 da CF, o § 3º do PLS sob análise invade competência privativa do Poder Executivo nos atos de *organização e funcionamento da administração federal*, aspecto já assinalado pela CE.

No que tange aos princípios da boa técnica legislativa, conforme determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a *elaboração, a redação, a alteração e a consolidação*

das leis, observamos inadequações na disposição das linhas pontilhadas que substituem dispositivo, bem como na grafia do § 1º – o parágrafo único da lei em vigor –, cujo teor não se pretende modificar.

Já, em relação ao mérito, apesar das louváveis intenções que motivaram a sua apresentação, julgamos que merecem ajustes alguns aspectos do projeto.

Conforme mencionado no relatório, o PLS sob análise pretende advertir os frequentadores dos centros desportivos sobre riscos *do uso indiscriminado de esteróides anabólicos androgênicos (EAAS) ou peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais*.

O texto proposto dá a entender que o uso não indiscriminado, ou seja, o emprego controlado desses produtos, é prática aceitável entre atletas, haja vista que se pretende obrigar a afixar a advertência nas dependências de *estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica e clubes*.

Todavia, esses produtos – obviamente aqueles com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para uso em humanos – são indicados unicamente para tratamento médico de endocrinopatias. Por conseguinte, do ponto de vista científico, não se recomenda o uso indiscriminado, tampouco o consumo controlado (não indiscriminado), de substâncias anabolizantes fora do contexto da terapêutica médica – tal como é o caso do uso com finalidade de apenas melhorar o desempenho em prática esportiva.

Por exemplo, o hormônio do crescimento – mais conhecido como GH, sua sigla em inglês – é um “peptídeo anabolizante” que somente deve ser utilizado no tratamento de doenças hipofisárias que cursam com deficiência da secreção do hormônio, cujas consequências são baixa estatura em crianças e alterações metabólicas e atrofia muscular nos adultos. Por sua vez, os análogos sintéticos da testosterona, um “esteroide anabolizante”, estão indicados somente para reposição desse hormônio em homens com diagnóstico de hipogonadismo, ou seja, secreção deficiente de testosterona pelos testículos.

Depreende-se, assim, que não há indicação, cientificamente referendada, para emprego desses hormônios em situação diversa daquelas supramencionadas. Ou seja, o uso desses produtos sem indicação médica formal será sempre contraindicado e, por conseguinte, não há nenhuma

recomendação para uso de tais substâncias no âmbito das atividades esportivas.

Trata-se, assim, de produtos de uso estritamente médico, cuja utilização também representa exposição a riscos de efeitos colaterais potencialmente graves, tais como neoplasias malignas, transtornos psiquiátricos, doenças do fígado, elevação do número de glóbulos vermelhos, aumento do volume prostático, alteração da libido e infertilidade.

Não é por outro motivo que o art. 1º da mesma Lei nº 9.965, de 2000, determina que, para a dispensação ou a venda desses produtos, é obrigatória a *apresentação e retenção, pela farmácia ou drogaria, da cópia carbonada de receita emitida por médico*.

Assim, o PLS sob análise reconhece tacitamente a pertinência do uso desses hormônios por pessoas plenamente hígdas e praticantes de atividade física, desde que o uso não seja “indiscriminado”. Do mesmo modo, referenda o emprego de anabolizantes com finalidade exclusiva de aprimorar o desempenho de atletas.

Nesse sentido, a proposição contraria o que dispõe a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Publicado em 2005, esse diploma regulamenta questões referentes ao combate ao doping nos esportes. Dentre as violações às regras antidoping previstas no seu art. 2, destaca-se a detecção de *substância proibida ou de seus metabolitos ou de marcadores na amostra corporal de um atleta*.

Por sua vez, o art. 4 do documento formaliza a validade da lista de substâncias proibidas no âmbito das atividades esportivas, elaborada pela Agência Mundial Antidoping (WADA, em inglês). Sua edição mais recente, publicada em janeiro de 2016, mantém a proscrição do uso de anabolizantes, sejam esteroides ou peptídeos.

Ressalte-se que, no Brasil, a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes ganhou força normativa após ser aprovada pelo Congresso Nacional – por meio do Decreto Legislativo nº 306, de 26 de outubro de 2007 – e promulgada pela Presidência da República – mediante o Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008.

Assim, conforme argumentado previamente, tais substâncias pertencem exclusivamente ao arsenal terapêutico da Medicina e, por esse motivo, devem ser criteriosamente utilizadas para tratamento de doenças que afetam o sistema endócrino. Seu emprego com finalidade estética, para aumentar a massa muscular ou para melhorar o desempenho não está no rol das indicações lícitas dos produtos em questão.

Por esses motivos, apresentamos emenda substitutiva para tornar obrigatório aos estabelecimentos esportivos afixar, em suas dependências, mensagens informando que substâncias anabolizantes devem ser utilizadas exclusivamente no tratamento de doenças que cursam com a deficiência desses hormônios e, por conseguinte, não se recomenda o uso desses produtos sem indicação médica.

Por fim, pelos mesmos motivos apresentado anteriormente, somos contrários ao que propõe a Emenda nº 1-CE. Já no que diz respeito à Emenda nº 2-CE, seu teor foi abarcado no substitutivo, haja vista que, de fato, o § 3º do projeto sob análise invade competência privativa do Presidente da República.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **rejeição** das Emendas nº 1-CE e nº 2-CE e pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, com a seguinte emenda (substitutivo):

EMENDA Nº 3 - CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2015

Altera a Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tornar obrigatório para os estabelecimentos que especifica alertar sobre os riscos de usar substâncias anabolizantes sem indicação médica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a constituir seu § 1º:

“**Art.1º**.....

.....

§ 2º Os estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica e clubes afixarão em suas dependências, em locais de fácil visualização, mensagens informando que substâncias anabolizantes devem ser utilizadas exclusivamente no tratamento de doenças que cursam com a deficiência desses hormônios e, desse modo, não se recomenda o uso desses produtos sem indicação médica.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2016.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senadora MARTA SUPPLY, Relatora



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 13 de abril de 2016 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (S/Partido)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
VAGO	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Lúcia Vânia (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)	X			1. ACIR GURGACZ (PDT)			
PAULO ROCHA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)				3. JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				4. WALTER PINHEIRO (S/PARTIDO)	X		
ANGELA PORTELA (PT)				5. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PP)				6. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	X		
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X			3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				5. MARTA SUPPLY (PMDB)(RELATOR)	X		
OTTO ALENCAR (PSD)				6. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RICARDO FRANCO (DEM)	X			1. VAGO			
VAGO				2. RONALDO CAIADO (DEM)			
DALIRIO BEBER (PSDB)				3. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)	X			1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
LÚCIA VÂNIA (PSB)				2. ROMÁRIO (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FÉRRER (PTB)	X			2. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)	X			3. VAGO			

Quórum: 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 13/04/2016

Senador EDISON LOBÃO
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 14ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 27 de abril de 2016 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (S/Partido)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
VAGO	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Lúcia Vânia (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2015

Altera a Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que *restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências*, para tornar obrigatório para os estabelecimentos que especifica alertar sobre os riscos de usar substâncias anabolizantes sem indicação médica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a constituir seu § 1º:

“**Art.1º**.....

.....

§ 2º Os estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica e clubes afixarão em suas dependências, em locais de fácil visualização, mensagens informando que substâncias anabolizantes devem ser utilizadas exclusivamente no tratamento de doenças que cursam com a deficiência desses hormônios e, desse modo, não se recomenda o uso desses produtos sem indicação médica.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de abril de 2016.

Senador **EDISON LOBÃO**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 65 /2016 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 27 de abril de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que *acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.*

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita de Edison Lobão em tinta azul.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 179, DE 2016

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para vedar a instalação de empresas de guarda e transporte de valores em zonas estritamente residenciais.

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 10.

.....

§ 7º É vedada a instalação de empresas de guarda e transporte de valores em zonas estritamente residenciais, assim definidas no plano diretor.” (NR)

Art. 2º As empresas situadas em zonas estritamente residenciais terão um prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação desta Lei para mudança de local.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na madrugada de 14 de março deste ano, bandidos munidos de armas de grosso calibre e explosivos roubaram cerca de R\$ 50 milhões da empresa de transporte de valores Protege, situada no bairro residencial de São Bernardo, em Campinas/SP.

Houve tiroteio e explosões, pondo em risco a segurança dos moradores do local e gerando pânico. Segundo eles, parecia um cenário de guerra.

E essa não foi a primeira vez: na noite de 4 de março do ano passado, ladrões armados com fuzis invadiram a empresa e roubaram R\$ 7 milhões de um carro forte.

—
A fim de evitar que a população seja vitimada involuntariamente por ações criminosas desse tipo, o projeto de lei ora apresentado pretende alterar a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para vedar a instalação de empresas de segurança em bairros residenciais.

O projeto também prevê um prazo de dois anos para que empresas nessa situação se mudem.

Em face do exposto, convidamos os Parlamentares a discutir, aperfeiçoar e aprovar este projeto.

Sala das Sessões,

Senador **RAIMUNDO LIRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 7.102, de 20 de Junho de 1983 - 7102/83](#)
[artigo 10](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 180, DE 2016

Institui o Dia Nacional do Jornalista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Jornalista, a ser celebrado, anualmente, no dia 7 de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Não há exagero em afirmar que a profissão de jornalista é essencial tanto ao Estado Democrático de Direito quanto à própria democracia. Na sociedade contemporânea, informação é poder, o que confere ao trabalho de apurar e disseminar informações o caráter de atividade fundamental para o processo democrático.

O jornalismo é, hoje, talvez o principal instrumento de viabilização do exercício dos direitos e garantias fundamentais, da liberdade de imprensa, da opinião e expressão. Tais garantias constituem importante instrumento de nossa civilização para assegurar um convívio social digno, justo e pacífico.

No Brasil, há uma série de datas tidas como comemorativas da profissão de jornalista. Contudo, a reconhecida pela categoria e divulgada por suas entidades de classe é o dia 7 de abril. Desse modo, a fixação em lei federal de um dia nacional dedicado aos jornalistas tem o objetivo de definir uma data uniforme para o País render homenagem a essa profissão, tão essencial à democracia e, ao mesmo tempo, tão dura e desgastante para os que a desempenham.

A uniformização dessas celebrações pontuais, incidindo em dia particularmente caro à categoria, certamente contribuirá para a união de esforços em torno da manutenção da liberdade de imprensa e do papel vital por ela desempenhado na sociedade democrática.

A escolha do dia 7 de abril, além de atender ao desejo da categoria, é motivada pelo fato de que, nessa data, comemora-se o aniversário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa – ABI. Agremiação que conta com o respeito e a admiração de toda sociedade brasileira – particularmente em função de sua histórica postura frente às afrontas contra o Estado de Direito –, a ABI, com muita oportunidade, emprestará sua data de fundação para as celebrações do profissional de jornalismo, o que confere pertinência ainda maior ao escopo deste projeto de lei. Com mais de um século de atuação em favor não só das liberdades de imprensa, de opinião e expressão, mas de todas e das demais liberdades democráticas, a história da ABI se confunde com a história da política nacional.

A instituição de efemérides encontra-se regulamentada pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, fundada no princípio da “alta significação”, a ser comprovada mediante a realização “de consultas e audiências públicas”, “devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados”.

Voltada precipuamente para a disseminação democrática da informação, o jornalista constitui um verdadeiro pilar das liberdades e garantias individuais. A liberdade de expressão, alicerce sobre o qual se apoia a imprensa livre e responsável, é uma das mais importantes conquistas democráticas de todos os tempos, destinada a contribuir para um convívio social em moldes justos.

São essas as razões que me levam a propor a iniciativa de definir o dia 7 de abril como data comemorativa oficial da nobre profissão de jornalista, esperando receber o apoio de todos os ilustres Pares no sentido de aprová-la.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO AMORIM**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 12.345, de 9 de Dezembro de 2010 - 12345/10](#)

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 181, DE 2016

Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a destinação de parcela do rendimento do Fundo Social para o desenvolvimento da ciência e tecnologia de que trata inciso V do art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 2º Para fins do cumprimento do disposto no art. 218 da Constituição Federal, serão destinados exclusivamente para o desenvolvimento da ciência e tecnologia 20% (vinte por cento) do rendimento anual do Fundo Social na seguinte proporção:

I – 50% (cinquenta por cento) para projetos de pesquisa científica aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

II – 50 % (cinquenta por cento) para o financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, nos termos da Lei nº 10.197, de fevereiro de 2001.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o investimento contínuo e crescente em Ciência e Tecnologia (C&T) é essencial para aumentar a produtividade e promover a competitividade e o desenvolvimento econômico e social de um país.

Durante décadas, o investimento brasileiro nessas áreas foi inconstante, o que levou as instituições de pesquisa ao chamado processo de “sucateamento” na década de

1990. Somente a partir de 1999, o Brasil conseguiu reverter essa tendência com a criação dos chamados Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, que contam com orçamento próprio. Suas receitas são provenientes de parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de certos setores e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos/transfêrencia de tecnologia do exterior, entre outras fontes. Todos esses recursos são alocados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Como resultado, entre 1998 e 2013, a produção científica brasileira em relação ao mundo subiu de 1% para 2,5%, com destaque para as áreas da medicina e das ciências biológicas e agrárias. Contudo, a continuidade dessa evolução está seriamente comprometida por eventos recentes da nossa economia que levaram a contingenciamentos sistemáticos dos recursos destinados à ciência e tecnologia.

Ademais, a Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, determinou que os recursos do Fundo Setorial para as áreas de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) migrassem para o Fundo Social, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Com a extinção do CT-Petro, o FNDCT perdeu seu principal fundo de investimento em C&T.

Atualmente, 50% do montante dos recursos do Fundo Social são alocados para as áreas de educação e saúde. Ocorre que, pela Lei nº 12.351, de 2010, os recursos do Fundo Social também devem ser destinados ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. Entretanto, ainda não há previsão legal sobre o percentual a ser destinado a essas áreas.

O projeto de lei ora proposto determina que 20% (vinte por cento) dos rendimentos anuais do Fundo Social sejam aplicados em ciência e tecnologia, preenchendo a lacuna legislativa que impede que os recursos sejam destinados a essas áreas e recuperando parte da perda sofrida com a extinção do CT-Petro. O projeto estabelece que metade desses recursos seja destinada aos projetos de pesquisa científica aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. A outra metade deverá ser investida na modernização da infraestrutura das instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Com o objetivo de garantir que nossas instituições tenham mais recursos para melhorar os laboratórios e financiar pesquisas tão importantes para o avanço do País, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador **LASIER MARTINS**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 218](#)

[Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010 - 12351/10](#)

[artigo 47](#)

[inciso V do artigo 47](#)

[Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 - NOVA LEI DOS ROYALTIES - 12734/12](#)

*(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática,
cabendo à última decisão terminativa)*



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 182, DE 2016

Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 13.146, de 6 de julho de 2015, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estabelecer mecanismos de inclusão das pessoas com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29-A. As instituições públicas federais e privadas de educação profissional e tecnológica, as de educação, ciência e tecnologia e as de educação superior são obrigadas a reservar para estudantes com deficiência, em cada processo seletivo para ingresso nos respectivos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio, de educação profissional tecnológica e de graduação e pós-graduação, percentual de vagas, por curso e turno, no mínimo igual à proporção de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 1º No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, as remanescentes devem ser disponibilizadas aos demais estudantes.

§ 2º Os cursos mencionados neste artigo não poderão excluir o acesso da pessoa com deficiência, sob quaisquer justificativas baseadas na deficiência.

§ 3º Quando não houver exigência de processo seletivo, é assegurado à pessoa com deficiência atendimento preferencial na ocupação de vagas nos cursos mencionados no *caput* deste artigo.”

“Art. 32.

.....

VI – garantia de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com os princípios do desenho universal e conforme a demanda.

.....” (NR)

“**Art. 82-A.** É assegurado à pessoa com deficiência prioridade na tramitação processual, nos procedimentos judiciais e administrativos em que for parte, interveniente ou terceira interessada, em qualquer instância.

§ 1º A prioridade a que se refere este artigo será obtida mediante requerimento acompanhado de prova da deficiência à autoridade judiciária ou administrativa competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos.

§ 2º A prioridade estende-se a processos e procedimentos em todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no Poder Judiciário, no Ministério Público e na Defensoria Pública.”

Art. 2º O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 93.** As empresas são obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência ou com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na seguinte proporção:

I - de 50 (cinquenta) a 99 (noventa e nove) empregados, 1 (um) empregado;

II - de 100 (cem) a 200 (duzentos) empregados, 2% (dois por cento) do total de empregados;

III - de 201 (duzentos e um) a 500 (quinhentos) empregados, 3% (três por cento) do total de empregados;

IV - de 501 (quinhentos e um) a 1.000 (mil) empregados, 4% (quatro por cento) do total de empregados;

V - mais de 1.000 (mil) empregados, 5% (cinco por cento) do total de empregados.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 154 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com a seguinte alteração, renumerando-se como § 1º o atual parágrafo único:

“**Art. 154.**

§ 1º

§ 2º As auto-escolas e outras entidades destinadas à formação de condutores deverão oferecer veículos adaptados para o aprendizado de pessoa com deficiência, conforme dispuser o órgão coordenador do Sistema Nacional de Trânsito.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorrido um ano de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Tivemos a honra de relatar, nesta Casa, o projeto de lei que veio a se transformar no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Trata-se de uma conquista memorável da sociedade brasileira, que vem buscando, já há algum tempo, transformar-se em uma sociedade mais plural e inclusiva. Mais ainda, o Estatuto representa uma vitória incontestável das pessoas com deficiência na sua luta diária por igualdade de oportunidades e pela superação do preconceito.

Celebramos, sim, a aprovação do Estatuto, mas não deixamos de voltar nosso senso crítico para essa nova lei. Seu texto, por melhor que seja, não esgota os temas relacionados à acessibilidade, ao mercado de trabalho, às políticas afirmativas e a outras ações que objetivem equacionar o problema da exclusão social de um expressivo segmento da população.

Cientes dessa realidade, apresentamos o presente projeto, que visa justamente avançar a partir do ponto onde o Estatuto parou. Para tanto, sugerimos o aperfeiçoamento da legislação de modo a tornar ainda mais efetivos os direitos à moradia, ao trabalho e à mobilidade urbana das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Por todos esses motivos, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **ROMÁRIO**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - 8213/91](#)
[artigo 93](#)

[Lei nº 8.989, de 24 de Fevereiro de 1995 - 8989/95](#)

[Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO - 9503/97](#)

[artigo 154](#)

[Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. - 13146/15](#)

(Às Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 183, DE 2016

Dispõe sobre a impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O veículo da pessoa com deficiência é impenhorável e não responderá por nenhum tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, salvo nas hipóteses previstas nesta Lei.

§ 1º Considera-se pessoa com deficiência para fins de aplicação desta Lei aquela definida como tal pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e seu regulamento, ou em leis específicas.

§ 2º A impenhorabilidade incidirá sobre um único veículo de uso particular da pessoa com deficiência.

§ 3º Se a pessoa com deficiência não for proprietária de veículo, a impenhorabilidade descrita no *caput* poderá incidir sobre um único veículo do seu representante legal ou de sua entidade familiar, desde que licenciado no endereço do domicílio da pessoa com deficiência e sirva ao seu transporte.

Art. 2º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I – pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à aquisição do veículo, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;

II – pelo credor da pensão alimentícia;

III – por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.

Art. 3º Não se beneficiará do disposto nesta Lei aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé veículo de valor incompatível com o padrão de vida de sua família.

Parágrafo único. No caso da aquisição de má-fé prevista no *caput*, poderá o juiz, na respectiva ação do credor, limitar a impenhorabilidade a um valor suficiente à aquisição de um veículo que atenda satisfatoriamente às necessidades de transporte da pessoa com deficiência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As pessoas com deficiência enfrentam quotidianamente um sem-número de obstáculos para o desempenho de atividades que vão das mais simples às essenciais à caracterização de uma vida digna. Isso ocorre não apenas em razão das naturais dificuldades que lhes são eventualmente impostas por sua condição, mas, principalmente, por causa da persistente e desconcertante omissão das esferas do Poder Público em relação a esses indivíduos.

A inércia do Estado é constatável na maioria das cidades brasileiras, onde não se usa prontificar uma estrutura mínima que assegure a tal grupo de cidadãos a livre locomoção, um direito fundamental albergado em sede constitucional (art. 5º, inciso XV): faltam rampas de acesso a calçadas e prédios, pavimento bem nivelado em vias públicas, elevadores hidráulicos para a ascensão de cadeirantes aos ônibus, destinação de assentos ou locais para acomodação em salas de espetáculos, em pontos de espera e, não raro, no próprio interior dos veículos de transporte coletivo, entre outras e tantas omissões.

Diante dessas circunstâncias, torna-se ainda mais evidente, no contexto de nosso País, que, longe de consistir em luxo ou privilégio, a propriedade sobre um bem automóvel constitui, em última análise, para esses nossos concidadãos, legítimo veículo – na acepção mais ampla do termo – para o exercício da cidadania.

Em razão dessa essencialidade, a presente proposta busca tornar impenhorável o veículo da pessoa com deficiência, proteção semelhante à que hoje é outorgada ao bem de família. Dessa forma, o veículo não responderá por nenhum tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, salvo nas hipóteses previstas na própria lei.

Caso a própria pessoa com deficiência não seja proprietária do veículo, a proteção poderá incidir sobre o veículo de seu representante legal ou de sua entidade familiar, desde que seja licenciado no endereço do domicílio da pessoa com deficiência e sirva ao seu transporte.

Certo de que esta proposta criará uma importante proteção para as pessoas com deficiência, sobretudo em cenários de crise econômica como o que vivemos atualmente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador **ROMÁRIO**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. - 13146/15](#)

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 184, DE 2016

Vincula cinco por cento da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) sobre operações com bebidas alcóolicas, cigarros, charutos e cigarrilhas ao financiamento da recuperação e tratamento de usuários de drogas ilícitas, álcool e tabaco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam vinculados ao custeio do tratamento e da recuperação de usuários de drogas ilícitas, álcool e tabaco, durante o período de cinco anos a contar do início da vigência desta Lei, cinco por cento (5%) da arrecadação mensal da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) sobre as operações com os seguintes produtos:

I – charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos, e outros produtos de tabaco classificados nas posições 24.02 e 24.03 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

II – bebidas com algum teor alcoólico classificadas nas posições 22.04, 22.05 e 22.08 e nos códigos 2203.00.00, 2206.00 e 2207.20.20, todos da Tipi.

§ 1º Os recursos a que se refere o *caput* deste artigo serão distribuídos exclusivamente para as unidades componentes do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2º Cabe ao Poder Executivo federal regulamentar a forma como os valores serão recolhidos e destinados para a área específica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nosso País enfrenta uma crise sem precedentes na área de saúde, decorrente do crescimento vertiginoso das despesas, em especial as relacionadas direta ou indiretamente ao consumo abusivo do álcool, dos entorpecentes e do fumo. Para modificar essa situação, de modo a assegurar os recursos necessários para o efetivo e adequado tratamento dos usuários de drogas, lícitas ou ilícitas, este projeto vincula especificamente parte da arrecadação da Cofins incidente sobre a importação e a venda no mercado interno de bebidas alcoólicas e de cigarros.

Como é de conhecimento geral, a ingestão desmedida do álcool acarreta diversos problemas não somente para a saúde do usuário, como também para a integridade física de outros indivíduos, haja vista a relação com grande parte dos acidentes de trânsito e com a prática de crimes violentos. Por sua vez, o consumo de cigarros causa danos para a integridade do fumante, cujo tratamento exige enormes cifras, devido à relação com doenças como o câncer, o enfisema pulmonar e problemas cardiorrespiratórios. Todas essas consequências sobrecarregam, assim, o serviço de saúde, o que compromete parcela significativa do orçamento público.

Com o tratamento adequado dos usuários, diminui-se o consumo de drogas, e consequentemente se reduzem os incidentes gerados por tal utilização. Para tanto, é imprescindível que sejam garantidos recursos mínimos, que serão obtidos com a vinculação orçamentária.

Cabe destacar que a Cofins já possui destinação vinculada para as áreas de previdência, assistência e saúde, conforme art. 195 da Constituição Federal. Entretanto, essa vinculação não se mostrou eficiente no tratamento dos usuários de drogas. Com a conexão específica, que ora propomos, serão obtidos recursos para o combate aos malefícios do álcool e do fumo. Cria-se, dessa forma, a reciprocidade na relação entre tributo e serviços públicos, o que é salutar para a sociedade.

A proposta também está em harmonia com a Constituição Federal, pois, no próprio § 4º do art. 220, são reconhecidos os malefícios do uso de tabaco e bebidas alcoólicas, bem como a necessidade de restringir seu consumo.

Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 – LDO de 2016), os projetos de lei que vinculem receitas a órgãos, fundos ou despesas devem conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos. Por isso, o disposto no art. 1º desta proposição.

Convicto da importância da presente iniciativa, esperamos a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FRANCO**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 195](#)

[Decreto nº 7.660, de 23 de Dezembro de 2011 - 7660/11](#)

[Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 - 13242/15](#)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa)

Requerimentos**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO****Nº 313, DE 2016**

Requeiro, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2016, que *“acrescenta § 4º ao art. 40 da Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento, com o fim de responsabilizar solidariamente o proprietário de imóvel pela inadimplência de tarifas de água e esgoto”*, seja apreciado, também, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), além das comissões constantes no despacho inicial.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2016.

Senador Lasier Martins
PDT-RS

Senador **LASIER MARTINS**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)



SENADO FEDERAL
SENADOR LINDBERGH FARIAS

REQUERIMENTO Nº 314, DE 2016

À Publicação
Em 27 / 04 / 2016

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 76, §1º, I c/c art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação por 45 (quarenta e cinco) dias da duração da Comissão Parlamentar de Inquérito de Assassinato de Jovens, criada nos termos do requerimento nº 115, de 2015, composta por 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) suplentes, para que **concluam**, nesse prazo, as investigações referentes ao assassinato de jovens no Brasil.

Não haverá novas despesas em decorrência da prorrogação.

JUSTIFICATIVA

Convém registrar que o prazo inicial para conclusão dos trabalhos da CPI era de 180 (cento e oitenta) dias, cujo término dar-se-ia, em 03/11/2015. Após a primeira prorrogação, o termo foi estendido para 14 de março e 26 de abril do corrente.

Inicialmente, fez-se mister uma derradeira prorrogação, tendo em conta o recebimento tardio de documentos solicitados pela Comissão. No momento, considera-se que a tramitação do processo do impeachment da Presidenta da República no Senado Federal possa prejudicar a apresentação do presente

Recebido em 20/4/16
Hore.
Carolina D. Mourão
Matrícula nº 213 - SCLSF/SGM



SENADO FEDERAL
SENADOR LINDBERGH FARIAS


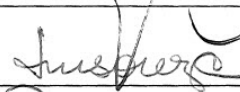


relatório diante da importância da matéria relatada e do impacto em sua repercussão.

Até a presente data, a Comissão já realizou 30 (trinta) audiências públicas, reunindo mais de 200 especialistas, acadêmicos, organizações da sociedade civil, parlamentares, órgãos públicos e familiares de vítimas. Desta feita, a fruição do prazo inicialmente previsto não se consubstanciou suficiente para as ações necessárias ao bom termo dos trabalhos.

Diante de todo o relatado e com o apoio dos demais membros desta Comissão, solicitamos a Vossa Excelência que, em consonância com o precitado Art. 76, §1º, I c/c art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, e no § 2º, art. 5º da Lei 1579, de 1952, seja submetido ao Plenário do Senado Federal o pedido de prorrogação do prazo de funcionamento desta CPI, pelo prazo de mais 45 (quarenta e cinco) dias.

Sala de Sessões,


Senadora **LÍDICE DA MATA**

	NOME	ASSINATURA
1	Sen. Lindbergh Farias	
2	Sen. Lídice da Mata	
3	Sen. Capri	
4	Sen. Raulo	



SENADO FEDERAL
SENADOR LINDBERGH FARIAS

5		Sen. Paulo Paim
6		WALTER TINHARO
7		Humberto Costa
8		José Pimentel
9		GABRIEL ALVES
10	Paulo Rocha	
11	Márcio Matta	
12	Sociedade	
13	Roberto Rocha	
14	Douglas Cunha	
15	J. Moraes	LASIER
16	Douglas Portela	
17	Edvaldo	
18	Teodoro Mota	
19	ALBUQUERQUE	
20	CRISTOVAM	Miguel A.
21		
22	Gleisi	Gleisi

Fátima

Comar

**SENADO FEDERAL**
SENADOR LINDBERGH FARIAS

23	Donizeti Nogueira	Albuquerque
24	Requiza	Albuquerque
25	Vanessa	Albuquerque
26	Amio	Albuquerque
27	Antônia C. Valadões	Albuquerque
28		
29		
30		



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 315, DE 2016

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a retirada do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 34, de 2016, de minha autoria.

Sala das Sessões,

Senador **WILDER MORAIS**

DEFERIDO

Término de prazo

Encerrou-se no dia 26 de abril o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013.

Ao Projeto foram apresentadas as Emendas nºs 7 e 8-Plen.

A matéria retorna à CE e à CAS para análise das emendas.

São as seguintes as Emendas:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PSB-RJ)

EMENDA Nº 7 - PLEN

(ao PLS nº 522, de 2013)

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 522, de 2013, a seguinte redação:

“**Art. 2º** A Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º Aplica-se esta Lei às relações de trabalho dos técnicos ou treinadores profissionais de quaisquer modalidades desportivas coletivas.

Parágrafo único. Aplicam-se ao técnico ou treinador profissional as disposições da legislação trabalhista e previdenciária que não contrariarem esta Lei.

Art. 2º É considerado empregado o técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva – contratado por clube ou associação desportiva, mediante remuneração de qualquer natureza – com a finalidade de treinar equipe profissional ou amadora, ministrando-lhe técnicas e regras, com o objetivo de assegurar-lhe conhecimentos táticos e técnicos suficientes para a prática da modalidade esportiva coletiva de sua especialidade.

Art. 3º A profissão de técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva pode ser exercida indiscriminadamente:

I – pelos portadores de diploma expedido por Escolas de Educação Física ou entidades análogas, reconhecidas na forma da Lei, inscritos nos respectivos órgãos de fiscalização do exercício profissional;

II – pelos profissionais que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham, comprovadamente, exercido cargo ou função de técnico ou treinador por prazo não inferior a seis meses, como empregado ou autônomo, em clubes ou associações filiadas às ligas ou entidades de administração do desporto, em todo o território nacional.

III – pelos profissionais aprovados em curso de formação ou exame de proficiência especificamente destinados à habilitação de técnico ou treinador, oferecidos pelas ligas regionais e nacionais e as entidades regionais e nacionais de administração do desporto.

IV – pelos atletas ou ex-atletas da modalidade esportiva que pretendem atuar como técnicos ou treinadores profissionais, com experiência profissional comprovada de, pelo menos, dez anos.

Art. 3º-A As ligas regionais e nacionais e as entidades regionais e nacionais deverão oferecer os cursos de formação e aplicar os exames de proficiência referidos no inciso III do artigo 3º.

§ 1º É garantida a gratuidade do curso de formação e do exame de proficiência, dentro de sua respectiva modalidade, aos atletas e ex-atletas profissionais cuja renda seja insuficiente para seu custeio e próprio sustento.

§ 2º Os atletas e ex-atletas referidos no inciso IV do artigo 3º ficam obrigados a realizar o curso de formação ou exame de proficiência citado no *caput* deste artigo.

Art. 4º São direitos do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva:

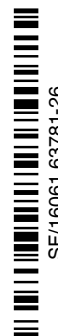
.....
III – exigir do empregador o cumprimento das determinações das Ligas desportivas, das entidades de administração de desporto e das de prática desportiva relacionadas à sua modalidade desportiva.

Art. 5º São deveres do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva:

.....
Art. 6º Na anotação do contrato de trabalho na Carteira do Trabalho e da Previdência Social devem, obrigatoriamente, constar:

I – o prazo de vigência, que, em nenhuma hipótese, poderá ser superior a dois anos;

.....
Parágrafo único. O contrato de trabalho será registrado, no prazo improrrogável de dez dias, na Liga desportiva, nas entidades de administração de desporto ou nas de prática desportiva a que o empregador for filiado, no Conselho Regional de Desportos, ou, na ausência de tais órgãos, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego do local de celebração do contrato.”



SF/16061.63781-26

JUSTIFICAÇÃO

A partir da visita de um grupo de profissionais de Educação Física do Rio e de Brasília ao meu gabinete, e considerando os argumentos por eles apresentados, decidi reabrir o debate sobre o Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013, do qual fui relator na Comissão de Assuntos Sociais, que trata das relações de trabalho do técnico ou treinador profissional.

Este entendimento decorre do princípio democrático do bom diálogo, afinal, assumi o compromisso de aprofundar a discussão sobre possíveis impasses com grupos representativos da sociedade do Rio de Janeiro.

Ao tempo em que aguardo sugestões de todos os segmentos do desporto nacional, que contribuam para aprimorar o referido Projeto de Lei, reafirmo a defesa do dispositivo que garante, também, a atletas ou ex-atletas, o direito ao exercício da profissão de treinador ou técnico de modalidade esportiva coletiva. Para tanto, amplio de cinco para dez anos a comprovação de exercício efetivo da atividade, além de tornar obrigatório o exame de proficiência para atletas e ex-atletas. Ambas as medidas (ampliação do prazo e exigência do exame) convergem com o nosso propósito de assegurar qualidade ao atendimento que será prestado por esses profissionais.

Reitero meu apoio aos acadêmicos, profissionais de Educação Física e seus órgãos representativos, mas valorizo, também, a classe de técnicos esportivos, destacando a relevância do trabalho humano e afastando a reserva de mercado profissional.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO



SF/16061.63781-26



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

EMENDA Nº 8 - PLEN

(ao PLS nº 522, de 2013)

Altere-se o art. 2º do PLS nº 522, de 2013, para dar ao artigo 3º da Lei no 8.650, de 20 de abril de 1993 a seguinte redação:

“Art. 3º O exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol ficará assegurado aos profissionais portadores de diploma expedido por Escolas de Educação Física reconhecidas na forma da Lei.

§1º Os atletas de esportes coletivos ou individuais, os auxiliares técnicos de treinadores e os auxiliares técnicos preparadores de goleiros podem atuar como treinadores de atletas adultos profissionais nas equipes de Entidades de Práticas Desportivas inscritos nas suas respectivas Confederações Brasileiras, desde que:

I. Comprovem ter exercido a profissão de atleta por oito anos consecutivos ou dez alternados;

II. Possuam certificado emitido pelo sindicato de atletas ou pela Confederação Brasileira do Esporte ao qual postulam em parceria com o Conselho Regional de Educação Física da Região; e

III. Participem de curso de formação de treinadores, reconhecido pelos sindicatos da categoria e chancelados pelo Sistema



SF/16327.30311-05

Página: 1/3 26/04/2016 18:43:33

8382e3e10c0862d5cf74d7caf34b0e60fd113ab6





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

CONFED/CREFs e pela Federação Brasileira de Treinadores de Futebol.

§ 2º O exercício da profissão de Treinador Profissional de Esportes para crianças menores de 16 (dezesesseis) anos de idade ficará assegurado obrigatoriamente aos portadores de diploma expedido por Escolas de Educação Física reconhecidas na forma da Lei.”(NR).



SF/16327.30311-05

JUSTIFICAÇÃO

A redação aprovada na Comissão de Assuntos Sociais para o artigo 3º, inciso III, da Lei no 8.650/93, permitindo a ex-atletas que tenham comprovadamente exercido a profissão por oito anos consecutivos ou dez alternados o pleno exercício da atividade de treinador esportivo, essa nova redação não configura medida adequada para a preservação da saúde dos atletas menores de idade.

Antes da legislação em vigor havia uma prática, eventualmente adotada, que se pautava na ideia de que para se “ensinar” o futebol, o vôlei, o basquete, e etc., bastava ter sido um ex-jogador, um ex-praticante do esporte, pois os movimentos aprendidos ao longo da carreira eram suficientes para repassar ensinamentos para as crianças e jovens em formação. Com essa prática, não se ponderava os riscos de danos e de lesões que a má orientação poderia propiciar, sem mencionar a possibilidade de destruir a carreira de alguns jovens talentos pela falta de preparo científico, pedagógico e ético profissional daqueles que conduziam o processo.

Página: 2/3 26/04/2016 18:43:33

8382e3e10c0862d5cf74d7caf34b0e60fd113ab6





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

Com a legislação atual, o art. 3º exige que, preferencialmente, o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol, (e a lei se refere especificamente ao futebol), deverá ser executado por um portador de diploma expedido por Escolas de Educação Física. O que é bastante salutar, tendo em vista que esses profissionais possuem melhor conhecimento técnico de como as atividades deverão ser executadas pelos atletas. Alterar o texto da lei para permitir que qualquer atleta possa conduzir uma equipe, sem possuir o preparo profissional adequado, pode causar consequências graves no que tange à integridade física e psicológica dos atletas em formação.

A aprendizagem da prática de esportes é dada de forma amadora, ainda na infância ou adolescência. O local apropriado para a primeira prática é variado, podendo ser tanto em casa, quanto em quadras e campos, ou mesmo na rua e na praia. Pode tornar a figura de colega na aprendizagem os amigos, vizinhos e parentes do jovem. Há também escolinhas de esportes, que através de professores e/ou orientadores, iniciam crianças em futebol, voleibol, handebol, basquetebol, polo aquático e etc., dando oportunidade de realizar jogos e treinamentos para aprimorar os fundamentos e nesta época, o jovem ainda não possui definição sobre a sequência de uma eventual carreira profissional. Trata-se apenas de divertimento que, aos poucos, cria um elo de paixão pelo esporte.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS
PSD -MT



SF/16327.30311-05

Página: 3/3 26/04/2016 18:43:33

8382e3e10c0862d5cf74d7cat34b0e60fd113ab6



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 54/2015**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 464, DE 2016**

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2015 (nº 2.478, de 2011, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CRA.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2015 (nº 2.478, de 2011, na Casa de origem), que *dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola*, nos termos da Emenda nº 1 – CRA, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 27 de abril de 2016.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ANGELA PORTELA

ROMERO JUCÁ

ANEXO AO PARECER Nº 464, DE 2016.

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2015 (nº 2.478, de 2011, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CRA.

Acrescenta art. 10-A à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o planejamento de ações de política agrícola.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. O poder público implementará ações de política agrícola em todo o território nacional, segundo estratégias, objetivos e metas definidos em planejamento prévio a ser elaborado, aprovado e divulgado, abrangendo períodos não inferiores a 2 (dois) anos.

Parágrafo único. O planejamento de que trata este artigo abrangerá, no mínimo, as ações governamentais voltadas a crédito rural, comercialização de produtos agropecuários, seguro rural, redução do risco inerente à atividade agropecuária, zoneamento agrícola, defesa sanitária animal e vegetal, cooperativas, agroindústrias, assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária.”

Art. 2º O primeiro planejamento a ser elaborado com base no art. 10-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, deverá ser aprovado e divulgado no prazo de 1 (um) ano contado da data de publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Lei da Câmara nº 87/2015

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 87, DE 2015

(Nº 6.263/2009, NA CASA DE ORIGEM)

Revoga dispositivos da Lei nº 11.775, de
17 de setembro de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei revoga dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Art. 2º Ficam revogados o § 6º do art. 15, o parágrafo único do art. 29 e o § 3º do art. 30 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Lei da Câmara nº 156/2015

PROJETO DE LEI DA CÂMARA**Nº 156, DE 2015**

(Nº 5.070/2013, NA CASA DE ORIGEM)

Torna obrigatório o uso, nas rodovias,
de farol baixo aceso durante o dia e dá
outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 40 e a alínea b do inciso I do art. 250 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40.

I – o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias;

.....” (NR)

“Art. 250.

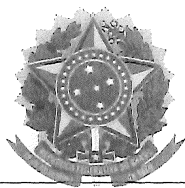
I –

.....

b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parecer nº 462/2016

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Parecer nº 462, de 2016 - Péricles Aurélio Lima de Queiroz (STM)**

Indicação do Sr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Matéria **PAR 462/2016**Início Votação **27/04/2016 17:49:58** Término Votação **27/04/2016 18:24:56**Sessão **60ª Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **27/04/2016 07:22:53**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 462, de 2016 - Péricles Aurélio Lima de Queiroz (STM)

Indicação do Sr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Matéria **PAR 462/2016**

Início Votação **27/04/2016 17:49:58** Término Votação **27/04/2016 18:24:56**

Sessão **60ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **27/04/2016 07:22:53**

PRB	RJ	Marcelo Crivella	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
-	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PP	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PTB	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: *Jorge Viana*

SIM:62 NÃO:1 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:64

[Assinatura]
 Primeiro-Secretário

RESOLUÇÕES SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2016

Reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 22, de 8 de agosto de 2014, a fim de possibilitar ao Estado do Paraná contratar a operação de crédito externo nela prevista.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É reaberto em 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da publicação desta Resolução, o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 22, de 8 de agosto de 2014.

Art. 2º A operação de crédito externo de que trata a Resolução do Senado Federal nº 22, de 8 de agosto de 2014, deverá ser realizada apenas após a verificação de que os requisitos previstos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, continuam atendidos no momento da contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de abril de 2016, - Senador **Renan Calheiros** Presidente do Senado Federal

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2016

Autoriza o Município de Manaus – AM a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Manaus – AM autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Município de Manaus (Proconfis/Manaus)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Manaus – AM;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – desembolso: US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$ 585.720.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e vinte mil reais), sendo que o banco disponibilizará esses recursos em uma única tranche e o ente os resgatará em 2 (duas) parcelas anuais, sendo US\$ 82.500.000,00 (oitenta e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2016, equivalentes a R\$ 322.146.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões, cento e quarenta e seis mil reais), e US\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, equivalentes a R\$ 263.574.000,00 (duzentos e sessenta e três milhões, quinhentos e setenta e quatro mil reais), convertidos à taxa de câmbio de 3,9048, de 31 de dezembro de 2015;

VI – modalidade: empréstimo na modalidade de apoio às políticas públicas, denominada Development Policy Loan (DPL);

VII – opções de conversão: é facultado ao mutuário, com a anuência do fiador, exercer a opção de mudança da moeda do empréstimo e da base da taxa de juros e estipular limites sobre taxa variável ou taxa de referência, aplicáveis a todo ou a parte do montante principal do empréstimo sacado ou não sacado;

VIII – prazo de amortização: 228 (duzentos e vinte e oito) meses;

IX – prazo de carência: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de aprovação do empréstimo pela diretoria do Bird;

X – prazo total: 288 (duzentos e oitenta e oito) meses;

XI – juros: Libor de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de margem variável a ser definida pelo Bird e de atualização cambial da moeda do financiamento;

XII – atualização monetária: variação cambial;

XIII – demais encargos e comissões: taxa inicial de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor do empréstimo e taxa de compromisso de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo do empréstimo não sacado.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Manaus – AM na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Município de Manaus – AM celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Manaus – AM quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de abril de 2016. - Senador **Renan Calheiros** Presidente do Senado Federal

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2016

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia (Premar 2 – 2ª Etapa)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado da Bahia;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: empréstimo com margem variável (variable spread loan);

VI – prazo de desembolso: até 4 (quatro) anos, contado a partir da entrada em vigor do contrato;

VII – amortização: 61 (sessenta e uma) prestações semestrais e consecutivas;

VIII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base na Libor semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de margem (spread) de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento), podendo ser cobrada, adicionalmente, sobretaxa de 0,50% a.a. (cinquenta centésimo por cento ao ano) sobre o montante não amortizado do empréstimo durante o período em que o Brasil permanecer acima do teto de exposição junto ao Bird;

IX – comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – comissão de financiamento: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de financiamento.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, solicitar ao Bird uma conversão de moeda ou uma conversão de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no caput é condicionada a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado da Bahia ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado da Bahia quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de abril de 2016. - Senador **Renan Calheiros** Presidente do Senado Federal

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2016

Autoriza o Município de Niterói – RJ a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Niterói – RJ autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao “Programa Região Oceânica Sustentável (PRO-Sustentável)”.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Niterói – RJ;

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – desembolso: 4 (quatro) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VI – carência: 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VII – amortização: 16 (dezesseis) parcelas semestrais consecutivas e, preferencialmente, iguais;

VIII – juros: pagos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a taxa anual variável baseada na Libor para operações de 6 (seis) meses, mais margem, sendo parte da taxa de juros financiada pelo credor, nos termos contratuais;

IX – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – comissão de financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), calculados sobre o valor total do empréstimo; XI – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), no momento do primeiro desembolso do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Niterói – RJ na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput é condicionada a que:

I – o Município de Niterói – RJ celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, por meio de vinculação da participação do Município na arrecadação da União de que trata o art. 159 e das receitas próprias do Município a que se referem os arts. 156 e 158, todos da Constituição Federal, assim como de outras garantias em direito admitidas;

II – seja comprovada a situação de adimplência das obrigações do Município de Niterói – RJ e de suas entidades controladas perante a União;

III – seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de abril de 2016.- Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2016

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para financiamento parcial do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado (Projeto CAR-FIP)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

§ 1º Os recursos da operação de crédito a que se refere o caput destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado (Projeto CAR-FIP)”.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito referida no art. 1º são as seguintes:

I - devedor: República Federativa do Brasil;

II - credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), atuando como entidade implementadora do Programa de Investimento Florestal (Forest Investment Program – FIP), com recursos do Fundo Estratégico do Clima (Strategic Climate Fund – SCF);

III - valor total: até US\$ 32.480.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV - modalidade: empréstimo em termos concessionais do FIP/SCF;

V - período de desembolso: de 2015 a 2019, de acordo com cronograma previsto pelo Ministério do Meio Ambiente;

VI - carência: 10 (dez) anos, sendo que a primeira amortização está prevista para ocorrer em 15 de dezembro de 2025 e a última em 15 de junho de 2055;

VII - amortização do saldo devedor: 60 (sessenta) parcelas semestrais e consecutivas, sendo as 20 (vinte) primeiras no valor de 1% (um por cento) do montante total do empréstimo e as 40 (quarenta) seguintes no valor de 2% (dois por cento) do montante total do empréstimo, pagas em 15 de junho e em 15 de dezembro de cada ano;

VIII - juros aplicáveis: não há cobrança de taxa de juros, por tratar-se de empréstimo em termos concessionais do FIP/SCF;

IX - taxa de serviço: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor, devida em 15 de junho e em 15 de dezembro de cada ano, calculada utilizando padrão internacional 30/360 e paga ao Bird.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de abril de 2016.- Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

ATAS**COMISSÃO DIRETORA****ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL,
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2016**

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e três de março de dois mil e dezesseis, na sala de audiências da Presidência do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Diretora, com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Presidente; Jorge Viana, Primeiro Vice Presidente; Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário; Angela Portela, Quarta-Secretária; João Alberto Souza, Segundo Suplente e Elmano Férrer, Terceiro Suplente. O Senhor Presidente, Senador Renan Calheiros, declarou abertos os trabalhos e deu início à apreciação dos itens da pauta administrativa. **Item 1:** Minuta de Ato que altera o Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 20 de 2015, para extinguir cargos efetivos e promover a racionalização administrativa, à economia de recursos públicos e as melhorias na estrutura das Unidades Administrativas do Senado Federal e dar outras providências. A Comissão Diretora aprovou a matéria. **Item 2:** O Primeiro-Secretário apresentou Minuta de Ato que institui o Programa de Assistência à Mãe Nutriz no Senado Federal. A Comissão Diretora aprovou a matéria. Por fim, foram aprovados integralmente os requerimentos contidos nos processos nºs 002674/2015-87, 019070/2015-70, 002166/2016-80, 003574/2016-59, 019069/2015-45, 007638/2015-18, 013273/2015-52 e 001177/2016-42. Após a apreciação dos itens da pauta administrativa, passou-se à análise dos itens da pauta legislativa, que constará de ata própria. Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às doze horas e nove minutos, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando que eu, Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado, lavrasse a presente Ata que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora, vai a publicação.

Senador **Renan Calheiros** - Presidente, Senador **Vicentinho Alves** - 1º Secretário, Senadora **Angela Portela** - 4ª Secretária, Senador **João Alberto Souza** - 2º Suplente de Secretário, Senador **Elmano Férrer** - 3º Suplente de Secretário.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de abril do ano de dois mil e dezesseis, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Presentes o Diretor-Geral Adjunto de Contratações Wanderley Rabelo da Silva, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão em substituição; os senhores conselheiros James Raymundo Menezes De Carvalho, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Olivan Duarte de Almeida, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Gustavo Korst Fagundes, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde - SIS; Edward Cattete Pinheiro Filho, representante dos servidores ativos; Cantidio Lima Vieira, representantes dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da Secretaria Integrada de Saúde - SIS, Sérgio Roberto Verch Harger. Presentes também o senhor Yulo Sasaki, da Primeira Vice-Presidência; e a senhora Carla Peixoto Valladares, Chefe do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. O Diretor-Geral Adjunto de Contratações assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. Item I) Relatórios de auditoria das faturas do SIS - retorno sobre a reunião realizada com o Saúde Caixa e a Brasilmed. Foi informado ao Conselho que o Saúde Caixa apresentou à SIS os relatórios de auditorias realizadas no período de junho/2015 a fevereiro/2016, referentes a atendimentos realizados na rede credenciada do Distrito Federal. Considerando não haver apresentação da comprovação das despesas com auditorias de atendimentos realizados em todo o país, entre setembro/2012 e maio/2015, bem como de atendimentos realizados fora do Distrito Federal, entre junho/2015 e fevereiro/2016, o Conselho determinou o encaminhamento de notificação ao Saúde Caixa, concedendo um prazo de 60 dias para o envio dos relatórios de auditoria ou de documentação comprobatória alternativa. Esgotando-se o período sem a devida comprovação, fica autorizada a glosa dos valores pagos ao Saúde Caixa, referentes à realização de auditorias nos períodos supracitados, cujo montante será calculado pela Coordenação de Gestão Financeira da SIS (COGEFI) e descontado de pagamentos futuros. O Conselho solicita ainda a definição de uma sistemática que discipline, para os períodos subsequentes, o envio periódico dos relatórios de auditoria. Item II) Documento 00100.033119/2016-14 - Proposta de reajuste de preços de prestação de serviços de check-up - Hospital Israelita Albert Einstein. Aprovado. Item III) Documento 00100.016220/2016-01 - Prestação de contas do Fundo de Reserva do SIS referente ao ano de 2015. Após apresentação do parecer da COGEFI, o documento foi distribuído para relatoria do conselheiro Olivan. Item IV) Documento 00100.047318/2016-00 - Associação de Servidores do PRODASEN solicita estudos para viabilizar a adesão ao SIS de filhos maiores de 24 anos, pais e netos de beneficiários-titulares. Demanda encaminhada para exame da comissão instituída na 132ª Reunião Ordinária, responsável pela análise de receitas e despesas do SIS. Item V) Documento 00100.044662/2016-39 - Revisão rol de medicamentos abrangidos pela Instrução Normativa nº 7, de 2015 - Apresentação de parecer do Serviço de Perícia Médica do SIS. O Conselho solicitou à SIS uma nova análise, sob a ótica das patologias cobertas pela referida norma. Sugere-se um estudo sobre a viabilidade de autorizar as classes de medicamentos, sem, no entanto, restringir sua aplicação a determinadas doenças. Item VI) Processo 00200.027079/2011-21 - Grupo Diagnóstico da América S.A - DASA - Pasteur Medicina Diagnóstica solicita rescisão do Contrato nº 238-2011. Deferido. Item VII) Processo nº 00200.008321/2015-91 - Requerimento de permanência de beneficiário-dependente com hidrocefalia congênita - Relatoria do Conselheiro Alberto. Sobrestado, prejudicado pela ausência do conselheiro relator. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde, às onze horas do dia seis de abril do ano de dois mil e dezesseis, e, para constar, eu, Sérgio Roberto Verch Harger, na condição de Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão da SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Vice-presidente e demais conselheiros

presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 06 de abril de 2016.

WANDERLEY RABELO DA SILVA - VICE-PRESIDENTE EM SUBSTITUIÇÃO, no exercício da Presidência, **CANTIDIO LIMA VIEIRA** - **EDWARD CATTETE PINHEIRO FILHO** - **GUSTAVO KORST FAGUNDES** - **JAMES RAYMUNDO MENEZES DE CARVALHO** - **OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA**, CONSELHEIROS.

ATOS

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 1, de 2016

Altera o Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 20 de 2015, para extinguir cargos efetivos e promover a racionalização administrativa, a economia de recursos públicos e as melhorias na estrutura das Unidades Administrativas do Senado Federal e dar outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências legais e regulamentares,

CONSIDERANDO as disposições do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 20 de 2015, que consolidou a estrutura organizacional do Senado Federal,

CONSIDERANDO a necessidade de adotar políticas de racionalização administrativa, promovendo assim a economia de recursos públicos e maior eficiência administrativa;

CONSIDERANDO a importância de suprimir sobreposições de competências e redundâncias de tarefas no âmbito da estrutura administrativa do Senado Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar as adequações necessárias para o bom funcionamento das Unidades Administrativas do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º Este Ato altera o Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 20 de 2015, para extinguir cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Senado Federal e promover a racionalização administrativa, a economia de recursos públicos e as melhorias na estrutura das Unidades Administrativas do Senado Federal e dar outras providências.

Art. 2º O quadro de servidores efetivos fica reduzido nos seguintes quantitativos:

I - Analista Legislativo, especialidade Processo Legislativo: supressão de 50 vagas;

II - Técnico Legislativo, especialidade Administração: supressão de 25 vagas;

III - Técnico Legislativo, especialidade Informática Legislativa: supressão de 3 vagas;

IV - Técnico Legislativo, especialidade Processo Industrial Gráfico: supressão de 17 vagas;

V - Consultor Legislativo, especialidade Assessoramento Legislativo: supressão de 5 vagas.

Art. 3º Em virtude do disposto nos arts. 1º e 2º deste Ato, bem como das necessidades de adequação do dimensionamento da estrutura da Casa às diretrizes estratégicas de redução de despesas com custeio, o Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar com as alterações constantes do anexo a este Ato.

Art. 4º A Diretoria-Geral fará publicar versão consolidada do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Sala de Reuniões, 23 de março de 2016. Senador **Renan Calheiros** - Presidente, Senador **Jorge Viana** - 1º Vice-Presidente, Senador **Vicentinho Alves** - 1º Secretário, Senadora **Angela Portela** - 4ª Secretária, Senador **João Alberto Souza** - 2º Suplente de Secretário, Senador **Elmano Férrer** - 3º Suplente de Secretário.

Observações:

- Republicado por haver saído com incorreções no original, no BASF nº 5974, Seção 2, de 31/03/2016.
- Publicação extraída do Boletim original nº: [5976-2-S1 de 01/04/2016](#)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 3, de 2016

Institui o Programa de Assistência à Mãe Nutriz no Senado Federal.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências legais e regulamentares,

Considerando que o Programa de Assistência à Mãe Nutriz leva em consideração a política de valorização das servidoras desta Casa e se coaduna com as diretrizes da Carta de Compromissos do Senado Federal, mais especificamente com a qualidade de vida de suas colaboradoras, visando atingir alto nível de satisfação com o ambiente organizacional; e

Considerando que a tranquilidade gerada pela possibilidade de continuação da amamentação do bebê favorece o desempenho profissional da servidora nos meses seguintes ao seu retorno ao serviço após a licença maternidade, RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Programa de Assistência à Mãe Nutriz no Senado Federal.

Art. 2º São objetivos do Programa de Assistência à Mãe Nutriz:

I - incentivar e possibilitar o aleitamento materno durante o período de amamentação;

II - promover a integração da mãe com a criança;

III - oferecer oportunidade e estímulo para o pleno, natural, seguro e feliz desenvolvimento socioafetivo da criança.

Art. 3º Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Ato, fica instituída a jornada de trabalho de seis horas diárias para a servidora, inclusive para as detentoras de função de confiança, até o último dia do mês em que a criança completar quinze meses de vida.

Parágrafo único. A redução de jornada referida no caput deverá ser solicitada pelas servidoras interessadas, devendo ser implementada a partir da data de autuação do requerimento.

Art. 4º Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP adotar os procedimentos e controles necessários à implementação do Programa.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 23 de março de 2016. Senador **Renan Calheiros** - Presidente, Senador **Vicentinho Alves** - 1º Secretário, Senadora **Angela Portela** - 4ª Secretária, Senador **João Alberto Souza** - 2º Suplente de Secretário, Senador **Elmano Férrer** - 3º Suplente de Secretário.

ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

ALTERAÇÃO DO ATO Nº 13/2015 DA COMISSÃO DIRETORA

ATO DO PRESIDENTE Nº 7, de 2016

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, que institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com os cidadãos.

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares e com fundamento no art. 9º do Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Comissão de Juristas prevista no art. 1º será composta pelos seguintes membros:

- I - Mauro Campbell Marques;
- II - José Antonio Dias Toffoli;
- III- Paulo Rabello de Castro;
- IV - João Geraldo Piquet Carneiro;
- V - Ives Gandra Martins;
- VI -Otavio Luiz Rodrigues Junior;
- VII - Aristóteles de Queiroz Camara;
- VIII - Mary Elbe Queiroz;
- IX - Eumar Roberto Novaclci;
- X - Gabriel Rizza Ferraz;
- XI - Antonio Helder Medeiros Rebouças;
- XII - Daniel Vieira Bogéa Soares;
- XIII - Luciana Leal Brayner;
- XIV - Marcello Augusto Diniz Cerqueira;
- XV - Everardo de Almeida Maciel;
- XVI -Eduardo Maneira;

XVII - Heleno Taveira Torres;

XVIII - Paulo Ricardo de Souza Cardoso;

XIX - Cleide Regina Furlani Pompermaier;

XX - Leonardo Carneiro da Cunha.

....."(NR)

Art. 2º Fica prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão até 31/12/2016.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de abril de 2016. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

PRORROGAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 8, de 2016

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão criada pelo Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2015.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 15 de abril de 2016 o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão criada pelo Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2015, e apresentação do anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de abril de 2016. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO 1º SECRETÁRIO**PRIMEIRA SECRETARIA**

ALTERA O ATO Nº 2 DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO, DE 2013.

ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 3, de 2016

Altera o Ato do Primeiro-Secretário nº 02, de 2013, que "Regulamenta o controle do cumprimento da jornada e do horário de trabalho pelos servidores do Senado Federal, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2010".

Art. 1º O art. 9º do Ato do Primeiro-Secretário nº 2, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 9º Não será admitido o acúmulo de horas excedentes para fins de banco de horas, nem autorizada a prestação de jornada extraordinária nos períodos de recesso parlamentar, ressalvada a necessidade de atendimento às atividades da Polícia Legislativa e do programa de visitas públicas, bem como os casos excepcionais reconhecidos pelo Primeiro-Secretário.

Parágrafo único. Os casos excepcionais deverão submeter-se ao disposto no § 11º, do art. 6º, bem como aos limites estabelecidos neste Ato."

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de abril de 2016. Senador **Vicentinho Alves**, Primeiro-Secretário.

DOCUMENTOS DIVERSOS**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

PUBLIQUE-SE
Em, 27.04.2016


**SENADO FEDERAL****CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****DESPACHO**

Foi encaminhado a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o Requerimento nº 505, de 2016, de autoria do Senhor Edinho Guedes, Vereador – Líder do PR na Câmara Municipal de Jacareí – SP.

O Requerimento recebido neste Conselho, em 26.04.2016, versa sobre a abertura de procedimento para apuração das denúncias levantadas pela Procuradoria Geral da República e encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, em face do Senador Renan Calheiros, com a finalidade de, se comprovadas, sejam tomadas as medidas legais cabíveis e o imediato afastamento e cassação do citado Senador.

A documentação apresentada consiste apenas no Ofício nº 85/4/2016-CMS, da Câmara Municipal de Jacareí – SF, subscrito pelo Secretário-Diretor Legislativo, encaminhando a este Conselho a cópia do requerimento supramencionado.

O art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, traz a seguinte redação:

“Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Apresentada a denúncia, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

I - se faltar legitimidade ao seu autor;

II - se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;

III - se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.”

Ocorre que o remetente da documentação sequer formulou uma denúncia nos termos regimentais, instrumento adequado para provocar processo disciplinar contra membro do Senado Federal, muito menos identificou, com documentação comprobatória, os fatos imputados ao Senador, apenas fez citação, sem a identificação dos supostos delitos cometidos.

Portanto, não há como proceder à análise da denúncia que não contém documentação comprobatória do alegado, nem documentação pessoal do requerente.

1. DECISÃO

Pelo exposto, indefiro a presente denúncia, determinando o seu arquivamento, nos termos do art. 17, § 2º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Brasília-DF, em 27 de abril de 2016.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

S/Partido - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 14

PT-11 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 10

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE

Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

S/Partido - 3

Delcídio do Amaral.	MS
Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco de Apoio ao Governo.	14
Bloco Moderador.	10
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
S/Partido.	3
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Hélio José* (PMDB-DF)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (S/Partido-MS)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Walter Pinheiro* (S/Partido-BA)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 14</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (36,48,67,74)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,75) Telmário Mota (4,30,41,51,70) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Regina Sousa (40) </p> <p>Líder do PT - 11 Paulo Rocha (36,48,67,74)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,75) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Fátima Bezerra (33,72) Donizeti Nogueira (68)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,51,70)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (38,62)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (37) Antonio Anastasia (45) </p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (11,57)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (39)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (38,62)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,77)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (14,26)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (63,81) Vanessa Grazziotin (21,23) </p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (63,81)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (66) Roberto Rocha (44,65)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (76)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (16,53)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (10,15,43,52,56) Otto Alencar (59) </p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (10,15,43,52,56)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (16,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 10</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,79,84)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (50,55,83) Elmano Férrer (80,82) Eduardo Amorim (85) </p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (80,82)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (50,55,83)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (85)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,79,84)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,61,64)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49,58) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Wellington Fagundes (50,55,83) Telmário Mota (4,30,41,51,70)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
16. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
38. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
39. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
48. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
52. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
53. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
57. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
58. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
59. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).

61. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
62. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
63. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
64. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
65. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
66. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
67. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
68. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
75. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
76. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
77. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
78. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
79. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
80. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
81. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
85. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. VAGO ^(5,13,16)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁸⁾	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Magno Malta (PR-ES)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55, 56 e 57/2016-GLPMDB);

** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

*** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

**** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24 e 25/2016-BLSDEM);

***** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32 e 33/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.

2. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).

14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

15) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

*****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹²⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

*****. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).
 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).
 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).
 27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
 28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
 29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
 30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ^(32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. VAGO ⁽³¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

*** Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,24)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,24)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios n°s 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	Representante da sociedade civil organizada
	VAGO
	Pesquisador com produção científica relevante
	VAGO
	Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
---------------	------------------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e
Controle da Execução Orçamentária - CFIS**

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
Dário Berger - PMDB/SC (21)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.

20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PR-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT ⁽¹⁹⁾
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI ⁽¹⁴⁾
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI ⁽¹⁵⁾	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA ^(15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR ⁽¹⁸⁾
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS ⁽¹⁷⁾
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



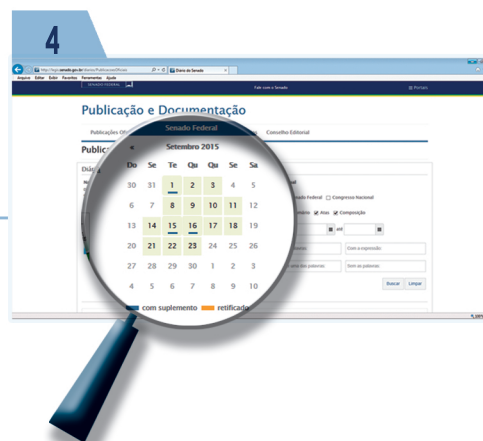
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

